

# ESN

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E NEGÓCIOS

**PDI**  
**PLANO DE DESENVOLVIMENTO**  
**INSTITUCIONAL**  
**2021 - 2025**

ESN

Marília – SP  
2021



## SUMÁRIO

<b>I. DA APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>II. DA IDENTIFICAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1. Da Mantenedora .....	13
1.1. Dirigente Principal da Mantenedora .....	13
1.2. Finalidades .....	13
2. Da Mantida.....	14
2.1. Perfil Institucional .....	14
2.2. Dirigente Principal da Mantida .....	14
2.3. Histórico de implantação e desenvolvimento da instituição .....	14
2.4. Inserção Regional.....	15
2.4.1. Cenário Socioeconômico da Região e do Município de Marília.....	19
2.4.1.1. Caracterização geográfica do município de Marília.....	19
2.4.1.2. Breve histórico.....	19
2.4.1.3. Cenário Socioeconômico da Região e do Município .....	21
2.4.2. Cenário Cultural do Município de Marília .....	30
2.4.3. Cenário Educacional do Município de Marília .....	33
2.4.3.1. Educação Básica no Município e Região .....	33
2.4.3.2. Educação Superior em Marília.....	35
2.4.4. Cenário Ambiental da Região e do Município de Marília .....	37
2.4.5. Assistência Social e Saúde no Município de Marília .....	41
2.5. Área(s) de atuação acadêmica.....	42
2.6. Identidade Estratégica .....	42
2.6.1. Missão .....	43
2.6.2. Princípios .....	43
2.6.3. Valores Institucionais .....	43
2.6.4. Visão de Futuro .....	44
2.7. Objetivos .....	44
2.7.1. Geral.....	44
2.7.2. Específicos.....	44
<b>III. OBJETIVOS, METAS E AÇÕES DA INSTITUIÇÃO NA VIGÊNCIA DO PDI.....</b>	<b>46</b>
1. Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional.....	46
1.1. Projeto de Autoavaliação Institucional .....	46
1.2. Participação da Comunidade acadêmica .....	47
1.3. Análises e Divulgação .....	48

1.4.	<b>Objetivos, Metas e Ações .....</b>	<b>48</b>
2.	<b>Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional.....</b>	<b>49</b>
2.1.	<b>A missão, objetivos, metas e valores institucionais .....</b>	<b>49</b>
2.2.	<b>Integração do PDI às Políticas de Ensino de Graduação e Pós Graduação .....</b>	<b>50</b>
2.3.	<b>Integração do PDI as Políticas de Iniciação Científica, Tecnológica e Desenvolvimento Artístico e Cultural .....</b>	<b>51</b>
2.4.	<b>Integração do PDI às Políticas de valorização da Diversidade, Meio Ambiente, Memória Cultural, Produção Artística e do Patrimônio Cultural, Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico Racial .....</b>	<b>52</b>
2.5.	<b>Integração do PDI às Políticas de Desenvolvimento Econômico e Responsabilidade Social - Pertinência .....</b>	<b>52</b>
2.6.	<b>Objetivos, Metas e Ações .....</b>	<b>52</b>
3.	<b>Eixo 3 - Políticas Acadêmicas .....</b>	<b>54</b>
3.1.	<b>Política de ensino e ações acadêmico-administrativas para cursos de Graduação e Pós Graduação.....</b>	<b>54</b>
3.2.	<b>Política de ensino e ações acadêmico-administrativas para pesquisa ou Iniciação Científica, Tecnológica e Desenvolvimento Artístico e Cultural .....</b>	<b>55</b>
3.3.	<b>Política de ensino e ações acadêmico-administrativas para extensão .....</b>	<b>55</b>
3.4.	<b>Política e ações de ensino e difusão para a produção acadêmica docente .....</b>	<b>57</b>
3.5.	<b>Política institucional de acompanhamento dos egressos .....</b>	<b>57</b>
3.6.	<b>Comunicação com a Comunidade Externa .....</b>	<b>58</b>
3.7.	<b>Comunicação com a Comunidade Interna .....</b>	<b>59</b>
3.8.	<b>Política de Atendimento aos Discentes .....</b>	<b>59</b>
3.8.1.	<b>Formas de Acesso, Matrícula e Transferência .....</b>	<b>60</b>
3.8.2.	<b>Programas de Apoio Pedagógico .....</b>	<b>61</b>
3.8.3.	<b>Programas de Apoio Financeiro .....</b>	<b>62</b>
3.8.4.	<b>Estímulos à Permanência .....</b>	<b>62</b>
3.9.	<b>Política e ações de estímulos à Produção Discente e à participação em Eventos .....</b>	<b>63</b>
3.10.	<b>Objetivos, Metas e Ações .....</b>	<b>63</b>
4.	<b>Eixo 4 - Políticas de Gestão .....</b>	<b>66</b>
4.1.	<b>Políticas de Gestão de Recursos Humanos .....</b>	<b>68</b>
4.2.	<b>Políticas para capacitação docente e formação continuada .....</b>	<b>68</b>
4.3.	<b>Políticas para capacitação e formação continuada do corpo técnico-administrativo.....</b>	<b>69</b>
4.4.	<b>Políticas de Gestão Institucional Acadêmico-Administrativa .....</b>	<b>70</b>
4.5.	<b>Políticas de Gestão e Sustentabilidade Financeira – Desenvolvimento Institucional .....</b>	<b>72</b>
4.6.	<b>Sustentabilidade Financeira – Participação da comunidade interna .....</b>	<b>73</b>
4.7.	<b>Políticas de Comunicação .....</b>	<b>74</b>
4.7.1.	<b>Comunicação Interna.....</b>	<b>74</b>
4.7.2.	<b>Comunicação Externa .....</b>	<b>74</b>

4.8.	Políticas de Marketing .....	<b>75</b>
4.9.	Política Institucional para Internacionalização .....	<b>75</b>
4.10.	Objetivos, Metas e Ações .....	<b>76</b>
5.	Eixo 5 - Infraestrutura .....	<b>78</b>
5.1.	Instalações Administrativas .....	<b>79</b>
5.2.	Salas de aula .....	<b>79</b>
5.3.	Auditório .....	<b>80</b>
5.4.	Sala de Professores .....	<b>80</b>
5.5.	Espaço para Atendimento aos Discentes .....	<b>81</b>
5.6.	Espaços de convivência e alimentação .....	<b>82</b>
5.7.	Laboratórios para práticas didáticas .....	<b>83</b>
5.8.	Infraestrutura física destinada a CPA .....	<b>84</b>
5.9.	Biblioteca .....	<b>84</b>
5.9.1.	Biblioteca – plano de atualização do acervo .....	<b>85</b>
5.10.	Laboratórios de informática .....	<b>85</b>
5.11.	Instalações Sanitárias .....	<b>87</b>
5.12.	Plano de expansão e atualização de equipamentos .....	<b>87</b>
5.13.	Recursos de tecnologia de informação e comunicação .....	<b>88</b>
5.14.	Objetivos, Metas e Ações .....	<b>89</b>
<b>IV. PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....</b>		<b>91</b>
1.	Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais .....	<b>91</b>
2.	Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas .....	<b>92</b>
2.1.	Perfil de Egresso .....	<b>92</b>
2.2.	Seleção de conteúdos .....	<b>93</b>
2.3.	Princípios Metodológicos .....	<b>93</b>
2.4.	Processo de Avaliação do Ensino-aprendizagem.....	<b>94</b>
2.5.	Inovações Acadêmicas e Flexibilização Curricular .....	<b>95</b>
2.5.1.	Atividade Práticas e Estágios .....	<b>96</b>
2.5.2.	Avanços Tecnológicos .....	<b>97</b>
2.5.3.	Desenvolvimento de Material Didático-pedagógico.....	<b>97</b>
2.5.4.	Recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação .....	<b>99</b>
2.5.5.	AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem .....	<b>100</b>
2.5.6.	A integralização da Carga Horária Total dos Cursos .....	<b>100</b>
2.5.7.	Oportunidades Diferenciadas de Integralização Curricular .....	<b>101</b>
3.	Planejamento Didático Instrucional .....	<b>101</b>
3.1.	Modelo Pedagógico da Educação a Distância .....	<b>101</b>

4.	Políticas Institucionais .....	<b>102</b>
4.1.	Política de Ensino .....	<b>103</b>
4.1.1.	Graduação.....	<b>103</b>
4.1.2.	Pós-graduação .....	<b>105</b>
4.2.	Programa Especial de Formação Pedagógica .....	<b>106</b>
4.3.	Educação a Distância (EaD) .....	<b>106</b>
4.4.	Política para a produção acadêmica docente .....	<b>106</b>
4.5.	Política para a Iniciação Científica.....	<b>107</b>
4.6.	Política para a Extensão.....	<b>108</b>
4.7.	Política para a Inovação Tecnológica .....	<b>109</b>
4.8.	Política para a Organização e a Gestão .....	<b>110</b>
4.9.	Política para a Gestão de Pessoas.....	<b>111</b>
4.9.1.	Corpo Docente .....	<b>112</b>
4.9.2.	Corpo Técnico-administrativo .....	<b>113</b>
4.9.3.	Corpo Docente.....	<b>113</b>
4.10.	Política para a Comunicação.....	<b>114</b>
4.11.	Responsabilidade social da instituição .....	<b>115</b>
4.11.1.	Políticas para Educação Inclusiva .....	<b>116</b>
4.11.2.	Políticas para as Interfaces Sociais .....	<b>116</b>
4.11.3.	Direitos Humanos .....	<b>118</b>
4.11.4.	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.....	<b>118</b>
4.11.5.	Política Nacional de Educação Ambiental .....	<b>118</b>
4.11.6.	Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista .....	<b>119</b>
4.12.	Políticas para a Infraestrutura .....	<b>119</b>
4.13.	Política institucional direcionada à memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural .....	<b>120</b>
4.14.	Política institucional para a defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.....	<b>121</b>
<b>V.</b>	<b>CURSOS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS.....</b>	<b>123</b>
1.	Programação de abertura de cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnólogo).....	<b>123</b>
2.	Programação de abertura de cursos de pós-graduação Lato Sensu.....	<b>123</b>
3.	Programas de iniciação científica .....	<b>124</b>
4.	Programas de extensão .....	<b>125</b>
5.	Atividades Articuladas ao Ensino.....	<b>125</b>
5.1.	Atividades Complementares – AC .....	<b>125</b>
5.2.	Estágios Curriculares.....	<b>126</b>
<b>VI.</b>	<b>CORPO SOCIAL.....</b>	<b>128</b>

1.	CORPO DOCENTE.....	<b>128</b>
1.1.	Requisitos de titulação e Regime de trabalho .....	<b>128</b>
1.2.	Experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica .....	<b>129</b>
1.3.	Plano de Gestão e de Carreira Docente.....	<b>129</b>
1.4.	Os critérios de seleção e contratação .....	<b>130</b>
1.5.	Políticas de qualificação e Capacitação .....	<b>131</b>
1.6.	Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro .....	<b>132</b>
1.7.	Cronograma de expansão do corpo docente, considerando o período de vigência do PDI .....	<b>132</b>
2.	Tutores .....	<b>133</b>
2.1.	Requisitos de titulação .....	<b>133</b>
2.2.	Critérios de Seleção e Contratação.....	<b>133</b>
2.3.	Qualificação e Capacitação Profissional .....	<b>133</b>
2.4.	Plano de Carreira e Regime de Trabalho .....	<b>134</b>
2.5.	Cronograma de expansão do Corpo de Tutores, considerando o período de vigência do PDI .....	<b>135</b>
3.	CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO .....	<b>135</b>
3.1.	Os critérios de seleção e contratação .....	<b>135</b>
3.2.	Políticas de qualificação e capacitação .....	<b>136</b>
3.3.	Plano de carreira e regime de trabalho .....	<b>137</b>
3.4.	Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-administrativo .....	<b>137</b>
4.	CORPO DISCENTE.....	<b>137</b>
4.1.	Formas de acesso .....	<b>137</b>
4.2.	Programas de apoio pedagógico e financeiro .....	<b>139</b>
4.3.	Estímulos à permanência .....	<b>139</b>
4.3.1.	Apoio psicopedagógico e psicológico ao discente .....	<b>139</b>
4.4.	Programa de Nivelamento .....	<b>141</b>
4.5.	Acessibilidade Metodológica e Instrumental .....	<b>142</b>
4.6.	Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil) .....	<b>143</b>
4.7.	Acompanhamento dos egressos .....	<b>143</b>
4.8.	Ouvidoria .....	<b>144</b>
4.9.	Registros Acadêmicos .....	<b>146</b>
<b>VII. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA .....</b>		<b>147</b>
1.	Estrutura organizacional com as instâncias de decisão .....	<b>147</b>
2.	Organograma Institucional e Acadêmico .....	<b>148</b>
3.	Órgãos colegiados: competências e composição .....	<b>149</b>
4.	Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas .....	<b>153</b>
5.	Autonomia da IES em relação à mantenedora .....	<b>153</b>

6.	Relações e Parcerias com a Comunidade, Instituições e Empresas .....	<b>154</b>
7.	Autoavaliação Institucional .....	<b>155</b>
7.1.	Metodologia, dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo de autoavaliação .....	<b>156</b>
7.2.	Formas de participação da comunidade acadêmica .....	<b>158</b>
7.3.	Formas de utilização dos resultados das avaliações .....	<b>159</b>
8.	Projeto de Acervo Acadêmico em Meio Digital .....	<b>159</b>
<b>VIII.</b>	<b>INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS .....</b>	<b>160</b>
1.	Infraestrutura Física .....	<b>160</b>
1.1.	Instalações Administrativas .....	<b>161</b>
1.2.	Infraestrutura de Segurança .....	<b>161</b>
1.3.	Manutenção e conservação das instalações físicas .....	<b>162</b>
1.4.	Manutenção e conservação e expansão dos equipamentos .....	<b>162</b>
1.5.	Previsão de Implantação de Polos .....	<b>162</b>
2.	Infraestrutura acadêmica .....	<b>162</b>
2.1.	Biblioteca .....	<b>162</b>
2.2.	Acervo Geral .....	<b>163</b>
2.2.1.	Serviço de acesso ao acervo .....	<b>163</b>
2.2.2.	Serviço de referência .....	<b>163</b>
2.2.2.1.	Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos .....	<b>164</b>
2.2.2.2.	Filiação institucional à entidade de natureza científica .....	<b>164</b>
2.2.3.	Política de aquisição, expansão e atualização .....	<b>164</b>
2.2.4.	Horário de Funcionamento .....	<b>165</b>
2.2.5.	Espaço Físico .....	<b>165</b>
2.2.6.	Pessoal Técnico-administrativo .....	<b>166</b>
2.2.6.1.	Instalações para estudos individuais .....	<b>166</b>
2.2.6.2.	Instalações para estudos em grupos .....	<b>166</b>
2.2.6.3.	Acervo Geral .....	<b>166</b>
2.2.6.4.	Acervo Específico para os Cursos .....	<b>166</b>
2.3.	Sala para Docentes em Tempo Integral .....	<b>167</b>
2.4.	Sala da Coordenação do Curso .....	<b>167</b>
2.5.	Salas de Professores .....	<b>167</b>
2.6.	Sala de Tutoria .....	<b>167</b>
2.7.	Salas de Aula .....	<b>167</b>
2.8.	Sala da CPA .....	<b>167</b>
2.9.	Espaço para atendimento aos discentes .....	<b>167</b>
2.10.	Auditório .....	<b>168</b>



2.11.	Estúdio de Gravação.....	168
2.12.	Espaço de Convivência e Alimentação .....	168
2.13.	Instalações Sanitárias .....	168
2.14.	Laboratórios .....	168
2.14.1.	Laboratórios de Informática .....	169
2.14.2.	Laboratórios Específicos .....	169
2.14.2.1.	Brinquedoteca .....	170
2.14.3.	Estrutura de Polos - EaD .....	170
2.14.4.	Infraestrutura Tecnológica.....	170
2.14.5.	Relação Equipamentos/alunos/curso.....	170
2.14.6.	Inovações Tecnológicas Significativas .....	171
2.14.7.	Infraestrutura e Execução e Suporte .....	171
2.14.8.	Plano de expansão e atualização de equipamentos .....	171
3.	Atendimento às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida.....	172
3.1.	Plano de promoção de acessibilidade e atendimento prioritário .....	172
<b><i>IX. PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO .....</i></b>		<b>175</b>
1.	Política Financeira e Orçamentária .....	175
2.	Estratégia de Gestão Econômico-Financeira .....	176
3.	Previsão orçamentária e cronograma de execução .....	176
<b><i>X. VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DO PDI .....</i></b>		<b>178</b>
<b><i>XI. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA .....</i></b>		<b>180</b>

---

## I. DA APRESENTAÇÃO

---

*A palavra Planejamento lembra pensar, criar, moldar ou mesmo tentar controlar o futuro da organização dentro de um horizonte estratégico. Podemos dizer que planejamento pode ser o processo formalizado para gerar resultados a partir de um sistema integrado de decisões.*

(Fernandes; Beppler, 2013)

De acordo com Fernandes e Beppler (2013) considera-se Planejamento a *formulação sistemática de estratégias, ações estratégicas e a escolha da melhor ação no momento certo para a organização, e por isso mesmo pode até ser confundido com o processo de tomada de decisões.*<sup>1</sup>

O planejamento possui caráter abrangente uma vez que estuda e analisa todos os aspectos da organização e não apenas parte dela ou um determinado setor. Ao mesmo tempo também reflete um caráter temporal, pois é definido em um espaço de tempo.

Destacam-se ainda algumas características do planejamento, tais como:

- Diz respeito às implicações futuras de decisões presentes.
- É processo composto de ações inter-relacionadas e interdependentes que visam alcançar objetivos previamente estabelecidos.

Dentre os documentos oficiais direcionadores da existência de uma Instituição de Ensino Superior encontra-se o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, conforme conceitua o Ministério da Educação, elaborado para um período de 5 (cinco) anos, é o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver.

A elaboração do PDI deverá explicitar o modo pelo qual o documento foi construído e a interferência que exercerá sobre a dinâmica da Instituição, tendo como pressuposto o atendimento ao conjunto de normas vigentes.

---

<sup>1</sup> Fernandes, Pereira, Maurício; Beppler, Mônica Kulkamp. *Planejamento estratégico: a contribuição da cultura organizacional para o processo de implementação da estratégia*. São Paulo: Atlas, 2013.

O Plano de Desenvolvimento Institucional representa a vivência da instituição em toda a sua plenitude. Integrado aos principais documentos institucionais, como o Projeto Político-Pedagógico Institucional, Regimento Geral, principalmente, congrega as bases filosóficas, pedagógicas e de gestão, compondo o fio condutor para a implementação das políticas institucionais.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Escola Superior de Educação e Negócios – ESN para o período de 2019-2023, está organizado considerando os parâmetros legais do Decreto nº. 9235 de 15 de dezembro de 2017, D.O.U. de 18/12/17, no qual em seu Artigo 21 apresenta os tópicos que devem constar no PDI os quais merecem atenção e avaliação do MEC/INEP, nos processos de avaliação da IES.

A Instituição para ser reconhecida pelo mercado como uma instituição inovadora, de boa performance, deve se caracterizar pela permanentemente construção de novos caminhos que lhe permitam criar diferenciais competitivos que sejam perceptíveis à comunidade acadêmica e a comunidade externa. Trata-se de um longo e complexo desafio.

O cenário futuro ao qual a Instituição se deparará, será constituído de intensas mudanças no diz respeito ao cenário social, com novos enfoques no processo evolutivo da sociedade. Dentre essas mudanças destacam-se:

- A configuração física e geográfica com base na sua abrangência, considerando-se o local onde está instalada, somado à sua extensão a partir das operações midiáticas.
- O desenvolvimento exponencial do conhecimento.
- As novas tecnologias de informação e comunicação que cada vez mais incorporam o viver das pessoas.
- As redes de relacionamento que fazem parte do cotidiano e são estudadas e consideradas pelas mais diversas organizações e setores como fontes de controle para sua sobrevivência.
- Os empregos que irão exigir um conjunto significativamente mais complexo de habilidades interdisciplinares, como solução de problemas, discernimento, análise de dados, estabelecimento de relacionamentos, cooperação e comunicação com os colegas de trabalho.
- A necessidade de preparar o profissional com perfil compatível com as mudanças sociais, econômicas e culturais.
- O desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para o futuro.
- O perfil dos alunos da geração digital.
- O surgimento de diferentes concorrentes, estendendo-se além das Instituições do entorno.
- As consultorias que se estabelecem para preparar os indivíduos sobre como desenvolver as habilidades necessárias, bem como reflexões sobre como preparar as organizações para enfrentar o futuro, concorrendo com as IES.

Além disso, é preciso buscar respostas para os diversos fatores que devem direcionar a formulação de suas políticas institucionais, seu foco, valores, missão e visão, buscando definir indicadores, como:

- A estrutura de uma proposta pedagógica que dê sustentação à formação desejada e necessária.
- A infraestrutura física e tecnológica necessária para dar condições de operacionalização dos projetos pedagógicos.
- A abordagem do conhecimento, considerando-se a diversidade metodológica, bem como a velocidade com que se gera conhecimentos atualmente.
- A preparação do aluno com conhecimentos habilidades e atitudes para continuar aprimorando competências e conhecimentos após a sua conclusão da graduação.
- A definição de como conceituar ‘bancos escolares’, uma vez que a educação atualmente se opera de inúmeras formas e locais;
- As estratégias da busca de alunos e a performance de suas localizações: nas dependências do prédio/campus; nos polos de EaD; em suas casas ou trabalho; conectados embora em lugares diferentes;

- A identificação e integração de metodologias favoráveis para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem frente a toda a mudança que ocorre no cenário educacional atual.

Considerando essas premissas, a instituição de ensino deve se colocar como propulsora da inovação em sintonia com a sociedade do conhecimento que tem como uma de suas principais características a mudança constante.

Essas mudanças dizem respeito ao repensar tanto as suas estruturas de gestão administrativa e financeira, como sua visão acadêmica, no sentido de revisitar sua filosofia e propostas pedagógicas que direcionam toda a visão de educação e norteiam o perfil das formações que oferece. E isto se reverte em problemas estratégicos cuja busca de soluções se torna o cotidiano para a gestão institucional.

Somam-se a essas circunstâncias a observação contínua das questões de regulação e autorregulação do MEC que, juntamente com as entidades profissionais têm cobrado maior qualidade das instituições de ensino, sendo necessária a atenção em relação às melhorias nos processos avaliativos.

Para a fundamentação da gestão estarão integrados os propósitos institucionais contidos nos diversos documentos de responsabilidade principal da entidade mantenedora.

Assim, o Plano de Desenvolvimento Institucional, contendo as bases estratégicas da Instituição, torna-se instrumento fundamental para o processo de tomada de decisão.

## II. DA IDENTIFICAÇÃO

### 1. Da Mantenedora

#### 1.1. DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTENEDORA

<b>Mantenedora</b>	Associação Educacional Latino Americana						
<b>CNPJ:</b>	12.295.018/0001-47						
<b>End.:</b>	Rua Padre Adelino, conjunto 121, 12º andar			<b>nº:</b>	2.074		
<b>Bairro:</b>	Quarta Parada	<b>Cidade:</b>	São Paulo	<b>CEP:</b>	03.303-000	<b>UF:</b>	SP
<b>Fone:</b>	(14) 3422-1815						
<b>e-mail:</b>	valdir@isped.com.br						

#### 1.2. FINALIDADES

A Associação Educacional Latino Americana – AELA, mantenedora da Escola Superior de Educação e Negócios – ESN, tem como finalidades:

- Promover o ensino superior da graduação e pós-graduação com excelência em todos os graus e modalidades, formando profissionais qualificados nos diferentes campos do conhecimento e por consequência contribuindo para o desenvolvimento do País.
- Fomentar o trabalho de investigação e desenvolvimento de pesquisas/iniciação científica, por meio de incentivos que visam contribuir com o desenvolvimento da ciência e do conhecimento científico;
- Disseminar conhecimentos culturais, científicos e técnicos que contribuam com o desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.
- Transformar a vida das pessoas através da cultura empreendedora e criação colaborativa, tendo, contudo, o aluno e seus objetivos como centro do processo de ensino-aprendizagem.

## 2. Da Mantida

### 2.1. PERFIL INSTITUCIONAL

<b>Mantida:</b>	Escola Superior de Educação e Negócios - ESN			
<b>End.:</b>	Av. Pernambuco	<b>nº:</b>	1.025	
<b>Bairro:</b>	Banzato	<b>Cidade:</b>	Marília	<b>CEP:</b> 17.515-120 <b>UF:</b> SP
<b>Fone:</b>	(14) 3422-1815			
<b>e-mail:</b>	valdir@isped.com.br			

### 2.2. DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTIDA

<b>Nome:</b>	Valdir Carrenho Junior			
<b>Cargo:</b>	Diretor Geral			
<b>End.:</b>	Av. Pernambuco	<b>nº:</b>	1.025	
<b>Bairro:</b>	Banzato	<b>Cidade:</b>	Marília	<b>CEP:</b> 17.515-120 <b>UF:</b> SP
<b>Fone:</b>	(14)3422-1815			
<b>e-mail:</b>	valdir@isped.com.br			

### 2.3. HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

A Escola Superior de Educação e Negócios - ESN, com limite territorial de atuação no município de Marília, Estado de São Paulo constitui-se em uma instituição de ensino superior mantida pela Associação Educacional Latino Americana, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, com sede na Rua Padre Adelino, 2074, Conjunto 121 - Andar 12 - Bairro Quarta Parada, município de São Paulo, SP e com seu Estatuto Social registrado no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital, na cidade de São Paulo (SP), sob nº 104.672, em 04 de junho de 2010.

A proposta de credenciamento da instituição é fruto da visão de seus mantenedores, já atuantes na educação superior há alguns anos, tanto no País, como em países vizinhos, entrelaçados no Mercosul.

A criação da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN foi planejada para atuar no interior do Estado de São Paulo. O conhecimento prévio da região de Marília e de seu entorno pelos Mantenedores, favoreceu a opção de sua instalação no Município.

O projeto de criação da ESN sedimenta-se na visão de seus Mantenedores de propiciar um ensino de qualidade, atento às exigências de mercado, em uma proposta de total integração e convivência com o município sede e, com abrangência também à região de seu entorno, prospectando as necessidades locais, tanto no campo social como em suprir as necessidades de empregabilidade e de formação superior de sua comunidade.

Segundo o Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação, no processo de universalização e democratização do ensino, especialmente no Brasil, em que os déficits educativos e as desigualdades regionais são elevados, os desafios educacionais existentes podem ter, na Educação a Distância, uma modalidade de ensino de indiscutível eficácia. Além do mais, os programas educativos podem desempenhar um papel inestimável no desenvolvimento cultural da população em geral.

Com o propósito de atender às demandas sociais na área da Educação, a Escola Superior de Educação e Negócios - ESN, com vistas à concretização da sua missão e visão institucional, investirá na crescente implantação de cursos na modalidade da Educação a Distância (EaD) em nível regional, nacional e internacional.

A metodologia baseada na educação a distância busca um aprendizado ativo em que os conteúdos e as estratégias pedagógicas são planejados para que ocorra um alto grau de interação entre o aluno, seus professores, tutores e seus colegas. Essa interação deverá ser mediada tanto por meio de recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como em interatividades pedagógicas.

Dentre as principais vantagens da modalidade a distância, destacam-se:

- Democratização do saber, em virtude do acesso facilitado por meios tecnológicos.
- Determinação da própria rotina de estudos, o que flexibiliza a organização da aprendizagem.
- Determinação do ritmo de construção do conhecimento, pelo qual o aluno pode explorar o seu potencial individual.
- Oportunidade de atendimento individualizado.
- Independência espaço-temporal.
- Possibilidade de aprendizagem de forma permanente e continuada.
- Possibilidade de um ensino participativo pelo uso das TICs.
- Formação para a cidadania e o compromisso social integrado à realidade socioeconômica brasileira.
- Articulação da organização curricular com o mundo do trabalho e as demandas da sociedade organizada.

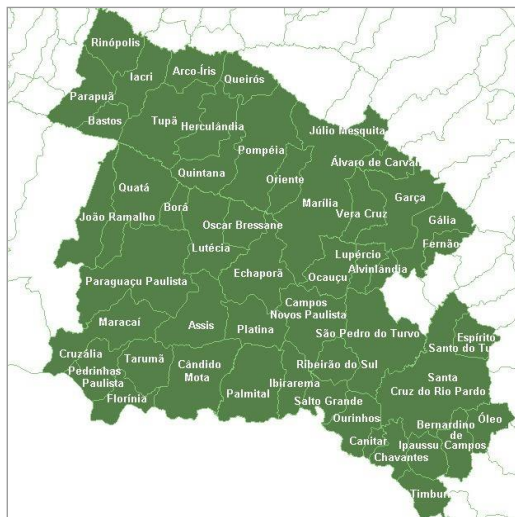
A Escola Superior de Educação e Negócios - ESN possui como eixo norteador de sua estrutura organizacional e de gestão seus documentos oficiais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o Regimento Geral, como também todas as demais normas regulamentadoras emanadas de seus colegiados superiores, acompanhados das normativas e legislação dos órgãos do governo federal.

## 2.4. INSERÇÃO REGIONAL

A área de abrangência direta da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN encontra-se na região centro-oeste do Estado de São Paulo – influenciando, inclusive, municípios vizinhos pertencentes ao norte do Estado do Paraná. A Instituição atende, pois, a alunos que buscam formação superior num raio aproximado de 100 km.

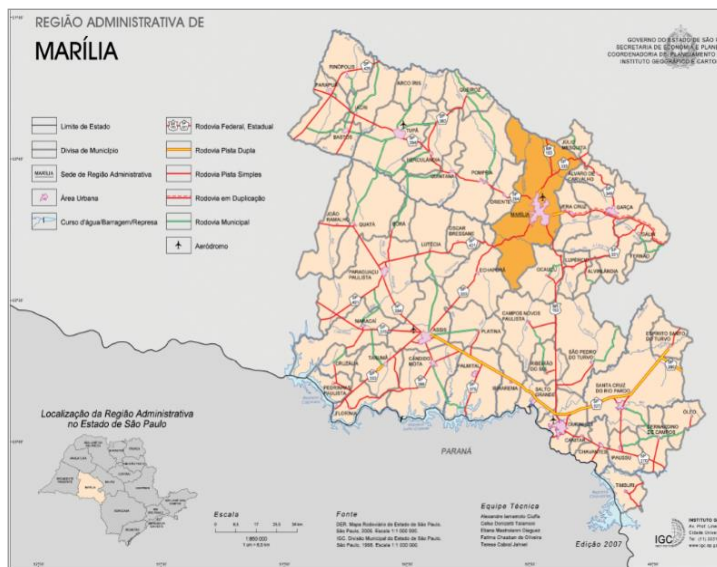
A região de influência do curso está demonstrada na figura a seguir.

**Figura 1: Região de influência do curso.**



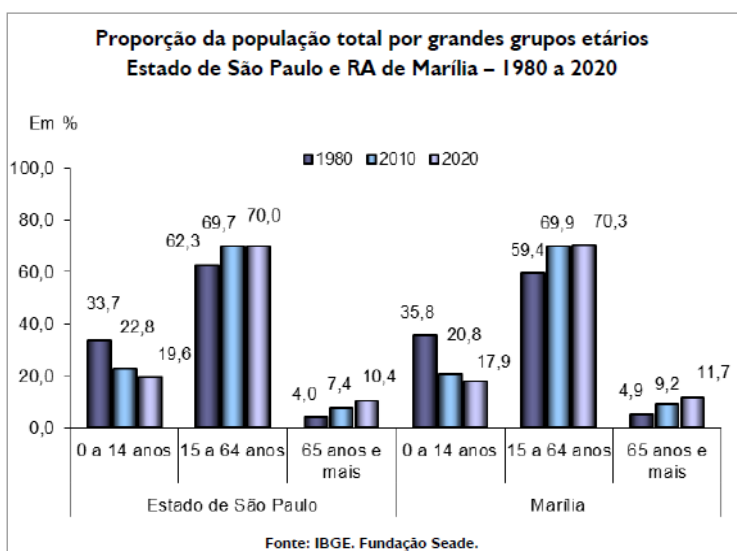
Quanto à Região Administrativa (RA) de Marília, ocupa uma área de 18.458 km<sup>2</sup>, correspondendo a 7,4% do território paulista, sendo composta por 51 municípios distribuídos em três bacias hidrográficas: Médio Paranapanema, Aguapeí e Peixe<sup>2</sup>.

**Figura 2: Região Administrativa de Marília.**



A região é servida por importante infraestrutura de transportes, contando com ferrovias e rodovias estaduais e federais que permitem o escoamento da produção, o alargamento do comércio e dos serviços, bem como o deslocamento de pessoas.

**Figura 3: Estado de São Paulo e Região Administrativa de Marília – proporção da população.**



Por outro lado, apesar de relativamente nova (fundada em 1929), Marília já sofreu variações demográficas muito significativas; segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de 1940 a 1991, o crescimento populacional foi de 133%.

<sup>2</sup>Dados da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional em publicação do Governo do Estado de São Paulo. Abril/2013.

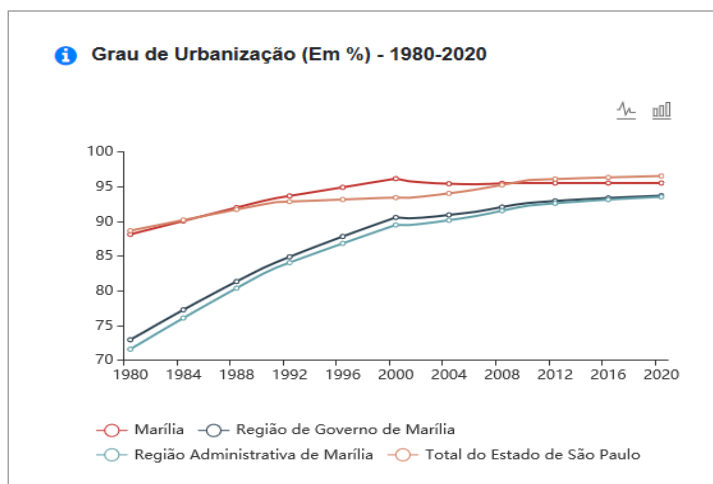


• **Dados demográficos do Município de Marília.**

Marília possui uma população estimada em 2019 (IBGE) em 238.882 habitantes (a 32ª do Estado de São Paulo)<sup>3</sup>, que se caracteriza por ser predominantemente urbana (mais de 95%). Além disso, de acordo com convenções da ONU, em vista de diversos indicadores, dentre eles população, renda, área, IDH.

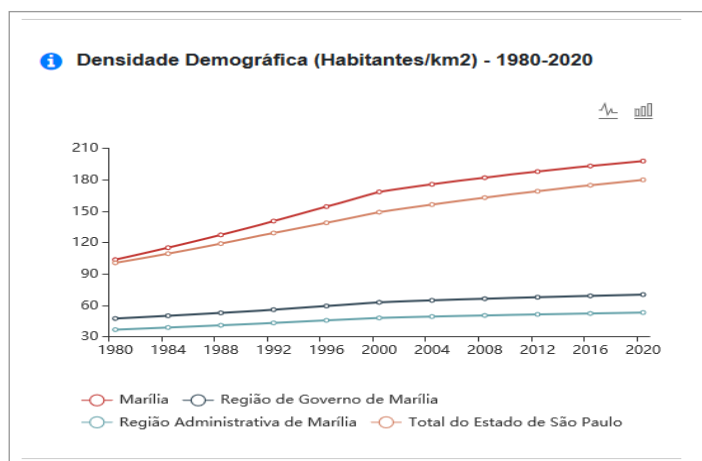
A figura a seguir demonstra a evolução do grau de urbanização do município.

**Figura 4: Grau de urbanização – 1980-2020 - comparativo.**



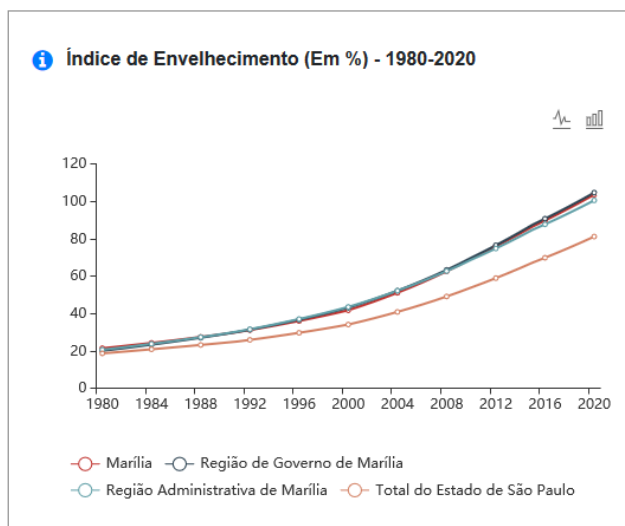
A densidade demográfica em 2020 apresenta 197,82 habitantes por km. A figura a seguir demonstra a evolução da densidade demográfica do município.

**Figura 5: Densidade demográfica – 1980-2020 – comparativo.**



<sup>3</sup> IBGE 2020.

**Figura 6: Índice de envelhecimento – 1980-2020 – comparativo.**



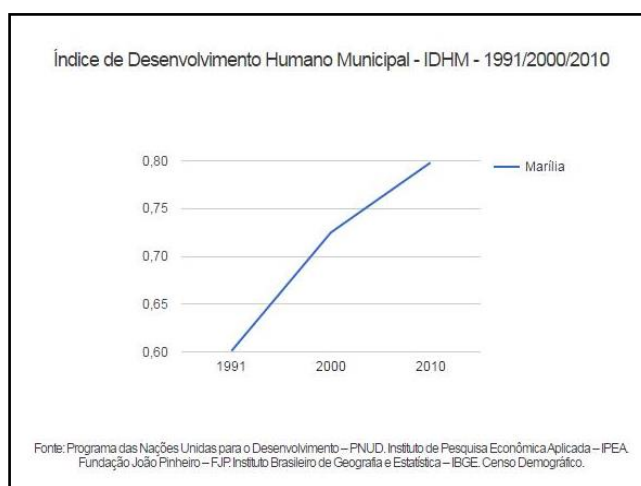
Um dado populacional de grande incidência atualmente medido é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM.

Conforme define o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDHM em 2010, do município de Marília divulgado é de 0,798, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,854, seguida de Educação, com índice de 0,776, e de Renda, com índice de 0,768.

A figura a seguir demonstra a evolução do IDHM de Marília, no período de 1991 a 2010.

**Figura 7: IDHM – Marília – 1991/2000/2010 – comparativo.**



De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,601, em 1991, para 0,798, em 2010, enquanto o IDHM do Estado de São Paulo passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 32,78% para o município e 47% para o Estado; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 50,63% para o município e 53,85% para o Estado. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda. Comparativamente, o Estado de São Paulo, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Marília ocupa a 47ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).<sup>4</sup>

## 2.4.1. CENÁRIO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO E DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

### 2.4.1.1. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

Marília situa-se na região Centro-Oeste Paulista, na parte mais ocidental da Serra de Agudos, a 490º 56' 46" de longitude e 230º 13' 10" de latitude sul. Fica distante da Capital do Estado 443 km por rodovia; 529 km por ferrovia e 376 km em linha reta. O município é servido por duas rodovias estaduais e uma federal – a Comandante João Ribeiro de Barros (SP-294), Dona Leonor Mendes de Barros (SP-333), e a Transbrasiliana (BR-153). Também possui aeroporto com voos regulares para Campinas, com conexões para todo o País. O Terminal Rodoviário Interurbano (Rodoviária) tem uma das arquiteturas mais contemporâneas. Possui uma área total de 1.194 km<sup>2</sup>, sendo 42 km<sup>2</sup> de área urbana e 1.152 km<sup>2</sup> de área rural. Tem uma altitude de 650 m e sua topografia descreve uma região montanhosa.

Marília tem um Horto Florestal de 554 hectares; um Bosque Municipal de 17,36 hectares; uma área reservada ao reflorestamento de 2 000 hectares e uma área de 7 400 hectares de vegetação natural.

Ocupando uma localização estratégica na região, Marília possui também um aeroporto municipal que é utilizado para vôos privados e aviões a médio porte. Conta com canal de TV local, além de repetidoras das grandes redes de TV; quanto à infraestrutura de informação, esta é excelente, com diversos jornais de circulação diária e serviços de Internet. Declaradamente, Marília polariza ampla área com articulações que se estendem a vários municípios do norte do Paraná.

### 2.4.1.2. BREVE HISTÓRICO

Em 1923, Antônio Pereira da Silva e seu filho José Pereira da Silva foram os pioneiros da região, desbravaram terras próximas aos Rios Feio e Peixe cujo nome dado foi Alto Cafezal.

Em 1926, um deputado da época, Sr. Bento de Abreu Sampaio Vidal, originário de São Carlos e Araraquara, procede ao loteamento de seu patrimônio.

Cel. José Brás (José da Silva Nogueira) de origem familiar de Itapetininga SP faz sua "entrada" em Marília em 1927. Os "Nogueira" tinham cerca de 40% das terras da fazenda Bomfim. Suas faixas de terras foram loteadas e principiou o processo civilizatório de Marília, antigamente espigão do Alto Cafezal. Hoje, onde estão a Rua Cel. Galdino de Almeida, Av. Rio Branco e Cel. José Brás (José da Silva Nogueira) passando pela vila Barbosa até as universidades (Univem, Unesp e Unimar) eram terras desbravadas pelos Nogueira e Almeida. Descendentes dos antigos Nogueira ainda continuam residindo em Marília.

A Companhia Paulista de Estradas de Ferro vinha avançando seus trilhos de Piratininga até chegar a Lácio; e de acordo com o esquema dessa companhia, as estradas que iam sendo inauguradas no ramal, eram denominadas por ordem alfabética; sendo que o próximo ramal deveria ter seu nome começado pela letra "M". Foram propostos vários nomes, como "Marathona", "Mogúncio" e "Macau", mas Bento de Abreu não ficou satisfeito com nenhum desses; em uma de suas viagens de navio à Europa leu o livro de Tomás Antônio Gonzaga "Marília de Dirceu", de onde escolheu o nome de Marília.

A cidade de Marília, com essa denominação foi criada pela Lei Estadual nº 2161, em 22 de dezembro de 1926, ainda como um distrito de Cafelândia. Em 1928 é elevada a categoria de município, por Lei Estadual nº 2320, de 24 de

<sup>4</sup> PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/1187](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/1187)

dezembro de 1928. Sendo que sua instalação oficial se deu a 4 de abril de 1929, data em que é comemorado seu aniversário. É, por isso, um município relativamente novo.

No início a economia de Marília era baseada no cultivo de café que com o tempo foi sendo substituído pelo algodão. Graças ao algodão, em 1934 e 1935 foram instaladas as duas primeiras indústrias no município (duas fábricas de óleo). Com a expansão da industrialização ao interior paulista, houve um aumento da malha ferroviária e rodoviária, com isso Marília ligou-se a várias regiões do estado de São Paulo e ao norte do Paraná.

Na década de 1940, o município se firmou como polo de desenvolvimento do Oeste Paulista, quando se verificou um grande crescimento urbano e populacional.

Na década de 70, houve um novo ciclo industrial no município com a instalação de novas indústrias, principalmente na área alimentícia e metalúrgica. Com a posterior instalação de vários cursos universitários, Marília pode atrair vários jovens a região o que ajudou no desenvolvimento do comércio do município.

Hoje Marília conta com aproximadamente 50 indústrias na área alimentícia sendo conhecida como "Capital Nacional do Alimento".

O espaço físico da cidade apresenta característica que interfere em seu uso, na medida em que a existência de escarpas íngremes separa o topo do relevo dos fundos de vale e define as áreas próprias à expansão urbana. Assim, a organização espacial da malha urbana é particular, principalmente pelo fato de a estrada de ferro ter sido inaugurada após a formação da cidade, localizando-se no espigão, como um divisor de águas, cercada de paredões íngremes.

Assim, o processo de crescimento envolveu três momentos. O primeiro deles abrange a fundação do município até a Segunda Guerra, quando ocorreram os primeiros loteamentos. O segundo durou até a década de 1970, quando se deu passos mais largos em direção ao crescimento populacional. E o terceiro iniciou-se a partir de então, com a aceleração do crescimento da área urbana e a criação de grande número de loteamentos.

Da mesma forma, da década de 50 em diante, intensificou-se a expansão urbana em direção aos eixos norte e sul da cidade, acompanhando os contornos da ferrovia, ao mesmo tempo em que o crescimento seguia, também, o eixo rodoviário para Assis, a oeste, e ferroviário para Pompeia e Tupã, a norte e a noroeste. Os loteamentos implantados em descontínuo à malha urbana já constituída eram destinados aos segmentos sociais de menor poder aquisitivo, com lotes de pequenas dimensões e muitas unidades habitacionais.

A intensificação do crescimento territorial de Marília, entre os anos de 1970 e 1980, é explicada, também, pela regularização de loteamentos já existentes e pela ampliação do mercado imobiliário, sendo que, em meados da década de 1970, em boa parte do espaço urbano, a urbanização já havia atingido os limites impostos pela topografia e a formação de novos bairros, de mais difícil acesso, acentuou a mobilidade populacional. Na década de 1990, iniciou-se a implantação de loteamentos fechados, sobretudo na zona leste, seguindo a direção das vias principais de acesso à cidade, localizando-se nas extremidades do perímetro urbano. Quanto ao setor comercial, a abertura de novos estabelecimentos de pequeno porte e de shopping centers ocorreu, principalmente, na zona sul.

Em 22 de março de 2005, o prefeito Mário Bulgarelli sanciona a lei nº 6230 que institui que a bandeira Municipal tem de ser terciada em vertical com partes idênticas, duas laterais em azul (não mais em vermelho) com a tira central na cor branca onde é aplicada o Brasão de Armas do Município no seu exato meio. A antiga bandeira era de 1978. A bandeira vermelha (cor original) simbolizava o café, sempre presente na história do município. Em 2010, por imposição da justiça, a bandeira da cidade retornou à sua aparência original. Sai o azul das faixas laterais para o retorno do vermelho.

Atualmente o Município de Marília é composto pelos Distritos de Marília, Amadeu Amaral, Avencas, Dirceu, Lácio, Padre Nóbrega e Rosália.

**Fatos históricos relevantes de Marília:**

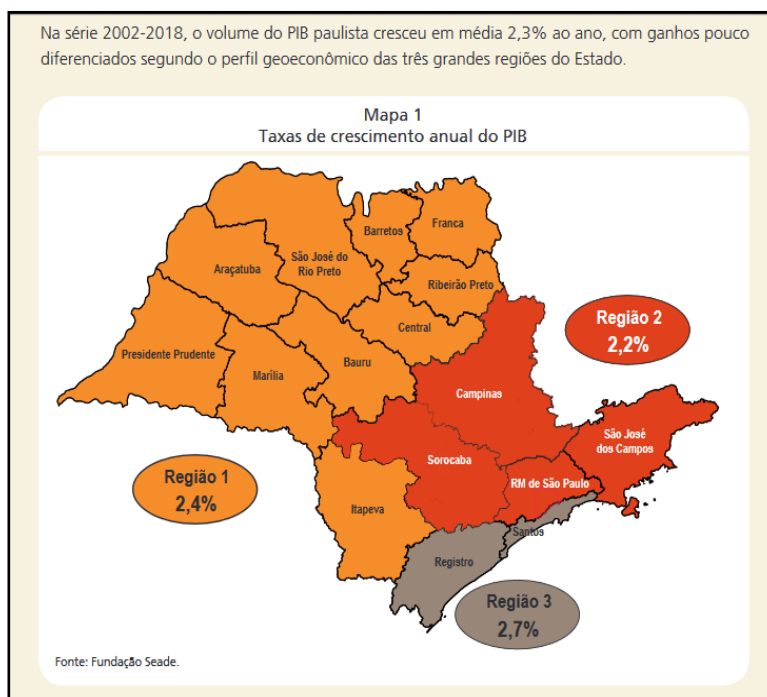
- **Marília teve a primeira rodoviária do Brasil** - na época de sua fundação, Marília concentrava grande parte do transporte rodoviário do estado, o que levou sua administração a tomar uma decisão inédita no Brasil: criar uma estação rodoviária, isto em 1938. Ela ficava localizada na antiga Av. Barão de Mauá (hoje Av. Tancredo Neves).
- **Aqui nasceu o Banco Bradesco** – reconhecidamente, um dos maiores bancos privados do Brasil, o Bradesco teve sua origem na cidade. Marília foi a primeira cidade do Brasil a ter um caixa eletrônico. Devido ao pioneirismo tecnológico do Bradesco, Marília teve o primeiro CAIXA ELETRÔNICO do Brasil, que ficava localizado na Rua Prudente de Moraes, ao lado da saída do estacionamento do banco. Hoje esse caixa eletrônico está em exposição no Museu Municipal “Helio Antônio Scarabotollo”.
- **Aqui também nasceu a Companhia Aérea Tam** – a TAM Linhas Aéreas, uma das empresas mais bem sucedidas do Brasil, também teve suas origens aqui em Marília. No início chamava-se “Táxi Aéreo Marília” e surgiu em 1961.
- **Marília já foi a cidade que mais cresceu no mundo** – na década de 50, Marília atingiu o pico de seu crescimento, devido principalmente a cultura do café, sendo considerada a cidade que mais cresceu no mundo.
- **A fotografia em 360º foi criada aqui** – utilizando um conjunto de espelhos SEBASTIÃO CARVALHO LEME criou a fotografia 360 graus, capaz de capturar a imagem de todo o ambiente em uma única tomada.
- **Marília terra de dinossauros** – o Pesquisador Wiliam Nava encontrou fósseis de espécies de pequenos crocodilos que foram batizados de Mariliasuchus amaralie Adamantinasuchus navae.
- **Estamos no Guinness Book – Norton Emerson** – radialista bateu recorde de permanência no ar – 100 horas ininterruptas de transmissão diretamente do estúdio montado na Galeria Atenas.
- **Encarnação Olivas Pacheco** – conhecida como Vó Nena, de 86 anos realizou o seu sonho de saltar de paraquedas em 1992, entrando para o livro dos recordes como a paraquedista mais idosa.
- **Hibiscus Híbrido** – é uma flor de rara beleza que conta com mais de 1400 variedades (cores). Um dos poucos cultivadores registrados no Brasil encontra-se em Marília. O senhor Ademir Antônio de Oliveira.
- **Marilienses de destaque:** Osmar Santos, famoso narrador esportivo; Tetsuo Okamoto foi o primeiro atleta brasileiro a ganhar uma medalha olímpica, bronze na natação. Sua história e troféus estão expostos na sala de troféus do Yara Clube; Thiago Braz, medalha de ouro na modalidade salto com vara e novo recordista (Olimpiadas 2016).

**2.4.1.3. CENÁRIO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO E DO MUNICÍPIO**

Sobre a estrutura econômica da Região Administrativa (RA) como um todo, esta contempla atividades dos setores primário e secundário, sendo a agroindústria (sucroalcooleira e biocombustíveis) e a indústria de alimentos e bebidas os principais segmentos em funcionamento.

Na série 2002-2018, o volume do PIB Paulista cresceu em média 2,3% ao ano, com ganhos pouco diferenciados segundo o perfil geoeconômico das três grandes regiões do Estado conforme demonstra o gráfico na sequência.

Figura 8 - PIB Paulista 2018



Os quadros na sequência demonstram os municípios da RA e do município de Marília, na participação em empregos, nas principais atividades no ano de 2018.

Participação dos Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura no Total de Empregos Formais (Em %) - 2018	
Município	1,50
RG	4,90
RA	11,79
Estado	2,38

Participação dos Empregos Formais da Indústria no Total de Empregos Formais (Em %) - 2018	
Município	19,40
RG	22,23
RA	20,66
Estado	17,50

Participação dos Empregos Formais dos Serviços no Total de Empregos Formais (Em %) - 2018	
Município	50,52
RG	47,17
RA	42,07
Estado	56,12

Rendimento Médio dos Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (Em reais correntes) - 2018	
Município	1.673,98
RG	1.684,33
RA	2.171,97
Estado	2.037,83

Participação dos Empregos Formais da Construção no Total de Empregos Formais (Em %) - 2018	
Município	5,89
RG	4,71
RA	3,47
Estado	4,09

Participação dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas no Total de Empregos Formais (Em %) - 2018	
Município	22,70
RG	20,99
RA	22,01
Estado	19,91

A fabricação de produtos alimentícios (indústrias de biscoitos, doces, balas, chocolates, confeitos, café beneficiado, produtos derivados do leite, alimentos congelados, farináceos, cereais, condimentos, temperos, açúcar, entre outros), aliás, é um dos elementos dinamizadores da economia regional; da mesma forma, o setor metal mecânico (máquinas e equipamentos e produtos de metal) da RA de Marília tem relevante participação não apenas regional, mas, inclusive, estadual.

**Cenário Socioeconômico do Município de Marília.**

Restringindo à estrutura econômica apenas a Marília, a sede da RA, o setor primário absorve 11,7% do total de empregos formais<sup>5</sup>; o comércio e os serviços, 33,6% dos vínculos empregatícios; e a indústria 54,7%.

<sup>5</sup> As condições do relevo e do solo de Marília não são propícias para a agricultura.

No início de sua fundação, a economia de Marília era baseada no cultivo do café, que, com o tempo, foi sendo substituído pelo algodão, que, por sua vez, impulsionou a instalação das duas primeiras indústrias no município (duas fábricas de óleo). Com o tempo, dada a expansão da industrialização ao interior paulista, houve o aumento da malha ferroviária e rodoviária, com isso, o município ligou-se a várias regiões do Estado de São Paulo e ao norte do Paraná.

Na década de 1940, Marília se firmou como polo de desenvolvimento do oeste paulista, quando se verificou um grande crescimento urbano e populacional. Já na década de 1970, houve um novo ciclo industrial com a instalação de novas empresas, principalmente na área alimentícia e metalúrgica. Além disso, com a posterior instalação de vários cursos universitários, a cidade também passou a atrair muitos jovens à região, o que proporcionou o desenvolvimento também do comércio.

O estado de São Paulo possui 645 municípios, sendo Marília considerada uma das 100 melhores cidades brasileiras para se investir em negócios. Contempla os seguintes Indicadores<sup>6</sup>:

PIB (R\$ 1.000) em 2017: R\$ 7.719.607,35 a preços correntes, conquistando a 91ª posição entre os maiores PIBs municipais e quanto ao PIB per capita alcançou o valor de R\$ 33.950,25, tendo como participação no PIB do Estado (Em %) 2017 de 0,364157.7

As figuras a seguir demonstram a evolução do PIB do Município, no período de 2010 a 2013.

Figura 9: Município de Marília – PIB a preços correntes, 2002-2017.

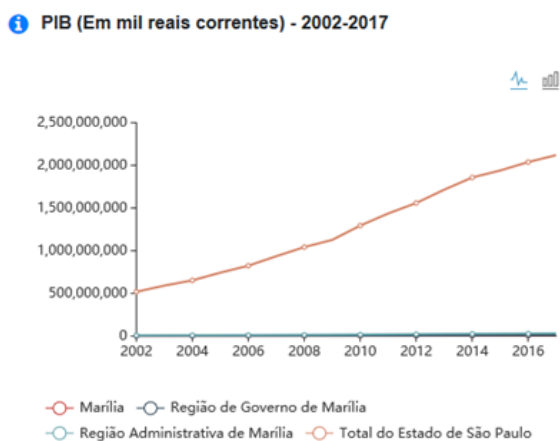
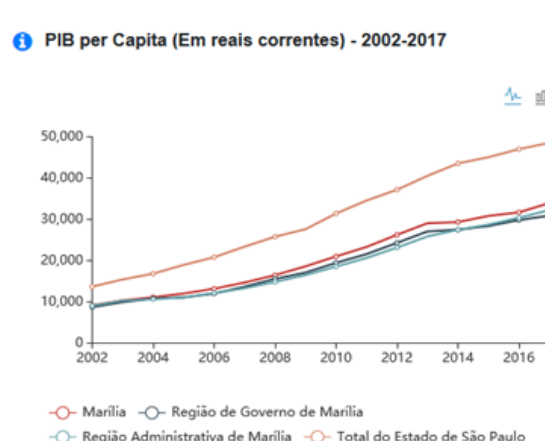


Figura 10: Município de Marília – PIB per capita em reais correntes, 2002-2017



A Prefeitura de Marília através da secretaria municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Marília (SEDT) divulgou dados referentes a expansão do parque empresarial do município, informando que até o mês de novembro de 2019, Marília registrou a abertura de 3.569 novas empresas, nesse período, foram investidos aproximadamente R\$ 16 milhões em capital social pela classe empresarial no município.

Já no ano de 2020, antes da pandemia e mais precisamente no mês de fevereiro a cidade de Marília registrou a abertura de mais 294 novas empresas sendo 257 MEIs (Microempreendedores Individuais) e 37 empresas gerais, com um capital total de R\$ 1.596.400,00. A grande maioria das empresas abertas em fevereiro foi na região central da cidade com 43% do total, seguida pela zona leste com 18%. A zona norte teve 15%, a sul ficou com 13% e a zona oeste registrou 11%.<sup>8</sup>

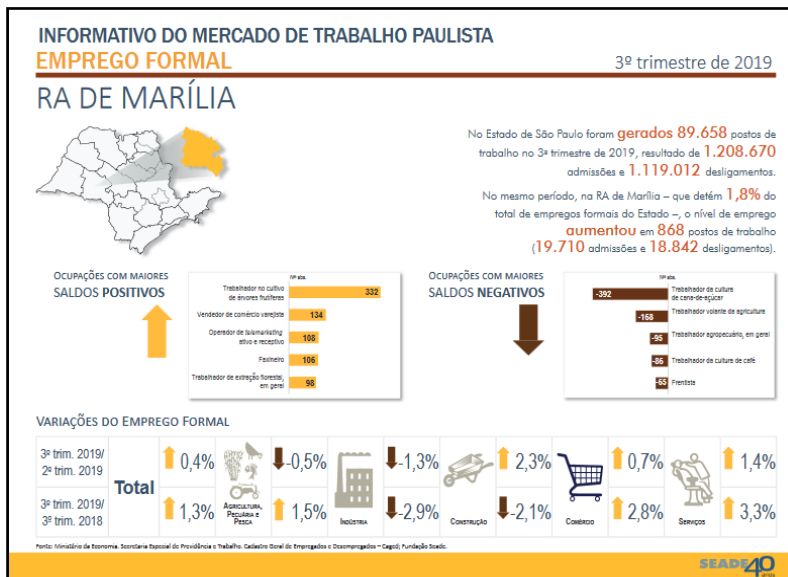
A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE publicou o informativo do mercado de trabalho paulista do 3º trimestre de 2019 demonstrando que a RA de Marília detém 1,8% do total de empregos formais do

<sup>6</sup> IBGE 2019.

<sup>7</sup> Fonte: Fundação Seade. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/analises-e-estudos/>. Acesso em 16 05 2020.

<sup>8</sup> Prefeitura Municipal de Marília – <https://www.marilia.sp.gov.br/> acesso em 22.05.2020.

Estado, o nível de emprego aumentou (geração de 868 postos de trabalho), resultado de 19.710 admissões e 18.842 desligamentos. Percebe-se que apesar da crise atual do país a RA de Marília tem apresentado crescimento.<sup>9</sup>



Outro aspecto econômico do município é sua denominação como a Capital Nacional do Alimento. Há vinte anos, industriais fixados na cidade fundaram a Associação das Indústrias de Alimentos de Marília – ADIMA, visando promover Marília e suas empresas produtoras de alimentos em âmbito nacional e internacional. O slogan nasceu com a instalação da ADIMA e foi oficializado por lei municipal em 1998. Posteriormente, obteve os certificados de direito autoral, da Fundação Biblioteca Nacional do Ministério da Cultura, Escritório de Direitos Autorais do Rio de Janeiro (RJ). Todos os estados brasileiros recebem os produtos aqui fabricados e as exportações são realizadas para os Estados Unidos, Mercosul, Europa, Ásia, Leste Europeu e África.

A chegada de empresas tecnologicamente avançadas à Marília intensificou a concorrência com as empresas locais que, para permanecerem no mercado, tiveram que se reestruturar e intensificar os investimentos. Assim, grande parte das indústrias do ramo alimentício instaladas na cidade passou por processos de reorganização, sobretudo nas técnicas, nos processos, métodos, meios e instrumentos de seu sistema de produção.

Para que tais ajustes acontecessem, o município-polo contou com sua rede estruturada de empresas e equipamentos prestadores de serviços e instituições de educação – públicas e privadas – diretamente articuladas com o ramo industrial alimentício, incluindo: universidades, faculdades de tecnologias e escolas técnicas; transportadoras; laboratórios de análise; empresas de desenvolvimento de embalagens; empresas importadoras e exportadoras; supermercados responsáveis pela distribuição direta ao consumidor; serviços de alimentação, limpeza e vigilância; consultoria financeira e jurídica, dentre outros elementos.

Na área de Tecnologia da Informação em setembro de 2016, o governo do Estado de São Paulo reconheceu oficialmente a cidade de Marília como polo de Tecnologia da Informação com o credenciamento do Arranjo Produtivo Local de Tecnologia da Informação de Marília (APL TI Marília). Incluiu a cidade na Rede Paulista de Arranjos Produtivos Locais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Segundo o site Inova Marília, o Arranjo Produtivo Local de Tecnologia da Informação de Marília (APL TI Marília), é composto por empresas atuantes no ramo de Tecnologia da Informação, por instituições de ensino públicas e privadas, por entidades sem fins lucrativos, associações de classe, comunidades científicas, órgãos de fomento e órgãos públicos, localizados em Marília e cidades circunvizinhas, todos trabalhando em parceria para crescimento e desenvolvimento empresarial, social e econômico da região do centro-oeste do Estado.

<sup>9</sup>Fundação Seade: [https://www.seade.gov.br/mercado-trabalho/wp-content/uploads/2019/11/EF\\_3Trim2019\\_RA\\_Marilia.pdf](https://www.seade.gov.br/mercado-trabalho/wp-content/uploads/2019/11/EF_3Trim2019_RA_Marilia.pdf) acesso em 27 de maio de 2020.



Segundo Juliana Arnaut de Santana, diretora técnica responsável pelo Programa de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais, uma das vantagens do APL é facilitar o acesso de micro, pequenas e médias empresas a programas de gestão empresarial, mercado, processo, produtos e linhas de financiamento, visando ao seu fortalecimento no mercado interno e acesso ao externo. Outra vantagem é incentivar a troca de informações entre as próprias empresas, com as entidades de classe, governos e instituições de ensino e pesquisa.

São mais de 200 empresas gerando mais de 2.500 empregos diretos e indiretos em mais de 13 cidades da região. Inclusive há empresas com reconhecimento nacional e internacional, como é o caso da Buscapé, Locaweb e Boa Vista Serviços.

Em abril de 2021, o APL-TI de Marília obteve classificação com nível máximo de maturidade pelo Governo do Estado de São Paulo. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado, entre os mais 60 APL's reconhecidos pelo Programa Paulista de Fomento aos APL's, somente três obtiveram o nível máximo. Entre os principais benefícios diretos trazido por esta classificação, estão o incremento da capacidade do município em atrair mais negócios e empresas do setor da tecnologia bem como a possibilidade de acesso a editais mais amplos tanto do governo do estado quanto do governo federal. Tal conquista significou o resultado de um trabalho de praticamente uma década dos empresários de entidades como Asserti, CIESP e Sebrae em tornar a região de Marília um polo pujante de desenvolvimento de tecnologia, reconhecido nacional e internacionalmente.

No setor comercial, dispõe de mix de lojas dos mais variados segmentos. O município possui dois shoppings centers, além de um centro comercial com calçada híbrido – iniciativa bem sucedida a medida que permite a passagem de veículos mas ao mesmo tempo garante maior bem estar e segurança aos pedestres – atraindo consumidores de toda a região, num raio de até 100 quilômetros.

O setor agropecuário é representado pelo café, amendoim, melancia, borracha, coco, laranja, manga, maracujá, cana-de-açúcar, mandioca, milho. Suinocultura, bovinocultura (corte e leite) e avicultura (corte e produção de ovos) também tem seu espaço na economia mariliense.

Em relação à prestação de serviços, Marília tem um crescimento expressivo neste segmento contando com aproximadamente 12 mil prestadores de serviço, levando-se em consideração o aumento no número de instituições financeiras (rede bancária), oficinas, escritórios e outros segmentos, além de profissionais liberais dos mais diversos segmentos.

Marília, como polo administrativo, tem representação regional dos mais diversos serviços, institutos, confederações, sindicatos e entidades, como o Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Senac, Senai, Sesi, Ciesp (Confederação das Indústrias do Estado de São Paulo), Sest/Senat (Serviço Social do Transporte/Serviço Nacional de Aprendizagem no Transporte), Ipem (Instituto de Pesos e Medidas), Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), Jucesp (Junta Comercial do Estado de São Paulo), além de entidades locais de expressão como Acim (Associação Comercial e Industrial de Marília), Sincovar (Sindicato do Comércio Varejista de Marília e Região, entre outras.

## Algumas indústrias de Marília.

### Marilan Alimentos S/A

Atualmente a Marilan possui 15 linhas de fabricação em 38 mil m<sup>2</sup> de área construída. Seu parque fabril, com capacidade produtiva de 120 mil toneladas por ano, utiliza processos modernos e equipamentos automatizados. O portfólio da Marilan possui mais de 90 tipos de biscoitos, entre salgados, doces, amanteigados, rosquinhas, recheados, infantis, wafers, cobertos e biscoitos especiais. A Marilan tem hoje em torno de 2.300 funcionários, 1.500 ligados diretamente ao processo de produção. A fábrica funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana.



### Intercoffee



A Intercoffee, fundada em 1962, iniciou suas atividades como Comissária e Exportadora de café, atuando também no setor Agro Pastoril como cultivo do café e criação de bovinos. Na década de 70, a empresa conquistou forte presença no mercado posicionando-se entre as maiores do país, devido a sua ótima performance na exportação de café cru para países da Europa, América do Norte e Ásia. Alguns anos depois, em 1975, a Intercoffee iniciou sua atuação no segmento de café torrado e em grãos. As máquinas para café espresso começaram a fazer parte da história da Intercoffee em

1993, quando a empresa começou a importar as melhores marcas do mundo passando a oferecer para todo o Brasil. Oferece atualmente serviços como, treinamento para baristas, torrefação locação e manutenção de máquinas.

### Nestlé

A multinacional Nestlé está no Brasil desde 1921, e possui um extenso portfólio de produtos com diversas marcas que há 90 anos. Seus produtos alimentícios vão desde cereais, chocolates, lácteos, culinários, entre tantos outros.

Atualmente a Nestlé do Brasil tem instaladas 30 fábricas, operando com 141 marcas e produzindo 1,4 milhão de toneladas por ano. Abriga mais de 20 mil empregos diretos. A fábrica de Marília, com mais de 3 décadas de operação, produz inúmeros produtos, dentre eles os Biscoitos NESTLÉ.



### Dori Alimentos Ltda.



A Dori figura entre as gigantes do setor de doces e snacks, liderando o mercado brasileiro, atrás apenas das multinacionais. a Dori Alimentos está presente no mercado de balas, caramelos, chicles, pastilhas, confeitos, pirulitos e amendoins. Possui atualmente 2.300 funcionários e gera entre 900 e 1000 empregos indiretos. Somando o Faturamento das Linhas de Marília (Amendoim, Gomas, Granulado e Pastilhas de Chocolate), somente em 2011 a Dori gerou em torno de R\$ 260 milhões em faturamento, contribuindo para economia local. A capacidade produtiva das duas fábricas de Marília (SP) e uma de Rolândia (PR) é de 9 mil toneladas de produtos/mês. Atualmente, a empresa exporta para mais de 60 destinos, incluindo todos os países do Mercosul, Austrália, África do Sul, parte da Europa e Estados Unidos.

### Sasazaki Portas e Janelas

Fundada em 1943, a Sasazaki é reconhecida pela liderança e qualidade de suas portas e janelas de aço e de alumínio e está entre as maiores e melhores indústrias do setor na América Latina. A empresa conta atualmente com um parque industrial-tecnológico de 78 mil m<sup>2</sup>, recentemente modernizado para aumentar a eficiência e a segurança de todos os processos. Por seu trabalho de excelência já recebeu diversos prêmios e recompensa com a liderança do mercado. Foi a primeira indústria do setor a obter o certificado NBR ISO 9001 em toda a América Latina.



### Coca Cola Spaipa S/A

A Spaipa S/A – Indústria Brasileira de Bebidas – é fabricante e distribuidora Coca-Cola no Estado do Paraná e Interior de São Paulo. A empresa conta, atualmente, com três fábricas de refrigerantes nas cidades de Curitiba (PR), Maringá (PR) e Marília (SP), além de ter participação em uma fábrica de água mineral em Bauru (SP).

SPAIPA foi uma das primeiras fabricantes da Coca-Cola no Brasil e está entre as maiores franqueadas do mundo, tendo em sua região mais de 108 mil clientes. É uma empresa reconhecida no mercado, possuindo cerca de 5 mil colaboradores.



### Bel Chocolates



Fundada em 04 de julho de 1976, a origem do nome "Bel" foi uma homenagem prestada pelo fundador à sua esposa Isabel. Os primeiros produtos, amendoim salgado, pé de moleque e pipoca, eram fabricados de forma quase artesanal e com receitas caseiras.

diversos países de todo o mundo. Produz atualmente bombons, waffer, tabletes, pão de mel, marshmallow, coberturas.

Em 1984 a Bel se transferiu para as instalações atuais com área de 11.000m<sup>2</sup>. Hoje, com várias linhas de produção e equipamentos de tecnologia avançada, atende a todo o mercado nacional e exporta para

### Glassmar - Indústria e Comércio de Fibra de Vidro Ltda

A Glassmar foi fundada em agosto de 1973, na cidade de Marília, estado de São Paulo, instalando-se em área própria de 42.962 m<sup>2</sup>, no distrito industrial, onde mantém seus escritórios e toda sua planta industrial. A empresa se destinou à fabricação de produtos P.R.F.V. (Plástico Reforçado com Fibra de Vidro), industrializando “projetos especiais” e especializando-se no fabrico em série de reservatórios estacionários e caixas d’água, com uma gama muito grande de medidas padronizadas em quatro modelos diferenciados: Tronco-Cônica, Everclean (auto-limpante), Taça com base metálica e Biconica (grandes capacidades). Produz todos os modelos de caixas d’água e reservatórios com desenhos e tecnologia protegidos por patentes e normas técnicas. Possui também, controle de qualidade dentro dos parâmetros internacionais. Em dezembro de 1999, inaugurou uma nova planta industrial para fabricação de Telhas de Poliéster com fibra de vidro, destinadas à construção civil, entre outras aplicações.



### Brunnschweiler Latina

Fundada em 1996, a Brunnschweiler Latina, subsidiária do grupo, é responsável pela produção e desenvolvimento do mercado em toda área das américas. A empresa iniciou suas atividades em Gorizia, Itália, como sistemas aero térmicos para a indústria de papel. A partir de 1970 expandiu-se para outros países, como Espanha, China, Estados Unidos e Suíça. No Brasil instalou-se em Marília, SP, em 1996, com a fundação da Brunnschweiler Latina, uma empresa subsidiária.



A Brunnschweiler Latina possui um parque com 4800 m<sup>2</sup> de área fabril construída. Estrategicamente localizada, atende indústria do setor de papel nos mais diversos estados brasileiros, e também outros países. Tem como clientes, as principais indústrias e as principais marcas do setor, fabricando caixas estabilizadoras, caixas sopradoras, coifas, sistemas aero térmicos, trocadores de calor, dentre outros. Com o constante desenvolvimento de produtos e aperfeiçoamento das tecnologias já existentes, a Brunnschweiler Latina, segue sua expansão inserindo no mercado a máxima tecnologia em sistemas de ventilação para indústrias de papel.

### IBG – Indústria Brasileira de Gases



A IBG foi fundada em 1992 por um grupo de profissionais com vasto conhecimento no setor de gases industriais em nível internacional. A implantação da IBG teve como premissa básica a falta de concorrência no setor e a necessidade do mercado brasileiro em ter um fornecedor independente com produtos de alta qualidade e preços mais competitivos. Possui fábricas modernas e um eficiente sistema exclusivo e diferenciado de distribuição, a IBG participa no fornecimento de gases para hospitais e indústrias. Atualmente produz e distribui mais de 17 tipos

de gás. A empresa tem por vocação comercializar produtos de altíssima qualidade e prover soluções no fornecimento de gases industriais, medicinais e especiais.

### Marcon Indústria Metalúrgica Ltda.

Com 26 anos de existência, a Marcon possui posição de vanguarda no segmento metalúrgico, com uma moderna estrutura fabril que soma 30.000m<sup>2</sup> de área construída e 65.000m<sup>2</sup> de área de terreno, dividida em 3 fábricas. A unidade 3 foi recém-inaugurada e abriga uma fundição responsável pelo lançamento das novas linhas de produtos. São 500 colaboradores operando nessa estrutura, atendendo todo território nacional, América Latina e Oriente Médio, com cerca de 7.000 pontos de venda, que distribuem mais



de 1.000 produtos divididos em 5 linhas: mecânica, movimento, hidráulica, construção e equipamentos para bancada. Novas indústrias já se preparam para se instalar em Marília com previsão para os próximos anos, como a RCG Tecnologia e Eletrônica Ltda, que investirá R\$ 19 milhões e gerando 350 novos empregos, segundo as informações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo. A unidade será construída em uma área de 12 mil m<sup>2</sup> doada pela prefeitura, no distrito industrial 1, na região norte de Marília. Outra nova indústria em negociação é a

Harald, líder na produção de chocolate e coberturas, com uma previsão de gerar 500 empregos. A expansão constante do parque industrial é uma característica que vem marcando há muitos anos o Município.

## 2.4.2. CENÁRIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

As condições para lazer e cultura incluem uma estrutura com teatros, anfiteatros, salas de cinema, clube de cinema, espaços culturais, além de praças e do Bosque Municipal Rangel Pietraróia. Já a vida noturna de Marília é centrada na gastronomia e em eventos, especialmente aqueles de natureza universitária.

Assim, o município participa e faz parte do itinerário obrigatório de eventos culturais estaduais como o Mapa Cultural Paulista, a Virada Paulista e outras iniciativas; é, também, uma das poucas cidades do interior do Estado a manter desfiles de rua à época do Carnaval.

Na área esportiva, Marília tem espaços diferenciados a prática de esportes, como o Parque Aquático Municipal (PAM) Tetsuo Okamoto, academias ao ar livre, pista de aeromodelismo, estádios municipais e ginásios municipais. Há, ainda, no município clubes sociais e inúmeras chácaras particulares destinadas à recreação.

### ▪ Museu de Paleontologia.

Há cerca de 70 milhões de anos, a região onde hoje fica Marília e o oeste paulista foi habitada por dinossauros e outros animais pré-históricos. Esses animais tiveram seus restos ósseos petrificados em sedimentos arenosos de primitivos rios e lagos. Com as transformações geológicas ocorridas ao longo do tempo, esses ambientes primitivos se modificaram, e os sedimentos se transformaram em rochas, conhecidas principalmente como arenitos, e os ossos se tornaram fósseis. Essas rochas são as mesmas que hoje constituem as serras e escarpas que rodeiam a cidade, como os paredões de arenito do vale do Barbosa na Via Expressa, a Serra de Avencas, o vale do Pombo, a Serra de Dirceu adiante do aeroporto, e muitos outros.

Um crocodilo primitivo da era dos dinossauros recebeu, inclusive, o nome da cidade, sendo batizado em 1997 como *Mariliasuchus amarali*. Seus restos fossilizados têm permitido uma melhor compreensão acerca dos ecossistemas do passado. A cidade ganhou projeção recentemente com a escavação de um esqueleto semiarticulado de um grande dinossauro herbívoro que viveu na região entre 65 e 70 milhões de anos atrás e que ficou conhecido como o "Dino Titã de Marília"<sup>7</sup>.

Todos esses fósseis são hoje objeto de estudo em parceria com instituições científicas, e parte deles se encontra exposta no Museu de Paleontologia da cidade, que hoje é também referência nacional na área de paleontologia.

### ▪ Teatro Municipal.

O Teatro Municipal Waldir Silveira Mello começou a ser construído em 1978 com o principal objetivo de solucionar de forma definitiva problemas de ordem sociocultural da cidade.

Inaugurado em 03 de Abril de 1982, o Teatro Municipal "Waldir Silveira Mello" é um espaço destinado para manifestações artísticas e culturais na área da dança, música e principalmente do teatro, de expressão municipal, de âmbitos estadual, nacional e internacional. Mantém um agendamento intenso durante todo o ano, tendo já recebido grandes nomes da área teatral e de dança de nosso país.

Eventos importantes como Noite dos Pioneiros, Festival de Teatro Amador da Alta Paulista, Festival de Monólogos, Semanarte, Festival de Dança com academias de Marília e apresentação de grandes espetáculos musicais e teatrais.

O Teatro Municipal conta com um excelente nível técnico na sua estrutura física. Ocupa uma área de 1500 metros quadrados de construção, possui na sua frente uma estrutura com rampa para deficientes, sua sala de espetáculos tem capacidade para 438 espectadores.

Reinaugurado em 09 de junho de 2016, após um período de obras, contou na sua abertura com a peça "Bem-Vindo, estranho", com a atriz Regina Duarte. A agenda do Teatro Municipal a partir dessa data presenteou a

população com inúmeras atividades culturais apresentadas por grupos artísticos da cidade, da região e de outras localidades, dentre elas capitais.

#### ▪ **Clube de Cinema de Marília.**

Ao longo de seus 64 anos, o Clube de Cinema de Marília tornou-se um ícone cultura da cidade e região. Fundado em 12 de outubro de 1952, desenvolve atividades de projeção de filmes, para apreciação da obra cinematográfica, oficinas de formação crítica e técnica, estudos e discussão em seus diferentes aspectos, além de realizar conferências, mostras, festivais, seminários, edita boletins, jornais, revistas e mídias, mantendo esse acervo em biblioteca, cinemateca, videoteca e por meio eletrônico.

Busca incentivar a produção de filmes, a defesa e o estímulo ao cinema nacional e a apreciação da produção cinematográfica mundial, visando a cultura e o desenvolvimento da vida dos seus associados e da população em geral.

Historicamente, três grandes Festivais de Cinema foram realizados pelo Clube de Cinema em 1960, 1967 e 1969 com grande repercussão em toda a sociedade de Marília e região.

O Clube de Cinema de Marília também editou o jornal “Curumim”, órgão informativo que divulgava a programação dos cinemas da cidade, notas, informações e artigos de cinema, além de trazer informações sobre as carreiras dos ganhadores do Prêmio Curumim. O Prêmio Curumim foi instituído em 1966 com o objetivo de premiar e incentivar o cinema nacional na personalidade do diretor do filme, verdadeiro artesão da obra. O Curumim foi entregue durante vinte anos, de 1966 a 1985, sempre no mês de outubro e foi criado como parte das comemorações do aniversário do CCM para premiar o diretor de melhor filme nacional exibido na cidade no período de julho a junho do ano seguinte. Este prêmio se tornou conhecido e respeitado pela seriedade no processo de escolha, onde participavam através de votação os diretores do Clube, associados e pessoas da comunidade.

Alguns diretores premiados pelo Prêmio Curumim: Roberto Santos, Sérgio Ricardo, Domingos de Oliveira, Nelson Pereira dos Santos, Arnaldo Jabor, Bruno Barreto, Hector Babenco entre outros.

Suas atividades são semanais com sessões aos sábados e domingos à noite. Possui página nas redes sociais e site, nos quais divulga suas atividades e oferece comentários e orientações sobre as obras cinematográficas.

#### ▪ **Secretaria Municipal de Marília.**

A Secretaria Municipal de Cultura promove anualmente inúmeros eventos, inclusive em parcerias com entidades do Município e região. Em sua agenda constam, dentre outras:

- Exposição de artes plásticas.
- Peças teatrais.
- Apresentações musicais e de danças.
- Mostra e venda de orquídeas da primavera.
- Mostra internacional de cinema, realizada na sala de projeção municipal.
- Desfiles comemorativos.
- Desfile e baile municipal de carnaval.
- Feiras de artesanatos.

Diversos projetos culturais são de caráter permanente, como:

- Banda Marcial Cidade de Marília.
- Capoeira no Espaço.
- Cine Cultura.
- Cinema no Bairro.
- Encontro do Rock.

- Espaço da Criança.
- Marília da Criança.
- Projeto Teatro da Cidade.
- Quartas Intenções (projeto direcionado à juventude).
- Sexta Gospel.
- Show da Terra.

A Secretaria Municipal de Cultura tem sob sua responsabilidade a administração dos seguintes equipamentos culturais:

- Centro Cultural, composto por:
  - Biblioteca Municipal “João Mesquita Valença”, que abriga os seguintes espaços:
    - ACESSA São Paulo.
    - Setor Infante-Juvenil “Renan Lombardi Cazo” (Biblioteca Infantil de Marília - BIM).
    - Setor Braille “Delmir Cerissa”.
    - Telecentro de Marília “Terceira Idade na Era Digital”.
  - Museu de Paleontologia de Marília.
  - Auditório “Octávio Lignelli”.
  - Sala de Projeção Municipal.
  - Clube de Cinema de Marília.
- Outros equipamentos culturais administrados pela Secretaria Municipal de Cultura
  - Galeria Municipal de Artes.
  - Espaço Cultural e de Lazer “Ezequiel Bambini”.
  - Museu Histórico e Pedagógico “Embaixador Hélio Antônio Scarabôttollo”.
  - Teatro Municipal “Waldir Silveira Mello”.

#### ▪ Festival Gastronômico de Marília.

A capital das fábricas de alimentos transforma-se anualmente em um centro de alta gastronomia por 45 dias, com direito a pratos requintados em sabor, visual e ação social.

Em 2019 ocorreu a sexta edição do Festival Gastronômico de Marília, organizado pelo Marília Convention & Visitors Bureau, com apoio municipal e do Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes. Nesta edição participam 15 restaurantes da cidade.

A venda dos pratos especiais nos restaurantes rende doação de recursos para duas entidades assistenciais – APAE e a União Espírita João de Carmargo. O público concorre a uma viagem para Terra Parque Eco Resort. Entre os restaurantes, nenhuma competição. Só um trabalho conjunto para divulgar a gastronomia, turismo de lazer e as opções de restaurantes na cidade.

O apoio de empresas oferece inovações ao evento, como por exemplo, a concessionária Volks da cidade, doa vouchers para jantar na venda de carros 0 km, em promoção casada com ofertas da Volks e da própria concessionária.

Outra inovação é a cobertura de imagens com possibilidade de tour 360º por todos os restaurantes participantes e pelos principais eventos ligados ao festival. As imagens são disponibilizadas em página especial criada para o festival.



▪ **Japan Fest.**

O Japan Fest é um evento realizado pela Associação Cultural e Esportiva Nikkey de Marília, com apoio da Prefeitura Municipal de Marília, Governo do Estado de São Paulo e da TV Tem (Rede Globo de Televisão). Em 2019 está em sua 17ª edição.

O Japan Fest é um dos eventos mais tradicionais da colônia nipo-brasileira do Brasil e tem por objetivo preservar e divulgar a cultura japonesa no interior, buscando a união das entidades assistenciais de Marília e região e valorizando a família.

O evento faz parte do Calendário Turístico do Estado de São Paulo e também das festividades do aniversário de Marília, comemorado no dia 04 de abril. Reúne cerca de 60 mil pessoas de Marília e região. Além da tradicional culinária, a festa oferece várias atrações como exposições, dança, música e o concurso Miss Nikkey.

### 2.4.3. CENÁRIO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

#### 2.4.3.1. EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO E REGIÃO

Na área educacional, Marília possui estrutura de ensino ampla e diversificada, com instituições escolares organizadas da educação básica à pós-graduação.

A Rede Municipal de Educação conta hoje com 62 unidades, 40 Emeis (Escolas Municipal de Educação Infantil); 20 Emefs (Escolas Municipais de Ensino Fundamental) e 2 EJA (Escolas Jovens e Adultos), atendendo a um público de aproximadamente 18.106 mil alunos.

Além disso, o município dispõe do CAP (Centro de Apoio Psicopedagógico), para atender estudantes com dificuldades de aprendizagem. O sistema escolar instalado conta ainda com 46 escolas estaduais e 16 escolas particulares.

A cidade conta também com várias redes de escolas de línguas, matemática, polos de curso a distância e cursos profissionalizantes, como o Ceprom (Centro Profissionalizante de Marília), Fatec Marília (Faculdade de Tecnologia), Etec Antonio Devisate (Escola Técnica Estadual - Centro Paula Souza), Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), Sesi (Serviço Social da Indústria) entre outros.

A visão abrangente do setor educacional, considerando a Região Administrativa de Marília, também apresenta bons resultados. Segundo a Fundação Seade, a escolaridade nesta região possui resultados positivos, colocando-a na quarta posição no ranking estadual. Houve expansão da proporção de pessoas de 18 e 19 anos que concluíram o Ensino Médio (61,4%) e do percentual de pessoas de 15 a 17 anos que concluíram o Ensino Fundamental (79,1%).

Marília é sede de Diretoria de Ensino, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, abrangendo em sua região 14 municípios, conforme demonstrado na tabela na sequência.

**Tabela 1 - Municípios da jurisdição da Diretoria de Ensino de Marília**

Álvaro de Carvalho	Alvinlândia
Echaporã	Fernão
Gália	Garça
Júlio Mesquita	Lupércio
Marília	Ocaçu
Oriente	Oscar Bressane
Pompeia	Vera Cruz

Fonte: Diretoria de Ensino de Marília

A população geral e a população matriculada na faixa etária escolar do ensino fundamental, dos municípios da jurisdição da Diretoria de Ensino de Marília estão apresentadas no quadro abaixo.

**Tabela 2 - População, matrículas e docentes no ensino fundamental dos Municípios da jurisdição da Diretoria de Ensino de Marília.**

Diretoria de Ensino de Marília					
Município	Total de habitantes	Matrículas EF	Matrículas EM	Professores EF	Professores EM
Álvaro de Carvalho	5.227	444	115	33	15
Alvinlândia	3.222	433	102	34	12
Echaporã	6.102	771	193	49	20
Fernão	1.716	252	69	17	9
Gália	6.548	604	148	42	20
Garça	44.390	4.942	1898	338	217
Júlio Mesquita	4.776	535	201	48	24
Lupércio	4.584	514	149	39	19
Marília	238.882	25.995	7568	1449	630
Ocaucu	4.289	520	159	31	20
Oriente	6.516	525	130	55	30
Oscar Bressane	2.603	277	66	23	13
Pompeia	22.014	2.227	805	152	83
Vera Cruz	26.863	2.777	464	190	57
<b>TOTAL</b>	<b>377.732</b>	<b>40.816</b>	<b>12067</b>	<b>2500</b>	<b>1169</b>

Fonte: IBGE, Censo Escolar 2018.

Os dados do quadro acima demonstram também a situação escolar na relação docente e alunos do ensino fundamental, levando em conta que nessa quantidade incluem-se tanto os docentes das primeiras séries do ensino fundamental quanto os de 6ª a 9ª séries, que se distribuem segundo a especialidade de formação.

Com relação às escolas de educação básica, o Município de Marília possui 151 estabelecimentos de ensino voltados ao pré-escolar, fundamental e médio, conforme apresenta o quadro a seguir.

**Tabela 3 - Estabelecimentos de Ensino pré-escolar, fundamental e médio no Município de Marília-SP.**

<b>Escolas - Ensino fundamental</b>	<b>63</b>
Escolas - Ensino fundamental - escola pública estadual	31
Escolas - Ensino fundamental - escola pública municipal	20
Escolas - Ensino fundamental - escola privada	12
<b>Escolas - Ensino médio</b>	<b>33</b>
Escolas - Ensino médio - escola pública estadual	20
Escolas - Ensino médio - escola privada	12
<b>Escolas - Ensino pré-escolar</b>	<b>52</b>
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública estadual	0
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública municipal	40
Escolas - Ensino pré-escolar - escola privada	12
<b>Total</b>	<b>151</b>

Fonte: Censo INEP – 2018

Para o ano de 2010, foram utilizados os dados de população em idade escolar da pesquisa de Contagem Populacional realizada pelo IBGE.

**Tabela 4 - População em Idade Escolar**

2010	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	Total 4 a 17 anos
<b>Marília</b>	<b>9.916</b>	<b>7.962</b>	<b>24.881</b>	<b>10.403</b>	<b>43.246</b>

Fonte: IBGE

Do mesmo modo, destaca-se o quantitativo de matrículas no ano de 2018, conforme tabela a seguir:

**Tabela 5 - Matrículas –Marília.**

2018	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Anos Finais do Ensino Fundamental	Ensino Médio
Marília	5.832	5.830	14.573	11.422	7.568

Fonte: MEC/INEP

#### Indicador de Qualidade.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador da qualidade da Educação, desenvolvido pelo Ministério da Educação. Seus valores variam de 1 a 10, e o objetivo do MEC é que o Brasil alcance o IDEB 6, no Ensino Fundamental I, até 2022.

Marília, no ano de 2018 alcançou o índice 7,2 no IDEB, considerado no ranking nacional como excelente conceito. O resultado da rede municipal de educação de Marília superou as médias estadual (6,7) e nacional (5,7). Também foi o maior valor em comparação com os municípios de seu entorno.

**Tabela 6 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.**

2019	Marília	Estado de São Paulo	Brasil
	7,2	6,7	5,7

Fonte: MEC/INEP

### 2.4.3.2. EDUCAÇÃO SUPERIOR EM MARÍLIA

Marília é reconhecida como um polo educacional estratégico no Estado de São Paulo, composto por Universidades, Faculdades, Centro Universitário e uma população universitária responsável por fomentar tanto a rede de comércio e serviços do município quanto o setor imobiliário.

Como destaques na oferta de cursos de graduação presencial, Marília é servida, por exemplo, pelas seguintes instituições:

- Centro Universitário Eurípedes de Marília – UNIVEM.
- Faculdade Católica Paulista – FACAP.
- Faculdade de Ensino Superior do Interior Paulista – FAIP.
- Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA.
- Faculdade de Tecnologia Estudante Rafael Almeida Camarinha - Marília – FATEC.
- Faculdade João Paulo II – FAJOPA.
- Universidade de Marília – UNIMAR.
- Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP.

Quanto aos polos do ensino a distância, Marília também conta com a presença dos polos de apoio presencial de importantes players do setor de atuação nacional, tais como:

- Faculdade Católica Paulista – FACAP.
- Universidade Norte de Paraná - UNOPAR .
- Anhanguera Educacional.
- Faculdade Educacional da Lapa – FAEL.
- Universidade Luterana do Brasil – ULBRA.
- Centro Universitário Internacional – UNINTER.
- Centro Universitário de Maringá – UniCESUMAR.
- Centro Universitário UNIBTA.

- Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL.
- Universidade Paulista – UNIP.
- Universidade Pitágoras.

Conforme dados disponibilizados pela base do Censo MEC/Inep, em 2018 Marília totalizava uma população universitária da ordem de 14.496 matrículas das quais 11.042 (76,2%) absorvidas pelas IES Privadas e 3.454 matrículas (23,8%) concentradas pelas Instituições Públicas. Em termos de modalidades de ensino, das 14.496 matrículas, 84,4% eram decorrentes da graduação presencial (12.228 alunos) e 15,6% (2.268 alunos) absorvidas pela graduação a distância. As IES privadas respondem pela quase a totalidade das matrículas na graduação a distância, absorvendo 2.089 matrículas (92,1% do total de matrículas na modalidade no município).

Por sua vez, na graduação presencial as IES privadas foram responsáveis por 73,2% do total de matrículas na modalidade (8.953 em valores absolutos) enquanto as IES públicas responderam por 26,8% (3.275 em termos absolutos) das matrículas presenciais.

Os dados do Censo MEC/Inep também permitem verificar que as 8.953 matrículas da graduação presencial nas IES privadas estavam distribuídas por 34 cursos distintos, dos quais apenas 11 cursos (32% do total) respondiam por 69,9% do total das matrículas na modalidade, conforme descrito pela tabela seguinte:

**Tabela 7 – Distribuição das Matrículas por Cursos na Graduação Presencial no Município de Marília – 2018 – IES Privadas**

Cursos	Matr/2018	IPR Matr.	IPR Matr. Acum.	Distr. Cursos
1. Direito	1532	17,1%	17,1%	3%
2. Medicina	793	8,9%	26,0%	6%
3. Engenharia civil	770	8,6%	34,6%	9%
4. Administração	623	7,0%	41,5%	12%
5. Arquitetura e urbanismo	443	4,9%	46,5%	15%
6. Odontologia	431	4,8%	51,3%	18%
7. Psicologia	361	4,0%	55,3%	21%
8. Pedagogia	353	3,9%	59,3%	24%
9. Contabilidade	324	3,6%	62,9%	26%
10. Medicina veterinária	323	3,6%	66,5%	29%
11. Fisioterapia	303	3,4%	69,9%	32%
12. Educação física	291	3,3%	73,1%	35%
13. Engenharia de produção	288	3,2%	76,3%	38%
14. Nutrição	221	2,5%	78,8%	41%
15. Engenharia elétrica	196	2,2%	81,0%	44%
16. Enfermagem	193	2,2%	83,2%	47%
17. Sistemas de informação	168	1,9%	85,0%	50%
18. Publicidade e propaganda	168	1,9%	86,9%	53%
19. Biomedicina	151	1,7%	88,6%	56%
20. Farmácia	147	1,6%	90,2%	59%
21. Ciência da computação	116	1,3%	91,5%	62%
22. Gestão de pessoas	112	1,3%	92,8%	65%
23. Gestão de negócios	108	1,2%	94,0%	68%
24. Agronomia	104	1,2%	95,2%	71%
25. Design gráfico	85	0,9%	96,1%	74%
26. Gastronomia	73	0,8%	96,9%	76%
27. Educação física formação de professor	60	0,7%	97,6%	79%
28. Moda	58	0,6%	98,2%	82%
29. Filosofia formação de professor	53	0,6%	98,8%	85%
30. Teologia	37	0,4%	99,2%	88%
31. Gestão da produção	25	0,3%	99,5%	91%
32. Manutenção industrial	20	0,2%	99,7%	94%
33. Marketing	13	0,1%	99,9%	97%
34. Gestão financeira	10	0,1%	100,0%	100%
<b>Total</b>	<b>8.953</b>	<b>100%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>

Fonte: Censo MEC/Inep – 2018.

Por sua vez, as matrículas da graduação presencial das IES Públicas no município estavam distribuídas em 16 cursos distintos, dos quais 8 respondiam por 73,4% do volume total das 3.275, conforme detalhamento descrito pela tabela seguinte:

**Tabela 8 – Distribuição das Matrículas por cursos na Graduação Presencial no Município de Marília – 2018 – IES Públicas**

Cursos	Matr/2018	IPR Matr.	IPR Matr. Acum.	Distr. Cursos
1. Pedagogia	491	15,0%	15,0%	6%
2. Medicina	477	14,6%	29,6%	13%
3. Alimentos	378	11,5%	41,1%	19%
4. Ciências sociais formação de professor	286	8,7%	49,8%	25%
5. Ciências sociais	245	7,5%	57,3%	31%
6. Relações internacionais	199	6,1%	63,4%	38%
7. Fisioterapia	167	5,1%	68,5%	44%
8. Terapia ocupacional	162	4,9%	73,4%	50%
9. Enfermagem	155	4,7%	78,2%	56%
10. Biblioteconomia	131	4,0%	82,2%	63%
11. Fonoaudiologia	131	4,0%	86,2%	69%
12. ABI Ciências sociais, jornalismo e informação	116	3,5%	89,7%	75%
13. Filosofia formação de professor	94	2,9%	92,6%	81%
14. Arquivologia	93	2,8%	95,4%	88%
15. Artes e Humanidades	78	2,4%	97,8%	94%
16. Filosofia	72	2,2%	100,0%	100%
<b>Total</b>	<b>3.275</b>	<b>100,0%</b>	--	--

Fonte: Censo MEC/Inep – 2018.

#### 2.4.4. CENÁRIO AMBIENTAL DA REGIÃO E DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

Conforme define a Constituição Federal em seu artigo 225 *“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”*<sup>10</sup>

As políticas públicas de meio ambiente são competência comum de todos os entes federados e devem envolver a sociedade. O Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) é o órgão representativo e de responsabilidade para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). No contexto nacional, os municípios são ao mesmo tempo os mais frágeis na rede dessa gestão ambiental compartilhada, mas, segundo pesquisas do IBGE, nos últimos anos vem aumentando a capacidade dos mesmos para lidar com a gestão ambiental local. Análises apontam que a maior parte dos programas de governo é implementada a partir das relações intergovernamentais e de parcerias com a sociedade civil.

A partir de 1999 o IBGE instituiu a Pesquisa Informações Básicas Municipais (MUNIC) e em 2002 incluiu um suplemento específico de meio ambiente, com temas sobre estrutura organizacional, pessoal, atuação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, recursos específicos para a área, existência de articulação intermunicipal e principais ocorrências impactantes observadas com frequência no meio ambiente do município.

Segundo informações publicadas pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica - Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema<sup>11</sup>, o município de Marília e sua região de entorno apresentam cenários diversificados com relação à situação hídrica e de saneamento básico, centrando-se na Região Hidrográfica Aguapeí/Peixe (Área: 23.965 km<sup>2</sup>). Esta Região Hidrográfica é formada pelas bacias dos rios Aguapeí e Peixe e pelas bacias de pequenos cursos d’água afluentes ao rio Paraná e engloba as seguintes Unidades de Gerenciamento:

- UGRHI 20 – Aguapeí.
- UGRHI 21 – Peixe.

<sup>10</sup> Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

<sup>11</sup> Fonte: os dados, tabelas e gráficos a seguir foram compilados de planilhas fornecidas pelo DAEE-Marília.

Em relação aos índices relativos ao ano de 2015, a UGRHI 21 – Peixe, da qual de Marília está integrada, os dados de alguns dos municípios demonstram:

**Tabela 9 - Infraestrutura das águas e de saneamento - região.**

Municípios	Disponibilidade das águas		Infraestrutura de Saneamento				Saúde Pública - Doenças de veiculação hídrica
	Disponibilidade per capita – Q médio em relação à população total: m3/hab. ano	Disponibilidade per capita de água subterrânea: m3/hab. ano	Índice de atendimento de água: %	Taxa de cobertura do serviço de coleta de resíduos em relação à população total %	Índice de atend. com rede de esgotos: %	Índice de atendimento urbano de água: %	Incidência de esquistossomose autóctone: n° de casos notificados/100.000 hab. ano
<b>Marília</b>	1.238,209	144,598	95,5	95,51	95,4	99,9	0,00
<b>Bastos</b>	2.054,707	017,930	86,1	86,12	86	100,0	0,00
<b>Borá</b>	35.126,733	3.902,970	95,3	sd	95,3	100,0	0,00
<b>Lutécia</b>	47.066,887	5.097,925	82,3	100,0	80,7	100,0	0,00
<b>Oriente</b>	8.469,464	969.397	92,5	100	91,1	99,0	0,00
<b>Oscar Bressane</b>	20.490,903	2.249,002	82,6	sd	78,6	99,8	0,00

Fonte: DAEE-Marília

Em relação ao cenário ambiental da região, identificam-se os seguintes índices dos municípios da bacia do Rio de Peixe:

- Resíduo sólido urbano disposto em aterro:
- ton/dia de resíduo/IQR,: - em um total de 26 municípios, em 2015. – apenas um (Adamantina) se apresentou inadequado (4,6), na seguinte classificação:

IQR - Nova Proposta	Enquadramento
0 < IQR ≤ 7,0	Inadequado
7,1 ≤ IQR ≤ 10	Adequado

Neste índice Marília obteve: - lixo t/dia: 199,4 – IQR: 9,7 (\* Para este município somou-se a quantidade de resíduos destinada aos dois aterros e tirou-se uma média das duas notas do IQR). Quanto à Taxa de cobertura do serviço de coleta de resíduos em relação à população total % as UGRHI demonstraram:

	UGRHI 20					UGRHI 21			
	Sem dados	Ruim	Regular	Bom		Sem dados	Ruim	Regular	Bom
2009	23	0	5	4	2009	24	0	2	0
2010	12	2	7	11	2010	16	0	4	6
2011	17	0	5	10	2011	19	0	3	4
2012	12	0	7	13	2012	9	1	5	11
2013	5	0	12	15	2013	7	0	8	11
2014	4	0	12	16	2014	6	1	8	11

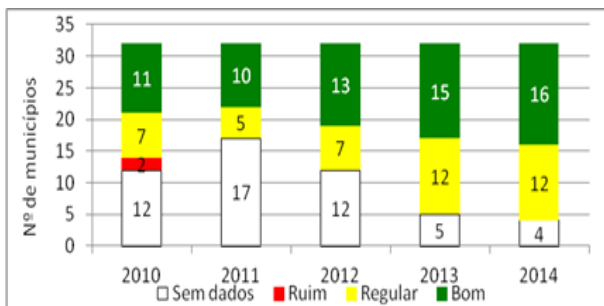
Fonte: DAEE-Marília

E com referência à cobertura da rede coletora de efluentes sanitários, na classificação abaixo:

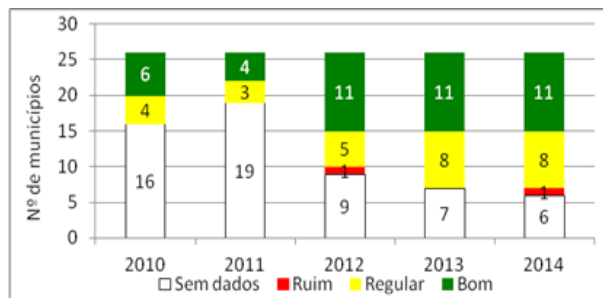
Cobertura da rede coletora de efluentes sanitários	Classificação
dados não fornecidos/obtidos	Sem dados
< 50%	Ruim
≥ 50% e < 90%	Regular
≥ 90%	Bom

As UGRHI 20 e 21 apresentaram:

**UGRHI 20**



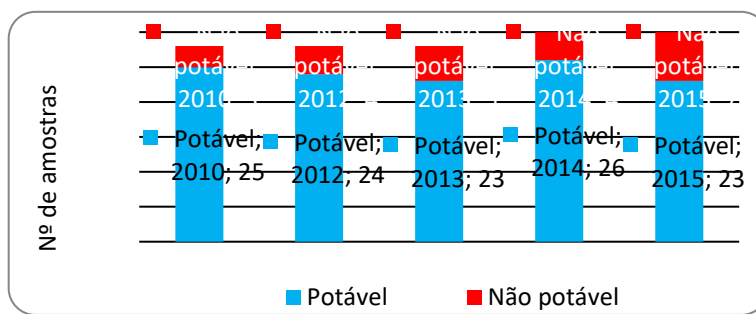
**UGRHI 21**



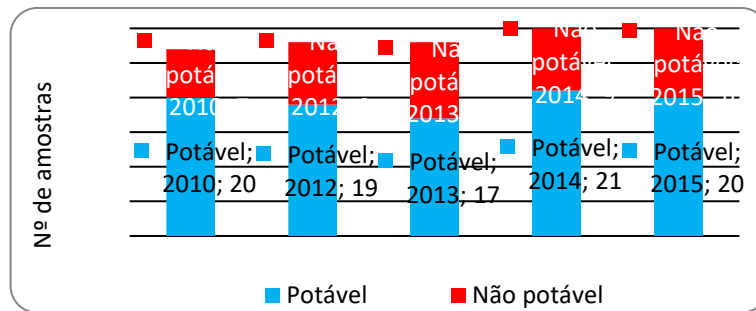
Fonte: DAEE-Marília

Quanto à Classificação da água subterrânea: nº de amostras por categoria, as UGRHI 20 e 21 apresentaram maior número de amostras com qualidade potável, como demonstram as figuras.

UGRHI 20		
Exercícios	Potável	Não Potável
2007	20	8
2008	26	2
2009	22	5
2010	25	3
2012	24	4
2013	23	5
2014	26	4
2015	23	7



UGRHI 21		
Exercícios	Potável	Não Potável
2007	19	7
2008	18	8
2009	17	9
2010	20	7
2012	19	9
2013	17	11
2014	21	9
2015	20	10



O IPAS - Indicador de Potabilidade das Águas Subterrâneas: % de amostras conformes em relação ao padrão de potabilidade, apresentou para as UGRHI 20 e 21:

Indicadores	UGRHI 20 – Aguapeí	UGRHI 21 – Peixe
Bário, cromo total, ferro, bactérias heterotróficas, coliformes totais	86,7	--
Bário, cromo, ferro, nitrato, coliformes totais, bactérias heterotróficas	76,7	--
Crômio total, bário	--	70,0
Crômio, nitrato, bário	--	66,7

Na seguinte classificação:

<b>BOA</b>	% de amostras em conformidade com os padrões de potabilidade > 67%
<b>REGULAR</b>	33% < % de amostras em conformidade com os padrões de potabilidade ≤ 67%
<b>RUIM</b>	% de amostras em conformidade com os padrões de potabilidade ≤ 33%

Quanto ao Índice de atendimento urbano de água: %, em 2014 os municípios da UGRHI 20 e UGRHI 21 demonstraram que na primeira, 27% em bom enquadramento, 1 em regular e 4 sem dados; e na segunda, 24% em bom enquadramento, 1 em regular e 1 sem dados; no seguinte parâmetro:

dados não fornecidos/sem informação	Sem dados
< 80%	Ruim
≥ 80% e < 95%	Regular

Neste índice, Marília, em 2014, atingiu 99,9%.

## Cenário Ambiental do Município de Marília

O município de Marília possui o Conselho Municipal Do Meio Ambiente E Desenvolvimento Sustentável - CADES criado pela Lei número 6.134 de 24 de novembro de 2004, em substituição ao Conselho Municipal do Meio Ambiente, criado pela Lei Orgânica do Município e regulamentado pela Lei nº 4086, de 20 de junho de 1985. O CADES é um órgão consultivo e de assessoramento do Poder Executivo e deliberativo, no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais propostas nesta e demais leis correlatas do Município.

O site do Governo Municipal de Marília divulga eventos realizados, como:

- participação na Semana Mundial do Meio Ambiente, com várias atividades, palestras, dirigidas aos estudantes;
- desenvolvimento de atividades sob o tema “lixo eletrônico” em parceria com a Secretaria da Educação e escolas da cidade, direcionando o descarte de equipamentos eletrônicos e na reutilização de peças de computadores para a montagem de outros equipamentos visando a doação para entidades assistenciais e na premiação de alunos com as melhores redações dentro do tema “A destinação do lixo eletrônico”, inclusive pilhas e baterias de telefone celular;
- a “Semana da Água”, em que cerca de 500 alunos da rede municipal de ensino participaram de várias atividades de conscientização sobre o tema, como: palestras, teatro de fantoches, apresentações musicais, entre outras.

O município, segundo informações da Câmara Municipal de Marília, publicadas em site próprio, possui inúmeros problemas no âmbito da sustentabilidade ambiental, que estão sendo reivindicados ao executivo municipal, dentre eles o tratamento do lixo na destinação de resíduos sólidos. Entretanto, encontra-se em execução o Plano Municipal de Abastecimento de Água e o tratamento de esgoto, estando ainda prejudicado o Plano de Drenagem urbana e também a questão dos resíduos sólidos.

Em relação aos investimentos em gestão ambiental, as informações são disponibilizadas pelo Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional - através do SICONFI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro.

Os dados de investimentos dos governos municipais da região de entorno de Marília, referentes à gestão ambiental, segundo este órgão são:<sup>12</sup>

- Município de Marília: Despesas municipais na gestão ambiental: (2014) R\$ 2.224.167,09.
- Preservação e conservação ambiental: (2014) R\$ 2.196.405,20.
- Controle ambiental: (2014) R\$ 27.761,89.
- Não há investimentos em Recuperação de áreas Degradadas e Meteorologia.
- Despesas municipais na gestão ambiental per capita: (2014) 9,66/hab.
- Despesas municipais na gestão ambiental em relação ao total das despesas: (2014) 0,395%.

Além das atividades governamentais, o Município possui duas ONGs que desenvolvem inúmeras atividades de conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e a gestão ambiental.

A ONG Associação Ambientalista de Marília - ORIGEM, fundada em 1995 e apoia-se em trabalho voluntário pela qualidade e seriedade social no desenvolvimento de inúmeras ações e projetos sociais que contribuem na melhoria da sociedade e do meio ambiente. Tem como princípio o enraizamento da Educação Ambiental, mostrando e buscando o cumprimento efetivo da conservação e preservação do meio ambiente.

<sup>12</sup> Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=Gestao-ambiental:-Veja-despesas-municipais-no-Brasil>.  
Fonte: Tesouro Nacional/Sconfi – Contas anuais, 2015.



Ao longo dos 20 anos de existência já desenvolveu inúmeros projetos como: “Viva Itambé”, “Parque Água Viva”, “Plano de Arborização Urbana”, “Novo Óleo”, “Implantação do Conselho de Habitação e Desenvolvimento Urbano”, “Origem a TV”, “Plantando Cidadania”, “Coletor de Rua e Cidadão”, “Estudante e Cidadão”, “Faça Sua Parte” e “Recuperação de Ecossistema e Sistema Agro Florestal”. A criação do projeto Curupira - Programa de educação ambiental implantado no Bosque Municipal em 1997 a 2001, foi um marco da sua realização.

Outras ações como reflorestamentos em diferentes áreas do Rio do Peixe, no Rio Feio (Ponte do Guarantã), projeto de reflorestamento na Unesp com recursos do FEHIDRO - Comitê de Bacias Hidrográficas Aguapeí-Peixe, do qual é membro desde sua criação, e arborização no trevo da saída para Tupã entre outras, foram realizadas sem divulgação.

A ONG utiliza a mídia para divulgar suas realizações, contando com um horário no canal de TV a Cabo local, Canal 9 – Comunitário, com o programa Origem semanal. Serviu, outrossim, de inspiração para criação do filme “Guerra da Água”, realizado pelo Rotary Clube de Marília Leste com forte participação das pessoas envolvidas com as causas socioambientais e recursos hídricos.

A OSCIP SOS Rio do Peixe constitui-se em outra organização instalada no Município que desenvolve atividades no âmbito ecológico, atuando na recuperação e preservação da Bacia do Rio do Peixe. A OSCIP desenvolve o projeto SOSPEIXE, que faz o Diagnóstico Ambiental da Bacia do Rio do Peixe, em parceria com Centro das Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapeí e Rio do Peixe (CBH-AP), e com o apoio do DAEE, CETESB, Polícia Ambiental e Prefeituras CBHAP.

A preservação do meio ambiente também está presente nos planejamentos de diversas empresas do município. Aponta-se a atuação da Fiação Macul, da Spaipa S/A – franquia da empresa Coca Cola Brasil e certificada na ISO 14001. Ainda com a mesma certificação encontram-se a Fiat Automóveis, a Spiltag, a Nestlé Brasil, e na área educacional a ABASE – Colégio Cristo Rei (ensino fundamental a médio/cursinho) e outras.

O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), entidade civil sem fins lucrativos, instalada no município, congrega as empresas industriais ligadas ao setor produtivo. Além da representatividade, o CIESP oferece um conjunto de serviços, bem como assessoria nas áreas jurídico-consultiva e técnica, econômica, comércio exterior, infraestrutura, tecnologia industrial, responsabilidade social, **meio ambiente**, dentre outros.

## 2.4.5. ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

### Cenário de Assistência Social e Saúde do Município de Marília

Marília conta com uma rede integrada de assistência social, com várias entidades filantrópicas e religiosas que atendem a todos os públicos, desde os mais jovens até os idosos, assim como os migrantes. A Rede Municipal de Assistência Social conta com o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), 4 unidades do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), 9 Casas do Pequeno Cidadão, 2 Centros Dia do Idoso, a Fundação Municipal de Recuperação Social (FUMARES) e 1 Centro Pop – Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua. O município gerencia também programas estaduais e federais como o Bolsa Família, Renda Cidadã, Ação Jovem e Viva Leite.

O município é referência estadual em Saúde. Possui 5 hospitais e é servido por inúmeras clínicas, laboratórios e lojas de produtos hospitalares. A Rede Municipal de Saúde é exemplar. Conta com 34 USFs (Unidades de Saúde da Família), 12 UBSs (Unidades Básicas de Saúde), 1 Policlínica e 2 PAs (Pronto Atendimento).

O município conta ainda com serviços diferenciados como o Caps (Centro de Atenção Psicossocial), tratamento de obesidade infantil pelo Caoim (Centro de Atendimento à Obesidade de Marília), 1 Clínica de Fisioterapia, que funciona na antiga estação ferroviária, 1 CEO (Centro de Especialidades Odontológicas), 1 Clínica de Fonoaudiologia, além do atendimento do Programa Municipal de Ações Antitabágicas, que colabora na recuperação de pessoas dependentes em tabaco.

## 2.5. ÁREA(S) DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A Escola Superior de Educação e Negócios – ESN planeja com seu credenciamento ofertar cursos de graduação e pós-graduação para atuar em várias áreas do conhecimento na modalidade à distância comprometidos com sua linha de formação direcionada aos princípios humanísticos, paralelos ao aprofundamento profissional, construindo um ensino superior diferenciado, e formando profissionais competentes para atuarem tanto na região de influência da instituição como em outros cenários nacionais e internacionais.

Assim, para a graduação e pós-graduação estão planejados cursos nas seguintes áreas de conhecimento de acordo com o Manual CINE<sup>13</sup>:

- Educação.
- Artes e humanidades.
- Ciências sociais, jornalismo e informação.
- Negócios, administração e direito.
- Ciências naturais, matemática e estatística.
- Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).
- Engenharia, produção e construção.
- Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária.
- Saúde e bem-estar.
- Serviços.

Na concepção da educação continuada, a Escola Superior de Educação e Negócios – ESN promoverá diversas atividades, entre cursos de extensão, palestras, eventos científicos, dentre outros, também agregando neste conceito os cursos de especialização ofertados com direcionamentos específicos, conforme a necessidade detectada.

A educação continuada terá a finalidade de proporcionar o desenvolvimento de competências que complementem a formação desenvolvida, visando à atualização do profissional, o aumento da empregabilidade, bem como a formação cidadã, de forma a atualizar conhecimentos e/ou sistematizar novos conhecimentos, competências e habilidades.

Além das atividades ligadas ao ensino, foco principal de sua atuação, a ESN organizará e implementará programas de extensão compostos por cursos e serviços que revelem sua inserção na vida profissional e comunitária. Esta formação profissional em seus cursos buscará assegurar ao egresso, competência que o credencie a responder aos desafios da modernidade, à constante evolução do conhecimento, com competência técnica, espírito investigativo e compromisso com a cidadania.

Por sua vez, a oferta de novos cursos levará em conta as potencialidades institucionais e o estudo constante do contexto socioeconômico regional, aliado às pesquisas de opinião e demandas junto às escolas de nível médio e profissionalizantes, consideradas de extrema valia para dimensionar a prática pedagógica dos cursos superiores e a abertura de novos cursos.

## 2.6. IDENTIDADE ESTRATÉGICA

Todos os projetos e ações planejados pela ESN estarão alinhados à Missão, à Visão e aos Princípios e Valores institucionais, que são os pilares de sua identidade estratégica.

Esses elementos estruturantes permeiam os objetivos institucionais e seus diferenciais competitivos, garantindo a permanência da filosofia educacional da AELA e sua Mantida em todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

<sup>13</sup> Manual para Classificação dos Cursos de Graduação – Cine Brasil 2018. Disponível em: [emec.mec.gov.br/modulos/visao\\_ies/php/documento\\_apoio/agrupamento\\_documento\\_apoio.php](http://emec.mec.gov.br/modulos/visao_ies/php/documento_apoio/agrupamento_documento_apoio.php)

### 2.6.1. MISSÃO

A Escola Superior de Educação e Negócios – ESN tem por missão:

*“Promover educação e inovação em negócios, por meio do compartilhamento do conhecimento formando profissionais de alta performance, inovadores e empreendedores, para atuar com responsabilidade em ambientes diversos, contribuindo para a transformação da sociedade.”*

### 2.6.2. PRINCÍPIOS

O Projeto Institucional da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN visa à elevação da cidadania à uma dimensão ética, por ser patrimônio da sociedade brasileira. Ao contratar docentes diferenciados, ao alinhar suas propostas de ensino com a área administrativa e ao oferecer um conteúdo didático-metodológico diferenciado, a ESN o faz consciente de sua responsabilidade acadêmica e social, tendo como foco desenvolver cidadãos engajados e cientes de seu papel na sociedade.

Seu corpo técnico, administrativo e docente estará alinhado com uma educação que exige qualidade, seriedade e sólido compromisso ético com a sociedade e com o Brasil, pautada na realidade do século XXI. Neste sentido, o Plano de Desenvolvimento Institucional é um orientador da organização político-administrativa da Instituição. Ao atrair, conquistar e reter novos alunos, estes se tornam partícipes das orientações e dos valores éticos institucionais a serem transmitidos a todas as pessoas que ingressarem na vida acadêmica, assim como toda comunidade ao participar das atividades institucionais da ESN.

A Escola Superior de Educação e Negócios – ESN tem por princípios:

- **Qualidade:** como compromisso com o ensino de qualidade direcionado a excelência.
- **Conhecimento:** entendido como um processo de busca constante de sua evolução, e que deve ser construído e compartilhado.
- **Responsabilidade social e ética:** de forma a proporcionar formação profissional aos seus egressos com base no rigor científico, no desenvolvimento intelectual e humano, pautado nos princípios éticos entendidos pela sociedade e organizações de trabalho.
- **Liderança, empreendedorismo e espírito de grupo:** como indispensáveis para a plena realização profissional de seus egressos.
- **Dignidade da Pessoa Humana:** respeito à dignidade da pessoa, de seus direitos e seus deveres como cidadão.
- **Justiça social:** com foco na construção de processos e estruturas inclusivas, integrando atividades que permitam a socialização do conhecimento assim como a melhoria da qualidade de vida da comunidade.
- **Autonomia didático-pedagógica:** como base para o desenvolvimento de uma formação alicerçada no desenvolvimento do conhecimento e no aprender a aprender, visando o desenvolvimento de formação ampliada, atendendo às demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

### 2.6.3. VALORES INSTITUCIONAIS

A Escola Superior de Educação e Negócios – ESN elenca como valores:

- **A transparência na gestão,** por meio de normas e condutas objetivas, estabelecidas democraticamente, de forma participativa, por suas instâncias de decisão.
- **A inovação tecnológica,** incorporada na execução do trabalho de seus diversos stakeholders, com frequentes pesquisas que favoreçam novos métodos e novas ferramentas que tornem o processo ensino-aprendizado mais prazeroso e eficiente.
- **A visão crítica,** capacitando seus membros a tomarem decisões lastreadas na verdade, na justiça e no bem-estar comum.

- **A consciência ambiental**, favorecendo a responsabilidade pela preservação e recuperação do planeta, na busca de uma sustentabilidade econômica e social.
- **A cidadania**, priorizando os interesses da coletividade.
- **O respeito à diversidade**, com base no respeito e na tolerância diante da integridade e viabilidade de outras tradições.
- **A valorização do pluralismo**, com acesso ao conhecimento de diferentes teorias, métodos, experiências e pontos de vista, visando à compreensão, à experimentação e ao respeito às diferenças, ao pluralismo de ideias, às crenças e culturas.

#### 2.6.4. VISÃO DE FUTURO

A Escola Superior de Educação e Negócios – ESN tem por Visão:

*“Ser instituição de referência na educação e novos negócios, promovendo a interdisciplinaridade, diversidade, sustentabilidade e empreendedorismo democratizando o acesso à educação de qualidade.”*

### 2.7. OBJETIVOS

#### 2.7.1. GERAL

A Escola Superior de Educação e Negócios – ESN tem como objetivo geral de seus cursos e programas:

*“Construir e fomentar educação superior de excelência, nas diversas áreas do conhecimento, na perspectiva de propiciar formação integral, com competências profissionais e humanistas, de forma que seus egressos possam alcançar seus objetivos profissionais e tornarem-se cidadãos aptos a contribuir para o desenvolvimento da sociedade.”*

#### 2.7.2. ESPECÍFICOS

Traduzem-se em objetivos específicos as finalidades regimentais, que assim, direcionam suas ações nos diversos campos de atuação, quais sejam:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo e crítico.
- Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais do momento e para a participação no desenvolvimento sustentável da sociedade, colaborando na sua formação contínua.
- Formar profissionais da Educação Profissional e Tecnológica, no intuito de promover a verticalização do ensino, possibilitando contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de experiências profissionais.
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver sustentavelmente o entendimento do homem e do meio em que vive.
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, da publicação ou de outras formas de disseminação.
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar sua correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração, mas sempre se mantendo dentro da ética e da cidadania.
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

- Promover a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

### **III. OBJETIVOS, METAS E AÇÕES DA INSTITUIÇÃO NA VIGÊNCIA DO PDI**

O Plano de Desenvolvimento Institucional se caracteriza como um documento institucional que norteia os direcionamentos institucionais, sendo considerado um instrumento de gestão que permite a reflexão sobre a identidade, vocação, posicionamento e visão de futuro da Escola Superior de Educação e Negócios.

Desta forma, a ESN vem expressar neste documento sua reflexão a respeito de seu futuro, reunindo em cada dimensão institucional um conjunto de objetivos, metas e ações as quais pretende implantar a partir de seu credenciamento.

Os objetivos, metas e ações definidas pela ESN se orientam pela Lei nº 10.861/2004 que abrangem as dez dimensões, a portaria n.º 1.382/2017 sobre a definição dos eixos de avaliação, as diretrizes políticas institucionais, as normas internas, regulamentos e proposta pedagógica da instituição.

A partir dos objetivos geral e específico definidos para a Escola Superior de Educação e Negócios - ESN, somados às políticas e diretrizes institucionais, agregam-se para a vigência deste PDI objetivos, metas, ações e prazos a serem implementados no período de 2021 a 2025

Alcançando diversas dimensões organizadas em eixos, que formam a abrangência da gestão acadêmica institucional, as metas e ações consignam os direcionamentos da expansão institucional projetada para um horizonte de cinco anos, sempre aliada à qualidade e excelência dos serviços educacionais desejados, conforme apresentados pelos tópicos seguintes.

## **1. Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional**

### **1.1. PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

Importante frisar que o processo de autoavaliação a ser implantado na Escola Superior de Educação e Negócios – ESN, fundamenta-se na Lei n 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e criou a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), e à Portaria MEC n 2.051 de 9 de julho de 2004. Para O SINAES a autoavaliação é entendida como um processo contínuo por meio da qual a instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade. Para além do atendimento ao requisito e para a tomada de decisão, a autoavaliação na ESN será também norteadora do processo de gestão e crescimento sustentáveis.

Os procedimentos de autoavaliação na Instituição serão abrangidos pelos processos de avaliação institucional, bem como as formas de participação da comunidade acadêmica, técnica, administrativa e da Comissão Própria de

Avaliação (CPA) tanto no processo quanto nas formas de utilização dos resultados das avaliações. O aprimoramento da CPA ocorrerá mediante planejamento de suas atividades, a partir do calendário acadêmico. A reflexão estará sempre voltada para o processo de avaliação interna da instituição e sua melhoria contínua. Para a CPA o processo de avaliação será contínuo, passível de evolução e deverá ser desenvolvido respeitando a realidade institucional para melhoria do conjunto de suas atividades.

Desse modo, a CPA realizará seu trabalho pautado pela preparação, desenvolvimento e consolidação de todas as suas ações, baseadas especificamente na participação de seus membros, no planejamento de todas as atividades concernentes ao seu papel institucional, no trabalho de sensibilização, na produção dos relatórios e divulgação dos mesmos e, por fim, no balanço crítico para a criação de estratégias com vistas à superação dos problemas identificados e no suporte da equipe gestora para a tomada de decisões.

Para realização efetiva de seu trabalho, a CPA se norteará pelos seguintes princípios:

- Autonomia em relação aos órgãos de gestão acadêmica.
- Fidedignidade das informações coletadas no processo avaliativo.
- Respeito e valorização dos sujeitos e dos órgãos constituintes da instituição.
- Respeito à liberdade de expressão, de pensamento e de crítica.
- Compromisso com a melhoria da qualidade da educação.
- Difusão de valores éticos e de liberdade, igualdade, pluralidade cultural e democrática.

Os processos de autoavaliação da ESN serão voltados também à produção sistemática de informações quantitativas e qualitativas, objetivando a formação de uma base de informações voltada à subsidiar a gestão na tomada de decisão, possibilitando estabelecer ações corretivas, oferecer novos serviços, melhorar processos e se integrar mais com a comunidade interna e externa a qual está inserida, almejando assim, a excelência educativa.

Desta forma, a implementação da autoavaliação como é a proposta do SINAES, pressupõe a definição de etapas coordenadas para o desenvolvimento das atividades. Os processos de autoavaliação da ESN serão desenvolvidos em etapas, segundo sequenciamento lógico, isto é:

- Preparação.
- Planejamento.
- Sensibilização.
- Desenvolvimento (Ações).
- Levantamento de dados e informações.
- Análise das informações.
- Relatórios parciais.
- Consolidação (Relatório final).
- Divulgação.
- Balanço crítico.

Nesse sentido, a organização deste processo visará inicialmente à sensibilização de toda a comunidade acadêmica dentro dessas diferentes etapas, incluindo reuniões, palestras e seminários, explicando o que é, qual o objetivo e como o aluno pode participar do processo de avaliação interna.

## **1.2. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA**

A CPA será a responsável pela condução do processo de autoavaliação institucional e dos cursos e programas de educação superior ofertados, cabendo também acompanhar a implementação dos projetos pedagógicos dos cursos,

da infraestrutura e da estruturação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Escola Superior de Educação e Negócios.

A CPA também trabalhará em conjunto como o NDE, visando reforçar a participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação. Na sua composição, a CPA contará com a participação de representantes das comunidades acadêmica, técnica e administrativa e, também, da sociedade civil organizada, a qual representará 20% de sua composição.

O período de mandato da CPA será de dois anos e o do coordenador de um ciclo avaliativo, podendo ser renovado por um período de igual tempo. As atribuições e objetivos da CPA serão delineados pelo seu Regimento Interno assim como suas demais regras de funcionamento. A avaliação pelos discentes terá como propósito a geração de indicadores relativos às competências, habilidade e atitudes para a formulação de políticas de melhoria contínua dos cursos e programas oferecidos, oportunizando também o próprio aperfeiçoamento dos docentes e, por consequência, dos objetivos institucionais da ESN como um todo.

Cumprir destacar que cada curso analisará estes dados, cabendo ao Coordenador do curso encaminhar os problemas pontuais em relação à atuação docente de forma individualizada à direção da ESN a qual adotará, oportuna e tempestivamente, as melhores providências cabíveis em cada caso. Por fim a CPA terá o papel de consolidar o conjunto de dados dos cursos da Instituição com o objetivo de identificar questões que necessitem de encaminhamentos ou de políticas institucionais locais e/ou nacionais.

### 1.3. ANÁLISES E DIVULGAÇÃO

As avaliações serão utilizadas como instrumentos para a revisão permanente deste PDI assim como a promoção de mudanças na instituição de forma geral, com o intuito de melhoria da qualidade do ensino. Todas as ações de planejamento do ensino, da iniciação científica e da extensão serão tomadas após análise dos resultados das avaliações em conjunto com a Diretoria.

O planejamento das avaliações será feito com base em calendário próprio. Após a avaliação, o resultado será discutido com os segmentos, buscando alternativas e realizando ações para melhoria das sugestões. As informações resultantes destas discussões servirão de base para a produção dos relatórios anuais os quais serão disponibilizados à comunidade acadêmica de maneira digital e física.

Estrategicamente, a autoavaliação institucional se caracterizará por ações de melhoria contínua, modernização, adequação e transparência da instituição como um todo, tangibilizando-se pelo conjunto dos objetivos, metas e ações do tópico seguintes, previstas para o período de validade deste PDI.

### 1.4. OBJETIVOS, METAS E AÇÕES

As metas e ações definidas para o Eixo Planejamento e Avaliação Institucional visam integrar a avaliação interna e externa, permitindo que os resultados apurados auxiliem o grupo gestor da Instituição nas decisões e direcionamentos futuros.

Objetivo	Estabelecer e manter o processo de avaliação institucional contribuindo com a gestão e o processo de decisão organizacional					
Metas	Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
<b>Promover e Assegurar que os processos institucionais sejam permanentemente cotejados aos padrões de desempenho estabelecidos pelo SINAES.</b>	Criar a Comissão Própria de Avaliação.	X				
	Garantir a manutenção da representatividade e composição da CPA.	X	X	X	X	X
	Elaborar e implantar o Projeto de Autoavaliação Institucional.	X				
	Viabilizar infraestrutura física e de recursos tecnológicos.	X				
	Elaborar o instrumento de coleta, organização e processamento das informações para geração do relatório de autoavaliação institucional.	X				



Objetivo	Estabelecer e manter o processo de avaliação institucional contribuindo com a gestão e o processo de decisão organizacional					
Metas	Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	Garantir a participação da sociedade civil organizada e de todos os segmentos da comunidade acadêmica.	X	X	X	X	X
<b>Privilegiar o conceito da autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro.</b>	Estabelecer mecanismos institucionalizados e participativos para a realização da autoavaliação.	X	X	X	X	X
	Promover um caráter formativo que permita o aperfeiçoamento tanto pessoal (dos docentes, discentes e corpo técnico-administrativo) quanto institucional.	X	X	X	X	X
<b>Alcançar a participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação, de pelo menos 50% e aumentar gradualmente nos anos posteriores.</b>	Promover campanhas de sensibilização visando incentivar a participação discente.	X	X	X	X	X
	Sensibilizar o corpo docente e técnico-administrativo para participação no processo de avaliação.	X	X	X	X	X
<b>Traduzir em metas e ações para os anos seguintes, as demandas resultantes do processo de avaliação.</b>	Analisar os resultados da autoavaliação institucional.	X	X	X	X	X
	Implementar as ações necessárias para atender as demandas identificadas nos processos de autoavaliação.	X	X	X	X	X
	Divulgar os resultados das avaliações e das ações implementadas para todos os segmentos.	X	X	X	X	X

## 2. Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional

### 2.1. A MISSÃO, OBJETIVOS, METAS E VALORES INSTITUCIONAIS

A articulação dos três principais instrumentos (PDI/PPI/PPC) se dará por meio de diretrizes e políticas do PPI, que estão contidas no PDI, que por sua vez deverão sustentar a execução do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de cada curso.

O PPC de cada curso estará fundamentado nos projetos institucionais o que possibilitará uma adequada gestão acadêmica, pedagógica e administrativa de cada curso, em consonância com as necessidades detectadas no mercado profissional.

Essa articulação dos documentos institucionais (PDI/PPI/PPC) é observada pelo SINAES, nos instrumentos de avaliação dos cursos de graduação. Assim, dada a necessidade de articulação entre PPI e o PDI, a ESN considerará para tal propósito a articulação e integração de suas políticas de pesquisa, extensão e de gestão acadêmica.

Nesse sentido, há todo um esforço da gestão em garantir a aderência do PDI com a realidade institucional, de modo a manter a coerência das propostas com essa realidade, bem como garantir o cumprimento do cronograma estabelecido durante seu período de vigência.

Com relação às metas para ensino, pesquisa e extensão, a ESN tem por objetivo aprimorar seu sistema de ensino, mediante o planejamento articulado da graduação e da pós-graduação, incluindo o incentivo à melhoria do desempenho docente e discente associadas à capacitação, formação continuada e ao desenvolvimento profissional. Nesse sentido a instituição envidará esforços durante o período de vigência de seu PDI, na busca de parcerias com outras instituições nacionais e internacionais e demais organizações do mundo do trabalho.

## 2.2. INTEGRAÇÃO DO PDI ÀS POLÍTICAS DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E PÓS GRADUAÇÃO

A política de ensino da Escola Superior de Educação e Negócios fundamentar-se-á na integração do ensino com a iniciação científica e a extensão; formação de profissionais nas áreas de conhecimento em que atua e pretende atuar; formação política, social e econômica de cidadãos capazes de interagir na sociedade; valorização dos princípios éticos e morais, contribuindo para o bem estar da sociedade; flexibilização dos currículos, atualização dos projetos pedagógicos; atualização das técnicas didáticas, qualificação permanente do corpo social (titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas) e garantia de infraestrutura para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas.

Como agente determinante, a Instituição agirá sobre os diferentes espaços sociais em que está inserida, e vê sua dinâmica operacional agindo para ajudar a promover o desenvolvimento socioeducacional local, regional e nacional. Implícitas nestas funções estarão algumas ideias que caracterizam o processo didático-pedagógico na instituição: os alunos serão estimulados a interagir com o conhecimento produzido para, a partir dele, construir, serem criativos, ressignificando-os e problematizando-os.

A ESN adotará as seguintes diretrizes pedagógicas gerais:

- Metodologias ativas e inovadoras que busquem ressignificar e problematizar os conteúdos, promovendo o desenvolvimento do espírito empreendedor e de competências e habilidades requeridas na formação integral do educando e na sua formação para o mercado de trabalho.
- Currículos de cursos atendendo as DCNs e planos de ensino, propiciando a integração da teoria com a prática, privilegiando a iniciação científica e o empreendedorismo.
- Avaliação formativa e continuada da aprendizagem, cabendo ao professor o papel de orientador, envidando esforços para despertar as potencialidades do educando, minimizando as avaliações quantitativas de cunho teórico-doutrinário.
- Espaço curricular para o desenvolvimento de Atividades Complementares, destinadas a trabalharem aspectos interdisciplinares na formação do aluno.
- Aplicação prática das teorias em todas as ações pedagógicas.

Relativamente ao ensino da graduação, a ESN adotará como princípios norteadores de sua atuação neste segmento, as seguintes diretrizes:

- Articulação entre ensino, pesquisa (iniciação científica) e extensão.
- Formação de profissionais nas áreas de conhecimento em que atua e pretende atuar.
- Formação política, social e econômica de cidadãos capazes de interagir na sociedade.
- Valorização dos princípios éticos e morais, contribuindo para o bem-estar da sociedade.
- Flexibilização dos currículos, de forma a proporcionar ao aluno a maior medida possível de autonomia na sua formação acadêmica.
- Atualização permanente dos projetos pedagógicos de cursos, levando-se em consideração as diretrizes curriculares nacionais e as demandas socioeconômico e culturais da região onde a instituição está inserida.
- Atualização constante das técnicas didáticas, afirmando sempre a presença do contemporâneo nas atividades de ensino-aprendizagem como o uso de tecnologias.
- Incentivo à produção técnico-científica e didática do corpo docente.
- Qualificação permanente do corpo social, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas.
- Garantia de infraestrutura acadêmica para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas.

Por sua vez, reconhecendo o importante papel da educação continuada para promoção do desenvolvimento e bem-estar da sociedade, a ESN adotará os seguintes princípios para sua política de pós graduação:

- Vinculação dos cursos oferecidos às demandas locais e regionais, contribuindo na formação de recursos humanos qualificados.
- Definição de áreas prioritárias e estabelecimento de parcerias para oferta de cursos.
- Consolidação da concepção de programas de pós-graduação integrados aos cursos de graduação a serem oferecidos pela instituição e áreas afins.
- Incentivo à participação dos egressos dos cursos de graduação da ESN nos cursos de pós-graduação, de acordo com os princípios e diretrizes da política Institucional de egressos.

Coerente com os princípios e propostas que caracterizam a presente política, a pós-graduação adotará mecanismos de avaliação institucional, incluindo a participação de especialistas internos ou externos, conduzindo processos de acompanhamento dos mesmos e revertendo seus resultados para a continuada melhoria de sua qualidade.

### **2.3. INTEGRAÇÃO DO PDI AS POLÍTICAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL**

A iniciação científica será um processo educativo fundamental para a criação e a cultura de investigação na ESN, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e da extensão. É imprescindível que ela ocorra no contexto de projetos desenvolvidos por docentes, ligados às linhas de ação definidas pela instituição ou, pelo menos, por meio da monitoria, a qual assume uma relação fundamental com a iniciação científica.

A política de iniciação científica a ser estabelecida pela Escola Superior de Educação e Negócios no período de vigência deste PDI será pautada pelos seguintes princípios:

- Possibilitar os contatos iniciais dos estudantes, orientados pelos professores, com as atividades de criação, discussão e organização do saber científico.
- Constituir um canal adequado de auxílio para a formação de uma cultura acadêmica de trabalho em que se combine o ensinamento dos professores com a necessidade de exercício e aplicação desses conhecimentos apresentada pelos estudantes.
- Estimular pesquisadores a engajarem estudantes de graduação no processo acadêmico, possibilitando, além de outros benefícios, a ampliação da capacidade de orientação à pesquisa da instituição.
- Envolver progressivamente novos pesquisadores na atividade de formação.

Visando a concretização de tais princípios gerais, a política para iniciação científica/tecnológica da ESN terá como objetivos:

- Iniciar e apoiar estudantes dos cursos de graduação na prática da pesquisa científica.
- Desenvolver a mentalidade científica, crítica e investigativa dos estudantes.
- Estimular o professor orientador a formar equipes de pesquisa.
- Identificar e estimular os estudantes com vocação para a investigação científica.
- Contribuir para diminuição das disparidades regionais na distribuição da competência científica no país.
- Preparar estudantes para a pós-graduação.

A iniciação científica na ESN será realizada a partir dos períodos iniciais dos cursos e incentivada até a conclusão dos mesmos, principalmente por meio de trabalhos acadêmicos desenvolvidos pelas disciplinas dos cursos.

## 2.4. INTEGRAÇÃO DO PDI ÀS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, MEIO AMBIENTE, MEMÓRIA CULTURAL, PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL, PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA IGUALDADE ÉTNICO RACIAL

A ESN incentivará a comunidade acadêmica a fundamentar suas ações em uma visão crítica e a adotar parâmetros para a análise de políticas que respeitem e defendam o desenvolvimento sustentável, a preservação do processo histórico da região e sua influência no perfil cultural dos habitantes, sob a ótica da justiça social, da concepção de meio ambiente que abrange o homem e seu contexto, preconizando uma educação crítica, que problematiza os interesses de diferentes atores sociais.

Algumas disciplinas nas bases curriculares dos cursos oferecidos pela instituição perpassarão a temática ambiental ao longo de seus conteúdos, respeitando-se sempre as peculiaridades de cada curso. De maneira semelhante, questões relativas à importância da preservação da memória cultural, produção artística e do patrimônio cultural, também perpassarão os conteúdos disciplinares ao longo do curso.

## 2.5. INTEGRAÇÃO DO PDI ÀS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RESPONSABILIDADE SOCIAL - PERTINÊNCIA

A responsabilidade social tem sido tema recorrente em todos os setores da economia e também da educação. Há preocupação cada vez maior das instituições de ensino superior em compreender este conceito e incorporá-lo à sua gestão. Tal compromisso torna os cursos corresponsáveis pelo desenvolvimento da sociedade. Desta maneira, busca-se aplicar constantemente em todas as atividades, sejam na iniciação científica ou na extensão, projetos que resgatam a dignidade das pessoas menos favorecidas as quais não detém meios para participar do universo acadêmico.

As Instituições de Ensino Superior têm o papel de desenvolver funções sociais significativas, voltadas à formação de pessoas capazes de influenciar o processo de crescimento da sociedade em direção à melhoria da vida humana no âmbito político-social. Sob essa ótica, além de preparar o indivíduo para atuar no mundo do trabalho, tem a missão de prepará-lo em sua totalidade, promovendo sua cidadania e estimulando seus valores éticos.

A ESN conceberá a temática da responsabilidade social como elemento estratégico de sua ação formadora e educadora, tendo consciência de ser agente de transformação e desenvolvimento social. Neste sentido, as relações com seu corpo funcional, alunado e sociedade em geral, concretizarão seu fazer fundamentado no postulado humanista.

Como instituição de ensino superior, a ESN sente-se responsável pelo bem-estar da comunidade acadêmica e da sociedade em geral, preservando o respeito ao ser humano, às suas necessidades e desejos pessoais de crescimento e de contribuição com a academia e a sociedade. Igualmente, sente-se responsável pelo desenvolvimento econômico e social da região, influenciando a preservação do meio ambiente, ao resgate cultural e artístico e a inclusão social.

## 2.6. OBJETIVOS, METAS E AÇÕES

As metas e ações definidas para o Eixo Desenvolvimento Institucional visam fortalecer a participação da sociedade nas ações desenvolvidas pela IES em prol da inclusão social, educação e preservação ambiental, dentre outros.

Objetivo	Divulgar a Missão Institucional e garantir a execução das metas do PDI						
	Metas	Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
<b>Garantir permanentemente que a missão institucional seja conhecida por toda a comunidade acadêmica</b>	Divulgar a missão, visão e objetivos institucionais a toda a comunidade acadêmica.		X	X	X	X	X
	Inserção da missão institucional em todos os documentos e setores.		X	X	X	X	X
	Divulgar a missão no site institucional.		X	X	X	X	X
	Participação efetiva e constante dos órgãos colegiados no acompanhamento das metas institucionais.		X	X	X	X	X

Objetivo	Divulgar a Missão Institucional e garantir a execução das metas do PDI					
Metas	Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	Realizar reuniões periódicas do grupo responsável pela elaboração e execução do PDI.	X	X	X	X	X
	Apresentar relatórios sobre o cumprimento das metas e ações previstas.	X	X	X	X	X

Objetivos	Promover a integração e articulação do PDI com a missão institucional, a Gestão Institucional, com o PPI, os Projetos Pedagógicos dos cursos, a Avaliação Institucional, bem como a responsabilidade social da Instituição.					
Metas	Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
<b>Promover o acompanhamento do PDI para a sua implementação na Instituição.</b>	Analisar a implementação contínua do PDI na Instituição, acompanhando inclusive seus processos de atualização, quando necessário.	X	X	X	X	X
	Atualizar o contexto social e econômico em que a instituição está inserida no PDI.	X	X	X	X	X
	Acompanhar a coerência entre as ações e práticas realizadas na instituição e os propósitos formulados no PDI.	X	X	X	X	X
	Criar mecanismos para comprovar sua realização efetiva, modificação e revisão.	X	X	X	X	X
	Promover a avaliação e atualização do PDI (realização de seminários, reuniões, consultas).	X	X	X	X	X
<b>Promover a coerência da expansão projetada no PDI com a realidade institucional.</b>	Cumprir o cronograma de implementação do PDI.	X	X	X	X	X
	Promover a participação efetiva dos dirigentes da mantida.	X	X	X	X	X
	Promover a participação efetiva dos órgãos colegiados.	X	X	X	X	X
<b>Articular o PDI com PPI, PPCs Avaliação e Gestão Institucional.</b>	Articular as Políticas Institucionais.	X	X	X	X	X
	Utilizar o PDI como referência para cursos, programas e projetos.	X	X	X	X	X
	Implementar a graduação e pós-graduação de práticas coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da Instituição.	X	X	X	X	X
	Articular os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI).	X	X	X	X	X
	Vincular a pós-graduação com as demandas regionais.	X	X	X	X	X
	Implementar atividades de prática de investigação, de iniciação científica e de pesquisa coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da Instituição.	X	X	X	X	X
	Implementar atividades de extensão coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da Instituição.	X	X	X	X	X
	Vincular as atividades de extensão com a formação e sua relevância com o entorno.	X	X	X	X	X
<b>Atualizar, acompanhando a necessidade, os projetos pedagógicos dos cursos, de forma a promover a integração com o PPI, o PDI e as transformações sociais e do mercado.</b>	Revisar e atualizar os projetos pedagógicos dos cursos e programas acadêmicos da instituição.	X	X	X	X	X
	Utilizar as políticas definidas no PPI como diretrizes para a atualização dos projetos pedagógicos dos cursos e programas acadêmicos, socializando os princípios e valores da instituição.	X	X	X	X	X
	Utilizar os objetivos e metas constantes no PDI na atualização dos projetos pedagógicos dos cursos e programas acadêmicos, socializando as propostas de desenvolvimento da	X	X	X	X	X

Objetivos	Promover a integração e articulação do PDI com a missão institucional, a Gestão Institucional, com o PPI, os Projetos Pedagógicos dos cursos, a Avaliação Institucional, bem como a responsabilidade social da Instituição.					
Metas	Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	instituição.					
<b>Implantar o programa de responsabilidade social da instituição.</b>	Definir e implementar ações de caráter integrador, nas quais a inclusão social e a promoção da cidadania sejam parâmetros balizadores das atividades acadêmicas.	X	X	X	X	X
	Buscar novas parcerias com empresas e organizações, promovendo a acessibilidade da comunidade aos projetos de inclusão social.	X	X	X	X	X
	Estimular a inclusão social dos indivíduos na sociedade no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.	X	X	X	X	X

### 3. Eixo 3 - Políticas Acadêmicas

As políticas de ensino e as ações acadêmicas voltadas aos cursos de graduação da ESN serão fundamentadas em princípios filosóficos e técnico-metodológico que perseguem o significado da humanização do ser humano e da melhoria da sua convivência em sociedade.

A Extensão é uma interação que envolve conhecimentos produzidos na academia e na comunidade. Tem por objetivo o desenvolvimento de atividades que contribuam para a qualificação do trabalho acadêmico realizado no processo de formação profissional, bem como para o aprimoramento da vida em sociedade.

A ESN viabilizará no período de vigência deste PDI, parcerias com organizações públicas e privadas que visem solucionar questões sociais tais como, inserção de alunos estagiários em empresas, formação e acompanhamento de indivíduos na criação e gerência de pequenos negócios, acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos, acompanhamento psicopedagógico de alunos com dificuldades socioemocionais, entre outros. Além disso, os docentes serão incentivados a participar de simpósios e congressos científicos.

#### 3.1. POLÍTICA DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS GRADUAÇÃO

O ensino da graduação está organicamente relacionado ao processo seletivo de novos ingressantes, às diretrizes curriculares nacionais, à formação de seu corpo docente, ao acompanhamento do desempenho acadêmico, ao acompanhamento pedagógico de docentes e discentes e ao acompanhamento dos egressos.

O fazer pedagógico institucional entende a aprendizagem como um processo contínuo e compartilhado e reconhece que cada acadêmico possui um ritmo e um tempo de aprendizagem que lhe são próprios. Neste sentido, a prática de ensinar na ESN será, antes de tudo, considerada como uma prática social reflexiva e integradora que busca intervir e transformar uma realidade. Ao mesmo tempo, a instituição reconhece que seu corpo docente não poderá ter uma prática meramente reprodutiva de conhecimentos consolidados.

Para a ESN é necessário que seus docentes façam da sala de aula um espaço de mediação entre o conhecimento existente, a pesquisa sobre novos fatos, a reflexão sobre o que é pesquisado e o aprendizado conjunto decorrentes do processo e, com isto, gerar novos conhecimentos e crítica da realidade existente. Neste aspecto, as práticas pedagógicas adotadas em sala de aula buscarão possibilitar o desenvolvimento de competências e habilidades teóricas e práticas que instrumentalizem os envolvidos a uma formação multifacetada, compreendendo: uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação, recursos audiovisuais, laboratórios, desenvolvimento de práticas que valorizem as linguagens oral e escrita e, uso de práticas que possibilitem a reflexão sobre a realidade social, econômica, política e cultural da área de influência institucional.

Relativamente aos cursos de pós graduação, a ESN terá como objetivos gerais para o aluno: desenvolver o estudo e a iniciação científica; proporcionar a formação para a atividade profissional bem como para o meio acadêmico, além da prestação de serviços de planejamento, consultoria e assessoria em órgãos públicos, empresas privadas, entre outros.

### **3.2. POLÍTICA DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA PESQUISA OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL**

A iniciação científica será um processo educativo fundamental para a criação e a cultura de investigação científica na ESN, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e da extensão. É imprescindível que ela ocorra no contexto de projetos desenvolvidos por docentes, integrados por sua vez às linhas de ação definidas pela instituição.

A iniciação científica na Escola Superior de Educação e Negócios buscará promover ações para o envolvimento e articulação entre docentes e discentes, nas quais se enfatizará a problematização da realidade mediante levantamento de temáticas relacionadas aos cursos e programas desenvolvidos.

Neste sentido, a política de iniciação científica da instituição será pautada pelas seguintes diretrizes:

- Liberdade na escolha do objeto de estudo, prevendo-se mecanismos de incentivo aos interesses que contribuam para o fortalecimento de áreas temáticas que a instituição decida privilegiar em virtude de afinidade com o desenvolvimento da iniciação científica.
- Liberdade na escolha de metodologias que sejam capazes de ordenar e propiciar o desenvolvimento da iniciação científica como decorrência da multidiversidade de abordagens epistemológicas, condição para um ambiente acadêmico produtivo e criativo.
- Utilização de conhecimentos vindos de diferentes áreas do saber, em abordagem multidisciplinar.
- Integração das atividades de iniciação científica com as atividades de ensino e extensão.

Desta forma, os objetivos das atividades de iniciação científica da ESN serão:

- Criar a cultura e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento crítico.
- Propiciar condições institucionais para o atendimento aos projetos científicos.
- Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais, para sua participação efetiva em projetos científicos.
- Estudar os problemas relacionados com o desenvolvimento da região de atuação da instituição, do estado e do país.
- Divulgar os resultados de estudos produzidos pelos docentes e discentes em mídias digitais ou impressas.
- Integrar a comunidade acadêmica, por meio de projetos e parcerias com outras instituições de ensino (nacionais e internacionais) e com a comunidade profissional (via programas de estágios, convênios e projetos de assessoria e consultoria).

### **3.3. POLÍTICA DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA EXTENSÃO**

A Extensão é uma interação que envolve conhecimentos produzidos na academia e na comunidade, tendo por objetivo o desenvolvimento de atividades que contribuam para a qualificação do trabalho acadêmico realizado no processo de formação profissional, bem como para o aprimoramento da vida em sociedade. A base dessa integração é o diálogo realizado por meio de programas, projetos, cursos, eventos (palestras, conferências, viagens de estudo, apresentações musicais, teatrais ou feiras culturais, campanhas educativas e assistenciais) e prestação de serviços promovidos pela comunidade acadêmica à sociedade.

Para a Escola Superior de Educação e Negócios, a Extensão terá como objetivo maior ampliar os canais de interlocução da Instituição com os segmentos externos e, simultaneamente, ser beneficiada por tais segmentos em relação ao desenvolvimento de novos conhecimentos científicos aplicáveis aos seus cursos e programas oferecidos.

Serão objetivos da Política de Extensão da instituição:

- Democratizar o conhecimento acadêmico.
- Reafirmar a extensão como parte do fazer acadêmico.
- Consolidar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, efetivados em torno de programas e projetos construídos com base em critérios científicos, tecnológicos e em experiências comunitárias.
- Aproximação entre os currículos de formação profissional e a realidade social possibilitando ao discente a atuação participativa na sociedade, de forma ética e comprometida com o bem-estar social, com articulação das dimensões científica, humana e social de sua formação, em consonância com as políticas descritas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) bem como aos objetivos e metas constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional e nas ações constantes nos Projetos Pedagógicos de Cursos.
- Estímulo à problematização como atitude de interação com a realidade.
- Considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais.
- Estimular a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável como componentes da atividade extensionista.
- Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria IES.
- Estabelecer parcerias para sustentabilidade de projetos e ações que visem a articulação entre ensino e a iniciação científica e extensão, na construção de proposições para o atendimento de demandas e interesses sociais e para contribuir na solução de problemas da comunidade local e regional;
- Prestar serviços e assistência como forma de integração com a comunidade local e regional.
- Fornecer subsídios para aprimoramento curricular e criação de novos cursos.
- Possibilitar aos alunos atuação participativa na sociedade, de forma ética e comprometida com o bem-estar social, com articulação das dimensões científica, humana e social de sua formação, em consonância com a missão institucional e os objetivos previstos em seu PPI e projetos de cursos.
- Desenvolver práticas educativas auxiliando e educando a comunidade acadêmica por meio de ações de responsabilidade social e de cidadania voltadas para a inclusão social, bem como a criação de espaços para difusão e construção de valores culturais, contribuindo para o bem-estar de todos os sujeitos envolvidos nas ações extensionistas.
- Promover a integração das ações extensionistas com as demandas sociais, buscando o comprometimento da comunidade acadêmica com os interesses e necessidades da sociedade local e regional.
- Ampliar a interação com a comunidade, a democratização dos conhecimentos acadêmicos e científicos e a produção de novos conhecimentos com a articulação entre os saberes sistematizados, acadêmicos e populares.
- Aprimorar continuamente os projetos de extensão considerando a sistematização das ações, as abordagens interdisciplinares, a intensificação da articulação entre ensino, iniciação científica e extensão, a sustentabilidade por meio de parcerias.
- Promover o entendimento da extensão acadêmica como um conjunto de atividades de caráter educativo, cultural ou científico, desenvolvido a partir de minicursos, encontros, palestras e ações sistematizadas, voltadas a questões relevantes da sociedade local e regional.

Em outras palavras, o programa de extensão se materializará em um conjunto articulado de projetos e outras ações (cursos, eventos etc.), de caráter interdisciplinar e integrado às atividades de Pesquisa e Ensino. O Programa de Extensão possuirá regulamento próprio aprovado pelo Conselho Superior, disponibilizado para consulta a toda comunidade acadêmica via Secretaria Acadêmica ou pelo site institucional.



### 3.4. POLÍTICA E AÇÕES DE ENSINO E DIFUSÃO PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE

A Escola Superior de Educação e Negócios concederá apoio financeiro aos seus professores sob a forma de ajuda de custo para participação em eventos de natureza técnico-científico e cultural assim como disponibilizará espaços para a realização de eventos que atendam as demandas referentes às diversas formações dos acadêmicos.

A instituição privilegiará no período de vigência deste PDI a formação na qual a autonomia intelectual e o incentivo às práticas investigativas serão desafios permanentes nos projetos dos cursos, mantendo uma política editorial no sentido de incentivar a produção intelectual de discentes e docentes.

As Coordenações de Cursos serão as áreas que mais se envolverão no trabalho relacionado à promoção e incentivo dos alunos em participação de eventos. Paralelamente, os docentes serão incentivados à produção científica própria ou em colaboração com seus orientandos, visando à criatividade e o espírito investigativo.

A Instituição também estimulará e incentivará a produção de artigos científicos desenvolvidos como resultados de atividades com alunos ou em projetos para, posteriormente, serem publicados em revistas acadêmicas internas e/ou de outras instituições, conforme critérios estabelecidos oportunamente pela Direção institucional. Considerando a importância da difusão de sua produção acadêmico docente, a ESN terá como diretrizes gerais de sua política de difusão os seguintes objetivos:

- Fortalecimento da ação da Instituição relativa à socialização de sua produção acadêmica, tanto em meios físicos quanto digitais.
- Estruturação e fortalecimentos de Conselhos Editoriais.
- Incentivo à criação de revistas eletrônicas e à organização de anais de divulgação de trabalhos apresentados em eventos.
- Incentivo à publicação de capítulos de livros e de livros, divulgando diferentes estudos de iniciação científica.
- Qualificação das revistas acadêmicas da IES junto a CAPES.

### 3.5. POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

O Programa de Acompanhamento de Egressos ESN será um instrumento que possibilitará a avaliação continuada da instituição por meio do desempenho profissional dos ex-alunos. Tendo como principal objetivo acompanhar a inserção do egresso no mercado de trabalho, suas vivências e dificuldades e, a partir destas informações, prestaremos apoio por meio de educação continuada e permanente, o programa de acompanhamento de egressos da instituição representará um importante mecanismo no sentido de incorporar ao processo de ensino- aprendizagem elementos da realidade externa que apenas o diplomado estará em condições de oferecer.

Cumprir destacar que os alunos estarão sujeitos à avaliação e acompanhamento durante toda sua vida acadêmica de diversas formas, entre elas o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), utilizado pelo Ministério da Educação (MEC) que se volta para medir e qualificar o nível de desempenho das instituições de ensino superior. Entretanto, as instituições de ensino superior devem acompanhar e avaliar seus egressos após sua formação, uma vez que são depositárias do conhecimento e conseqüentemente das esperanças sociais de grande parte da população, que espera e cobra resultados, benefícios sociais e culturais efetivos dessa função.

Sendo o egresso o sujeito da avaliação, que dá evidências do nível de qualificação profissional propiciado pelas instituições, torna-se importante implementar uma política de consistente para acompanhamento de suas potencialidades e limites, bem como contar com mecanismos capazes de indicar, com clareza, o atingimento dos propósitos formativos institucionais.

Para tanto, e buscando maior visibilidade e prestígio ao processo formativo, a ESN fundamentará sua política de acompanhamento de egressos pelas seguintes diretrizes:

- Criação de uma base de dados com informações atualizadas dos egressos.
- Manutenção do relacionamento contínuo com os egressos, para o aperfeiçoamento do seu trabalho.

- Criação de um banco de dados com informações sobre as vivências e dificuldades do egresso, que possam subsidiar a elaboração de programas de educação permanente e continuada, eventos científicos, cursos de atualização e de especialização, com a finalidade de aprimorar seu trabalho.
- Estabelecimento de ações de modo a promover uma comunicação mais estreita dos egressos com a instituição, possibilitando a troca de experiências e informações.
- Incorporar os dados obtidos com o acompanhamento do egresso ao processo de avaliação institucional como um todo, possibilitando e/ou sugerindo adequações ao currículo dos cursos ofertados.

O atendimento a esses propósitos ocorrerá de forma gradativa no período de vigência deste PDI, tornando por sua vez fundamental a adoção de estudos comparativos entre a atuação profissional dos egressos e sua formação recebida, permitindo identificar possíveis melhorias no plano político-pedagógico da instituição que se volta para formar um profissional melhor preparado para o mundo do trabalho.

A legislação educacional aborda a questão dos egressos, bem como alerta as instituições de ensino acerca da necessidade de desenvolver políticas institucionais aplicadas para o acompanhamento e gestão destes. Alinhado ao que expressa da lei, o ensino superior deve ser ministrado também com enfoque no trabalho, portanto voltado ao mercado profissional.

O Ministério de Educação, através do SINAES, instituiu uma forma integrada de avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, estabelecendo que a avaliação em nível institucional ocorra em dois momentos: a autoavaliação, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a avaliação externa, realizada por comissões do INEP/MEC, formada por docentes da educação superior.

O SINAES avalia as Instituições de Educação Superior, identificando o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais. Determina elementos para a constituição de indicadores que visam “Identificar e avaliar as medidas institucionais para incentivar a participação dos egressos na vida da instituição”. Essa exigência fica exposta no Instrumento de Avaliação quando esse se refere à dimensão “Política de Atendimento aos Discentes” adotada pela IES, na qual privilegia-se a figura do egresso bem como à política institucional específica voltada ao seu acompanhamento. Na prática, almeja-se que os resultados da política de acompanhamento dos egressos sejam a base das possíveis mudanças necessárias nos currículos dos cursos e do processo de ensino e aprendizagem, pois as possíveis melhorias poderão preencher as lacunas que existem entre a formação acadêmica do aluno e as reais necessidades de qualificação exigidas pelo mundo do trabalho.

A Comissão Própria de Avaliação – CPA da Instituição será o órgão responsável pelo acompanhamento da Autoavaliação Institucional do Egresso. A avaliação contará com um questionário que será respondido pelos egressos no semestre subsequente à conclusão do curso. A CPA poderá fazer ajustes periódicos neste instrumento, com a finalidade de obter dados cada vez mais precisos para identificar as fragilidades e fortalezas de cada curso. Os dados coletados serão tabulados e encaminhadas às Coordenações dos Cursos e, principalmente, à Direção da ESN. A CPA manterá um canal aberto com os egressos, realizando, por exemplo, levantamento e exposição de depoimentos de ex-alunos via site institucional.

Por último, a instituição utilizará frequentemente as redes sociais para divulgação das ações relativas ao Programa Institucional de Egressos e, por exemplo, através da formação de grupos específicos, coletar de informações relativas à atuação dos egressos no mercado de trabalho e das impressões dos mesmos sobre a formação na instituição.

### **3.6. COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE EXTERNA**

A ESN utilizará diversos instrumentos para tornar a comunicação com a sociedade eficaz pois acredita que o processo de comunicação é um dos pilares para o fortalecimento de seu crescimento institucional. O objetivo fundamental dos canais de comunicação da instituição será prover à comunidade interna e externa de ferramentas que auxiliem a operar os fluxos de apoio ao ensino, baseadas nas tecnologias da informação atualmente disponíveis.

Os canais de comunicação disponibilizarão um leque de recursos os quais permitirão o enriquecimento do processo educacional e o estreitamento do relacionamento entre professores, alunos e comunidade interna e externa constituindo-se em um importante instrumento no auxílio ao processo educacional.

A ESN, ciente de sua responsabilidade social no cenário educacional nacional, colocará sua estrutura organizacional e seu instrumental tecnológico à disposição das comunidades da sua área de influência, com vistas à prática da cidadania e ao progresso socioeconômico e tecnológico. Em outras palavras, trata-se do exercício pleno de seu papel de educar, formar quadros de recursos humanos de excelência de ser agente promotor de mudanças e de progresso.

Por sua vez a CPA, também em seu processo avaliativo, comunicará o resultado de seus levantamentos e análises, bem como das soluções encontradas, através de ferramentas de comunicação que atinjam à comunidade externa. Através de sua CPA a Escola Superior de Educação e Negócios se consolidará e melhorará a qualidade dos seus serviços e do ensino prestados no período de vigência deste PDI.

A Ouvidoria também será uma importante instância do sistema de relacionamento implantado na instituição, com regulamento próprio, a qual receberá reclamações, sugestões, informações, elogios, denúncias e demais tipos de situações de toda comunidade externa.

### **3.7. COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE INTERNA**

Com ênfase na qualidade educativa, a comunicação interna na ESN terá por objetivo fortalecer as relações humanas e a imagem da Instituição, de modo a oferecer aos alunos e funcionários a melhoria na prestação de seus serviços educacionais.

Além, da existência de comunicação por rede de computadores, Intranet e informativos internos, a instituição desenvolverá as seguintes ações:

- Divulgação, por meio da Intranet de eventos destinados a alunos e funcionários.
- Divulgação de datas comemorativas e da participação dos funcionários/alunos em congressos, cursos e eventos externos.
- Divulgação sobre a realização de eventos culturais.
- Interação entre os setores da instituição visando o favorecimento na comunicação.

Outro importante canal para o processo de comunicação interna será realizado pela Ouvidoria Institucional. As formas de contato com a Ouvidoria acontecerão por meio de e-mail ou pessoalmente na própria Ouvidoria. Com regulamento próprio e aprovado pelos órgãos competentes, a Ouvidoria publicará semestralmente o balanço dos atendimentos realizados, com discriminação dos tipos de atendimento (reclamações, elogios, sugestões etc.), sempre, evidentemente, preservando a confidencialidade das ocorrências tratadas.

### **3.8. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES**

Entende-se que a principal tarefa da Educação é despertar em seus alunos as suas potencialidades, desejos e interesses próprios diante da totalidade do conhecimento humano. Isso significa reforçar a ideia de uma formação humana ampla, que contemple todas as áreas do conhecimento.

As políticas de atendimento aos discentes da ESN contemplarão as seguintes frentes:

- Matrícula e transferência.
- Programas de apoio financeiro e pedagógico.
- Estímulos à permanência.
- Organização estudantil.
- Acompanhamento de egressos.

As ações de atendimento ao discente serão focadas para permitir que o mesmo efetivamente sinta-se um participante do processo de aprender, refinando suas potencialidades e buscando recursos para superar os obstáculos que eventualmente surgirem em seu processo de aprendizagem e formação.

O acadêmico poderá espontaneamente buscar o atendimento via Formulário específico disponibilizado no site institucional ou junto à coordenação de seu curso. Como fluxo de atendimento do apoio psicopedagógico, a busca por atendimento e o encaminhamento serão registrados pelos seguintes mecanismos:

#### **1 - Atendimento ao discente:**

O atendimento será realizado por um(a) orientador(a), psicopedagogo(a), com curso de capacitação para tal atendimento. Deverá ter como ferramentas de registro de atendimento ficha individual, descrição do motivo de procura, identificação de problema e encaminhamentos registrados no sistema.

#### **2 - Acadêmicos encaminhados ao atendimento de apoio psicopedagógico pelos professores.**

Após diálogo e verificação com a coordenação sobre situação do acadêmico com aparência de dificuldades e necessidade de atendimento de apoio, o professor responsável pela disciplina encaminhará a solicitação atendimento ao aluno.

O Programa de Nivelamento terá por objetivo atender às demandas quanto à identificação de pontos frágeis no processo de ensino-aprendizagem, a partir da avaliação do estudante em processo. O foco do programa dar-se-á em três áreas distintas, que são básicas para o futuro profissional e que muitos ingressantes apresentam dificuldades, visto a deficiência do ensino de base no Brasil: Matemática, Língua Portuguesa e Informática. Os cursos serão totalmente online, ministrados através de uma plataforma virtual, com acompanhamento de um tutor por disciplina, especialista na área. Contarão com vídeos gravados, apostilas, atividades de autoestudo (avaliativas) etc. Ao ingressar o aluno receberá um login (registro acadêmico) e uma senha, podendo já iniciar o seu curso de nivelamento.

Com o objetivo de possibilitar o nivelamento acadêmico dos discentes dos cursos de Graduação da ESN e, conforme indicação do MEC, o Programa de Nivelamento Acadêmico será promovido a partir da identificação das necessidades específicas dos alunos. Esta identificação será feita a partir dos resultados das avaliações de aprendizagem manifestas na seleção de vestibular, avaliações aplicadas e/ou por iniciativa própria do aluno em dificuldade acadêmica.

### **3.8.1. FORMAS DE ACESSO, MATRÍCULA E TRANSFERÊNCIA**

Os Processos Seletivos serão orientados por critérios que avaliem os conhecimentos adquiridos pelos candidatos no Ensino Médio ou equivalente para admissão nos cursos de graduação pretendidos e serão regulados por meio de Editais aprovados pela Direção Geral, abertos e tornados público, pelo menos quinze dias antes da realização da seleção.

A instituição informará à comunidade, antes do início de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

A matrícula, ato formal de ingresso do aluno no curso e de sua vinculação à instituição, realizar-se-á por meio da ratificação de Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, com o pagamento da primeira parcela do período letivo, na Secretaria Acadêmica (observando-se os prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico) e mediante apresentação prévia dos documentos descritos nos editais. Os alunos ingressantes provenientes de programas federais de educação apresentarão também os documentos exigidos nos referidos programas.

No caso de diplomado em curso de graduação será exigida a apresentação do diploma, devidamente registrado, em substituição ao documento de comprovação do ensino médio, ou, em caráter precário, declaração de conclusão de curso e de pedido de registro do diploma ratificado pela instituição de ensino onde cursou.

A matrícula será feita ou renovada por períodos letivos, conforme o regime de oferta dos cursos, respeitando-se os pré-requisitos estabelecidos pelo Projeto Pedagógico de cada curso e a compatibilidade de horários.

As políticas de inclusão escolar configuram-se como movimentos de intensa repercussão no âmbito das práticas educacionais e do trabalho pedagógico das instituições de ensino, pois, desafiam os sistemas tencionando o campo educacional com muitas indagações e poucas afirmativas. O que se tem de unânime é o direito público subjetivo à educação de todos, com ou sem deficiência. Neste sentido, espera-se que o processo de inclusão exija profundas transformações das escolas, tarefa que deve ser mediada pelos gestores no diálogo entre os sistemas de ensino e a comunidade escolar.

Para implementar as políticas de Acessibilidade, a ESN desenvolverá as seguintes ações:

- Observação da acessibilidade arquitetônica e do mobiliário para o atendimento aos alunos com deficiência física.
- Atendimento, através da Língua Brasileira de Sinais, aos alunos surdos em todas as suas atividades acadêmicas.
- Formação inicial e continuada dos professores responsáveis pelo acolhimento e atendimento dos acadêmicos com relação às políticas de inclusão e acessibilidade.

### **3.8.2. PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO**

A ESN proporcionará o atendimento extraclasse, realizado por diversos setores da instituição (Secretaria Acadêmica, Biblioteca, Coordenações dos Cursos, Professores, entre outros), a fim de proporcionar ao discente ambiente adequado ao êxito da aprendizagem.

Os laboratórios poderão ser utilizados pelos alunos, fora do horário de aulas, com a participação de técnicos ou auxiliares, para o reforço da aprendizagem prática. A biblioteca virtual estará disponível permanentemente para que os alunos possam realizar suas pesquisas bibliográficas, leituras ou trabalhos em grupo sem prejuízo da presença em sala de aula.

As Coordenações dos Cursos estarão disponíveis durante o horário de funcionamento da instituição, aberta a alunos e professores, para a abordagem de qualquer assunto ligado ao curso e ao desempenho discente.

A monitoria será um programa de apoio pedagógico ao discente praticada pela instituição como incentivo à participação dos acadêmicos em atividades teóricas e práticas, bem como o desenvolvimento de habilidades relacionadas à atividade docente, como parte de um conjunto de estratégias e oportunidades oferecidas visando proporcionar uma formação mais qualificada, além de dar condições de continuidade dos estudos e aprofundamento de conhecimentos. Entende-se por Monitoria a modalidade de ensino e aprendizagem que contribui para a formação integrada do aluno nas atividades de ensino, iniciação científica e extensão dos cursos de graduação. O Monitor será um aluno selecionado através de entrevista o qual exercerá suas atribuições junto ao professor da disciplina. O período de monitoria terá duração de um semestre letivo, podendo ser renovado.

O exercício da monitoria não implicará em vínculo empregatício e sim, em atividade de voluntariado ou atividades complementares, sendo objetivos da monitoria: estimular a iniciação à docência, promover a cooperação entre professores e alunos, contribuir para a melhoria da qualidade de ensino, dinamizar as ações didático-pedagógicas e educativas por meio de envolvimento dos alunos na operacionalização destas ações no cotidiano da IES e estimular e incentivar a participação dos acadêmicos em atividades teóricas e práticas.

A implantação do Sistema de Monitoria se justifica pela necessidade de fomentar e ampliar a participação dos acadêmicos em atividades de pesquisa e projetos extracurriculares, com o desenvolvimento de atividades de cunho teórico e prático integradas às disciplinas dos cursos, propiciando uma formação mais ampla e profunda. A seleção dos monitores seguirá critérios estabelecidos em regulamento próprio.

### 3.8.3. PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO

A ESN prevê durante o período de vigência deste PDI, a concessão de um percentual de sua receita a título de bolsas de estudo, PROUNI e projetos sociais. A concessão de bolsas obedecerá a critérios pré-definidos, iniciados a partir de edital, seguido pela inscrição do candidato e comprovação documental. Em seguida, aos classificados será exigida a comprovação documental do grau de carência perante uma comissão institucional constituída especificamente para esse fim, com orientações emanadas da Mantenedora.

A instituição manterá um Termo de Adesão junto a organismos federais para proporcionar aos discentes a possibilidade de Financiamento Estudantil – FIES, possibilitando abatimento no valor das mensalidades.

Também, os funcionários/professores e seus dependentes serão beneficiados com desconto nas mensalidades, de acordo com a carga horária de trabalho do titular, obedecendo aos critérios da convenção coletiva de trabalho.

A Instituição, também manterá convênios com empresas e organizações públicas e privadas que concedem auxílio estudantil a seus funcionários.

### 3.8.4. ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA

A ESN tem como compromisso promover a atenção integral ao aluno, visando garantir sua permanência na instituição, oportunizando a interface entre o conhecimento teórico e a experiência prática, assim como a inserção em atividades de iniciação científica e extensão.

Para tal, proporcionará ao corpo discente um adequado e eficiente atendimento de apoio ou suplementar às atividades de sala de aula. Proporcionará ainda, atendimento individual ao aluno, buscando identificar os obstáculos estruturais e funcionais ao pleno desenvolvimento do processo educacional, prestando informações aos órgãos competentes, aos quais solicitará providências bem como indicará soluções.

A Instituição entende que não basta apenas permitir aos alunos acesso aos seus cursos, mas, principalmente, garantir sua permanência durante o período de integralização dos mesmos. Para tal propósito, as ações de estímulo à permanência do aluno previstas pela ESN durante a vigência deste PDI são:

- **Mecanismos de Nivelamento:**

Diante do panorama atual da Educação Básica, é possível dizer que o estudante ingressa no ensino superior com uma base que é peculiar a cada pessoa, tendo em vista as diferenças individuais. Esta variabilidade, certamente, constitui-se em evidência que precisa ser considerada na organização e desenvolvimento das ações curriculares face aos objetivos do êxito acadêmico desejados.

Nesta perspectiva, os conteúdos/abordagens curriculares dos cursos de graduação da ESN serão estruturados de modo a contemplarem em sua organização e dinamização as diversidades cognitivas dos discentes. Deste modo, o processo de nivelamento da instituição consistirá em subsidiar os discentes de elementos básicos em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos universitários.

- **Atendimento Psicopedagógico:**

A instituição disponibilizará um serviço de atendimento psicopedagógico ao discente para atender, mediar e solucionar situações que possam surgir no decorrer da vida acadêmica do corpo discente.

Este atendimento terá por objetivo oferecer acompanhamento psicopedagógico aos discentes e subsídios para melhoria do desempenho de alunos que apresentem dificuldades. Neste sentido, contribuirá para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem em geral, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos, realizando a orientação e os serviços de aconselhamento e assegurando a adaptação, especialmente, dos ingressantes.

Este serviço será coordenado por um profissional com formação na área. O atendimento será caracterizado por orientações individuais a alunos encaminhados pelos professores, coordenadores de curso ou àqueles que procurarem o serviço espontaneamente.

▪ **Organização Estudantil:**

O corpo discente da ESN poderá organizar-se, por meio do Diretório Acadêmico (DA) ou Centro Acadêmico (CA), para representação e intermediação de questões de interesse coletivo do grupo discente. A representação terá por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da Instituição, vedadas atividades de natureza político-partidária em entidades alheias à IES.

A convivência estudantil na instituição será estimulada, mediante a oferta de atividades científicas, de extensão, artísticas, culturais e de lazer, na sede da instituição ou em instalações cedidas, mediante convênio, para o desenvolvimento dessas atividades.

▪ **Integração Acadêmica:**

Os acadêmicos da ESN serão parte integrante do fazer institucional, portanto, diversas atividades de integração serão desenvolvidas desde a entrada do aluno, tais como: recepção de calouros, aulas inaugurais, atividades de integração entre os alunos de diversos semestres, entre alunos de cursos diferentes e entre instituições diferentes, primando sempre pela qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

### 3.9. POLÍTICA E AÇÕES DE ESTÍMULOS À PRODUÇÃO DISCENTE E À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A ESN oferecerá espaços para a realização de várias modalidades de eventos que atendem as demandas referentes às diversas formações dos acadêmicos.

A Instituição como um todo estará envolvida e comprometida com o objetivo de promover e apoiar a participação da comunidade acadêmica em eventos científicos e culturais que ocorram dentro ou fora da Instituição.

As coordenações dos cursos serão as áreas que mais se envolverão no trabalho relacionado à promoção e incentivo dos alunos em participação de eventos. Paralelamente, os docentes incentivarão à produção científica própria ou em colaboração com seus orientadores, visando à criatividade e o desenvolvimento do espírito científico.

Além disso, o desenvolvimento destas ações será fomentado via implementação de planos e programas de incentivos e benefícios voltados à comunidade acadêmica, com destaque para: planos de capacitação dos corpos docente e técnico-administrativo; incentivo à participação de docentes e discentes em eventos ligados à sua área de trabalho/estudo; condições adequadas de segurança; incentivo a um clima organizacional que valorize o capital humano.

Todos os registros das ações expostas neste item serão documentados, bem como detalhados em relatórios individuais institucionais, nas políticas institucionais e outros documentos à disposição da comunidade acadêmica como um todo.

### 3.10. OBJETIVOS, METAS E AÇÕES

As metas e ações definidas para o Eixo Políticas Acadêmicas buscam, por meio da articulação de diretrizes políticas, o reconhecimento da instituição junto ao setor educacional e comunidade acadêmica em geral. Também visam assegurar de maneira eficiente e democrática os meios de comunicação com as comunidades interna e externa.

Objetivos	Articular as políticas institucionais de ensino, iniciação científica e extensão						
	Metas	Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Implantar cursos de graduação, na modalidade a distância previstos na vigência do PDI	Elaborar e implantar projetos pedagógicos dos cursos, contemplando a legislação vigente, bem como as políticas e diretrizes propostas pela Instituição.		X	X	X	X	X
	Elaborar e implantar os regulamentos e ordenamentos institucionais.		X	X	X	X	X

Objetivos	Articular as políticas institucionais de ensino, iniciação científica e extensão					
Metas	Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	Implantar práticas pedagógicas nos programas de ensino, coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais.	X	X	X	X	X
	Organizar e implementar a infraestrutura necessária para o oferecimento cursos.	X	X	X	X	X
	Aquisição do acervo bibliográfico virtual específico para atender aos componentes curriculares selecionados para os cursos.	X		X	X	X
	Promover a implantação e/ou convênio dos laboratórios específicos voltados ao atendimento das demandas dos cursos.	X		X		X
	Compor o quadro docente de acordo com os critérios de qualidade e excelência para o desenvolvimento dos cursos.	X	X	X	X	
	Avaliação e divulgação dos resultados das atividades de ensino, iniciação científica e extensão.	X	X	X	X	X
	Solicitar junto ao MEC a autorização de cursos de graduação, conforme o plano de expansão do PDI.	X	X	X	X	X
<b>Projetar a expansão de cursos a distância após a conclusão do processo de credenciamento em EAD.</b>	Planejar os cursos a serem oferecidos de forma a consolidar a estratégia de ensino a distância.	X	X	X	X	X
<b>Implementar metodologias inovadoras que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem.</b>	Introduzir nos diversos cursos metodologias ativas de aprendizagem.	X	X	X	X	X
	Incentivar o uso das novas tecnologias de informação e comunicação.	X	X	X	X	X
<b>Implantar os programas pós-graduação lato sensu na modalidade a distância previstos na vigência do PDI</b>	Definir programas com base na identificação das necessidades locais e regionais.	X	X	X	X	X
	Promover a vinculação da graduação, pós-graduação e da extensão com as demandas regionais.	X	X	X	X	X
	Implantar cursos e ampliar a sua oferta, nas diversas áreas do conhecimento.	X	X	X	X	X
	Elaborar os projetos de cursos a serem implantados, incluindo uma análise mercadológica, que vise à necessidade social e às competências do perfil de formação.	X	X	X	X	X
	Definir o corpo docente e corpo técnico-administrativo.	X	X	X	X	X
	Viabilizar da infraestrutura física e tecnológica necessária.	X	X	X	X	X
<b>Implantar o Programa de Iniciação Científica</b>	Elaborar e implantar o Programa de Iniciação Científica.	X	X	X		X
	Promover a manutenção dos grupos de iniciação científica.	X	X	X	X	X
	Promover a seleção e manutenção do corpo docente.	X	X	X	X	X
	Criação do Programa de Bolsas de iniciação científica.	X			X	X
	Criação da Revista Científica on line		X			
	Avaliar e divulgar os resultados dos trabalhos de iniciação científica.		X	X	X	X
	Captar recursos para financiar projetos de pesquisa/iniciação científica					



Objetivos	Articular as políticas institucionais de ensino, iniciação científica e extensão					
Metas	Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
<b>Implantar os Programas de Extensão na vigência do PDI</b>	Levantar a demanda, atendendo as necessidades regionais e locais (cultura, esporte, meio ambiente, responsabilidade social, inclusão social).	X	X	X	X	X
	Definir e elaborar os projetos, cursos e atividades de extensão.	X	X			X
	Definir as linhas de extensão.	X	X	X	X	X
	Disponibilizar recursos humanos e de infraestrutura.	X	X	X	X	X
	Definir mecanismos voltados à captação de recursos visando à ampliação das atividades de extensão junto à comunidade.	X	X	X		X
	Definir parcerias estratégicas com a comunidade externa.	X	X	X	X	X
	Organizar projetos, cursos, eventos, atividades relacionadas às áreas dos cursos, sociais, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.		X	X	X	X
	Avaliar e divulgar os resultados dos projetos de extensão junto à comunidade acadêmica e externa.		X	X	X	X

Objetivos	Estabelecer e desenvolver os mecanismos de comunicação entre a Instituição, a comunidade acadêmica e a sociedade					
Metas	Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
<b>Criar a Ouvidoria</b>	Elaborar e implantar o regulamento da ouvidoria.	X				
	Definir o Ouvidor Institucional.	X				
	Viabilizar a infraestrutura física necessária para o Setor de Ouvidoria.	X				
	Viabilizar recursos tecnológicos e de comunicação necessários para a realização dos trabalhos de ouvidoria.	X				
	Avaliar e divulgar os resultados das ações do processo de comunicação interna e externa.		X	X	X	X
<b>Viabilizar permanentemente os meios de comunicação interna e externa</b>	Criar a Assessoria de Comunicação.	X				
	Criar a rede social nas mídias atuais integrando o corpo docente, discente e sociedade.	X				
	Criar Jornal Institucional.		X			
	Criar de murais nos setores, salas de aulas, e áreas de convivência para divulgação de notícias, eventos e comunicados à comunidade acadêmica.	X				
	Capacitar continuamente dos colaboradores para o atendimento à comunidade acadêmica.	X	X	X	X	X
	Implantar o Site Institucional atendendo alunos, docentes e colaboradores.	X				
	Disponibilizar manuais institucionais.	X	X	X	X	X
	Divulgar as ações acadêmicas como processo seletivo, eventos, notícias, manuais institucionais, regulamentos e normas etc.	X	X	X	X	X
	Estabelecer meios de comunicação com os colaboradores.	X	X	X	X	X
	Criar o vídeo institucional.	X				
Avaliar e divulgar das ações de comunicação com a sociedade.		X	X	X	X	

Objetivos	Implantar e consolidar o Programa de Atenção aos Discentes					
Metas	Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
<b>Manter permanentemente adequado o programa de atendimento aos discentes</b>	Elaborar e implantar o Programa de Nivelamento em EaD com conteúdo de ensino médio de interesse dos cursos da Instituição.	X	X	X	X	X
	Elaborar e implantar o Programa de Apoio Psicopedagógico e Programa de Atendimento Extraclasse.	X	X	X	X	X
	Elaborar e implantar o Programa de Apoio Financeiro bem como a participação em programas governamentais.	X	X	X	X	X
	Estabelecer mecanismos de acompanhamento das condições de bem-estar do corpo discente.	X	X	X	X	X
	Viabilizar programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico (realização de atividades científicas, técnicas, culturais e esportivas).	X	X	X	X	X
	Verificar a manutenção das formas de acesso, seleção e permanência dos discentes.	X	X	X	X	X
	Estimular as participações dos alunos em atividades culturais e em atividades de intercâmbio.	X	X	X	X	X
	Implantar o atendimento de egressos a partir da existência de alunos concluintes dos cursos.		X	X	X	X
	Criar canais de comunicação com o discente tais como: portal da Instituição, chat, 0800, whatsapp.	X				

## 4. Eixo 4 - Políticas de Gestão

O planejamento e a gestão em uma instituição educacional representam o eixo norteador para que se consiga alcançar os resultados desejados e o reconhecimento da comunidade acadêmica e da sociedade na qual está inserida.

Na Escola Superior de Educação e Negócios a política de gestão almejada será a de transparência e corporativismo na qual todos os setores da instituição, por meio de seus representantes, participarão das tomadas de decisões dentro de suas áreas de atuação e do processo como um todo.

Desta forma, a política de gestão da instituição será pautada nas diretrizes de gestão pedagógico-administrativa da Mantenedora, traduzidos nos seguintes princípios:

- Ações estruturadas a partir dos projetos institucionais e movidas pela cultura do planejamento e da gestão compartilhada.
- Modelo de gestão baseado na governança corporativa, no planejamento estratégico institucional e nas próprias diretrizes de gestão pedagógico-administrativa.
- Garantir que o perfil do egresso seja alcançado, desenvolvendo, para tanto, instrumentos de acompanhamento e avaliação do processo.
- Desenvolvimento, pelas equipes da Instituição, de competências técnicas de trabalho em equipe com visão e responsabilidade sistêmica.
- O clima institucional deverá incentivar seus colaboradores e estudantes à participação e ao diálogo construtivo que respeita o contraditório, preservando a ética, o respeito e as boas relações de convivência.
- A avaliação dos processos será realizada, no mínimo, uma vez ao ano, identificando as aproximações e distanciamentos entre o planejado e o desenvolvido, estabelecendo diretrizes para a tomada de decisão.

Os gestores da instituição deverão possuir como competências individuais:

- **Avaliação de Riscos:** capacidade de considerar limites, impactos e riscos da tomada de decisão, buscando e selecionando alternativas que garantam os melhores resultados para a instituição.
- **Comunicação Eficaz:** capacidade de interagir com as pessoas, apresentando facilidade em transmitir e receber informações, utilizando linguagem e meios de comunicação adequados, argumentando com coerência e clareza e demonstrando atitudes assertivas de forma a contribuir para o alcance dos objetivos comuns.
- **Qualidade em Processos:** capacidade de aprofundar o conhecimento sobre os processos de sua área de atuação, elaborando pesquisas, acompanhando tendências, codificando e apreendendo o que pode representar oportunidades para a instituição.
- **Foco em Resultados:** capacidade de visualizar as metas e objetivos a serem atingidos, buscando sempre agregar valor ao negócio, por meio do cumprimento adequado dos prazos e expectativas de resultado.
- **Foco no Público-alvo:** capacidade para atender às demandas e aspirações do público-alvo (internos e externos), entendendo suas necessidades, respeitando prazos e buscando superar as expectativas quanto aos resultados esperados.
- **Gestão de Projetos:** capacidade de monitorar continuamente os indicadores dos projetos de sua área de atuação e agir de forma efetiva frente a indicadores desfavoráveis, garantindo a satisfação do público-alvo e a rentabilidade do projeto.
- **Gestão de Talentos:** capacidade de identificar talentos na equipe, estimular a formação e o desenvolvimento de sucessores.
- **Inovação e Criatividade:** capacidade de conceber soluções inovadoras, viáveis e adequadas para as situações apresentadas, considerando impactos e riscos envolvidos. Capacidade de sugerir ideias criativas para lidar com a falta de recursos e com situações imprevistas.
- **Liderança Participativa:** capacidade de catalisar os esforços grupais, de forma a atingir ou superar os objetivos organizacionais, estabelecendo um clima motivador, formando parcerias e estimulando o desenvolvimento da equipe.
- **Negociação:** capacidade de se expressar e ouvir o outro, buscando o equilíbrio de soluções satisfatórias nas propostas apresentadas pelas partes e a melhor relação custo-benefício para a instituição.
- **Orientação para o Mercado:** capacidade de identificar oportunidades, propor e implementar soluções inovadoras, viáveis e adequadas de forma alinhada ao contexto.
- **Sustentabilidade:** capacidade de focar as ações na visão de futuro da instituição, buscando atingir os resultados de maneira sustentável.
- **Trabalho em Equipe:** capacidade de desenvolver ações compartilhadas, interagindo com as pessoas de forma empática, inclusive diante de situações conflitantes, a fim de catalisar esforços em busca dos objetivos organizacionais.
- **Visão Sistêmica:** capacidade de perceber a interação e interdependência das partes que compõem o negócio, de visualizar tendências e possíveis ações capazes de influenciar o futuro da organização.

A Associação Educacional Latino Americana - AELA, instituição Mantenedora, responderá pela Escola Superior de Educação e Negócios perante as instâncias públicas e privadas, em juízo e fora dele, competindo-lhe diligenciar as medidas necessárias ao seu regular funcionamento.

À Mantenedora será assegurado o poder de gestão da instituição, respeitando os limites da legislação e do Regimento, as competências dos Órgãos Deliberativos e Executivos e a liberdade acadêmica dos Corpos Docente e Discente.

Compete à Mantenedora promover adequadamente condições de funcionamento das atividades da instituição, colocando-lhe à disposição os bens imóveis e móveis necessários, de seu patrimônio ou de terceiros a ela cedidos, assegurando-lhe os recursos financeiros e de custeio suficientes. Por fim, à Mantenedora é assegurada a administração orçamentária e financeira da instituição.

#### **4.1. POLÍTICAS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

O corpo Docente da ESN será composto por docentes com titulação de especialistas, mestres e doutores nas áreas correlatas aos cursos de acordo com os documentos oficiais da instituição.

Tanto o Plano de Carreira do Pessoal Docente (PCPD) quanto do corpo Técnico Administrativo estarão protocolados no Ministério do Trabalho, atendendo às solicitações e notificações sobre pendências e ajustes necessários para a homologação dos mesmos.

A ESN possibilitará aos seus colaboradores a realização de cursos e capacitações nos diversos níveis, como de extensão, graduação e pós-graduação – presenciais ou à distância – com subsídios da própria IES (bolsas integrais e parciais).

A Instituição também zelará pela manutenção de padrões de recrutamento e condições de trabalho condizentes com sua natureza de instituição educacional, bem como por oferecer oportunidades de aperfeiçoamento técnico-profissional a seus funcionários.

A promoção de reuniões regulares para sugestões, avaliação e solução de problemas, bem como o apoio às ideias de melhoria da qualidade (com o intuito de buscar sempre a qualidade na prestação de serviços), serão práticas constantes do dia a dia institucional.

A admissão de pessoal seguirá as rotinas e políticas definidas pela Mantenedora para recrutamento e seleção as quais, sempre que possível, darão preferência ao provimento das vagas técnico-administrativas por meio de promoção vertical, visando a valorização do quadro funcional. O empregado técnico-administrativo será contratado na referência inicial do primeiro nível da classe de cargos, observando-se os requisitos exigidos para cada cargo e nível.

Os salários praticados na Tabela Salarial, bem como os critérios e regras estabelecidas no Plano de Carreira, observarão as normas coletivas de trabalho, inclusive, as vantagens delas decorrentes para a remuneração.

A política de aperfeiçoamento do pessoal Técnico-Administrativo será estimulada nas diversas áreas de atuação dos mesmos. O Plano da Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo da ESN será o instrumento que disciplinará os procedimentos operacionais e normativos da política de pessoal e estabelecerá critérios e formas de admissão, promoção, qualificação, desempenho, avaliação, incentivo e valorização do profissional técnico administrativo.

Com relação ao Regime de Trabalho a instituição aplicará ao pessoal técnico administrativo a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e dispositivos legais que a regulamentam, as Convenções/Acordos Coletivos de Trabalho vigentes, normas e regulamentos estatutários bem como as resoluções editadas pela mantenedora.

A carga horária de trabalho dos empregados técnico-administrativos obedecerá à legislação trabalhista e às Normas Coletivas de Trabalho vigentes.

#### **4.2. POLÍTICAS PARA CAPACITAÇÃO DOCENTE E FORMAÇÃO CONTINUADA**

O corpo docente institucional terá por compromisso o respeito aos dispositivos, princípios e valores institucionais explicitados no Regimento da ESN assim como aqueles estabelecidos pela legislação trabalhista.

A qualificação do corpo docente não será tarefa pontual, mas atividade permanente, principalmente em função do compromisso da instituição para oferta de um serviço educacional de excelência. Tal atividade deverá ser realizada por meio de cursos de capacitação, seminários, eventos de extensão ou cursos de formação.

O perfil do corpo docente da instituição será delineado por meio dos seguintes princípios:

- Aprender a ser: atentando para os valores éticos, honestidade, coerência, pensamento autônomo e crítico, liberdade e responsabilidade.
- Aprender a conviver: desenvolvendo o espírito cooperativo e de equipe, o respeito às diferenças e a capacidade de dialogar.

- Aprender a conhecer: desenvolvendo o espírito de investigação e busca, a compreensão de fenômenos, a capacidade de argumentar, o conhecimento técnico-científico, a integração da teoria e da prática, a consciência de aprender a aprender e atualizar-se sempre, o conhecimento sensitivo, artístico e estético, a apropriação crítica das informações e dos recursos tecnológicos.
- Aprender a fazer: em especial, na capacidade de solucionar problemas, apoiado em fundamentos teóricos, na capacidade empreendedora, na elaboração de conceitos autônomos e críticos, na elaboração de projetos e propostas, no espírito de iniciativa, invenção e imaginação e na capacidade de exercer a liderança.

O docente da instituição será conhecedor dos conteúdos que desenvolve, saberá distinguir entre o empírico e o teórico, tendo capacidade de ressignificá-los e problematizá-los, integrando-os à realidade dos discentes e organizando-os nas práticas pedagógicas embasadas na metodologia da problematização.

### **4.3. POLÍTICAS PARA CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

O Corpo Técnico-Administrativo será constituído por todos os servidores não docentes que terão ao seu cargo os serviços necessários ao bom funcionamento da ESN.

A instituição buscará identificar junto aos colaboradores as oportunidades para o seu desenvolvimento e colocá-los em funções e posições em que possam dar sua melhor contribuição.

A instituição entende que as pessoas são partes integrantes do processo de melhoria, reconhecendo que os colaboradores têm condições para tomar decisões relativas ao trabalho, delegando assim, autoridade para soluções de problemas.

O Plano da Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo da ESN será o instrumento que disciplinará os procedimentos operacionais e normativos da política de pessoal e estabelecerão critérios e formas de admissão, promoção, qualificação, desempenho, avaliação, incentivo e valorização do profissional técnico administrativo.

Este Plano de Carreira terá aplicabilidade na instituição, observado o Estatuto da Mantenedora, seu Regimento Interno, normas coletivas e a legislação trabalhista vigente, tendo como objetivos:

- Estabelecer formas e critérios de seleção, ingresso, promoção, qualificação, desempenho, avaliação, incentivo e valorização dos empregados técnico administrativo.
- Atrair e manter na instituição pessoal qualificado, que atenda às suas demandas, com profissionais capazes de contribuir para o alcance dos seus objetivos, de forma eficiente e eficaz, dentro de um processo de ética e de administração moderna.
- Definir cargos e descrever suas atribuições.
- Estimular o desenvolvimento dos empregados técnico administrativos, de forma a contribuir para o seu aprimoramento pessoal e profissional.
- Propiciar condições favoráveis à eficiente e qualificada atuação dos empregados técnico administrativos.
- Criar condições de atratividade para absorver candidatos potencialmente qualificados para exercer atividades técnico-administrativas na instituição.

O corpo técnico-administrativo da instituição será formado por profissionais capacitados, vinculado às áreas específicas de atuação, com formação acadêmica compatível com o cargo, sendo formada por três grupos ocupacionais:

- Operacional: agrega as atividades em que a natureza do trabalho é operacional em função do elevado grau de padronização das rotinas, comparativamente aos demais níveis organizacionais.
- Nível Médio: agrega as atividades vinculadas à área técnica e administrativa.

- Nível Superior: agrega atividades com maior grau de complexidade, as quais requerem maior capacidade de análise diagnóstica específica e consequente estabelecimento de contramedidas necessárias ao tratamento das lacunas encontradas nos processos sob investigação.

As obrigações do pessoal técnico-administrativo, de acordo com o plano de carreira serão:

- Conhecer e respeitar as leis vigentes e promover a integração com os demais componentes da instituição.
- Conhecer e respeitar a hierarquia, isto é, ordem e subordinação dos diversos setores que compõem a Instituição.
- Participar das atividades que lhe forem atribuídas por força do cargo e de suas funções.
- Apresentar-se convenientemente trajado em serviço ou com uniforme determinado quando for o caso, mantendo a assiduidade e pontualidade, executando suas tarefas com eficiência, zelo e presteza, mantendo espírito de cooperação e solidariedade com a equipe e a comunidade em geral.
- Incentivar a participação, o diálogo, a cooperação e o trabalho em equipe, visando o desenvolvimento do senso crítico e a consciência de interdependência.
- Comunicar ao superior imediato as irregularidades as quais tiver conhecimento na sua área de atuação, ou às instâncias superiores, no caso de omissão por parte do primeiro.
- Zelar pela defesa dos direitos profissionais e pela reputação profissional.
- Fornecer elementos para a permanente atualização de seus conhecimentos junto à Instituição e participar do planejamento, execução e avaliação das atividades que lhe são pertinentes.
- Guardar sigilo sobre os assuntos da Instituição e, especialmente, sobre despachos, decisões e providências.
- Zelar pela otimização dos custos operacionais, economia de material e conservação do que lhe for confiado à guarda ou utilização.
- Manter conduta moral e funcional adequada à dignidade profissional.

Considerando as possibilidades apresentadas, cada empregado poderá delinear sua carreira, baseando-se nas trajetórias, requisitos e critérios estabelecidos, podendo assim planejar seu crescimento profissional dentro da instituição.

#### **4.4. POLÍTICAS DE GESTÃO INSTITUCIONAL ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA**

A organização e a gestão da ESN estarão representadas em um organograma no qual se encontram relacionados os setores e instâncias de gestão e operacionalização da instituição. As sistemáticas de reuniões e avaliações periódicas serão consolidadas, de modo a constituir uma cultura de planejamento e avaliação.

Existirão fluxos definidos para o encaminhamento de projetos, solicitações, demandas e demais atividades acadêmico-administrativas. A organização e a gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, assim como a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios estarão em conformidade a este PDI.

A ESN incentivará a participação discente e as instâncias representativas da política estudantil e manterá uma prática de regularidade de encontros com representantes discentes. O modelo de gestão que direcionará os processos pedagógicos e administrativos da Instituição terá como princípio mobilizar coletivamente o corpo social, tendo como objetivo maior atingir satisfatoriamente as metas que emergem, igualmente, do coletivo.

Assim, para concretizar seus objetivos, a Instituição optará por um modelo de gestão estratégica em consonância com a sua Mantenedora, orientando-se pela Governança Corporativa. Nela, entre outros princípios, a distribuição de funções, as delegações da autoridade e a subsidiariedade nas ações exigirão integração entre as pessoas e os setores, em todos os níveis. Essa delegação, no entanto, não se dará de forma aleatória. Todo o processo estará pautado em planejamento estratégico institucional, coletivamente construído, vindo complementar-se pelas normatizações do

Ministério da Educação, do PPI, do PDI, dos PPCs dos cursos, das regulamentações complementares e do regimento interno.

A partir de ações planejadas coletivamente, em atendimento ao PDI, PPI e PPCs dos cursos e à luz da legislação do MEC, serão definidos os objetivos e metas por setor e por curso. Assim, cada setor e curso terão um coordenador responsável tendo como principal atribuição, coletivamente, alcançar as metas de maneira satisfatória, em um processo de contínua melhoria da qualidade do serviço educacional como um todo prestado pela ESN;

A proposta da administração pautar-se-á pelo compromisso como uma instituição inclusiva, democrática, capaz de fomentar a investigação na formação de profissionais. Enfatiza-se, também, do ponto de vista da gestão, a interação com a sociedade, instituições públicas e privadas, organizações não governamentais, com o setor produtivo e com o mundo do trabalho, estabelecendo metas abrangentes e voltadas, prioritariamente, para o desenvolvimento local e regional.

Para organizar e dinamizar seus processos institucionais, a Instituição organizará sua estrutura organizacional, compreendida em seu Regimento Institucional.

Para complementar essa estrutura organizacional, a Instituição também contará com órgãos de apoio acadêmico e apoio administrativo, com estrutura e funcionamento regulamentados.

O Conselho Superior, o órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa, será composto por membros de todos os segmentos da Instituição e da Comunidade, sendo estruturado da seguinte forma: pelo Diretor, que o presidirá; por um Coordenador de Curso, eleito por seus pares; pelo Coordenador de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, se houver; por um docente, eleito por seus pares; por três representantes da comunidade; um representante do corpo discente, eleito por seus pares; e por dois representantes indicados pela Mantenedora. O Conselho Superior se reunirá, ordinariamente, uma vez em cada semestre e, extraordinariamente, quando convocado pelo Diretor ou por 2/3 de seus membros.

Por conseguinte, o Colegiado de Curso, será o órgão superior deliberativo em matéria didático-científica e disciplinar, com a seguinte constituição: Coordenador do Curso, que o presidirá; três docentes representantes das disciplinas que constituem o curso, sendo um indicado pelo Coordenador do Curso e dois eleitos por seus pares; um representante dos discentes, eleito por seus pares. O Colegiado de Curso se reúne ordinariamente, uma vez a cada semestre e, extraordinariamente quando convocado pelo Coordenador do Curso.

A Diretoria será o órgão executivo de gestão da instituição. O Diretor será nomeado pela Diretoria Geral da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN, com mandato por tempo indeterminado cujas competências serão: cumprir e fazer cumprir o Regimento da instituição, a legislação em vigor, as decisões da Diretoria Geral; cumprir e fazer

- Cumprir o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Político Pedagógico Institucional;
- Dirigir, administrar e zelar pelo bom funcionamento da instituição;
- Submeter à aprovação da Mantenedora o planejamento acadêmico, econômico, financeiro e administrativo anual e o plano de atividades da instituição;
- Apresentar a Mantenedora o relatório de atividades anual da instituição;
- Nomear os Coordenadores de Cursos, o Coordenador de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa, se for o caso, o Coordenador de Estágio, o Procurador Institucional, o Pesquisador Institucional, os Membros da Comissão Própria de Avaliação – CPA, o Ouvidor e os demais responsáveis pelos processos pedagógicos e administrativos da instituição;
- Resolver assuntos extraordinários de interesse da instituição sob a orientação e aprovação da Mantenedora.

No processo de gestão, também será destaque o trabalho a ser desenvolvido por outros órgãos representativos, tais como o NDE – Núcleo Docente Estruturante e a CPA – Comissão Própria de Avaliação, além dos Diretórios Acadêmicos de Cursos e do Diretório Central de Estudantes.

Os discentes da Instituição, além de integrarem os diversos órgãos representativos, organizar-se-ão em diretórios acadêmicos (DA's) em cada curso, encontrando referencial de reflexão e encaminhamento das questões de cada curso.

#### **4.5. POLÍTICAS DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

O desempenho econômico-financeiro e o comportamento e evolução das receitas e das despesas serão monitorados pela mantenedora, em parceria com a Diretoria da instituição.

As diretrizes da política de sustentabilidade financeira estarão definidas no PPI, sendo: consolidação da gestão financeira e orçamentária; acompanhamento orçamentário anual de receitas e despesas; articulação com setores envolvidos para programas de captação de recursos; desenvolvimento e divulgação anual da planilha de custos conforme lei 9.870/99 e acompanhamento dos investimentos em ensino, iniciação científica e extensão de acordo com os critérios estabelecidos.

Com base nessas diretrizes e nas metas estabelecidas no PDI, através de relatórios periódicos, a ESN acompanhará a efetivação dos investimentos previstos. Serão instrumentos utilizados para o acompanhamento: Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado do Exercício, Orçamento Anual Projetado e os balancetes trimestrais com a evolução dos bens, direitos (ativos) e obrigações (passivos) bem como das receitas e despesas.

Caberá à mantenedora estabelecer e tornar viável o planejamento financeiro para que os recursos econômicos sejam suficientes à realização dos objetivos, metas e ações propostos para o desenvolvimento da instituição, ou seja:

- Definir os custos para a implementação e manutenção da instituição.
- Analisar a viabilidade financeira e a adequação às políticas e diretrizes institucionais de planos, programas e projetos educacionais por curso.
- Controlar a aquisição de bens patrimoniais, otimizando e racionalizando a utilização dos bens existentes.
- Definir as fontes dos recursos necessários.
- Prever a alocação, distribuição e utilização dos recursos financeiros.
- Realizar inventários e regulamentar depreciação de equipamentos.
- Desenvolver parcerias entre a instituição e a comunidade regional com vista a angariar meios financeiros adicionais.
- Criar mecanismos para garantir a participação da comunidade acadêmica em eventos científicos e técnico-profissionais relevantes.
- Tornar extensível a atribuição de bolsas de estudo a discentes, docentes e funcionários em formação.
- Realizar análise de custo-benefício e de custo-efetividade.

Embora o orçamento seja anual, existirão revisões semestrais em linha com as programações acadêmicas e com o regime de admissão de novos alunos. O controle da execução orçamentária será de responsabilidade da Direção junto ao setor financeiro, que se reportará à Mantenedora.

O monitoramento do processo será realizado por meio de ferramentas gerenciais que abrangem relatórios, gráficos e planilhas financeiras elaboradas e preenchidas de acordo com as boas práticas contábeis de gestão financeira. O acompanhamento das projeções será feito regularmente de forma comparativa entre o orçado x realizado. Desta forma, ficará evidenciado o controle institucional sobre a liquidez corrente, solvência, garantias, endividamento, rotatividade e rentabilidade além da efetiva aplicação de recursos.

Para elaboração e acompanhamento serão utilizados documentos legais como Balanço Patrimonial e Demonstrativo do Resultado do Exercício cuja fidedignidade será atestada por auditoria independente.



As principais formas de captação de recursos serão a receita decorrente do pagamento das mensalidades dos alunos regularmente matriculados e a cobrança de taxas administrativas. Os recursos captados serão investidos na atividade educacional para custeio, capacitação de funcionários e professores, publicidade, investimentos em melhorias e investimentos para expansão.

Competirá à mantenedora promover adequadas condições de funcionamento das atividades da instituição, prioritariamente aquelas que dizem respeito ao ensino, iniciação científica e extensão, colocando-lhe à disposição os bens imóveis, móveis e equipamentos necessários, assegurando à ESN os recursos financeiros necessários à prestação de um serviço educacional de excelência.

Para financiar os programas de iniciação científica, extensão e capacitação de recursos humanos será reservado, anualmente, um percentual da receita líquida, visando a constituição de um fundo permanente de recursos financeiros voltados à tais fins.

As políticas de sustentabilidade financeira e de captação e alocação de recursos terão sua aplicação voltada aos programas de ensino, iniciação científica e extensão, principalmente para:

- Contratação e capacitação dos recursos humanos (professores e pessoal não-docente), além da implementação dos planos de carreira docente e de cargos e salários.
- Programas de apoio ao discente.
- Comunicação interna, externa e meios de divulgação da imagem da instituição.
- Ampliação e melhoria do acervo da biblioteca.
- Ampliação e atualização tecnológica de equipamentos e aparelhos para os laboratórios e serviços técnicos, incluindo recursos de computação e informática.
- Ampliação reforma e readaptação da infraestrutura física e de apoio.
- Implementação e consolidação do processo de avaliação institucional.
- Adaptação da infraestrutura física aos requisitos de acessibilidade a pessoas portadoras de necessidades especiais e atendimento às normas de segurança.

#### **4.6. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA – PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE INTERNA**

A gestão de uma instituição de ensino superior necessita ser eficaz, e para tanto, um de seus propósitos é fazer com que os resultados aconteçam. A abrangência da gestão educacional pressupõe a sustentabilidade financeira a qual favorecerá o alcance de objetivos e metas propostos.

A ESN promoverá a gestão compartilhada como forma de gerir financeiramente o orçamento mediante participação das instâncias administrativas, representadas pela Diretoria e instâncias acadêmicas, com a representatividade dos órgãos superiores acadêmicos, CPA e núcleos pedagógico, coordenações de cursos, visando a otimização na utilização dos recursos necessários para o equilíbrio financeiro da Instituição.

A sustentabilidade financeira da instituição, portanto, será acompanhada pelos setores de gerenciamento, alocados na mantenedora e na instituição, visando cumprir o que foi planejado nas peças orçamentárias de cada exercício fiscal. Assim, a sustentabilidade financeira da ESN se dará mediante aplicação das seguintes diretrizes gerais:

- Planejamento e utilização racional e adequada dos recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas da instituição buscando-se uma situação de equilíbrio sustentável.
- Planejamento de ações estratégicas para ampliação da participação da ESN no mercado educacional de forma sustentável.
- Aperfeiçoamento e ampliação dos serviços educacionais com vistas ao atingimento da excelência sem prejudicar a saúde financeira da instituição.
- Levantamento das causas que levam a inadimplência e a evasão por parte dos alunos.

- Criação de mecanismos para minimizar os índices de inadimplência e evasão.
- Análises prognósticas e diagnósticas das condições de mercado e de público alvo, visando a implantação de novos cursos.
- Criação de diferenciais competitivos capazes de gerar a devida atratividade para os cursos existentes.
- Desenvolvimento de mecanismos de permanência dos alunos.
- Prática da metodologia da análise e solução de problemas.

## 4.7. POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO

O objetivo fundamental dos canais de comunicação da ESN será prover à comunidade acadêmica, ferramentas de apoio ao ensino baseadas nas tecnologias de informação disponíveis.

Tais canais disponibilizarão um leque de recursos os quais permitirão o enriquecimento do processo educacional e o estreitamento do relacionamento entre professores e alunos, constituindo-se em um instrumento sem paralelo no auxílio ao processo educacional.

A Internet proporciona o crescimento das funções e recursos de um sistema pedagógico à verdadeiras ferramentas de integração da comunidade acadêmica e do ensino colaborativo, permitindo que não somente o pessoal da área técnico-administrativa utilize seus benefícios, mas também alunos e professores. Dessa forma, constitui-se num sistema de controle acadêmico e administrativo que provê, além dos recursos habituais fornecidos por um sistema deste tipo, um universo de novos recursos, que o uso da Internet veio propiciar.

Portanto, a instituição buscará ter meios de informação que se constituam de módulos integrados que automatizem os diversos processos acadêmicos e administrativos, armazenando informações, integrando as diversas áreas e fornecendo conhecimento para as tomadas de decisões.

### 4.7.1. COMUNICAÇÃO INTERNA

Com ênfase na qualidade educativa, a comunicação interna terá por objetivo fortalecer as relações humanas e a imagem da instituição, de modo a oferecer aos alunos e funcionários melhoria contínua na prestação dos serviços.

A comunicação interna desenvolverá atividades de endomarketing dirigidas para os colaboradores a fim de qualificar os serviços prestados e garantir a eficácia do fluxo de informações. Além disso, através do gerenciador de processos, qualquer colaborador poderá comunicar-se via e-mail com todos os demais colaboradores ou alunos da instituição, tornando a comunicação e o processo de tomada de decisão mais eficiente e ágil em espaços como sala dos professores, ambientes de convivência e demais locais de grande circulação, a instituição disponibilizará também murais para divulgação dos eventos e ofícios pertinentes aos colaboradores, através de cartazes e folders.

Outro canal de comunicação interna será a intranet, no qual serão divulgados eventos culturais destinados aos alunos e colaboradores, congressos e eventos para participação de colaboradores/funcionários.

### 4.7.2. COMUNICAÇÃO EXTERNA

A comunicação da imagem da instituição perante a sociedade civil organizada acontecerá através de seus hotspots e redes sociais no meio eletrônico, com divulgação das atividades e eventos, além do convite para eventos com participação da comunidade. Diariamente as redes sociais e site serão atualizados com os eventos marcados na instituição, muitos dos quais abertos à comunidade.

A imagem institucional é extremamente importante para a formação de reputação e para o fortalecimento da marca. Desta forma, o setor de comunicação e marketing padronizará todas as peças de comunicação utilizadas pela instituição, zelando, portanto, pela imagem perante os diversos públicos que acompanhem a instituição.

A instituição, sempre que necessário, manterá contratos específicos com empresas de mídia locais a fim de divulgar suas atividades educacionais, campanhas de processos seletivos e demais assuntos pertinentes à comunidade de seu entorno.

Em termos gerais, a comunicação da imagem institucional perante a sociedade civil organizada acontecerá mediante as seguintes frentes:

- Apresentação e divulgação de sua imagem por meio eletrônico.
- Divulgação das ações da instituição, em jornais de circulação regional.
- Investimento na divulgação da instituição nas mídias do município e de sua região de abrangência.
- Captação de recursos por meio de apoio e parcerias em projetos e convênios.
- Palestras institucionais em organizações, escolas etc.

#### **4.8. POLÍTICAS DE MARKETING**

A política de Marketing da Instituição terá como objetivo planejar e desenvolver ações de marketing institucional para o público-alvo.

O foco do marketing da ESN será expandir suas ações mercadológicas desenvolvendo ações institucionais voltadas para a imagem-conceito institucional, trabalhando e envolvendo todo o seu público, que vai de colaboradores à comunidade em geral.

A Instituição pretende atuar no mercado do ensino superior com propostas diferenciadas para ampliar suas ações. Dessa forma, o marketing institucional deverá desenvolver ações as quais priorizem os seguintes eixos estratégicos:

- A gestão da marca, com objetivo de proteger, fortalecer e agregar valor à imagem da instituição, preservando sua reputação e favorecendo uma imagem corporativa positiva para a comunidade em que está inserida.
- O marketing comercial, que visará divulgar os cursos de graduação, pós-graduação e extensão, elaborando mensagens adequadas para informar e persuadir o público de interesse, através de técnicas de propaganda, publicidade, promoção de vendas, merchandising e marketing direto.
- As ações de endomarketing as quais fomentarão atividades de marketing dirigidas para os colaboradores a fim de qualificar os serviços prestados e garantir a eficácia do fluxo de informações.

As ações mercadológicas serão orientadas para cada segmento-alvo e observarão, sempre que oportuno, as seguintes premissas:

- Monitorar o mercado, estudando suas tendências, oportunidades e ameaças, gerando informações para subsidiar e otimizar a tomada de decisão pelos seus gestores.
- Desenvolver planos de marketing para a implantação de projetos institucionais.
- Adequar os sistemas de comunicação interna e externa e sua informação em termos de linguagem, meios, estratégias, atualidade e continuidade ao perfil dos públicos-alvo.
- Ampliar circulação das informações institucionais na comunidade.
- Planejar e qualificar os eventos institucionais no âmbito acadêmico.

#### **4.9. POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA INTERNACIONALIZAÇÃO**

A política institucional da ESN para internacionalização terá por propósito central a melhoria contínua da qualidade do ensino de seus cursos de forma a contribuir significativamente para a sociedade como um todo e, por decorrência, com o desenvolvimento socioeconômico do país. Desta forma, a política para internacionalização institucional se pautará pelas seguintes diretrizes gerais:

- Viabilizar o estabelecimento de convênios internacionais com instituições de destaque nas áreas de ensino pertinentes aos cursos da ESN.
- Estimular a realização de eventos acadêmicos voltados ao tema da internacionalização do ensino.
- Viabilizar a mobilidade acadêmica internacional dos corpos docente e discente junto a instituições de ensino de outros países, fomentando a realização de projetos voltados às áreas de formação estabelecidas pelo ESN.
- Promover a valorização da diversidade cultural e linguística assim como o desenvolvimento de competências e habilidades interculturais.
- Ampliar a divulgação internacional da produção acadêmica e intelectual promovida pelos docentes e discentes da instituição no âmbito de seus cursos.
- Aumentar a visibilidade internacional do ESN, seus docentes e alunos, visando consolidá-la como centro de excelência para a América Latina no ensino e extensão nas áreas dos cursos oferecidos.

Cumpra-se destacar que a ESN já firmou os seguintes Termos de Cooperação Internacional com as seguintes instituições: Universidad de Morón (Buenos Aires – Argentina) e Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba – Argentina).

#### 4.10. OBJETIVOS, METAS E AÇÕES

As metas e ações definidas para o Eixo Políticas de gestão englobam, desde as políticas de gestão de pessoas, visando que estas sejam democráticas e participativas dentro da Instituição (dando à comunidade acadêmica direito à voz e participação nas decisões coletivas), até ações que garantam as condições de funcionamento sustentável da IES em sua área de abrangência.

Objetivos	Constituir e manter o corpo técnico adequado aos objetivos institucionais						
	Metas	Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
<b>Manter permanentemente adequado o perfil do corpo docente</b>	Definir o corpo docente atendendo aos requisitos de titulação, regime de trabalho e experiência.		X			X	X
	Definir o corpo de tutores atendendo aos requisitos de titulação, regime de trabalho e experiência.		X			X	X
	Estabelecer critérios para seleção e contratação adequados.		X				X
	Definir e constituir o Núcleo Docente Estruturante		X			X	X
	Implantar o Plano de Carreira Docente.		X				
	Criar Programa de Qualificação e Capacitação do Corpo Docente.		X				
	Estimular à educação continuada dos docentes (pós-graduação).		X	X	X	X	X
	Estimular à participação em eventos científicos e de atualização pedagógica (interna e externa).		X	X	X	X	X
	Criar mecanismos de acompanhamento do trabalho docente.		X				
	Incentivar à produção docente (artigos, livros, resenhas, material didático etc.).		X	X	X	X	X
Avaliar e divulgar do trabalho docente.			X	X	X	X	
<b>Estruturar e Fortalecer um corpo docente qualificado</b>	Estabelecer princípios pedagógicos que regerão a prática docente da Instituição, em consonância com a realidade pedagógica contemporânea.		X				
<b>Manter permanentemente adequado o perfil do corpo técnico</b>	Definir o corpo técnico-administrativo para atendimento das atividades de ensino e extensão.		X		X		X
	Estabelecer critérios seletivos e de contratação		X	X	X	X	X

Objetivos	Constituir e manter o corpo técnico adequado aos objetivos institucionais					
Metas	Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
<b>administrativo</b>	adequados.					
	Implantar o Plano de Cargos e Salários do corpo técnico-administrativo.	X				
	Criar o Programa de Qualificação e Capacitação do Corpo Técnico-administrativo.	X	X	X	X	X
	Estimular o aperfeiçoamento técnico por meio de cursos e programas de atualização profissional.	X	X	X	X	X
	Desenvolver de Programas de Treinamento Interno para os colaboradores.	X	X	X	X	X
<b>Consolidar e ampliar programas de qualificação profissional ao corpo técnico-administrativo na vigência do PDI</b>	Promover treinamento e cursos, internos e externos, para colaboradores, de acordo com as necessidades.	X	X	X	X	X
	Capacitar e formar talentos humanos, em níveis técnico, administrativo e gerencial, promovendo o aperfeiçoamento e a reciclagem de conhecimentos.	X	X	X	X	X
	Atendimento às condições de trabalho como segurança, saúde ocupacional e bem-estar.	X	X	X	X	X
	Avaliar e divulgar os resultados do trabalho do corpo técnico-administrativo.		X	X	X	X

Objetivos	Manter os processos decisórios e de gestão organizados para atender às finalidades da instituição					
Metas	Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
<b>Estabelecer e manter coerente a gestão da organização acadêmica e administrativa.</b>	Elaboração de um plano de metas adequado à gestão organizacional e de acordo com os objetivos institucionais.	X				
	Implantação das ações de gestão observando o regimento, regulamentos e manuais institucionais.	X				
	Promoção de discussões entre a comunidade acadêmica e as instâncias de decisão.	X	X	X	X	X
	Garantia da representatividade, funcionalidade e autonomia dos colegiados.	X	X	X	X	X
<b>Garantir a excelência na qualidade do atendimento a toda comunidade acadêmica, bem como a eficiência nos processos administrativos.</b>	Avaliar e divulgar do processo de gestão organizacional.		X	X	X	X
	Integrar os sistemas acadêmicos nas diversas áreas de ensino e de controle de gestão;	X	X	X	X	X
	Incentivar e aprimorar o diálogo entre o corpo docente, tutores, discente e a gestão institucional.	X	X	X	X	X
	Aperfeiçoar o processo de qualificação permanente dos docentes, dos tutores, do corpo de funcionários e dos recursos materiais.	X	X	X	X	X

Objetivos	Manter a sustentabilidade e as condições financeiras favoráveis da Instituição					
Metas	Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
<b>Garantir permanentemente a sustentabilidade financeira</b>	Elaborar e implantar o Programa de Execução Orçamentária.	X	X	X	X	X
	Integrar os sistemas administrativos e acadêmicos visando o controle financeiro e orçamentário.	X	X	X	X	X
	Alocação de recursos para as atividades de ensino, iniciação científica e extensão.	X	X	X	X	X
	Viabilização financeira para a implantação dos novos cursos e programas.	X	X	X	X	X
	Promover a operacionalização do sistema de	X	X	X	X	X

Objetivos	Manter a sustentabilidade e as condições financeiras favoráveis da Instituição					
Metas	Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	gestão econômica para obras, convênios, patrimônio, materiais, veículos, combustíveis e recursos humanos.					

## 5. Eixo 5 - Infraestrutura

A ESN possuirá uma infraestrutura adequada para os cursos ofertados, sendo abrangida pelos ambientes físicos, biblioteca, laboratórios, recursos tecnológicos e audiovisuais, estando também preparada para um atendimento adequado aos portadores de necessidades especiais. Localizada na Av. Pernambuco, nº 1.025, Bairro Banzato, Marília-SP, possuirá todos seus ambientes em conformidade às normas de licença expedidas tanto pelo corpo de bombeiros quanto da vigilância sanitária do município.

As especificações de serventias obedecerão aos padrões arquitetônicos recomendados quanto à ventilação, iluminação, dimensão, acústica e destinação específica.

As salas de aula, laboratórios, biblioteca e outras dependências serão de uso privativo dos corpos docente, discente e técnico-administrativo, sendo permitido o acesso de pessoas sem vínculos institucionais quando da realização de eventos, encontros culturais, seminários ou em casos de expressa autorização da Diretoria. A infraestrutura física estará à disposição dos alunos para atividades extraclasse, desde que pertinentes aos cursos ofertados e dentro dos horários devidamente reservados.

A ESN disporá ainda de instalações apropriadas para o processo de ensino-aprendizagem, disponibilizando recursos audiovisuais e equipamentos específicos aos cursos ofertados. Os locais de trabalho para os docentes serão adequados às necessidades didático-pedagógicas, tanto em termos de espaço, quanto em recursos técnicos, mobiliários e equipamentos.

Para atender as necessidades de infraestrutura física no desenvolvimento das atividades acadêmicas de seus cursos, a ESN disponibilizará todas as condições necessárias relativas ao conforto, segurança e abrigo dos usuários de seus espaços além de garantir também:

- Atendimento aos portadores de necessidades especiais.
- Salas de aulas espaçosas, confortáveis, flexíveis, dotadas de infraestrutura adequada para uso de computadores e com boa acústica e iluminação.
- Laboratórios de ensino devidamente equipados que permitam a maior proximidade possível com o que existe no mundo do trabalho, nas áreas de formação dos cursos.
- Biblioteca dotada de acervo bibliográfico atualizado e acesso aos principais bancos de dados via Internet, com espaços para trabalho em grupo e individual, atendendo aos indicadores de horário, espaço e acervo compatíveis com a qualidade acadêmica desejada.
- Rede de computadores e salas de informática com internet para apoio aos estudantes, inclusive nos horários extra aulas.
- Sala de professores e coordenadores de curso, confortáveis e equipadas com computadores e internet.
- Equipamentos de multimídia para suporte didático-pedagógico.
- Centro de convivência para alunos e professores, dotados de espaços condizentes para encontros e atividades culturais.
- Auditório.
- Locais de permanência dos alunos fora do horário das aulas.
- Espaço para convivência e alimentação.
- Equipamentos de segurança e rotas de fuga.

- Comunicação visual completa e eficiente.

A política de infraestrutura que a instituição adotará, será a da manutenção preventiva, a qual ocorrerá todo fim de semestre letivo e início do próximo, preparando os ambientes e equipamentos para uso seguro e com qualidade. A instituição também adotará a política de manutenção corretiva, sob demanda, ou seja, os reparos ocorrerão tempestivamente à medida que forem necessários.

Por fim, a instituição primará pelo asseio e limpeza mantendo as áreas livres varridas e sem lixo, pisos lavados, sem sujeira e móveis sem poeira. Os depósitos de lixo serão colocados em lugares estratégicos, como próximos às salas de aula, na biblioteca e nas salas de estudo. As instalações sanitárias estarão em perfeitas condições de limpeza com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados permanentemente.

## 5.1. INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS

As instalações físicas da ESN estarão localizadas na Av. Pernambuco, nº 1.025, Bairro Banzato, Marília-SP. Todas as dependências estarão adequadas ao atendimento e desenvolvimento das atividades e programas da instituição.

As especificações de serventias obedecerão aos padrões arquitetônicos recomendados quanto à ventilação, iluminação, dimensão, acústica, destinação específica, acessibilidade, avaliação periódica dos espaços e gerenciamento e manutenção patrimonial.

As salas de aula, laboratórios, biblioteca e outras dependências serão de uso privativo dos corpos docente, discente e técnico-administrativo, permitido o acesso de pessoas sem vínculos institucionais quando da realização de eventos, encontros culturais, seminários ou em casos de expressa autorização da Diretoria. A infraestrutura física estará à disposição dos alunos para atividades extraclasse, desde que pertinentes aos cursos ofertados e dentro dos horários devidamente reservados.

Os locais de trabalho para os docentes estarão adequados às necessidades didático-pedagógicas, tanto em termos de espaço, quanto em recursos técnicos, mobiliários e equipamentos. As instalações possuirão adequado nível de informatização, com as dependências administrativas e acadêmicas servidas por equipamentos interligados em rede e periodicamente atualizados em relação às licenças de softwares adquiridas para uso da comunidade acadêmica.

A instituição, atenta às condições de segurança aos seus usuários, tendo em vista que as instalações são espaços destinados às funções acadêmicas, planejará suas edificações para atender todas as condições de segurança com saídas de evacuação sinalizadas para o caso de emergência e com equipamentos adequados e de fácil acesso, proporcionalmente distribuídos, conforme normas legais.

## 5.2. SALAS DE AULA

As salas de aula serão de uso privativo do corpo docente e discente, permitido o acesso de pessoas sem vínculos institucionais quando da realização de eventos, encontros culturais, seminários ou em casos de expressa autorização da Diretoria. As mesmas estarão à disposição dos alunos para o processo de ensino-aprendizagem (mediante recursos audiovisuais e equipamentos específicos aos cursos ofertados) e atividades extraclasse, desde que pertinentes aos cursos ofertados e dentro dos horários devidamente reservados.

A instituição disponibilizará 27 salas de aula para os encontros presenciais previstos no decorrer dos cursos, com capacidade para atender 40 alunos. Essas salas estarão localizadas no prédio principal da IES, localizada na Av. Pernambuco, nº 1.025, Bairro Banzato, Marília-SP. As salas serão limpas diariamente e estarão coerentes com a quantidade de alunos existentes, atendendo de maneira excelente sua comunidade acadêmica.

As condições físicas obedecerão aos padrões arquitetônicos recomendados quanto à ventilação, iluminação, dimensão, acústica e destinação específica. Atenderão, portanto, de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica,

ventilação, segurança, acessibilidade e conservação, bem como quanto ao estado de conservação dos mobiliários e equipamentos e a comodidade dos envolvidos às atividades planejadas.

### 5.3. AUDITÓRIO

O auditório ocupará o andar térreo do prédio principal, possuindo 600,0 m<sup>2</sup> e terá capacidade para atender até 295 pessoas. As condições físicas obedecerão aos padrões arquitetônicos recomendados quanto à ventilação, iluminação, dimensão, acessibilidade e destinação específica. Apresentará também excelente qualidade acústica, isolamento acústico, sistema multimídia, sistema de som, ambiente climatizado, poltronas estofadas e poltronas específicas para pessoas com obesidade.

A acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade temporária se dará através de rampa de acesso específica. O ambiente possuirá portas para evacuação em caso de sinistro, além de extintores de incêndio localizados conforme as recomendações técnicas. Terá rede wifi aberta e cabeamento, mesa de som, data show e demais recursos para realização de videoconferência.

Possui alvará de funcionamento e segue a legislação dos órgãos de fiscalização atendendo de maneira excelente sua função.

Portanto, a infraestrutura do auditório da Escola Superior de Educação e Negócios estará coerente com a quantidade de alunos a ser atendida pela instituição, atendendo de maneira excelente a comunidade acadêmica como um todo.

### 5.4. SALA DE PROFESSORES

Os locais de trabalho para os docentes estarão adequados às necessidades didático-pedagógicas, tanto em termos de espaço, quanto em recursos técnicos, mobiliários e equipamentos.

A sala de professores, localizada no prédio principal da Instituição, terá 180 m<sup>2</sup>, sendo composta por armários individualizados para guarda de materiais de uso nas aulas e apoio, serviço de café e água permanente, quadro de avisos e demais mobiliários a fim de comportar perfeitamente o número de docentes da instituição. Conterá também com equipamentos de informática para os professores trabalharem, ramais telefônicos, internet wifi e possuirá excelente acústica. O ambiente será também bem iluminado, climatizado, com serviço de conservação em limpeza e conservação de equipamentos de informática e demais itens sujeitos à manutenção, como luminárias e mobiliário.

A localização da sala de uso dos docentes possuirá acesso imediato às instalações da coordenação, Direção da instituição e Secretaria de Registros Acadêmicos, assim como sanitários.

A limpeza será realizada diariamente, a acessibilidade será favorecida pela localização do ambiente e por suas amplas portas de entrada. A instituição conterá também com sala para reunião do NDE, a qual ficará localizada também em seu prédio principal, com 20 m<sup>2</sup> e será composta por gabinetes individuais para atendimento, sala de reuniões com mesa e cadeiras, ramal telefônico, visando atender com excelência seus usuários.

Para os coordenadores e professores que atuarão em regime de tempo integral a instituição disponibilizará gabinetes/estações de trabalho, sendo um gabinete para cada curso. Os gabinetes comportarão uma mesa e cadeiras para diálogos, contarão com microcomputador com internet banda larga, um ramal telefônico, material de trabalho, serão climatizados, com excelente acústica, tamanho e localização e adequados ao atendimento dos alunos e professores do curso.

A política de infraestrutura que a instituição adotará será a da manutenção preventiva, a qual ocorrerá todo fim de semestre letivo e início do próximo, preparando os ambientes e equipamentos para uso seguro e com qualidade, adotando também a política de manutenção corretiva, sob demanda, ou seja, quaisquer necessidades de reparo, adequação ou instalação que necessite de rápida implantação serão prontamente resolvidas pela manutenção.

Os procedimentos e fluxos para manutenção, conservação, aquisição, estoque estarão definidos no Programa de Manutenção e Conservação Infraestrutura da IES.



## 5.5. ESPAÇO PARA ATENDIMENTO AOS DISCENTES

Para atendimento aos discentes, a ESN terá espaços adequados, equipados com recursos técnicos, mobiliário e equipamentos. Nesses espaços, o aluno terá condições de realizar seus trabalhos de pesquisa interagir de forma reservada com o docente responsável pelo Núcleo de Atendimento ao Discente e com as Coordenações de Curso.

A instituição em atendimento à Portaria MEC nº 3.284, de 7/11/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, bem como ao Decreto nº 5.296/04 e a Lei nº 13.146/15, que estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, como também à Lei nº 12.764/12, referente aos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, assume os seguintes compromissos (sempre que solicitado e mediante apresentação de laudo médico) relativos à sua política de acessibilidade:

- Avaliar, planejar e executar o atendimento pleno da legislação vigente relativa à acessibilidade e à inclusão educacional e social de pessoas com deficiência.
- Ao receber a matrícula de candidatos com deficiência ou contratar colaboradores com deficiência, tomar as providências necessárias visando colocar à disposição destes, os meios de acesso e de rompimento das barreiras identificadas (físicas, sensoriais ou sociais).
- Quando necessário, atender a legislação vigente relativa à disponibilização de serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Sistema Braille, bem como providenciar recursos tecnológicos para atendimento das deficiências física, sensorial ou intelectual.
- Especificamente aos portadores de deficiência física:
  - Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação dos alunos permitindo acesso aos espaços de uso coletivo.
  - Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço.
  - Rampas e/ou elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas.
  - Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
  - Colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros.
  - Instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.
- Por sua vez, relativamente aos portadores de deficiência visual:
  - Manutenção de sala/ambiente de apoio equipado com máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura e/ou scanner acoplado ao computador.
  - Adoção de um plano para aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático.
  - Propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno.
  - Adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico.
  - Estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado.
  - Proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

Além disso, em atendimento ao disposto pela Lei nº 12.764/12, referente aos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a Instituição, se compromete a (sempre que solicitada e mediante apresentação de laudo médico):

- Garantir e efetivar a matrícula de estudantes com transtorno do espectro autista, planejando e executando o atendimento às suas necessidades educacionais específicas.
- Capacitar docentes, gestores e técnicos administrativos de forma a considerar as potencialidades dos alunos e colaboradores com necessidade de atendimento diferenciado, além de viabilizar recursos educacionais e de trabalho (com fulcro no artigo 3º da referida lei) relativos ao direito de acompanhamento especializado, nos casos de comprovada necessidade do aluno.

A respeito do tratamento diferenciado, a instituição estará comprometida em disponibilizar, sempre que for necessário, o seguinte:

- Assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis.
- Mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.
- Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em língua brasileira de sinais - libras e no trato com aquelas que não se comuniquem em libras, e para pessoas surdo-cegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento.
- Pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas.
- Disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Sinalização ambiental para orientação.
- Divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador em locais e edificações de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal.
- Existência de local de atendimento específico.

Os procedimentos e fluxos para manutenção, conservação, aquisição e estoque estarão definidos no Programa de Manutenção e Conservação da Infraestrutura da Instituição.

## 5.6. ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E ALIMENTAÇÃO

A instituição contará com espaços para convivência, praças co-learning, cafeteria e restaurante os quais totalizarão 1.350 m<sup>2</sup> à disposição da comunidade acadêmica.

Os espaços terão alvará de funcionamento e seguirão a legislação dos órgãos de fiscalização atendendo de maneira excelente sua função. Todos estes espaços destinados a comunidade acadêmica serão conservados limpos diariamente, iluminados, seguros, ventilados, possuirão acomodações que garantam todo o conforto necessário à comunidade atendida e, além de estarem muito bem identificados, serão acessíveis aos diferentes públicos.

A política de infraestrutura que a instituição adotará, será a da manutenção preventiva, a qual ocorrerá todo fim de semestre letivo e início do próximo, preparando os ambientes e equipamentos para uso seguro e com qualidade; a instituição também adotará a política de manutenção corretiva, sob demanda, ou seja, quaisquer necessidades de reparo, adequação ou instalação que necessite de rápida implantação serão prontamente resolvidas pela manutenção.

## 5.7. LABORATÓRIOS PARA PRÁTICAS DIDÁTICAS

Os laboratórios específicos serão espaços destinados ao suporte técnico das funções acadêmicas. Todos os ambientes estarão devidamente identificados, acessíveis à comunidade acadêmica, atendendo de maneira excelente em termo de dimensões, quantidade, iluminação, ventilação e conservação.

Embora centrados nas atividades práticas de ensino, os laboratórios também deverão operacionalizar outras necessidades advindas da prática da investigação científica e da extensão. Estes laboratórios serão planejados segundo as necessidades didático-científicas dos projetos pedagógicos de cada curso de graduação, em termos de área física, instalações específicas, condições de segurança dos usuários e dos equipamentos e, aparelhos identificados pelos professores responsáveis pelas práticas e pelos projetos de iniciação científica e/ou programas de extensão quando for o caso. Cada laboratório terá um professor responsável pelas atividades nele realizadas, auxiliado por técnicos e/ou auxiliares ligados às disciplinas e atividades que o utilizam.

A instituição possuirá laboratórios de ensino que permitirão a realização de experimentos didáticos nas disciplinas básicas e profissionalizantes de seus cursos. Nesses laboratórios serão realizadas experiências em busca de novos resultados e formas de atuar no processo ensino-aprendizagem, capacitando o egresso para interagir no mercado de trabalho.

Os laboratórios da instituição se destinarão ao atendimento das necessidades e peculiaridades dos cursos, tendo em vista a garantia da qualidade de ensino e a formação de profissionais aptos a inserirem-se no mercado, buscando desenvolver um ensino permeado pela ação-reflexão-ação, promotor da autonomia e que ofereça oportunidade de se vivenciar uma prática calcada no manuseio de recursos tecnológico-experimentais. Permitirão ao aluno a visualização dos fenômenos didático-pedagógicos, ao mesmo tempo em que adquire familiaridade com os equipamentos utilizados na prática, em operações do curso que frequenta. Por outro lado, os laboratórios propiciarão condições de desenvolver trabalhos de iniciação científica e extensão, permitindo, inclusive, a sua interação entre os alunos dos cursos ofertados.

Os laboratórios também estarão disponíveis durante horários extraclasse, pois os alunos poderão utilizá-los fora do horário das aulas para a realização de atividades acadêmicas. Outra finalidade dos laboratórios encontra-se na articulação do corpo docente e discente junto à comunidade, no sentido de lhes dar assessoria quanto ao desenvolvimento de projetos e tecnologias que atendam às necessidades nos setores em que a instituição atua.

Em síntese, pode-se afirmar que a instituição adotará os seguintes objetivos, no que diz respeito aos laboratórios específicos:

Prestação de serviços em áreas cuja natureza transcende a capacidade de resposta do mercado e que possa implicar a necessidade de utilização de uma metodologia de investigação.

Fornecimento de uma visão geral e atual da utilização de tecnologia na investigação científica em suas áreas de atuação.

- Relacionar a tecnologia utilizada com os resultados científicos alcançados.
- Prestar apoio à comunidade nos domínios científicos, acesso à internet e utilização remota dos meios disponíveis.
- Facilitar o uso das informações disponíveis de forma eficiente e inteligente.
- Permitir que os alunos absorvam e utilizem o conhecimento adquirido na sua vida e no trabalho, desenvolvendo suas capacidades e melhorando sua qualidade de vida.
- Permitir que os alunos internalizem o aprendizado como uma tarefa para toda a vida.

Com as exigências do novo milênio, tais como a globalização, novos mercados virtuais, novas profissões, avanços tecnológicos e desafiadoras posturas éticas, as instituições de ensino precisam rever os modelos tradicionais baseados na memorização de conhecimentos superados e propor um currículo que contemple estratégias de aprendizagem as quais possibilitem ao aluno aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser.

A integração teórico-prática, o ensino com pesquisa, a aproximação ao campo de trabalho e as ações de práticas reflexivas, principalmente as laboratoriais, serão de grande importância no desenvolvimento do senso crítico, técnico e prático necessário ao enfrentamento de desafios.

Aos portadores de necessidades especiais, a ESN disponibilizará amplas áreas com acessibilidade, sendo de fácil circulação para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida. Os acessos aos espaços serão facilitados, por exemplo, pelo uso de sinalizadores, placas de identificação, rampas de acesso e elevadores, ampliando as possibilidades de mobilidade aos seus diferentes públicos.

Para garantir condições de acesso aos espaços a instituição contará com equipe própria de limpeza que realiza toda a remoção de papéis, restos de alimentos e poeira dos móveis e pisos, mantendo sempre o ambiente higiênico e agradável.

## **5.8. INFRAESTRUTURA FÍSICA DESTINADA A CPA**

A CPA contará com ambiente próprio localizado no prédio principal da instituição, estando isenta para realizar seu trabalho e reunir seus membros. Esta sala será de conhecimento de toda a comunidade acadêmica. Conterá com excelente iluminação, conservação, climatização, além de computador ligado à rede de internet, mesa de reuniões e arquivos os quais permitirão o desenvolvimento do processo de autoavaliação e a participação da comunidade acadêmica. A localização da sala favorecerá as atividades propostas pela comissão. Suas entradas facilitarão a locomoção de cadeirantes e todos os ambientes estarão sinalizados e disponibilizarão recursos de acessibilidade.

A exemplo das demais dependências institucionais, o ambiente da CPA atenderá aos padrões exigidos quanto à dimensão, limpeza, luminosidade, acústica e ventilação, bem como quanto ao estado de conservação dos mobiliários e equipamentos e a comodidade dos envolvidos às atividades planejadas. Todas as salas terão acesso à rede wi-fi da instituição, havendo acessibilidade para portadores de necessidades especiais.

A CPA possuirá funcionário exclusivo, que em conjunto com o grupo realizará os trabalhos de coleta de insumos e análises diagnósticas dos processos de autoavaliação para os membros da própria CPA e representantes da comunidade acadêmica.

## **5.9. BIBLIOTECA**

A ESN considera que o conhecimento científico pode ter um impacto mais positivo e importante no processo de transferência de conhecimento e inovação se houver um especializado serviço de informação, estruturado, desenvolvido e bem-preparado para selecionar informação técnica, científica e cultural.

Dentro deste contexto, a Biblioteca será parte essencial do projeto institucional, com a finalidade de organizar e disseminar a informação, desenvolvendo atividades inerentes ao processo de ensino-aprendizagem, bem como a dinâmica e atualização de informações a serem observadas e geradas no desenvolvimento do ensino, iniciação científica e extensão. Também terá como principal objetivo servir de apoio às atividades de investigação, oferecendo suporte informacional aos programas de ensino, iniciação científica e extensão e atendimento às necessidades culturais do corpo docente e discente da Instituição e toda comunidade. Será de acesso livre aos usuários, e a segurança do acervo será realizada através da disponibilização aos usuários de armários com guarda-volumes.

A Biblioteca contará com 380 m<sup>2</sup> de área total para o acervo de livros, periódicos e multimeios, em adequadas condições de armazenagem e preservação, mais a área de administração da própria biblioteca e demais espaços comuns reservados para leitura e estudo em grupo e individual.

O espaço da Biblioteca apresentará condições adequadas quanto à área física, área de leitura geral, individual e em grupo, área de acervo de livros, periódicos especializados e mídias, acesso à internet bem como adequada gestão e informatização do acervo, pautada numa política de atualização e expansão do acervo conforme cronograma de expansão dos cursos da instituição.

O mobiliário da biblioteca seguirá todos os princípios recomendados para as bibliotecas acadêmicas. O acervo estará acomodado em estantes de aço, devidamente organizadas e distribuídas, facilitando o acesso aos exemplares pelos seus usuários. Os periódicos especializados contarão com estantes expositoras para os títulos correntes. Os ambientes serão seguros e monitorados, possuirão extintores e estarão localizados em ambientes de fácil acesso.

A Biblioteca será adequada ao número de usuários e aos fins a que se destina e obedecerá aos critérios de salubridade, ou seja, será ampla, bem iluminada, limpa e segura. Além disso, este ambiente será adaptado às pessoas portadoras de necessidades especiais e possuirá nas suas proximidades equipamentos de proteção contra incêndio. As instalações para estudos individuais e em grupo possuirão espaços e mobiliários adequados, atendendo às necessidades dos alunos e professores.

O atendimento será realizado por profissional formado em Biblioteconomia que responderá pela administração e pelo atendimento à comunidade acadêmica. Já o atendimento operacional se dará através de colaboradores que darão cobertura completa ao sistema informatizado da biblioteca e ao atendimento ao usuário. Também serão realizadas orientações de pesquisas acadêmicas, com objetivo de apoiar os usuários a encontrar as informações necessárias para seus trabalhos. A Biblioteca zelará também por todas as normas técnicas da ABNT as quais nortearão a elaboração de trabalhos acadêmicos. Serão oferecidos também, os serviços de Comutação Bibliográfica via COMUT, levantamento e pesquisa bibliográfica e empréstimo entre bibliotecas.

De forma geral o espaço da Biblioteca privilegiará o convívio harmônico entre os usuários e o acervo, proporcionando um ambiente propício à reflexão e às práticas investigativas.

### **5.9.1. BIBLIOTECA – PLANO DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO**

O plano de atualização do acervo estará instituído no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e as aquisições serão feitas mediante este plano em detrimento à oferta de novos cursos e programas.

Para atender sua comunidade acadêmica a instituição firmou contrato com a Pearson e Minha Biblioteca a fim de oferecer acesso à biblioteca virtual, a todos seus alunos. Com isso o aluno terá acesso 24h por dia, em qualquer lugar, a um acervo com milhares de títulos.

O acesso será acompanhado por meio de relatórios. A percepção da necessidade de atualização do acervo que atenda às disciplinas dos cursos estará a cargo dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), das Coordenações, dos docentes, mas também, poderá partir do bibliotecário.

O acervo bibliográfico será atualizado constantemente, por indicação de alunos, docentes, coordenadores de cursos e da própria equipe da Biblioteca, em razão de novas edições ou para atualização dos temas objeto de estudos, além de publicações destinadas a subsidiar projetos de iniciação científica e extensão. Será dada prioridade, na aquisição de livros, àqueles indicados pelos professores como bibliografia básica e complementar de cada disciplina dos cursos ministrados (bibliografia de educação geral e de formação específica, conforme manual de avaliação do MEC). A prioridade será para os Cursos de Graduação e Pós-graduação em fase de reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento. As assinaturas de periódicos, cujos títulos fazem parte da bibliografia básica e complementar, serão realizadas desde que por indicação dos docentes e que tenham uma boa conceituação no Qualis.

A CPA estará sempre avaliando a biblioteca através de pesquisas com os discentes, para garantir seu pleno funcionamento assim como acompanhará as ações desenvolvidas, com apontamentos em relação ao acervo e infraestrutura.

## **5.10. LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA**

Os recursos tecnológicos disponibilizados pela ESN à comunidade acadêmica, terão por finalidade otimizar o ambiente tecnológico mediante a adoção de uma postura de gestão caracterizada pelo foco nos usuários e atualização permanente das formas de atuação /utilização deste tipo de ambiente.

Os laboratórios disponíveis para utilização da comunidade acadêmica da instituição estarão divididos em Laboratórios de Informática, de uso comum a todos os cursos oferecidos pela instituição e Laboratórios Específicos, direcionados para os cursos de graduação que exigem o desenvolvimento de atividades práticas específicas.

Os equipamentos e instrumentos no Laboratório de informática seguirão as normas e padrões de qualidade e adequabilidade aos objetivos e anseios pedagógicos da instituição. Além disso, na aquisição de equipamentos será levada em consideração a relação entre o volume de alunos e quantidade recomendada de máquinas por usuários.

Os laboratórios possuirão amplas áreas e espaços específicos para acessibilidade, com equipamentos adaptados, sendo de fácil circulação para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.

Para todos os cursos da instituição estarão previstas atividades acadêmicas a serem desenvolvidas no Laboratório de Informática, sempre sob a supervisão de pessoal qualificado.

A Coordenação encarregar-se-á de acordar com os professores os horários e o número de alunos que deverão utilizar o parque de equipamentos e desenvolver práticas discentes.

O acesso ao Laboratório de Informática e ao parque de equipamentos instrucionais sempre será feito acompanhado pelo professor e/ou tutor da disciplina, em turmas com número de alunos previamente definido pelas coordenações dos cursos. Desta forma, será competência das coordenações de cursos afixar nos quadros de aviso a pauta de acesso, com indicativo de turmas, horários e os nomes dos professores e/ou tutores responsáveis pelo acompanhamento dos alunos.

O Laboratório de Informática, com área física de 60 m<sup>2</sup>, estará disponível durante o período de funcionamento da instituição, dispendo de computadores com acesso à internet, obedecendo todas as condições de salubridade e segurança. A manutenção e conservação do laboratório serão executadas por pessoal especializado ou treinado para exercer estas funções e, quando não for possível resolver o problema na instituição, o mesmo será encaminhado para uma empresa terceirizada, especializada em manutenção de equipamentos.

A atualização dos equipamentos será feita sempre que necessária, por meio de upgrade das próprias máquinas e/ou atualizações de versões de softwares específicos. Os procedimentos de manutenção serão divididos em três grupos: Manutenção Preventiva, Manutenção Corretiva e Manutenção de Emergência.

Os procedimentos de manutenção incluirão, por exemplo, as atividades de:

- Substituição de peças ainda em condições de uso ou funcionamento cujo tempo de uso esteja próximo ao final do tempo de vida útil.
- Reformas de instalações e equipamentos, de forma a minimizar a probabilidade da ocorrência de incidentes e interrupções nas rotinas de trabalho.
- Reformas necessárias à implementação de novas atividades.
- Reformas necessárias para a ampliação e/ou aumento da capacidade das atividades já existentes.
- Consertos e reformas necessárias após a ocorrência de acidentes e/ou incidentes.
- Reformas que atendem a minimização e/ou eliminação de riscos de acidentes de alta ou altíssima probabilidade.

Para o período de vigência deste PDI, a previsão é de que seja montado, no mínimo, um novo laboratório a cada ano, de acordo com a quantidade de estudantes matriculados nos cursos existentes e em cursos que sejam criados neste período.

Uma das preocupações constantes ESN será seguir as principais inovações tecnológicas, principalmente àquelas decorrentes de pesquisas, desenvolvimento de novos produtos e/ou processos bem como de inovações as quais facilitem novas técnicas de ensino. Neste sentido, as ações propostas pela instituição a fim de manter seu parque tecnológico o mais inovador possível serão:

- Acompanhamento das inovações tecnológicas.

- Infraestrutura de comunicação (rede, telefonia).
- Atendimento descentralizado em termos de infraestrutura de rede.
- Competência em gerenciamento e segurança de rede.
- Parque computacional capilarizado, totalmente conectado em rede.
- Conexão de dados à internet banda larga.
- Índice de informatização adequado aos setores de administração e acadêmico.
- Capacitação do corpo técnico na área de informática.
- Acesso à rede para todo corpo docente e discente.
- Informatização da biblioteca.

Periodicamente, de acordo com as recomendações dos fornecedores de tecnologia de informação e de comunicação, com o parecer de especialistas da própria instituição, as inovações tecnológicas serão apropriadas aos recursos existentes, tendo por objetivo a melhoria continuada dos serviços educacionais.

### **5.11. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS**

A Instituição contará com 28 sanitários (masculino e feminino), os quais atenderão de maneira excelente a comunidade acadêmica. Todos estarão identificados e adequados às pessoas com deficiências físicas de acordo com a legislação vigente. Possuirão assentos em número suficiente e o acesso será facilitado por corredores amplos com excelente iluminação. As instalações sanitárias gozarão de perfeitas condições de limpeza com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados.

A segurança será de 24 horas por dia, todos os ambientes passarão por avaliações periódicas pelo setor responsável assim como ocorrerá nas demais instalações. Para isso a instituição manterá pessoal adequado e material de limpeza e higiene disponível. O banheiro familiar com fraldário estará localizado estrategicamente no prédio principal da instituição, sendo devidamente identificado e socializado à comunidade acadêmica.

### **5.12. PLANO DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS**

O PDI é uma ferramenta de gestão imprescindível, é a métrica que garante o crescimento sustentável, sendo uma preocupação constante da instituição o acompanhamento e atualização dos equipamentos e a incorporação de inovações tecnológicas pertinentes à sua práxis profissional.

Para os computadores utilizados nos setores administrativos e acadêmicos, serão previstas a utilização de sistemas destinados a operação administrativa e acadêmica da instituição. A instituição contará com profissionais responsáveis pela gestão das demandas de organização de ambientes, atualização dos softwares e manutenção de equipamentos em conformidade com sua política, a qual contemplará as seguintes diretrizes:

- Administrar a utilização dos equipamentos de uso comunitário e reorganizar os itens de consumo e produtos periodicamente.
- Analisar mudanças e melhorias realizadas nos softwares adquiridos e efetuar divulgação por meio de documentos, palestras e cursos.
- Apoiar os usuários na utilização dos equipamentos e das ferramentas existentes.
- Elaborar projeto de instalação de máquinas e equipamentos de processamento de dados e das redes de comunicação de dados.
- Especificar e acompanhar o processo de compra de equipamentos de informática, de softwares e demais equipamentos necessários aos laboratórios específicos.
- Instalar, acompanhar e controlar o desempenho dos equipamentos e das redes de comunicação de dados.
- Planejar e implantar rotinas que melhorem a operação e segurança no uso dos equipamentos.

- Planejar e ministrar, quando necessário, cursos internos sobre utilização de recursos computacionais e dos demais equipamentos.

O processo de manutenção será preventivo, pois além de uma revisão periódica dos recursos computacionais nos laboratórios, também serão realizados programas de capacitação para os colaboradores da instituição (sempre que necessário) bem como a disponibilização das políticas da rede e orientações sobre o bom uso dos equipamentos para a comunidade acadêmica. Já a manutenção corretiva prevê ações de solução dos problemas detectados pelos colaboradores podendo ocasionar na troca do equipamento.

Considerando a necessidade de atualização constante a ESN prevê neste plano de expansão, atualização e manutenção os seguintes objetivos:

- Manter atualizados os recursos de hardware e software.
- Garantir a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.
- Garantir infraestrutura tecnológica atualizada e em condições adequadas de uso para todos os usuários internos (colaboradores) e usuários externos (alunos).

Em relação a abrangência, o plano de expansão e atualização e manutenção de equipamentos contemplará os seguintes quesitos: Infraestrutura, Hardware, Softwares acadêmicos, Equipamentos de rede, Sistemas Operacionais, Comunicações, Pessoas (responsáveis pelos serviços) e Processos.

Por fim, a expansão de infraestrutura de tecnologia da ESN decorrerá da própria ampliação da oferta de cursos bem como da proporção de alunos ativos na base, atendendo, quantitativa e qualitativamente, às demandas existentes.

### **5.13. RECURSOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

As habilidades e competências digitais são fundamentais para o desenvolvimento profissional e para o exercício da cidadania, sendo desta forma, imprescindíveis para a apropriação pelos estudantes e professores no ambiente de ensino. Extremamente importante considerar o uso da internet, dispositivos móveis, lousas digitais, recursos multimídia e todo o “arsenal” tecnológico atualmente disponível no ensino da graduação, facilitando o acesso aos cursos, qualificando e flexibilizando os currículos de modo a empregar métodos ativos de ensino promovendo a autonomia do aluno.

As TIC's podem ser usadas de diversas maneiras para auxiliar no cumprimento dos objetivos didático-pedagógicos definidos na instituição. São amplamente utilizadas no trabalho, no estudo, no lazer, enfim, em muitas áreas de nossa vida. Existem diversas vantagens advindas dessas tecnologias tais como simplificar processos administrativos e reduzir custos a eles associados, facilitar a comunicação e favorecer a vida em sociedade, o diálogo e a própria democracia.

Na ESN a Tecnologia de Informação e Comunicação desempenhará um papel estratégico, apresentando-se como elemento essencial para o desenvolvimento institucional, pela sua natureza transversal que perpassa todas as atividades acadêmicas, de acessibilidade, de gestão e, também, administrativas. A excelência e a expansão da instituição passam pela constante atualização tecnológica e oferta de serviços informatizados para toda a comunidade

As TIC'S incluem vários tipos de tecnologias, tais como: computadores, softwares, hardwares, vídeos, Internet, correio eletrônico, sites, plataformas de ensino a distância, telefonia etc. A utilização desses recursos midiáticos será constantemente estimulada visando oferecer aos alunos habilidades e competências necessárias para buscar e compreender informações com visão crítica, contribuindo para seu processo de construção do conhecimento.

Incorporar essas TICs nas práticas docentes implica refletir nas metodologias que usamos para colaborar com o desenvolvimento integral do aluno, pensando na concepção de ensinar e aprender como processos ativos e colaborativos. Neste sentido, a instituição tem uma visão identificada com valores do novo século: a inovação pedagógica voltada para a interdisciplinaridade, a excelência acadêmica por meio do diálogo entre o rigor crítico e o vigor criativo assim como a inclusão social comprometida com a mobilização de novos atores.



A Instituição viabilizará diferentes práticas pedagógicas inovadoras, consideradas imprescindíveis como ferramentas para que os estudantes possam construir seu próprio conhecimento, mediante otimização do uso dos recursos, do nível de serviço prestado, e o desenvolvimento de novas atividades que favoreçam o processo de ensino e de aprendizagem em lugares e tempos diversos.

## 5.14. OBJETIVOS, METAS E AÇÕES

As metas e ações definidas para o Eixo Infraestrutura objetivam manter o equilíbrio dos recursos institucionais para a manutenção, ampliação ou modernização das instalações já existentes assim como direcionar o planejamento dos ambientes a serem estruturados em função da expansão de novos cursos ou programas.

Objetivos	Manter a infraestrutura física e tecnológica adequada ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão						
	Metas	Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
<b>Manter permanentemente adequadas as instalações físicas e tecnológicas</b>		Criação de mecanismos para a preservação, conservação dos ambientes acadêmicos e administrativos.	X				
		Disponibilizar espaço físico necessário a todas as atividades acadêmicas e administrativas.	X	X	X	X	X
		Criar espaços para a prática do convívio social e cultural da comunidade acadêmica.	X				
		Disponibilizar infraestrutura necessária para o plano de expansão.	X	X	X	X	X
		Expansão gradativa das instalações físicas de acordo com o plano de expansão.	X	X	X	X	X
		Promover a Expansão gradativa das instalações físicas de acordo com o plano de expansão.	X	X	X	X	X
<b>Manter permanentemente adequada a infraestrutura tecnológica</b>		Criar mecanismos para a manutenção e conservação dos recursos tecnológicos necessários para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.	X				
		Viabilizar a acessibilidade aos recursos tecnológicos à comunidade acadêmica;	X	X	X	X	X
		Manter e ampliar constantemente os serviços prestados pela área de informática aos outros setores.	X	X	X	X	X
		Manter e atualizar os equipamentos de informática;	X	X	X	X	X
		Promover a aquisição gradativa dos recursos tecnológicos de acordo com o plano de expansão.	X	X	X	X	X
		Adquirir novos softwares em função da modernização, demandas ou metas do plano de expansão.	X	X	X	X	X
		Estímulo e incentivos à capacitação dos colaboradores da área de informática.	X	X	X	X	X
<b>Manter a Biblioteca permanentemente adequada à proposta pedagógica</b>		Viabilizar infraestrutura física.		X	X	X	X
		Aquisição de acervo bibliográfico digital destinado ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	X	X	X	X	X
		Implantar o Sistema de Automação e Informatização da Biblioteca.	X				
		Definir e implantar o Regulamento Interno.	X				
		Criar mecanismos para a preservação, conservação da Biblioteca.	X				
		Adequar a equipe técnica em função do plano de expansão.	X	X	X	X	X
		Avaliar e divulgar os serviços e produtos da Biblioteca.	X	X	X	X	X
<b>Manter permanentemente</b>		Definir a política e normas de utilização dos laboratórios.	X				

Objetivos		Manter a infraestrutura física e tecnológica adequada ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão				
Metas	Ações	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
<b>adequado os laboratórios</b>	Implantar novos laboratórios conforme a demanda dos programas de ensino.	X			X	X
	Elaborar plano de capacitação dos técnicos de laboratórios.	X				
	Manter e controlar o estoque de materiais, visando atender às demandas de consumo.	X	X	X	X	X
	Elaborar um plano anual de atualização e modernização dos laboratórios e um plano de contingência.	X				
	Avaliar e divulgar os serviços laboratoriais quanto à qualidade e quantidade.		X	X	X	X
<b>Promover a acessibilidade às pessoas com Deficiência e necessidades educacionais especiais em todos os ambientes da Instituição.</b>	Garantir aos alunos e demais usuários com necessidades especiais condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma às suas edificações, espaço, mobiliário e equipamentos, de acordo com a legislação vigente.	X	X	X	X	X
	Implantar a política prevista para às pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais.	X	X	X	X	X

---

## ***IV. PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL***

---

### **1. Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais**

Os princípios filosóficos e teórico-metodológicos que sustentam a organização didático-pedagógica da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN têm sua origem nos dizeres da Constituição Federal (1988) e na Lei de Diretrizes Básicas para a Educação (LDB/1996).

Ambas consagram na educação os princípios de igualdade, condições de acesso e de permanência, liberdade de aprender e de ensinar, respeito ao pluralismo das ideias e a democracia, valorização dos profissionais da educação e garantia da qualidade de ensino ofertado.

A educação, no entendimento da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN deve estar fundamentada nos princípios de autonomia e da democracia do fazer pedagógico, uma condição essencial para a elaboração e realização da proposta pedagógica.

Para Gomes et al (2006, p. 233) “A formulação do conhecimento torna-se uma ocasião de alargamento ativo do aprendizado do aluno, da sua prática, que pode ser predominantemente perceptiva, motora ou reflexiva.”

A prática pedagógica precisa ser dinâmica e abrangente, permitindo a reflexão e a integração entre as ações educativas de cunho científico, técnico, cultural, artístico, social e de também voltada para a valorização da cidadania, ética profissional e responsabilidade social.

O projeto pedagógico engloba a organização acadêmica, o processo de ensino e aprendizagem, o perfil dos discentes e docentes de forma que a pluralidade, dinamismo e multiculturalismo deem consistência às ações acadêmicas.

A proposta pedagógica, contudo, precisa da atuação direta dos professores. Esses têm como função primordial provocar, instigar, mediar e contribuir para que os alunos tenham consciência de que o sucesso de seu processo de aprendizagem depende de sua ação de autonomia quanto á aquisição de saberes, conhecimentos, informações, habilidades e competências essenciais para sua formação profissional.

Edgar Morin (2001) defende sete saberes necessários à educação do futuro: o conhecimento, seus princípios e pertinência, a condição humana e o processo de ensino, o homem e sua identidade, as incertezas, a compreensão por meio do ensino, a ética e o gênero humano.

A Escola Superior de Educação e Negócios - ESN ao selecionar os elementos que nortearão a concepção e organização didático-pedagógica de seus cursos e programas definiu os seguintes princípios teórico-metodológicos:

Formação humanística, profissional, empreendedora e ética, comprometida com o desenvolvimento sustentável, defesa do meio ambiente e bem-estar social.

- Transparência e valorização de recursos humanos e das diferenças culturais.
- Estabelecimento de mecanismos para o diálogo crítico e reflexivo.
- Atendimento à interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade.
- Articulação da teoria com a prática, por meio da iniciação científica e das atividades de prática profissional.
- Integração dos componentes curriculares obrigatórios e optativos.
- Orientação e acompanhamento das atividades práticas de ensino como estágios, atividades complementares, atividades de pesquisa e de extensão.
- Flexibilização curricular por meio das atividades complementares, atendendo à diversidade das áreas de atuação acadêmica.
- Indissociabilidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Esse conjunto de princípios tem como principal objetivo acompanhar o desenvolvimento das atividades acadêmicas, definindo o perfil do corpo docente, incentivando a inovação curricular.

## 2. Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas

### 2.1. PERFIL DE EGRESSO

O egresso do curso será dotado de um perfil profissiográfico com base científica relevante na área de conhecimento, detentor de habilidades teóricas e práticas relativas às organizações com presença física e digital, capaz de realizar pesquisas no âmbito organizacional. Também desenvolverá visão crítica e abrangente das organizações contemporâneas, permitindo atuação profissional e cidadã consciente e competente. Este perfil está delineado e associado às capacidades para:

- Buscar a atualização continuada em relação à área de conhecimento do curso escolhido, compreendendo a importância e necessidade de adaptação e integração com o mundo do trabalho, nacional e internacional, observando o autodesenvolvimento, a aprendizagem organizacional e o desenvolvimento local.
- Entender e mensurar o ambiente interno e externo das organizações, identificando os problemas sociais e organizacionais, tendo em vista a busca de soluções que maximizem os pontos fortes das organizações e minimizem seus pontos fracos.
- Expressar-se e comunicar-se de formas compatíveis com o exercício profissional, abrangendo processos de negociação, comunicação interpessoal, reflexão para atuação crítica na esfera profissional, na prestação de serviços, compreendendo sua posição e função na estrutura organizacional sob seu controle e liderança.
- Ampliar a iniciativa, criatividade e aprendizado permanente, bem como o senso de responsabilidade, necessidade de mudança e transformação, indispensáveis para a sociedade contemporânea.
- Compreender a importância da ética nas relações profissionais, refletindo a atuação crítica e analítica no contexto produtivo e de prestação de serviços, criando e ampliando as oportunidades de formação consciente e responsável, no contexto global.
- Desenvolver o pensamento estratégico da gestão, tendo presente o contexto sociocultural, a sociedade com mercados globais interligados por tecnologias e altamente dinâmicos, suscetíveis a mudanças culturais, sociais, políticas, econômicas e tecnológicas.
- Promover continuamente sua formação profissional voltada para reconhecer e definir problemas, equacionar soluções e modificações no processo produtivo, com atuação preventiva e proativa nos diferentes graus de complexidade no processo da tomada de decisão.

## 2.2. SELEÇÃO DE CONTEÚDOS

A seleção de conteúdos dos cursos da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN observa a concepção curricular, as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, o perfil profissional pretendido e as transformações e dinâmicas das áreas do conhecimento.

A concepção dos currículos dos cursos da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN, principalmente a organização didático-pedagógica e a seleção de conteúdos estão norteados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais em vigência e também observam as atualizações da área e o avanço científico e tecnológico.

A seleção de conteúdo tem como principal objetivo atender às demandas científicas, econômicas, culturais e sociais e buscam reunir a abordagem teórica com a prática profissional, de forma a intensificar a integração dos discentes com o mercado de trabalho.

A atribuição da seleção e da organização dos conteúdos dos cursos, facultada aos docentes, é uma atividade que exige definição de critérios pré-estabelecidos, para garantir que essa atividade seja realizada de forma sistemática, para atender o sequenciamento do curso.

Os conteúdos por sua vez devem atender adequadamente as áreas dos cursos, favorecendo e promovendo a aprendizagem de forma integrada e permitindo a interdisciplinaridade.

A seleção de conteúdos dos cursos de graduação ofertados pela Escola Superior de Educação e Negócios - ESN adotará, portanto os seguintes critérios:

- Atualização – os conteúdos selecionados devem estar atualizados com as novas descobertas científicas e releituras de temas clássicos permitindo que os discentes possam estabelecer uma relação entre a abordagem teórica clássica e as dimensões contemporâneas de sua área de atuação.
- Abordagem teórica e prática – o domínio teórico e a experiência do docente são elementos que contribuem para a seleção de conteúdos quanto para a execução do plano de ensino das disciplinas.
- Adequação do conteúdo – a seleção do conteúdo deve estar adequada aos temas dos componentes curriculares, contribuindo para o desenvolvimento do processo de aprendizagem e com a dinâmica do ensino e atuação docente.
- Planejamento e sequenciamento – a seleção dos conteúdos deve observar o sequenciamento dos temas, e ainda enfatizar os temas atuais e mais abrangentes da área de influência da Instituição, da região e do país.

A seleção de conteúdos defendida pela Escola Superior de Educação e Negócios - ESN contempla diversas áreas do conhecimento científico, e busca reunir autores, pensadores, cientistas, órgãos e entidades que desenvolvem pesquisa e conhecimento e profissionais de renome que possam contribuir para o desenvolvimento de formação profissional qualificada e adequada com a proposta pedagógica de seus cursos.

## 2.3. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

O ensino e seu processo metodológico são compreendidos pela Escola Superior de Educação e Negócios - ESN como um conjunto de ações pedagógicas que impactam diretamente no processo de formação do aluno, de tal forma que a definição deste deve ser refletida em várias instâncias.

A proposta pedagógica de um curso de nível superior além de se submeter aos direcionamentos das diretrizes curriculares, deve expressar a vocação e os objetivos da instituição, de forma a garantir a qualidade da formação profissional de seus alunos.

Os parâmetros curriculares nacionais em vigência dão embasamento e suporte às ações pedagógicas, contudo as discussões são enriquecidas pela dinâmica do setor e das áreas dos cursos e também pela experiência docente e as expectativas sinalizadas pelos discentes quanto à sua formação.

A Escola Superior de Educação e Negócios - ESN compreende que seu papel na formação de profissionais está voltado a possibilitar que os discentes tenham acesso ao conhecimento, à ciência e à tecnologia, desenvolvendo nesses as condições para que possam operar, rever, transformar e redimensionar esses três elementos por meio da aquisição de habilidades e competências.

Os princípios metodológicos estão apoiados nas concepções educacionais, filosóficas e pedagógicas da Instituição, principalmente para garantir a organização da aprendizagem e a interação no ambiente social e cultural dentro da sala de aula, promovendo a aquisição de conhecimentos aos seus alunos.

Os docentes da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN terão como principal função no processo de ensino-aprendizagem o papel de mediadores da abordagem teórica e prática, facilitando aos alunos o acesso ao conhecimento, criando situações e condições para o seu desenvolvimento intelectual e sua autonomia no processo de aprendizagem.

É essencial que os docentes desenvolvam habilidades didáticas para que a transmissão do conhecimento se realize de forma criativa e autônoma no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. O acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem deve observar as potencialidades e fragilidades dos alunos, contribuindo para a reflexão das práticas pedagógicas e a tomada de decisão que favoreça a aprendizagem.

Os princípios metodológicos de ensino e das práticas pedagógicas concebidas pela Escola Superior de Educação e Negócios - ESN estão orientados pelas diretrizes curriculares nacionais, a inovação da ciência e práticas profissionais e na mudança cultural da sociedade.

## 2.4. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Os princípios da avaliação da aprendizagem da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN são aqueles que integram a concepção pedagógica e os objetivos delineados para o perfil dos estudantes ao término da atividade ou do curso. O processo de avaliação da aprendizagem exige uma compreensão clara de que o ato de “avaliar é observar, a cada momento, o aluno e se observar como professor”. (FURLAN, 2007, p. 32).

O processo de avaliação consiste no resultado de permitir aos estudantes que se orientem no desenvolvimento da aprendizagem e aos professores que possam planejar e rever suas atividades, considerando os objetivos do curso e o perfil do egresso.

Na educação superior, sobretudo nos cursos de graduação em que as Diretrizes Curriculares estabelecem o perfil de egresso, as competências e habilidades a serem desenvolvidas durante sua formação, o processo de avaliação, embora muitas vezes se apresente complexo, requer visibilidade do processo de aprendizagem estabelecido na proposta pedagógica de cada curso.

Vale destacar que “a avaliação é um método, um instrumento, portanto, ela não tem um fim em si mesma, mas é sempre um meio, um recurso, e como tal deve ser usada”.

Neste sentido, a Escola Superior de Educação e Negócios - ESN compreende a avaliação, como um instrumento ou método de aferição que pode ao mesmo tempo constatar resultados positivos e negativos, e dar direcionamentos sobre seu processo de ensino-aprendizagem.

O processo de avaliação deverá levar o aluno a tomar consciência de suas dificuldades, compreender o significado do que estuda, refletir sobre o que está sendo realizado e perseverar até conseguir um grau aceitável de compreensão.

Portanto, para atender a esse propósito, a avaliação na Escola Superior de Educação e Negócios - ESN será diagnóstica, formativa e somativa, proporcionando aos alunos acompanharem seu desenvolvimento e identificar suas deficiências.

Na perspectiva da avaliação diagnóstica, este processo permitirá identificar a existência ou não de pré-requisitos para efetivação da aprendizagem, configurando-se como parte inicial do processo de avaliação. Do ponto de vista da

avaliação formativa, buscar-se-á o fornecimento de informações que orientarão o docente na melhoria do desempenho dos discentes durante o processo do ensino-aprendizagem.

A avaliação somativa permitirá o fornecimento de informações sobre o desempenho final do aluno e subsidiará a aferição do valor final de sua nota, ou seja, sua aprovação ou reprovação.

A regulamentação completa da avaliação acadêmica está contida no Regimento da Instituição, bem como nos projetos pedagógicos dos cursos.

## **2.5. INOVAÇÕES ACADÊMICAS E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR**

A inovação acadêmica no ensino superior está diretamente relacionada com o novo perfil dos alunos, e com o desenvolvimento tecnológico que influencia e gera novas abordagens metodológicas no processo de ensino-aprendizagem.

As inovações educativas no ensino superior são emancipatórias, fortalecem o diálogo entre o conhecimento científico e o conhecimento do senso comum, propiciando a reconfiguração de saberes. Assim, a educação superior está orientada para a democratização e inovação, portanto precisa de articulação para atender a esses objetivos, integrando políticas flexíveis e precisas para atender à sociedade, ao mercado de trabalho e aos órgãos que a regulamenta.

Uma das preocupações da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN é o uso de tecnologias de comunicação e informação voltadas ao atendimento desse novo perfil dos estudantes. Para tanto, buscará, dentro de seus limites, os avanços tecnológicos para inovar a operacionalização curricular e dotar os alunos com conhecimentos teóricos, técnicos e metodológicos.

Logo, o uso desses novos mecanismos, permitirá maior proximidade com o setor produtivo que necessita de profissionais egressos com capacidade e habilidades para manipular e utilizar recursos e ferramentas tecnológicas com eficiência. As tecnologias de informação e de comunicação proporcionarão aos discentes sua adequada integração social.

Contudo, as inovações acadêmicas em muito dependem da atuação e da superação dos professores, em sua utilização, ou mesmo no estudo de novas ferramentas que possam empregar em seu trabalho educativo, contribuindo sempre para que o aluno se sinta atraído pelo conteúdo e pela forma como o conhecimento está sendo transmitido ou abordado.

A flexibilização curricular permitirá aos discentes selecionar componentes curriculares para sua formação, podendo optar por disciplinas e atividades complementares e de estágio, atendendo à sua vocação e interesse profissional. Desta forma, orientará as ações acadêmicas, sem prejudicar o dimensionamento dos componentes curriculares. O grande desafio da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN será operacionalizar os currículos de forma diferenciada superando a homogeneidade, fragmentação e sequencialização.

A Escola Superior de Educação e Negócios - ESN entende que ao dar ao currículo a identidade e a legitimidade de uma criação focada não apenas nas orientações educacionais em vigência, mas também na definição de um perfil profissional adequado para atender às demandas da região onde a Instituição está inserida, estará atendendo sua missão e vocação institucional.

Tanto para a inserção das inovações quanto para a garantia de flexibilização a Escola Superior de Educação e Negócios - ESN seguirá as regulamentações e normativas do Ministério da Educação e das Diretrizes Curriculares Nacionais e se norteará pelas seguintes Diretrizes Políticas:

- Oferecimento de disciplinas optativas.
- Oferecimento de atividades complementares de caráter técnico, científico e cultural, integrando as atividades de ensino, iniciação científica e extensão.
- Incentivo aos trabalhos de iniciação científica.

- Estabelecimento de cronograma de realização de seminários e eventos acadêmicos, condizentes com as áreas dos cursos.
- Realização de palestras sobre diversos temas atuais e relevantes para a formação profissional de seus alunos.
- Criação de programa de atividades complementares para integração da prática profissional dos futuros egressos.
- Estímulos à participação dos programas de extensão diversificando a atuação profissional em outras áreas do conhecimento.
- Estímulos à investigação e a iniciação científica de forma que o aprofundamento teórico e prático seja alcançado.

A leitura e releitura das práticas educacionais que alimenta a inovação acadêmica e flexibilização curricular almejada para os Projetos Pedagógicos dos Cursos da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN serão alcançadas mediante o acompanhamento da legislação educacional, orientações do MEC, acompanhamento das transformações tecnológicas e do novo perfil dos ingressantes do ensino superior.

### **2.5.1. ATIVIDADE PRÁTICAS E ESTÁGIOS**

A prática profissional é compreendida pela Escola Superior de Educação e Negócios - ESN como eixo articulador da produção do conhecimento e que favorece a dinâmica do currículo, desde a concepção do curso. A prática profissional se dará mediante projetos e atividades práticas incluídas na carga horária dos diferentes componentes curriculares.

O desenvolvimento da prática profissional se constitui em espaço de integração teoria-prática do currículo como um instrumento de aproximação do aluno à realidade social. Este componente curricular permite a articulação das disciplinas e as atividades de prática profissional, por meio da pesquisa, análise teórico-metodológica e preparação para o fazer profissional.

As atividades práticas e os estágios dão aos estudantes a oportunidade para a aplicação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, vivenciando no dia a dia a teoria, absorvendo melhor as atividades práticas, refletindo sobre a sua escolha.

O estágio curricular tem como principal função propiciar ao estudante o aprendizado social, profissional e cultural, e como resultado a reflexão real e futurista dos novos cenários socioeconômicos. Tendo como função a complementação do aprendizado, não pode ser confundido com um emprego.

A Escola Superior de Educação e Negócios - ESN entende que a organização curricular dos cursos, deve possibilitar a apreensão do contexto educacional e a atuação profissional na gestão, planejamento e avaliação do processo educativo. E que o desenvolvimento pleno dos discentes, se dará por meio da formação cultural e ética, do exercício da cidadania, da inserção crítica profissional e pela qualificação para o trabalho.

Em relação ao desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional de seus discentes, essa deverá contribuir com crítica, inovação e transformação dos mesmos para lidar com a diversidade. As Diretrizes Políticas que orientam as atividades práticas e de estágios da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN são:

- Integração – estabelecimento de um espaço formativo e de sensibilização que contribua para o entendimento das necessidades sociais, preservação dos valores éticos profissionais.
- Aproximação - favorecimento de um diálogo sobre a prática profissional e os conhecimentos teóricos abordados, favorecendo a reflexão sobre a realidade e a aquisição da autonomia intelectual.
- Estruturação curricular – atendimento às orientações das diretrizes curriculares nacionais sobre a inserção das atividades de caráter teórico-prático, específicos para a formação profissional.



### 2.5.2. AVANÇOS TECNOLÓGICOS

A tecnologia hoje é considerada como uma extensão da capacidade humana, e os avanços tecnológicos vivenciados nas últimas décadas em muito influenciaram as mudanças ocorridas na educação e, portanto, a forma de ensinar e de aprender agora está mais diversificada e independente.

A informação e sua dinâmica transformaram a ação docente antes detentora e transmissora do conhecimento para uma atuação voltada à mediação e a apresentação de novas ferramentas e técnicas para a aquisição do conhecimento.

Para Santos, Lahm e Borges (2008, p. 119) “os avanços tecnológicos são iminentes e não podemos ignorá-los, mas sim incorporá-los à prática pedagógica”. O perfil dos alunos influencia diretamente a prática pedagógica ou a proposta curricular de um curso ou instituição.

Estando a instituição aberta ao diálogo com sua comunidade acadêmica e sendo avaliada constantemente, suas práticas poderão alimentar-se dos resultados e avançar em recursos e técnicas para atendê-la.

A Escola Superior de Educação e Negócios - ESN compreende que os avanços tecnológicos em seu contexto mais amplo não podem ser ignorados, e que eles contribuirão para a inovação pedagógica que pretende utilizar nas atividades de ensino e pesquisa.

Desta forma, pretende ter como diretrizes políticas para o acompanhamento dos avanços tecnológicos a:

- Ruptura da forma tradicional de ensinar e aprender, inserindo procedimentos pedagógicos condizentes com a ciência moderna.
- Ação participativa dos acadêmicos no seu processo de ensino-aprendizagem, com a abertura de espaços para o diálogo entre a instituição, o corpo docente e discente.
- Assimilação dos saberes vencendo o paradigma clássico da ciência culta e popular, da educação e do trabalho.
- Fortalecimento da integração da teoria com a prática rompendo com a dicotomia entre ambas.

Com foco no acompanhamento e na utilização dos avanços tecnológicos a Escola Superior de Educação e Negócios - ESN pretende estar em sintonia com o mercado de trabalho qualificando os profissionais com o uso de tecnologias e, principalmente, as compreendendo.

### 2.5.3. DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

A Escola Superior de Educação e Negócios - ESN compreende que o desenvolvimento do material didático deve ter critérios estruturados para que os projetos pedagógicos atendam aos requisitos de formação exigidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais respectivas, e que também possam expressar o pensamento da Instituição quanto, a cultura, a ciência e a formação profissional cidadã.

A elaboração de materiais didático-pedagógicos exige uma concepção interdisciplinar, capaz de garantir ao mesmo tempo abrangência, atualização e fundamentação, reunindo conhecimento científico (clássico e contemporâneo) e também valorizar a experiência docente (magistério e profissional).

Como perspectiva de atendimento à dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, o desenvolvimento de materiais didáticos da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN terá ainda foco na interdisciplinaridade, na aquisição de competências, habilidades e atitudes profissionais condizentes com as expectativas da sociedade e do mercado de trabalho.

A Escola Superior de Educação e Negócios - ESN buscou estabelecer, através de uma equipe multidisciplinar, formatos que possibilitem a inserção de conteúdo, facilitando o processo de pesquisa acadêmica, levando os alunos a ampliarem pesquisas relacionadas aos temas tratados, com o apoio de material escrito e videoaulas.

No caso do material escrito, cada disciplina terá um livro-texto, base da disciplina, escrito por professores especializados na área do tema tratado, confeccionado em linguagem dialógica, composto geralmente de 4 (quatro) unidades, que, por sua vez, são subdivididas em tópicos específicos para aprofundar os conhecimentos nas áreas abordadas. Os livros necessariamente precisam ser elaborados através do conhecimento especializado do autor e de fundamentação teórica sólida, com o uso de bibliografia reconhecidamente qualificada.

O professor receberá da Instituição um Guia do Autor, onde são contemplados os elementos obrigatórios que devem ser inseridos, bem como são determinados o formato do texto, materiais complementares e aplicações práticas. A inserção de quadros, tabelas, gráficos, imagens e textos complementares facilitam a fixação de conteúdos e a visualização da aplicação prática dos conhecimentos.

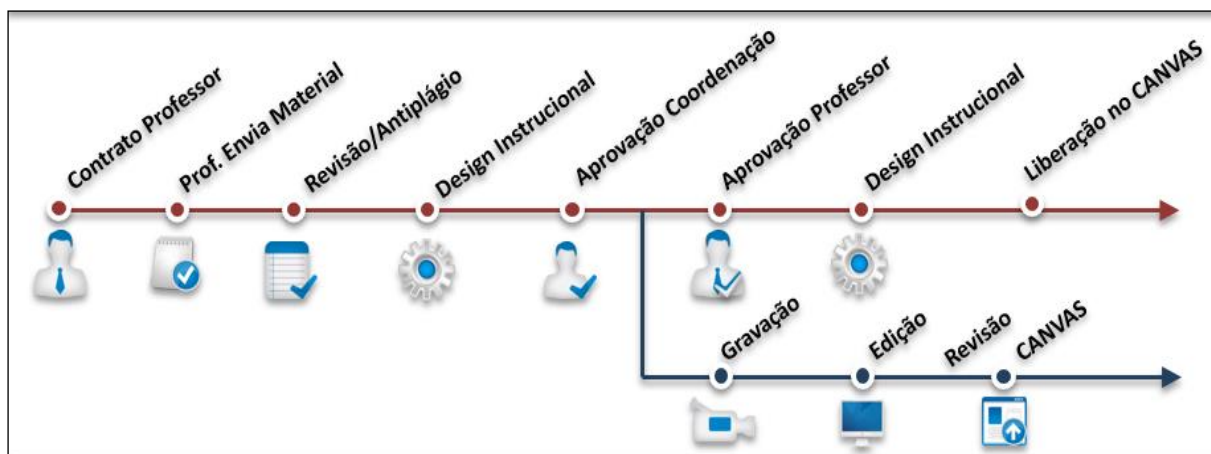
Cumprido destacar que a ESN atribui aos professores conteudistas a responsabilidade pela produção dos materiais mediante análise do PPC dos cursos, visando detectar as linhas de transversalidade que irão delimitar e aprofundar o desenvolvimento destes conteúdos. Estes professores ficam em constante comunicação e assessoria junto aos coordenadores dos cursos a fim de que as versões finais dos materiais produzidos expressem as propostas metodológicas descritas nos PPC's.

Após a diagramação o livro será disponibilizado na íntegra no Ambiente Virtual de Aprendizagem, o Canvas, em formato pdf, que pode ser visualizado no próprio ambiente ou baixado no dispositivo eletrônico do aluno para consulta quando e onde o aluno achar conveniente.

A equipe multidisciplinar, através de estudos sobre usabilidade de sistemas informatizados, procurou formatar o material para que esse se apresente visualmente agradável, alternando textos, imagens, quadros e elementos complementares.

Além disso, uma inovação importante em relação ao processo de estudo para EaD é a aplicação de ferramenta SCORM, denominada APPLIQUE, que, através de uma parceria entre a Instituição e empresa fornecedora de serviços educacionais, possibilita que o conteúdo do livro-texto e as videoaulas sejam “encapsuladas” em material interativo, que possibilita um estudo muito mais agradável do que a leitura de um material tradicional impresso. Essa facilidade é denominada no AVA como “Aula Interativa”.

O processo de produção dos materiais da Instituição possuirá algumas etapas, conforme fluxograma abaixo transcrito:



Em síntese, o material didático dos cursos da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN terá aporte teórico e metodologias que conduzirão o aluno à compreensão de fatos, regras e normas, estimulando-o a buscar os conhecimentos para a solução de problemas e adquirir as competências profissionais delineadas pela proposta curricular do curso.

São diretrizes para o desenvolvimento de material didático-pedagógico da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN:

- Elaboração de referenciais de conhecimentos fundamentais para a compreensão crítica dos problemas e para a intervenção no contexto social, político e cultural a que se referem.
- Observação quanto à linguagem utilizada, privilegiando sempre a linguagem clara, objetiva e coloquial, adequada às características dos alunos, principalmente quanto a sua escolaridade, idade e interesses.

#### 2.5.4. RECURSOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) são hoje universalmente reconhecidas como o motor determinante da Sociedade Global de Informação e da economia baseada no conhecimento, assim como uma alavanca decisiva para promover o crescimento rápido e sustentável dos países em vias de desenvolvimento.

A Instituição de Ensino, em face da revolução tecnológica, é igual a qualquer outra organização do nosso tempo. Não pode ignorá-la e deixar de aproveitar todos os seus benefícios. Atualmente, o uso da Internet já está bastante disseminado como ferramenta de ensino, permitindo a oferta de cursos à distância e, em casos mais simples, o apoio a atividades presenciais. Este aspecto contribuiu substancialmente para as alterações que estão sendo propostas para o Ensino Superior, uma vez que ampliará de forma acentuada o acesso por estudantes dele separados pelo tempo, pela distância ou por outras circunstâncias. A partir da grande repercussão da tecnologia sobre o ensino a distância esta trouxe novos paradigmas científicos que, por sua vez, vão repercutir no modelo pedagógico, na noção de educação, na relação entre Instituição de Ensino e sociedade, na sua produção de conhecimento e uso das novas metodologias.

O papel da instituição de ensino, contemplando a formação do ser humano integral e transformador, não pode separar a tecnologia do homem, tanto no sentido de possuir os conhecimentos e saberes para produzi-la como para saber como esta tecnologia pode e vai influir na sua subjetividade. O mundo de hoje está profundamente marcado pela revolução das tecnologias de informação e comunicação, sendo que, é a capacidade de utilizar eficaz e eficientemente as tecnologias de informação e comunicação que, cada vez mais, determina a competitividade e relevância de um país na economia global.

O aporte de novas tecnologias possibilitará o acesso ao conhecimento por meio de outras formas de pensamento, outros procedimentos intelectuais, novas linguagens - por sua vez, passíveis de transformação incessante — imprimindo mudanças profundas na educação formal. O estudante deverá desenvolver habilidades para o enfrentamento dos desafios contemporâneos.

As propostas pedagógicas dos cursos contam com as tecnologias de informação e comunicação como ferramenta de interatividade para subsidiar o processo de ensino-aprendizagem.

Estão previstas para uso de docentes e alunos e-mail, hipertexto; banco de dados; redes comunicacionais, dentre outras. As formas de utilização serão definidas pelos docentes nos planos de ensino, para o desenvolvimento de suas atividades visando a configurar uma nova atuação de professores e alunos em ambientes virtuais.

De acordo com Moran (2013)<sup>14</sup> os avanços tecnológicos trazem para a escola a possibilidade de integrar os valores fundamentais, a visão de cidadão e mundo que queremos construir, as metodologias mais ativas, centradas no aluno com a flexibilidade, mobilidade e ubiquidade do digital.

A Instituição contará com recursos via software como o sistema de controle do registro acadêmico, integrado aos demais sistemas da Instituição como Tesouraria e Biblioteca, o Sistema Pergamun e a biblioteca digital, Minha Biblioteca, com todos os seus serviços automatizados, podendo ser acessados pelo Portal.

A Instituição possui uma política de investimentos em infraestrutura física e tecnológica para proporcionar o apoio necessário a docentes, alunos e colaboradores no desempenho de suas responsabilidades.

<sup>14</sup> MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*, São Paulo: Papirus, 2013.

### 2.5.5. AVA - AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) são caracterizados como sistemas computacionais com acesso exclusivamente on-line que dão suporte às atividades pedagógicas de alunos, professores e tutores por meio da integração de mídias em um único espaço com a finalidade de apresentar conteúdos de maneira estruturada e desenvolver a interação ensino-aprendizagem entre pessoas e objetos de estudo.

Atualmente, os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) são os locais mais importante de atuação do tutor em EaD. Trata-se de uma representação virtual da sala de aula física, pois alunos e tutor precisam frequentar este ambiente para participar das atividades. Não raro, os AVAs também são utilizados em cursos presenciais ou híbridos (semipresenciais), mas é no EaD que se fazem essenciais.

O gerenciamento de um AVA envolve a gestão dos seguintes aspectos do processo ensino-aprendizagem:

- Gestão das estratégias de comunicação entre usuários.
- Gestão do suporte dado tanto por professores quanto tutores.
- Gestão da participação dos alunos por meio do registro das produções e interações realizadas.
- Gestão da avaliação.

A Instituição utilizará a plataforma CANVAS, como Ambiente Virtual de Aprendizagem como ferramenta de interatividade para subsidiar o processo de ensino-aprendizagem. Canvas é um LMS, do inglês Learning Management System “Sistema de Gestão de Aprendizagem”. É uma forma de simplificar o ensino e o aprendizado, conectando todas as ferramentas digitais que os professores utilizam em um único lugar de fácil acesso.

A escolha dessa ferramenta se deu pelo fato da Instituição entender que o Canvas atende os requisitos dos Projetos Pedagógicos de Cursos, apresenta recursos e tecnologias que permitem desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional, além de permitir a melhoria contínua.

### 2.5.6. A INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA TOTAL DOS CURSOS

Para a integralização da carga horária de seus cursos de graduação a Escola Superior de Educação e Negócios - ESN se orientará pela Resolução CNE/CES nº 3/2007, artigo 3º: a carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho efetivo discente.

Conforme consta no Parecer CNE/CES nº 261/2006, “A carga horária mínima dos cursos superiores (bacharelados, licenciaturas, tecnológicos e sequenciais de formação específica) é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo”.

Em relação à hora aula (60 minutos) o mesmo Parecer esclarece que “A hora-aula é decorrente de necessidades acadêmicas das instituições de educação superior, não obstante também estar submetida às questões de natureza trabalhista”, e que deve ser feita sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos.

Essas orientações serão consideradas pela Escola Superior de Educação e Negócios - ESN quando da elaboração dos projetos pedagógicos assim como as diretrizes curriculares nacionais de cada curso. Desta forma, a carga horária de um curso reporta a um conjunto de atividades de aprendizagem (intramurais e extramurais), permitindo que o estudante participe de projetos de iniciação científica, artística, cultural, tecnológica, atividades de monitorias, programas de estágio e trabalhos de final de curso, dentre outros.

E atendendo às orientações da legislação educacional quanto à diversificação e flexibilização das atividades discentes, a Escola Superior de Educação e Negócios - ESN compreende e organizará as seguintes atividades a serem desenvolvidas pelo aluno sob a supervisão, acompanhamento e avaliação de um docente:

- Estágio Supervisionado.
- Atividades Complementares.

- Atividades Teóricas em sala de aula.
- Atividades Tutoriais.
- Atividades Práticas dentro e fora da sala de aula.
- Atividades Fora de Sala de Aula.

Em síntese, as atividades realizadas pelos discentes, ao se constituírem como Trabalho Efetivo Discente, serão registradas nos programas analíticos das disciplinas, sendo consideradas no processo de avaliação formativa, possibilitando ao discente autorregular sua aprendizagem, vista como um produto a ser construído.

### 2.5.7. OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

A integralização curricular é uma prerrogativa das Diretrizes Curriculares Nacionais que as estabelece. O principal objetivo da integralização curricular é garantir que a organização dos componentes curriculares atenda aos interesses dos alunos e às demandas sociais e mercadológicas.

A abordagem entre a teoria e a prática profissional enriquece o currículo dos cursos e ao mesmo tempo dá condições de vivência da prática profissional ainda durante o curso, enriquecendo as experiências dos alunos em seu campo de atuação profissional.

Desta forma, para garantir a integralização curricular, a Escola Superior de Educação e Negócios - ESN utilizará vários recursos, como as atividades complementares e os componentes optativos que oportunizam aos discentes uma formação diferenciada, mais focada em sua área de interesse dentro da abordagem temática do curso. As experiências do aluno em cursos e programas realizados em outras instituições também podem contribuir com sua formação.

## 3. Planejamento Didático Instrucional

### 3.1. MODELO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O Modelo Pedagógico de uma Instituição define as características básicas dos cursos a serem oferecidos e a maneira a qual eles serão oferecidos. Os Modelos Pedagógicos são propostas educacionais elaboradas a partir de estudos de educadores nos campos da Filosofia da Educação, da Psicopedagogia e da Socio pedagogia. São conceitos, metodologias que visam a acompanhar e apoiar as práticas pedagógicas dos professores sejam elas presenciais ou à distância.

A seguir é apresentado o Modelo Pedagógico da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN, incluindo a descrição detalhada das atividades que farão parte de cada disciplina e conseqüentemente comporão a matriz curricular do curso oferecido na modalidade a distância.

METODOLOGIA										
DISCIPLINAS										
SEMANAS										
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
AULAS										
MATERIAL DIDÁTICO										
FÓRUM										
CONFERÊNCIA AO VIVO										
ATIVIDADE DE ESTUDO										
APA - ATIVIDADE PRÁTICA DE APRENDIZAGEM										
MAPA MENTAL										
										PROVA

O desenvolvimento da aprendizagem baseia-se em momentos avaliativos, interativos e auto estudo no decorrer do curso, bem como momentos presenciais de acordo com a necessidade do curso. A seguir, explicamos esses momentos:

**Momentos avaliativos:**

Cada disciplina é composta por diversas atividades avaliativas, realizadas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA (utilizamos a plataforma Canvas), com datas de início e fim, com o objetivo de avaliar os progressos e a aprendizagem de cada estudante. As atividades avaliativas estão descritas no PPC de cada curso.

**Momentos Interativos:**

O Projeto Pedagógico do Curso - PPC contempla momentos de interatividade como por exemplo chats ao vivo, com possibilidade de interação entre professor e estudante bem como por meio dos fóruns, recursos de mensagens instantâneas (Whatsapp) e trocas de mensagens entre professor e aluno dentro do Ambiente Virtual de Aprendizagem- AVA.

**Autoestudo:**

Entendendo o autoestudo como meio fundamental para a formação acadêmica a distância, adotamos o Ambiente Virtual de Aprendizagem- AVA como ferramenta de auxílio à aprendizagem do estudante, por meio do qual é possível acessar materiais de estudo e interagir com os professores.

Os cursos contam, ainda, com uma oferta diversificada de recursos didáticos e interfaces para os momentos de autoestudo, ou seja, aquele momento que o estudante está concentrado nos seus estudos, dentre os quais se incluem o livro disponibilizado de forma digital, vídeos, reportagens, atividades avaliativas, aulas e consulta ao acervo da Biblioteca Digital.

**Momentos Presenciais:**

Os momentos presenciais como estágios e práticas em laboratório, são propostos de acordo com a necessidade do curso, atendendo às Diretrizes Curriculares dos cursos e/ou Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

## 4. Políticas Institucionais

Um conceito referencial para a palavra política muito aceito é o da liberdade e pluralidade, com o objetivo de organizar ou regular o convívio dos homens respeitando as diferenças. Na Grécia antiga não havia distinção entre o termo política e liberdade. Ambas estavam associadas à capacidade do homem em agir, e de agir em público que caracteriza a ação política. (ALKMIM, 2008).

No âmbito educacional, o estabelecimento de Políticas ou Diretrizes Políticas tem como principal objetivo identificar e sinalizar o que a Instituição pensa e tem definido como direcionamento para as suas áreas de atuação, isto é, o ensino, iniciação científica e a extensão.

As políticas institucionais da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN estão traçadas e concretizadas em programas e ações que combinam a pluralidade, autonomia, ética e transparência, os quais permitirão a formação de profissionais conscientes do seu papel social, e que procurem, portanto, contribuir para a socialização do conhecimento. Com essa compreensão almeja-se também a proposição de políticas e diretrizes institucionais que respeitem as diferenças e a diversidade de ideias.

As políticas apresentadas pelos tópicos seguintes serão, sempre que necessário, revisitadas, reavaliadas e ampliadas de forma participativa e colaborativa visto que, para a Escola Superior de Educação e Negócios - ESN, as Políticas Institucionais serão responsáveis não somente por orientar seu funcionamento como, principalmente, tangibilizar de maneira integrada, o cumprimento de sua missão e objetivos institucionais.

## **4.1. POLÍTICA DE ENSINO**

O ensino em todos os seus níveis deve obedecer a regulamentações específicas e não se baseia apenas na absorção de conteúdos, mas também na interpretação e produção constante do conhecimento.

O ensino superior defendido pela Escola Superior de Educação e Negócios - ESN conjuga dois elementos essenciais: qualidade da formação acadêmica e inserção de profissionais para atender às demandas de mercado do país. Para a efetivação desses elementos, as políticas de ensino se constituem na leitura e interpretação teórica, conceitual e metodológica das áreas em que a Instituição pretende atuar.

Especificamente às políticas para o ensino, as mesmas estão fundamentadas na legislação vigente, na interdisciplinaridade e formação da cidadania, visando à articulação entre o conhecimento, relações interpessoais e mercado de trabalho. As atividades de ensino observam os princípios da ciência, criação, crítica e reflexão, possibilitando formação de profissionais capazes de lidarem com as diversidades e solução de problemas.

O fazer pedagógico é entendido pela Escola Superior de Educação e Negócios - ESN como forma de romper com a fragmentação do conhecimento, superando a dicotomia entre teoria e prática, ciência e tecnologia, tendo como princípio a ação educativa e científica, mediadas pelas atividades de extensão. Destaca-se que as políticas definidas para o ensino foram elaboradas após ampla reflexão sobre o nível de ensino que pretende ofertar (ensino superior), o qual possui características únicas a partir de seu principal objetivo, isto é, formar profissionais de nível superior qualificados para atender à sociedade e ao mercado de trabalho. Portanto, as Diretrizes Políticas gerais para o ensino estão associadas ao desenvolvimento de ações articuladas entre o ensino e a sociedade, da cidadania profissional, por intermédio do conhecimento e da interação com situações desafiadoras da realidade social.

O conjunto de diretrizes políticas da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN está, portanto, em sintonia com seus objetivos institucionais à medida que se baseia na oferta de ensino de qualidade voltado para o atendimento das necessidades regionais, locais e nacionais, bem como pela capacitação e preparação de seu corpo docente, proporcionando o desenvolvimento das atividades pedagógicas de ensino, iniciação científica e extensão relevantes para a formação pessoal, profissional e cidadã.

### **4.1.1. GRADUAÇÃO**

O ensino da graduação na Escola Superior de Educação e Negócios - ESN, formulado a partir de padrões de qualidade científica e pedagógica com a finalidade de qualificação profissional e formação cidadã, contempla ações de ensino, iniciação científica e extensão alinhadas com as demandas locais, regionais, nacionais e/ou internacionais, traduzidos em seus projetos pedagógicos de cursos. Em outras palavras, além do ensino de conhecimentos/processos e aprender conteúdos, o aluno é desafiado a aprender a aprender.

O enfoque na formação de especialistas, que se tinha como expressão do mais moderno, está sendo substituído pela visão multiespecialista, abrangendo a visão do mundo e das várias realidades.

Assim, a Escola Superior de Educação e Negócios - ESN pretende consolidar a política de graduação para os cursos em todas as modalidades – bacharelado, licenciatura e superior de tecnologia, constituindo a principal referência para novos cursos e para a reformulação dos cursos existentes, adequando-os às novas demandas sociais e educacionais, com vistas à busca pela excelência acadêmica e fortalecendo a imagem da ESN no cenário da educação superior brasileira. Para tanto, se apresenta a partir de uma postura de atuação frente às expectativas das demandas sociais, concebendo uma proposta pedagógica alimentada pela flexibilidade, interdisciplinaridade e atualização continuada dos elementos norteadores para construção do conhecimento.

A utilização de ferramentas tecnológicas com abordagem didática que propiciem a transparência no processo de ensino-aprendizagem também será uma das prerrogativas inseridas na operacionalização da sua proposta pedagógica.

A qualidade no ensino é um dos objetivos da Instituição, logo, ao colocar a qualidade como tema central e gerador da proposta para o ensino da graduação, a Escola Superior de Educação e Negócios - ESN estabelece a

construção de um processo coletivo de articulação das ações voltadas à formação de profissionais competentes, éticos, habilitados e proativos.

A interação da Instituição com a comunidade interna e externa, principalmente, em relação aos demais níveis de ensino e aos segmentos organizados da sociedade civil (como expressão da qualidade social desejada para o cidadão a ser formado como profissional) serão imprescindíveis. Da mesma forma, o estabelecimento do diálogo e da transparência de todo o processo de elaboração e execução das atividades de ensino serão fundamentais.

Neste sentido, as Diretrizes Políticas para a graduação da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN estarão balizadas pelas seguintes premissas:

- Adequar e redimensionar constantemente os cursos ofertados, com o objetivo de atender às demandas sociais e de mercado.
- Fortalecer o processo de avaliação institucional interna dos cursos de graduação e evidenciar a importância da avaliação externa (dentre elas, o Enade).
- Estudar a possibilidade de abertura de novos cursos, direcionados ao desenvolvimento técnico-científico e social local, regional e do país.
- Promover a integração de ensino, pesquisa e extensão, sempre que possível.
- Flexibilizar formas de acesso à educação superior e desenvolver novas modalidades de ensino.
- Ampliar e fortalecer as políticas de iniciação científica, assim como outros programas especiais dirigidos ao aperfeiçoamento do alunado da graduação.
- Implementar programa especial de orientação e acompanhamento acadêmico aos estudantes, do ingresso até a conclusão do curso, com vista a aperfeiçoar a participação e vivência universitária.
- Incentivar o aluno a dar continuidade aos seus estudos por meio de cursos de pós-graduação lato sensu.
- manter constantemente atualizadas as instalações físicas e os laboratórios existentes e propiciar o material de apoio necessário.
- Ampliar, sempre que necessário, a infraestrutura dos ambientes destinados ao ensino, à pesquisa/iniciação científica e extensão.
- Estimular a capacitação e atualização permanente dos docentes, via educação continuada e pós-graduação.
- Enfocar, nas licenciaturas, ações estratégicas para o desenvolvimento integral de docentes para a Educação Básica, contemplando os aspectos físico, psicossocial, cognitivo e linguístico.
- Fortalecer práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.
- Implantar cursos que atendam às demandas científico-tecnológicas para o desenvolvimento de competências voltadas ao mundo do trabalho.
- Refletir, criticamente, sobre os impactos sociais e ambientais da tecnologia.
- ofertar educação profissional considerando o avanço do conhecimento tecnológico e a incorporação crescente de novos métodos e processos de produção e distribuição de bens e serviços.
- Revisar e atualizar periodicamente os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Consolidar o processo de Avaliação Institucional como ferramenta de gestão, promovendo a avaliação externa como forma de contribuir para a elevação da qualidade dos cursos.



#### 4.1.2. PÓS-GRADUAÇÃO

Os programas de pós-graduação têm por finalidade a atuação profissional e são voltados à formação científica e acadêmica, possibilitando aprimoramento e aprofundamento na área de formação.

A pós-graduação lato sensu idealizada pela Escola Superior de Educação e Negócios - ESN deverá refletir a antecipação das tendências relativas à especialização em torno das diversas áreas do conhecimento, considerando a vivência profissional e o estímulo à prática profissional para um mercado de trabalho que muda rapidamente e exige profissionais cada vez melhores preparados.

Portanto, deverá utilizar o conceito de interdisciplinaridade e proporcionar conhecimentos para a construção e gestão de diferenciais competitivos e proposição de valor, percursos alternativos de formação, de forma compatível com os avanços científicos e tecnológicos.

Assim, exigirá professores mestres, doutores e profissionais de destaque em sua área de atuação, conteúdos atualizados com as exigências atuais, componentes curriculares desenvolvidos por meio de metodologias avançadas e ampla troca de experiência.

O ensino de pós-graduação lato sensu, por sua natureza e sua história, articula atividades de iniciação científica e extensão e se constitui em um espaço de formação relevante para o mercado de trabalho. Assim, os programas de pós-graduação, quando implementados, observarão as diretrizes da política nacional de formação de pessoal estabelecidas pelo MEC e pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), visando contribuir com o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região.

Em nível institucional, caberá à Direção Geral estabelecer as exigências complementares para criação de programas de pós-graduação, normas de organização e coordenação didática, fixando áreas prioritárias, atraindo, formando e mantendo professores portadores de títulos adequados para constituição de uma equipe de alto nível.

Desta forma, a Escola Superior de Educação e Negócios - ESN pretende articular-se com outras instituições universitárias que detenham tradição na oferta de pós-graduação, com o objetivo de preparar-se para atuar nesse nível de ensino, promovendo oportunidades permanentes para qualificação docente e técnico-profissional.

A Escola Superior de Educação e Negócios - ESN estabelece como principais diretrizes políticas a serem seguidas no âmbito da pós-graduação:

- O estabelecimento de áreas prioritárias para desenvolvimento da pós-graduação via projeto institucional, de forma a consolidar a integração dos programas.
- Os programas de pós-graduação lato sensu abrangerão as áreas e linhas correlatas à graduação, mediante diagnósticos prévios e observância dos aspectos legais, organização sistêmica dos componentes curriculares, organização acadêmica e administrativa e gestão do corpo docente.
- Implementação de ações que possibilitem o alcance das metas estabelecidas e alinhamento/ capacitação do corpo docente
- Adoção de princípios básicos que promovam a formação de recursos humanos qualificados e o atendimento aos padrões de qualidade e normas estipuladas pela CAPES/MEC.
- Promoção continuada da atuação dos professores vinculados à pós-graduação, em regime de trabalho parcial e integral, adotando um plano individual de trabalho, relatórios a serem avaliados sistematicamente, bem como a análise periódica de sua produtividade, seu desempenho e a relevância de sua atuação.
- Estabelecimento de relações de cooperação e parcerias com outras instituições de ensino e pesquisa para implementar os programas de pós-graduação.
- Consolidar a política de pós-graduação em harmonia com a missão institucional.
- Fortalecer o vínculo entre a pós-graduação, a pesquisa/iniciação científica, a graduação e a extensão.
- Incentivar mecanismos de acompanhamento e avaliação da pós-graduação.

- Melhorar as condições de infraestrutura e suporte ao desenvolvimento dos programas de pós-graduação.
- Contribuir com o desenvolvimento local, regional e do país na formação de recursos humanos qualificados.
- Estimular a produção cultural, artística e tecnológica do corpo docente dos cursos de pós-graduação, promovendo a articulação com os cursos de graduação.
- Promover programas de pós-graduação lato sensu (incluindo MBA) destinados à capacitação profissional e acadêmica em áreas específicas.
- Promover a captação de recursos financeiros externos junto a agências de fomento para aplicação nos programas de pós-graduação.
- Aprimorar a qualidade do ensino e da investigação científica, de forma comprometida com a realidade e necessidade local e regional.

## **4.2. PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA**

Para a formação pedagógica, estão direcionadas as seguintes diretrizes:

- Atender à necessidade de competência técnica, humana e interativa exigida pelo mercado de trabalho.
- Favorecer a formação de educadores aptos a participar e interferir no processo de ensino-aprendizagem, preparados para atuar nos últimos anos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.
- Formar docentes para o exercício de disciplinas técnicas na educação profissional de nível médio.

## **4.3. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)**

Para a Educação a Distância, estão direcionadas as seguintes diretrizes:

- Promover a EaD de forma a garantir um processo de formação que contemple a dimensão técnico-científica para o mundo do trabalho e a dimensão política para a formação do cidadão.
- Favorecer a construção do conhecimento, sendo o aluno sujeito de um processo - individual e coletivo - de processamento, interpretação e gestão da informação.
- Ampliar o uso inovador da tecnologia aplicada à educação apoiada em uma filosofia de aprendizagem que proporcione aos alunos efetiva interação no processo de ensino-aprendizagem.
- Proporcionar a atribuição de significado à realidade, com o desenvolvimento de projetos compartilhados e o reconhecimento, bem como o respeito, às diferentes culturas e formas de construção do conhecimento.
- Estimular e garantir a utilização das novas TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação), visando ao princípio da interação e da interatividade no processo de comunicação.
- Dotar a Instituição de infraestrutura adequada e eficiente para implantação e desenvolvimento de programas de EaD.
- Investir na capacitação permanente dos recursos humanos da Instituição quanto à utilização dos ambientes virtuais de aprendizagem.
- Empregar, as TIC nos cursos de graduação, pós-graduação lato sensu e extensão da Instituição.
- Identificar, junto a órgãos públicos ou privados, as necessidades de formação que possam ser supridas por esta modalidade de ensino na região de influência da Instituição e demais regiões do Brasil.

## **4.4. POLÍTICA PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE**

Tanto o incentivo à inovação e produção científica quanto à transferência de conhecimento decorrente das atividades de ensino, pesquisa e extensão, presentes no conjunto dos objetivos institucionais da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN, implicam na definição de estratégias para incentivar e conseqüentemente estruturar processos acadêmicos pertinentes à produção acadêmica docente. Neste sentido, a Escola Superior de Educação e

Negócios - ESN terá como diretrizes gerais para sua política destinada à produção acadêmica docente as seguintes vertentes:

- Empreender esforços institucionais permanentes à consolidação das atividades de extensão mediante implantação de programas e projetos definidos por suas políticas específicas, para que possam se constituir como uma de suas principais fontes da produção acadêmica.
- Implementar um programa permanente de apoio à produção acadêmica o qual fundamente e defina as linhas editoriais de sua produção acadêmica.
- Consolidar os mecanismos institucionais para a difusão e alcance dos saberes produzidos à toda comunidade acadêmica.
- Fomentar a produção de materiais didáticos complementares, em mídias físicas ou virtuais, que darão suporte à aplicação das metodologias ativas.
- Viabilizar em sua peça orçamentária anual, apoio financeiro à docentes e discentes para participação em eventos científicos produzidos por outras instituições e organizações.
- Viabilizar oportunamente uma agenda de eventos científicos, aberto à participação de toda comunidade acadêmica (interna e externa), sobre temas relativos às áreas de atuação dos cursos e programas oferecidos pela instituição.

#### **4.5. POLÍTICA PARA A INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

A Escola Superior de Educação e Negócios - ESN entende a pesquisa como uma atividade indispensável na construção de saberes críticos e reflexivos e faz parte da dimensão constitutiva do fazer docente. É pela investigação científica permanente, com projetos articulados e alinhados a grupos de pesquisa, que o docente se mantém conectado com as novidades de sua área de saber e se torna sujeito ativo na elaboração de saberes importantes para o seu campo de conhecimento.

Da mesma forma, compreende-se que a Iniciação Científica deve estar conectada aos projetos e aos professores orientadores, viabilizando a difusão do conhecimento produzido nas diversas áreas, propiciando o desenvolvimento de uma postura investigativa nos estudantes bem como a construção de sua autonomia cognitiva, profissional e cidadã.

A Escola Superior de Educação e Negócios - ESN estabelece as principais Diretrizes Políticas a serem seguidas para a iniciação científica, quais sejam:

- Incentivar a prática da iniciação científica como atividade de formação e integração com as atividades de ensino e extensão.
- Organizar as atividades de iniciação científica a partir de um núcleo, como forma inicial de organização, estabelecendo procedimentos internos de apoio à captação de recursos.
- Promover programa de apoio à participação em eventos científicos e ações dos programas de iniciação científica.
- Divulgar atividades de iniciação científica junto à comunidade universitária e priorizar a elaboração de projetos de atuação conjunta de docentes.
- Promover parcerias com associações científicas, culturais e artísticas e mecanismos para articulação com o ensino e a extensão.
- Ampliar a iniciação científica como vetor de fortalecimento da imagem institucional e desenvolvimento de projetos voltados para intercâmbios científicos e tecnológicos entre a comunidade acadêmica (docentes e discentes) e reconhecidas instituições do cenário educacional.

- Viabilização das condições necessárias para aprofundamento de estudos específicos, assegurando a realização de projetos de iniciação científica de relevância teórica para desenvolvimento da prática profissional e social.
- Ações sistemáticas para estímulo ao desenvolvimento atitudinal e investigativo dos professores e estudantes, por meio de palestras, seminários, reuniões e apoio à didática, articulando a graduação e a pós-graduação.
- Constituição de revistas científicas eletrônicas obedecendo aos critérios de orientação do Sistema Qualis/CAPES de publicação e classificação de periódicos, como forma de disponibilizar, de modo qualificado, as pesquisas científicas.

#### **4.6. POLÍTICA PARA A EXTENSÃO**

A extensão universitária é uma das três funções básicas das universidades estabelecidas pela Constituição Federal Brasileira/1988 e pela LDB, "as universidades gozam de autonomia didático-científica e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". (Art. 207).

A extensão, um dos pilares das instituições de ensino, tem como principal função a integração da instituição com a sociedade, por meio das atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas no âmbito acadêmico. É uma das formas que as instituições de ensino têm de socializar e democratizar o conhecimento, levando-o para fora de seus muros e principalmente para as pessoas de seu entorno, permitindo que a influência entre seus atores seja mútua e que a troca de valores ocorra.

As atividades de extensão devem ser institucionalizadas, amplas e claras para não se confundir com os cursos de extensão, apesar de poder incluí-los nas próprias ações de extensão.

A extensão universitária é entendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino, pesquisa/iniciação científica, viabilizando as funções básicas da Instituição junto à sociedade. Desta forma, possibilita uma relação de interação, intercâmbio e transformação mútua e de complementaridade entre as áreas do conhecimento em que a Instituição atua e os diferentes segmentos da sociedade.

Esta articulação se concretiza por meio de um processo dinâmico e dialético, consubstanciado pelo compromisso político e técnico assumido na prática e pela prática de docentes, discentes e comunidade acadêmica dentro de uma pluralidade cultural e política. Neste sentido, a extensão pode ser compreendida enquanto estratégia para promover a articulação das diferentes áreas de conhecimento com os diversos segmentos da sociedade, levando em consideração a realidade social, em uma perspectiva transformadora. Por outro lado, pode ser assumida como fonte de ensino, proporcionando aos docentes e discentes contatos diretos com a realidade social.

Poderá ainda ser entendida como serviços que a Escola Superior de Educação e Negócios - ESN prestará à sociedade, gerando alternativas de ação que atendam às reais expectativas e problemáticas da população e, ainda, ser considerado um espaço fértil para o exercício e conquista da emancipação crítica tanto da comunidade acadêmica quanto da sociedade.

As Diretrizes Políticas que nortearão a operacionalização da Extensão são:

- Desenvolvimento de práticas educativas que vão além das ações assistencialistas, auxiliando os sujeitos envolvidos, educando-os para a vida.
- Compatibilização das atividades, integrando o ensino e a iniciação científica, oferecendo espaço para formação profissional, pessoal e cidadã.
- Entendimento sobre os projetos de extensão como um conjunto de atividades de caráter educativo, cultural ou científico, desenvolvido a partir de minicursos, encontros, palestras e ações sistematizadas, voltadas a questões relevantes da sociedade.

- Desenvolvimento de eventos (minicursos, fóruns, congressos, seminários, simpósios e outros) entendidos como atividades de caráter técnico, científico ou cultural, objetivando o acesso da comunidade às diversas áreas do conhecimento humano.
- Priorização de projetos de relevância social que venham ao encontro das reais necessidades da sociedade, possibilitando à Escola Superior de Educação e Negócios - ESN e à sociedade, por meio da relação dialética, a construção de um projeto social.
- Priorização de projetos de natureza interdisciplinar que permitam a contextualização das ações em uma perspectiva global, buscando a transformação social, pautando-se em regulamento específico.
- Articulação entre o ensino e iniciação científica com as demandas da sociedade, buscando o comprometimento da comunidade acadêmica com os interesses e necessidades da sociedade.
- Estabelecimento de um fluxo bidirecional entre o conhecimento acadêmico e o popular, buscando a produção de conhecimentos, resultante do confronto com a realidade e a democratização do conhecimento acadêmico.
- Promoção de atividades de apoio e estímulo à organização, participação e desenvolvimento da sociedade, a partir de subsídios oriundos da convivência aberta e horizontal com a comunidade.
- Abordar em seus projetos/atividades todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena em conformidade com a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

Os programas e atividades de extensão possuem regulamento específico, aprovado pelo órgão competente.

#### 4.7. POLÍTICA PARA A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A evolução tecnológica aplicada à educação é um fator presente dentro do planejamento acadêmico da ESN, principalmente por se tratar de uma IES somente na modalidade a distância. As ferramentas tecnológicas de educação a distância são facilitadores da relação professor(a)/aluno(a)/tutor(a) tornando-se um meio relevante para auxiliar a construção do conhecimento e como apoio, de forma significativa, a toda a gestão acadêmica em suas diversas esferas. Dessa forma, com o intuito de nortear as atividades institucionais que demandam inovação tecnológica, faz-se necessária a construção de políticas que atendam a essas necessidades.

No contexto da ESN, a inovação tecnológica será incorporada aos processos de ensino e aprendizagem com o uso de dispositivos de tecnologia de Informação e Comunicação (TICs). Por meio deles, é possível ofertar subsídios metodológicos, com foco didático-pedagógico, que auxiliem os acadêmicos na construção de suas habilidades e competências.

A inovação tecnológica além de facilitar o acesso ao processo de formação e qualificação, contribui para o desenvolvimento da sociedade, a inclusão de minorias e a evolução nos processos de produção e inovação, que contribuem para a ampliação de oportunidades educacionais em todas as classes sociais.

Para as políticas de inovação tecnológica estão direcionadas as seguintes diretrizes:

- Desenvolver estratégias de gestão, comunicação e aprendizagem, suportadas por soluções tecnológicas convergentes.
- Utilizar as ferramentas essenciais que possibilitem aos estudantes clareza acerca dos recursos metodológicos e tecnológicos trabalhados ao longo do processo educativo.
- Desenvolver processos formativos contínuos que visem ao letramento e à atualização digital do corpo docente e acadêmico.
- Estimular o uso de recursos e objetos de aprendizagem que facilitem o processo educativo.

- Aproximar as práticas profissionais modernas dos recursos tecnológicos contemporâneos, garantindo a formação atualizada acerca das tendências mercadológicas.
- Disponibilizar recursos que, ao serem dispostos e ofertados, deverão garantir a obtenção de informações e de indicadores capazes de aferir a assertividade do recurso e da metodologia, além de eventuais necessidades de correção, reparo ou substituição.
- Prever a estruturação tecnológica física e lógica necessária para atender às necessidades de ensino, pesquisa e extensão.
- Estruturar um plano de contingência que preveja o suporte, o pleno atendimento e a garantia de estabilidade dos recursos e serviços tecnológicos.
- Atualizar constantemente os recursos, sempre prevendo a aquisição de novos dispositivos que garantam a contemporaneidade das produções institucionais.
- Manter um corpo técnico-administrativo que esteja apto a desenvolver as atividades necessárias, sendo ampliado sempre que houver demanda.

#### **4.8. POLÍTICA PARA A ORGANIZAÇÃO E A GESTÃO**

A organização institucional abrange a gestão acadêmica e administrativa sob os aspectos estratégico, tático e operacional. Expressa a missão e a vocação da instituição, de forma a conduzir cada área, curso ou setor para o atendimento dos objetivos institucionais.

A gestão acadêmica pretende manter organizados os cursos de graduação e programas de pós-graduação, observando os direcionamentos das instâncias de decisão e a legislação educacional, criando condições adequadas para oferta e continuidade das atividades de ensino, iniciação científica e extensão.

A dimensão acadêmica reúne ainda um conjunto de fatores estruturais como a gestão da infraestrutura física e tecnológica, e a gestão dos profissionais especializados nas áreas de atuação dos cursos ofertados pela instituição.

A gestão administrativa, voltada para o gerenciamento de pessoas, setores e serviços, responderá sobre as decisões de caráter financeiro e estratégico da instituição pautada na competência, respeito e atendimento a legislação vigente.

As Diretrizes Políticas que regem a organização institucional são:

- Promover gestão que assegure a sustentabilidade financeira, administrativa e acadêmica da Instituição, proporcionando aos seus diversos segmentos a infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades;
- Favorecer a gestão das informações, possibilitando a identificação de problemas e subsidiando alternativas na busca por resultados;
- Consolidar a gestão democrática e participativa por meio do funcionamento de Colegiados e Conselhos.
- Elaborar programa de capacitação de Recursos Humanos, atendendo às necessidades da Instituição e viabilizando aos colaboradores forma de crescimento pessoal;
- Assegurar o desenvolvimento de um processo avaliativo institucional abrangente e permanente, comprometido com a melhoria da qualidade da Instituição;
- Promover e desenvolver ações que propiciem um clima organizacional favorável ao bom desempenho do corpo social da Instituição;
- Assegurar a implementação e o desempenho das políticas e dos princípios estratégicos de acordo com o PPI e o PDI.
- Quantificar e qualificar avanços e deficiências no funcionamento da Instituição e identificar causas e consequências de ordem institucional, social, econômica, pedagógica, administrativa, física, humana etc. que lhe dão origem.

- Modelo de gestão baseada na governança corporativa, no planejamento estratégico institucional e nas próprias diretrizes de gestão pedagógico-administrativa. Nesse modelo de gestão, privilegia-se a formação da liderança como capacidade de mobilizar, coordenar e influenciar esforços coletivos e recursos, para garantir que as metas constituídas sejam alcançadas, mensuradas e replanejadas.
- A equipe diretiva da instituição tem entre suas principais funções, cumprida a legislação e as normatizações internas, garantir que o perfil do egresso seja alcançado, desenvolvendo, para tanto, instrumentos de acompanhamento e avaliação do processo.
- Para garantir a qualidade dos serviços prestados, os colaboradores da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN deverão estar conscientizados de que pertencem à instituição, tendo como propósito o desenvolvimento de competências técnicas de trabalho em equipe com visão e responsabilidade sistêmica.
- O clima institucional deve, portanto, incentivar seus colaboradores e estudantes à participação, ao diálogo construtivo que respeita o contraditório, preservando a ética, o respeito e as boas relações de convivência.

O planejamento e a gestão da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN representam o caminho que a instituição escolheu para evoluir desde a situação presente até a situação desejada no futuro, tendo como política principal a valorização do ser humano, em todas as suas dimensões, independentemente de sua posição hierárquica na comunidade acadêmica.

#### **4.9. POLÍTICA PARA A GESTÃO DE PESSOAS**

No âmbito do ensino superior o processo de comunicação implica em mensurar o nível de autoridade dos Gestores/Dirigentes em convocar as pessoas e provocar nelas o interesse pelas metas a serem alcançadas.

O comprometimento dos colaboradores em solucionar os problemas da Instituição pode ser mensurado pelas abordagens de afetividade, recompensas, relação de autoridade, estabelecimento de normas e condutas e, por fim, pela autoresponsabilidade que o cargo lhe exige.

Observam-se dois tipos de colaboradores na solução dos problemas institucionais: os que de fato participam e conduzem a análise e os que aportam conhecimento esporadicamente, ou seja, apresentam suas experiências sobre a situação e se reportam a exemplos reais.

O fato é que o nível de comprometimento dos Dirigentes influi no desenvolvimento institucional. A estes cabem disseminar as informações e os seus liderados as responsabilidades pelas tarefas diárias. Dalmir Sant Anna define os quatro principais desafios para gerar o fortalecimento do comprometimento das pessoas:

- O nível de envolvimento, ou seja, se o trabalho executado é de fato importante para o colaborador e para a Instituição.
- A intensidade de esforço e a iniciativa do profissional em buscar soluções para os problemas institucionais.
- O fortalecimento da comunicação de forma clara, contribuindo com melhores índices de comprometimento.
- A satisfação profissional sendo mais uma atitude do que um comportamento, pois os colaboradores não escolhem seus empregos aleatoriamente, buscam realizar-se por meio de uma atividade profissional.

O comprometimento requer que os colaboradores estejam atualizados em relação ao processo de trabalho, as pendências e os resultados esperados. Cabem aos responsáveis rediscutir o processo de análise, as metas estabelecidas e, principalmente, criarem novas ideias.

Assim, acreditar no potencial humano, respeitar valores individuais e investir no desenvolvimento de modelos gerenciais adequados, faz com que os recursos humanos respondam a esses estímulos de forma positiva, com mais qualidade, produtividade e busca pela excelência.

O gerenciamento de pessoas na contemporaneidade envolve além da distribuição das funções, atribuições e responsabilidades, a valorização e o reconhecimento dos talentos e da intelectualidade. Os trabalhadores são

considerados como patrimônio do século XXI, e continua sendo a principal estratégia competitiva das organizações na atualidade. (Devenport, 2001).

A gestão de pessoas no segmento educacional equaciona variáveis complexas, sendo uma das principais, a diversificação da categoria dos recursos humanos necessários para o desenvolvimento e funcionamento dos cursos e programas. A rigor, duas são as categorias de colaboradores que fazem parte do corpo social da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN: seu corpo técnico-administrativo que atua diretamente na operacionalização e no apoio das atividades acadêmicas (ensino, iniciação científica e extensão) e o corpo docente que tem a função primordial de executar a proposta pedagógica dos cursos.

A formação e a experiência profissional são as bases que alicerçam a escolha e seleção da equipe técnica e pedagógica. A política de recursos humanos tem como principal objetivo atender aos fatores como a gestão dos talentos e a valorização dos recursos humanos englobando a capacitação, o aperfeiçoamento e o treinamento. Neste sentido, está balizada pelo estabelecimento de um clima organizacional, que propicie aos colaboradores meios adequados de cooperação e trabalho em equipe e a clareza no processo de seleção e contratação dos recursos humanos.

O atendimento às necessidades operacionais e técnicas dos setores e das áreas acadêmicas, bem como a verificação da procedência dos candidatos e de sua condução profissional e a avaliação do desempenho frente às necessidades dos setores e distribuição das responsabilidades também fazem parte desse contexto.

A Política de Gestão de pessoas tem foco na capacitação, carreira, apoio na participação de eventos, avaliação de desempenho profissional e atendimento às necessidades institucionais.

#### **4.9.1. CORPO DOCENTE**

A dimensão do corpo docente é uma das variáveis mais importantes de uma Instituição e contribui fundamentalmente na caracterização dos cursos e programas ofertados. Nesta perspectiva, a Escola Superior de Educação e Negócios - ESN tem por premissas que, se por um lado o padrão de qualidade almejado para seus cursos está diretamente relacionado com a qualidade, competência e motivação de seu corpo docente, por outro lado, para atingir um desempenho institucional de excelência há que se garantem condições adequadas de segurança bem como perspectiva profissional aos mesmos em aspectos como carreira, remuneração e reconhecimento.

Para tanto, a Instituição adotará uma política de gestão do corpo docente focada no alcance da qualidade e excelência do ensino a ser ofertado, parametrizada em seu Plano de Gestão e de Carreira Docente.

O Plano contemplará um escalonamento em categorias e níveis, definição das atribuições e responsabilidades, bem como a qualificação requerida aos novos docentes, aspectos relativos à promoção e ascensão dos professores. A mobilidade funcional, desde o ingresso no quadro de carreira até atingir a última categoria, dependerá de parâmetros com fulcros na avaliação de mérito, tanto nas atividades de magistério quanto na produção intelectual, privilegiando-se, assim, o princípio da competência e da atualização profissional.

A composição do corpo docente deverá agregar critérios de seleção, contratação e qualificação, visando à formação de uma equipe docente com perfil adequado não apenas para atender às exigências do Ministério da Educação, mas principalmente, garantir que os docentes selecionados tenham condições de atender às expectativas dos alunos quanto ao domínio teórico e técnico em sua atuação profissional.

A experiência profissional dentro e fora do magistério é muito relevante para a formação docente assim como as experiências de mercado e a vivência em sala de aula (mesmo em ciclos anteriores ao nível superior).

A capacitação e o acompanhamento do trabalho docente é uma das preocupações da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN, que antecipando as decisões sobre esses colaboradores desenvolveu o Plano de Carreira Docente, o qual contempla o conjunto de direitos e deveres dos mesmos bem como sua progressão profissional junto à Instituição. Deste modo, o corpo docente institucional será pautado pelas seguintes Diretrizes Políticas:

- Atendimento aos requisitos de titulação, formação acadêmica, regime de trabalho e experiência profissional.



- Aperfeiçoamento técnico, científico e cultural dos docentes, visando desenvolver as habilidades com as práticas de ensino e uso das tecnologias inerentes a sua área de atuação.
- Estabelecimento dos princípios pedagógicos que regerão a prática docente da Instituição, em consonância com a realidade pedagógica contemporânea, sem prejuízo às individualidades que caracterizam a diversidade humana e que enriquecem a produção do conhecimento.
- Implantação do Plano de Gestão e Carreira Docente o qual contém as regras para o ingresso, progressão, direito e deveres dos docentes.
- Disponibilidade de material didático pedagógico para que a atuação docente possa ser completa sem prejuízos do desenvolvimento dos planos de ensino dos Projetos Pedagógicos.
- Disponibilização de ambientes adequados para o desenvolvimento das atividades didáticas e pedagógicas dos docentes.

#### **4.9.2. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

O corpo técnico-administrativo representa e desempenha importante papel na vida organizacional das instituições de ensino superior. A equipe de colaboradores ao se responsabilizar pelas atividades não docentes assume o compromisso de cuidar dos interesses da instituição servindo e apoiando as atividades de ensino, iniciação científica e extensão, bem como as necessidades especiais do corpo docente e discente.

Neste aspecto a Escola Superior de Educação e Negócios - ESN, desde sua concepção e idealização, compreende que sem o apoio de uma equipe técnica e bem preparada, não alcançará os objetivos delineados em sua proposta pedagógica assim como em seu plano de expansão. Assim, visando oferecer um serviço de atendimento qualificado e reconhecido, pretende constituir um corpo técnico-administrativo formado por profissionais com formação adequada e em quantidade suficiente, sendo criativos, proativos, éticos, disciplinados, conscientes de seus direitos e deveres, solidários e com espírito de cidadania.

Para atingirem-se tais objetivos, as Diretrizes Políticas relativas ao Corpo Técnico Administrativo serão pautadas pelos seguintes princípios:

- Promoção do reconhecimento profissional, concebido como principal “patrimônio institucional” às pessoas, fazendo-as se sentirem valorizadas e reconhecidas por meio de suas funções, responsabilidades e cargos em todos os níveis.
- Desenvolvimento da qualificação profissional, preparando o profissional dentro de sua área de formação, por meio de programas de aperfeiçoamento, treinamentos técnicos, oficinas e outros.
- Operacionalização do plano de cargos e salários promovendo a ascensão dos colaboradores a cargos de maior responsabilidade e remuneração por meio do mérito tendo o desempenho e a competência como pré-requisito.
- Imparcialidade no processo seletivo e contratação garantindo transparência e seriedade no processo de contratação, buscando os mais capacitados para os cargos disponíveis.

#### **4.9.3. CORPO DISCENTE**

O corpo discente da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN será constituído por todos os estudantes que após se submeterem ao processo seletivo se encontrarão regularmente matriculados nos cursos de graduação e nos programas de pós-graduação da Instituição. O direcionamento institucional está elencado na política de atenção aos discentes, garantindo apoio necessário para que os alunos possam participar de eventos no âmbito acadêmico, cultural, social e outros. O atendimento aos discentes abrange o desenvolvimento das atividades de ensino, iniciação científica e extensão, promovendo condições de integração social, recreação e lazer entre outras.

As Diretrizes Políticas para o atendimento ao discente são:

- Avaliação permanente do desempenho acadêmico e satisfação dos discentes, de forma a promover ações destinadas à retenção, ampliação e captação, tendo como parâmetro a qualidade do atendimento prestado pelo corpo docente e corpo técnico-administrativo aos discentes.
- Avaliação sistemática da atuação docente dentro e fora da sala de aula, da forma como o mesmo se relaciona com os alunos e da percepção que este tem em relação à Instituição, considerando ainda a análise das reclamações protocoladas nos canais institucionais como Ouvidoria, CPA, Coordenações e Direção.
- Comprometimento da gestão com o atendimento aos discentes considerando as necessidades e exigências dos mesmos como clientes, adotando como base a capacitação dos colaboradores para elevação da qualidade do atendimento aos discentes.
- Desenvolvimento de técnicas que conduzam à superação das expectativas dos discentes bem como a ampliação da articulação das áreas e setores.

#### **4.10. POLÍTICA PARA A COMUNICAÇÃO**

A comunicação interna e externa requer transparência e diretrizes específicas, visando construir/fortalecer a marca institucional tanto em sua área de abrangência quanto no setor educacional, bem como valorizar os cursos, programas e atividades gerando respeito, credibilidade e relevância junto à sociedade e ao mercado de trabalho.

O portal institucional na internet reunirá as informações sobre os serviços educacionais prestados bem como disponibilizará à comunidade acadêmica a possibilidade do autoatendimento, facilitando a interação com os sistemas acadêmicos e de controle administrativos da Instituição.

Este processo contará ainda com a Ouvidoria Institucional a qual terá como objetivo principal a integração entre a comunidade acadêmica, sociedade e a Instituição, por meio de um canal de comunicação direcionado para dar soluções imediatas e conciliadoras, agindo ao mesmo tempo como fonte de informações sobre a Instituição, cursos, programas e serviços ofertados.

Neste sentido o processo de comunicação interna e externa abrangerá as seguintes diretrizes:

- Promoção da comunicação com a sociedade, mantendo coerência com as ações constantes nos documentos oficiais e de gestão.
- Ações de comunicação que promovam a interação institucional, valorização da prática da responsabilidade social e da cidadania e a oferta de serviços educacionais sintonizados com as necessidades regionais.
- Adoção de procedimentos de comunicação alinhando todos os setores e áreas, atendendo a comunidade por meio da socialização dos conhecimentos construídos, utilizando recursos como cursos, capacitações, atendimentos, eventos entre outros.
- Planejamento da comunicação mediante a escolha adequada das ferramentas que melhor se adaptem aos objetivos de cada processo de comunicação, em sala de aula, no desenvolvimento das atividades extraclasse, no atendimento docente e discente e na atuação dos órgãos de apoio.
- Utilização de forma proativa dos canais de comunicação como o site institucional, redes sociais, mídias impressas e digitais entre outros.
- Alinhamento junto aos colaboradores quanto às orientações e procedimentos definidos em normas, regulamentos, portarias direcionados por e-mails, cartazes, intranet, quadros de avisos e outras ferramentas conforme a necessidade detectada.
- Atualização continuada e divulgação das informações contidas nos documentos institucionais (regulamento da ouvidoria, manual do aluno, atas de reuniões, ordenamentos institucionais etc.).

#### 4.11. RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

A responsabilidade social está relacionada com a cidadania, inerente às pessoas e às organizações, requerendo das instituições educacionais a participação em projetos sociais por meio de trabalhos voluntários, parcerias e investimentos frente aos problemas de cunho ambiental, social e de sustentabilidade.

Neste sentido, a responsabilidade social é um compromisso a ser assumido junto aos discentes, colaboradores, fornecedores, meio ambiente e sociedade e requer a adoção de uma postura clara e transparente no que diz respeito aos objetivos e compromissos éticos da empresa, fortalecendo a legitimidade social de suas atividades, refletindo-se positivamente no conjunto de suas relações.

A ação de responsabilidade social idealizada pela Escola Superior de Educação e Negócios - ESN versa ainda sobre o desenvolvimento sustentável, bem-estar e melhoria da qualidade de vida de seus colaboradores e, respectivamente, de suas famílias e comunidade em geral. A cultura de responsabilidade social estará consolidada na tomada de decisão pautada em critérios éticos e democráticos e na motivação das pessoas na defesa dos objetivos de sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Destaca-se que a Instituição observará a legislação vigente, sobretudo a Lei nº 9.394/96, que recoloca o chamamento às instituições para a responsabilidade social quanto à formação e qualificação cidadã, desenvolvimento do conhecimento, da ciência e tecnologia por meio da pesquisa/iniciação científica, como também a Lei nº 10.861/2004, que orienta que a responsabilidade social deverá ser observada pelo SINAES, quanto à contribuição da instituição com a inclusão social, desenvolvimento econômico e social, defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

As Diretrizes Políticas para responsabilidade social baseiam-se na:

- Transparência na relação com o público interno, visando o desenvolvimento profissional, pessoal e cidadão, bem como a inserção dos acadêmicos no âmbito social da região.
- Compreensão da realidade local e regional, visando à composição de indicadores sociais quantitativos e qualitativos que subsidiem o planejamento de ações prioritárias, de extensão e enfrentamento das múltiplas formas de exclusão social.
- Estabelecimento do diálogo com a comunidade interna e externa visando identificar os potenciais básicos para desenvolvimento de projetos voltados à defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
- Comprometimento com a comunidade acadêmica para disseminação e promoção da ética e da cidadania.
- Implementação de ações integradas, nas quais a inclusão social e a atenção às pessoas portadoras de necessidades especiais sejam desenvolvidas no âmbito acadêmico.
- Estabelecimento de ações que atendam aos assuntos sociais, a formação de lideranças, desenvolvimento de oportunidades, integração de pessoas com projetos acadêmicos alinhados com o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo.
- Desenvolvimento das dimensões constitutivas da formação profissional, como também das práticas de gestão administrativa da Instituição.
- Consolidar estratégias que favoreçam à Instituição zelar por sua política de responsabilidade social;
- Promover ações de responsabilidade social que atendam aos princípios da diversidade humana, socioeconômica, cultural, religiosa, e da inclusão, da identidade de gênero, das necessidades especiais, da orientação sexual;
- Estimular ações, nos diversos segmentos institucionais, para a promoção do desenvolvimento econômico sustentável;
- Integrar ações com vistas à inclusão social, à promoção da cidadania e da ética como parâmetros para as atividades acadêmicas;

- Favorecer ações de responsabilidade social no âmbito do ensino, da pesquisa/iniciação científica e da extensão;
- Prover o Balanço Social com as ações que integram a política de responsabilidade social da Instituição, conduzindo à análise dos resultados e à elaboração de novas propostas;
- Orientar a Educação Superior na direção da qualidade do ensino, da igualdade de acesso e da inclusão social, com especial atenção ao contexto e às demandas regionais.

#### **4.11.1. POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

O conceito de inclusão social está basicamente relacionado ao acesso de todos aos benefícios oferecidos pela sociedade, tendo como fundamento o respeito às diferenças, o exercício da cidadania e a dignidade humana. Refere-se, portanto, às questões de igualdade de acesso a bens culturais, tecnologias, informações e serviços, bem como a valorização das expressões culturais, as escolhas religiosas, a diversidade racial e a orientação sexual.

Neste sentido, a Escola Superior de Educação e Negócios - ESN entende que no âmbito de sua atuação, o processo de inclusão social implica nas seguintes diretrizes políticas:

- Flexibilizar os currículos, respeitando o caminhar próprio do estudante e favorecendo seu progresso escolar;
- Assegurar e ampliar recursos e serviços educacionais para apoiar e complementar ações na perspectiva da educação inclusiva;
- Garantir uma formação acadêmica que promova o desenvolvimento pleno do indivíduo, valorizando sua participação social em um meio multicultural e poli étnico;
- Contemplar nos currículos dos cursos da IES, práticas heterogêneas e inclusivas que garantam o acesso e a permanência dos estudantes;
- Consignar nos PPCs a educação em direitos humanos, preservando a equidade e respeitem a diferença.
- Desenvolvimento de facilitadores para acesso ao programa de financiamento para estudantes.
- Realização de eventos, debates, discussões e pesquisas identificando causas sociais relevantes, integrando o valor das ações de inclusão social aos objetivos da instituição.
- Difusão e troca de informações sobre as formas de viabilização de ações entre a comunidade acadêmica, o setor produtivo regional e a sociedade.
- Desenvolvimento de projetos voltados para grupos da terceira idade, alfabetização solidária, educação ambiental entre outros.
- Atenção e apoio didático-pedagógico, participação em eventos, criação de bolsas, desenvolvimento de pesquisas e incentivos às publicações relacionadas à inclusão social.
- Realização de programa de nivelamento, apoio psicopedagógico e incentivo à iniciação científica, tendo como meta a inclusão social.
- Contínuo apoio a programas de valorização da diversidade, de ações de voluntariado e medidas socioeducativas.

#### **4.11.2. POLÍTICAS PARA AS INTERFACES SOCIAIS**

As diferenças culturais, sociais, raciais, religiosas, econômicas e outras que garantem a diversidade têm sofrido alterações significativas ao passo que a tecnologia e o acesso à informação têm se desenvolvido, modificando a vida do homem e a forma como conhecemos, aprendemos e entendemos o mundo.

A educação e as instituições de ensino se deparam com uma diversidade muito mais complexa e em constante transformação. A articulação entre o atendimento das interfaces sociais deve estar voltada para assegurar a integração do aluno com a comunidade em geral.

As Diretrizes Políticas para as interfaces sociais da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN estão alicerçadas nos parâmetros orientadores da legislação vigente, como o que está estabelecido na Lei nº 9.394/96, Art. 43, inciso VI:

*[... “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de parceria” e no atendimento das necessidades de sua comunidade acadêmica.” ...]*

Assim já determina a Constituição Federal, em seu artigo 206, nos três primeiros incisos: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:” I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.” A Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases para Educação (LDB) também define dentre os princípios da Educação: a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e apreço à tolerância; a consideração com a diversidade étnico-racial.

Dentre as normas legais principais que estabelecem as premissas da educação no País está o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014. O texto reforça a promoção da diversidade e a necessidade de erradicar todas as formas de discriminação como diretrizes do Ensino brasileiro.

Instituição pretende formar e estabelecer relações de parcerias com a comunidade e com o entorno, com outras instituições de ensino e pesquisa (públicas ou privadas), e também como o setor produtivo.

As Diretrizes Políticas para as interfaces sociais estão assim apresentadas:

- Consolidação da imagem institucional da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN associada à sua relação com a sociedade.
- Estabelecimento de parcerias para implantação de projetos que viabilizem a capacitação técnica e prática, o aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.
- Integração com agências de fomento para a realização de ações que viabilizem as interfaces sociais junto à sociedade em geral.
- Divulgação junto às entidades externas, comunidade acadêmica e comunidade em geral sobre as atividades voltadas às interfaces sociais realizadas pela Instituição.
- Desenvolvimento de alianças estratégicas e estabelecimento de parcerias que atendam aos problemas econômicos, políticos e socioculturais da área de influência institucional.
- Atuação inovadora voltada ao atendimento do processo democrático e da justiça com sentido universal.
- Cumprir continuamente a legislação brasileira, incluindo a educacional que diz respeito à antidiscriminação;
- Cumprir as cotas determinadas por lei para contratação de pessoas com deficiência.
- Promover ações, mesmo que pontuais, de comunicação antidiscriminação com docentes, técnico-administrativos e discentes.
- Promover iniciativas periódicas que visam à promoção da diversidade e eliminar a incidência de qualquer prática discriminatória, tanto em relação à mobilidade interna quanto em processos de seleção, admissão e promoção.
- Respeitar os costumes religiosos, tradicionais e nacionais dos componentes da comunidade acadêmica.
- Promover campanhas de conscientização interna sobre diversidade, incluindo gênero, raça, pessoas com deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, e outras.
- Introduzir a política de não discriminação nos processos de recrutamento e seleção, promoção e participação em treinamentos.

- Organizar e instituir procedimentos formais para lidar com situações em que ocorram casos de discriminação, prevendo penas e punições quando necessário.
- Manter contratos formais de trabalho que se alinham ao pleno cumprimento da legislação trabalhista.

Esse conjunto de diretrizes tem como principal objetivo, desenvolver uma política institucional voltada para a interação do aluno com a comunidade, articulando interfaces da vida pessoal e no trabalho com organizações não educacionais.

### 4.11.3. DIREITOS HUMANOS

Os currículos dos cursos da Instituição atendem a Resolução n. 1/2012 que estabelece diretrizes nacionais para a temática Direitos Humanos a ser trabalhada de forma transversal e interdisciplinar em eventos, discussões e abordagens diversas realizadas no decorrer do curso.

A organização curricular contempla esta questão através de disciplinas que relacionem aos direitos humanos, por meio de conteúdos dispostos em ementários das matrizes curriculares dos cursos ofertados. Também está presente nas atividades acadêmicas de extensão e iniciação científica, além de percorrer de forma transversal nas atividades complementares onde essa temática esteja envolvida.

### 4.11.4. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

Na Escola Superior de Educação e Negócios - ESN os cursos trazem, em sua composição, a oferta da disciplina de Libras em conformidade com o Decreto nº 5.626/2005, que é ofertada como disciplina curricular optativa, visto que de acordo com o Capítulo II, Art. 3º do decreto supracitado, tem-se:

*[...As Libras devem ser inseridas como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de fonoaudiologia, de instituições de ensino públicas, e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios...]*

No que tange aos demais cursos de educação superior, a legislação é clara:

*[...“§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação” do Decreto nº 5.626/2005....]*

Desta forma não integra as disciplinas curriculares, bem como a sua carga horária não é computada para o atendimento da carga horária mínima do curso.

### 4.11.5. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Analisando-se a legislação relacionada à Educação Ambiental, tem-se a Lei número 9.795 de 27 de abril de 1999, onde se entende por educação ambiental.

Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Em complemento, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, sob o parecer número 14/2012, aprovado em 06/06/2012 tem-se que:

*[...] a educação ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído no qual as*

*peças se integram. A Educação Ambiental avança na construção de uma cidadania responsável voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental...]*

Ressalta-se que a Escola Superior de Educação e Negócios - ESN considera em todos os seus projetos, tanto de desenvolvimento institucional, como nos pedagógicos dos cursos que mantém, o Decreto nº. 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, que “institui a Política Nacional de Educação Ambiental”.

A organização curricular contempla esta questão através de disciplinas que relacionem a educação ambiental, por meio de conteúdos dispostos em ementários das matrizes curriculares dos cursos ofertados.

Por outro lado, os temas relacionados à Educação Ambiental e Sustentabilidade também são trabalhados de forma transversal, possibilitando aos alunos a integração interdisciplinar, via eventos com foco na respectiva temática, promovendo um diálogo entre a comunidade local e os representantes dos setores público e privados, sobre a questão ambiental global, nacional e regional.

Para o meio ambiente, estão direcionadas as seguintes diretrizes:

- Gerenciar o impacto ambiental, por meio do conhecimento sobre o impacto das atividades no meio ambiente, minimização de entradas e saídas do processo produtivo e responsabilidade sobre o ciclo de vida dos produtos e serviços;
- Adotar uma postura de responsabilidade frente às gerações futuras, por meio de ações de compensação da natureza pelo uso de recursos e impactos ambientais e educação ambiental.

#### **4.11.6. DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

Em atendimento a Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, Art. 3º, Inciso IV que prevê o acesso das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista à educação, a Escola Superior de Educação e Negócios - ESN prevê em sua política de acessibilidade ações para o atendimento à pessoa com espectro autista, garantindo o ingresso e a sua permanência nos cursos de graduação. A Política de acessibilidade da IES é coordenada pelo Núcleo de Apoio Discente em parceria com os demais setores da instituição, integrando toda a comunidade acadêmica de forma a garantir o disposto no Art. 2º da referida lei, no que tange:

- Intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;
- A participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação e, acompanhamento e avaliação.
- A atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência no ambiente educacional e fora dele.

O atendimento especializado na instituição proporcionará aos estudantes com autismo oportunidades de conviver com os demais discentes possibilitando o estímulo às suas capacidades interativas, impedindo o isolamento contínuo.

#### **4.12. POLÍTICAS PARA A INFRAESTRUTURA**

As instalações físicas foram pensadas para atender a todos os requisitos necessários para a realização das atividades de ensino, iniciação científica e extensão que a Instituição oferecerá. A projeção da infraestrutura considera

as orientações das normas arquitetônicas e atende a questões de acessibilidade, conforto e segurança necessários para que o corpo social possa realizar todas as atividades acadêmicas previstas nos projetos pedagógicos dos cursos.

As instalações direcionadas às atividades de ensino e iniciação científica estão adequadas para esse fim e todos os ambientes contam com sistema de segurança, iluminação, ventilação, equipamentos e mobiliários adequados.

A política da infraestrutura também prevê o acompanhamento, manutenção e conservação das condições das instalações para assegurar que os alunos, docentes e demais funcionários terão a todo o tempo condições de desempenharem suas funções.

A Instituição entende que é necessário o planejamento adequado dos ambientes para desenvolvimento das atividades de ensino, iniciação científica e extensão, bem como o atendimento aos requisitos básicos mínimos de conforto quanto à iluminação, ventilação, climatização, acústica, segurança, recursos e equipamentos para garantir a manutenção, conservação e reposição.

O cronograma de verificação prévia dos ambientes, instalações e equipamentos visando antecipar consertos, reparos assim como a manutenção são previamente estabelecidos sem prejuízo das atividades acadêmicas estabelecidas no calendário acadêmico.

Da mesma forma, o planejamento da expansão física da infraestrutura ocorrerá de acordo com a expansão dos cursos, permitindo atender às necessidades de salas de aula, gabinetes para docentes, coordenações, laboratórios e biblioteca. Periodicamente são realizadas avaliações dos ambientes internos e externos com vistas a adequar, quando for o caso, as instalações para melhor atender às necessidades da comunidade acadêmica.

#### **4.13. POLÍTICA INSTITUCIONAL DIRECIONADA À MEMÓRIA CULTURAL, A PRODUÇÃO ARTÍSTICA E O PATRIMÔNIO CULTURAL**

“Patrimônio cultural é o conjunto de todos os bens, manifestações populares, cultos, tradições tanto materiais quanto imateriais (intangíveis), que reconhecidos de acordo com sua ancestralidade, importância histórica e cultural de uma região (país, localidade ou comunidade) adquirem um valor único e de durabilidade representativa simbólica/material. Assim, de acordo com sua particularidade e significativa forma de expressão cultural, é classificada como patrimônio cultural, determinando-se sua salvaguarda (proteção), para garantir a continuidade e preservação. Com a intenção de assegurar, para as gerações futuras conhecerem seu passado, suas tradições, sua história, os costumes, a cultura, a identidade de seu povo”.<sup>15</sup>

A Constituição de 1988 estabelece no seu Artº 216 que "Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O órgão nacional encarregado de promover a proteção patrimonial é o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1937, contando em sua origem com a participação direta do escritor Mário de Andrade. A proteção dos bens culturais em território brasileiro está garantida pela Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, que define as regras do "tombamento" (inventariação) dos bens pertencentes ao "Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", bem como a proteção a que esses bens ficam sujeitos no sentido da sua preservação e conservação

É obrigação de todas as pessoas, preservar, transmitir e deixar todo esse legado às gerações vindouras. O patrimônio cultural de um povo deve ser compreendido como algo que lhe confere identidade e orientação, pressupostos básicos para que seja reconhecido como comunidade.

<sup>15</sup> Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Patrim%C3%B3nio\\_cultural](https://pt.wikipedia.org/wiki/Patrim%C3%B3nio_cultural). Acesso em 12.06.2020



A política para a memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural do Instituição está amparada nas seguintes diretrizes:

- Conhecer o patrimônio cultural por meio de inventários e pesquisas realizadas pelos órgãos de preservação, em conjunto com a comunidade, visando à preservação do mesmo;
- Aperfeiçoar programas e projetos voltados à defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- Contribuir com a inclusão social, a promoção da cidadania, o desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
- Desenvolver com a comunidade acadêmica o sentimento de que o seu patrimônio cultural lhe confere identidade e orientação, pressupostos básicos para que se reconheça como comunidade, inspirando valores ligados à ética e à solidariedade e estimulando o exercício da cidadania.

#### **4.14. POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA A DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL**

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre e muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação.<sup>16</sup>

O Direito Internacional dos Direitos Humanos estabelece as obrigações dos governos de agirem de determinadas maneiras ou de se absterem de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos.

A proteção universal dos direitos humanos foi estabelecida, pela primeira vez, através da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo.

no Brasil, a Educação em Direitos Humanos, objeto da Resolução CNE CP nº 01/2012, tem por finalidade promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamentando-se nos princípios da dignidade humana, da igualdade de direitos, do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, da democracia na educação, da transversalidade, vivência e globalidade, e da sustentabilidade socioambiental.

Ao mesmo tempo integrando os direitos humanos contempla-se as propostas de atendimento aos pressupostos da igualdade étnico-racial.

Para tanto a Instituição introduz em sua estrutura os preceitos da Resolução CNE nº 01/2004 e Parecer CNE-CP 03/2004, que indicam às Instituições de Ensino Superior a inclusão nas propostas pedagógicas de seus cursos da Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes e, em extensão incluem-se também as questões indígenas, conforme preceitua a Lei 11.645/2008.

Assim, assume compromisso com a comunidade na qual se insere, define para compor o perfil de seus egressos a formação de profissionais cidadãos atuantes e democráticos, capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais de que participam e ajudam a manter e/ou a reelaborar, capazes de decodificar palavras, fatos e situações a partir de diferentes perspectivas

Para a defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, estão direcionadas as seguintes diretrizes:

---

<sup>16</sup> ONU. Disponível em <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>.

- Contemplar a Educação em Direitos Humanos em todos os projetos pedagógicos dos cursos;
- Fomentar o desenvolvimento do senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania.
- Promover o desenvolvimento de princípios e valores para a formação de egressos fundamentados nos direitos humanos e na igualdade étnico-racial;
- Promover a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial;
- Promover iniciativas periódicas que visam à promoção dos direitos humanos;
- Promover o desenvolvimento de competências para exercer a profissão como cidadão atuante e consciente da sociedade multicultural e pluriétnica em que vivemos, buscando contribuir para relações étnico-sociais positivas rumo à construção de uma nação democrática.

## V. CURSOS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS

A Escola Superior de Educação e Negócios - ESN prospecta crescimento de suas atividades tanto em graduação como em pós-graduação. Para o período de vigência deste PDI, estão previstos os cronogramas de implantação e desenvolvimento dos cursos e programas detalhados pelos tópicos seguintes.

### 1. Programação de abertura de cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnólogo)

Os cursos da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN previstos para o período de vigência deste PDI foram aprovados pela Mantenedora, após análise das condições Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Infraestrutura e a análise de sua viabilidade econômico-financeira.

A ESN almeja a implantação de seis cursos de graduação na vigência deste PDI, sendo para o primeiro ano o curso de Pedagogia - Licenciatura.

Direcionará seus cursos para as áreas da saúde, humanas e ciências sociais, formando profissionais éticos, responsáveis, competentes e habilitados para serem inseridos no mercado de trabalho, e para responderem às transformações do cenário nacional e global.

O quadro a seguir apresenta os cursos previstos para serem implantados na vigência deste PDI.

Cursos	Grau	Modalidade	Vagas	Abrangência Geográfica	Polo de Apoio Presencial	Ano Previsto para Solicitação
Pedagogia	Licenciatura	Distância	1000	Nacional	Marília	2019
Administração	Bacharelado	Distância	1000	Nacional	Marília	2021
Gestão de RH	Tecnologia	Distância	1000	Nacional	Marília	2021
Marketing	Tecnologia	Distância	1000	Nacional	Marília	2021
Gestão Comercial	Tecnologia	Distância	1000	Nacional	Marília	2022
Logística	Tecnologia	Distância	1000	Nacional	Marília	2022

### 2. Programação de abertura de cursos de pós-graduação Lato Sensu

Os programas de Pós Graduação Lato Sensu previstos para serem implantados na vigência deste PDI abrangem as áreas de conhecimento delineadas pelos cursos de graduação da instituição, conforme detalhamento descrito pela tabela seguinte:

Cursos	Modalidade	Vagas	Ano Previsto Para Solicitação
MBA em Gestão com Pessoas e Liderança	Distância	150	Ano I
Alfabetização e Letramento	Distância	150	Ano I
Gestão Escolar	Distância	150	Ano I
Psicopedagogia Institucional	Distância	150	Ano II
Educação Inclusiva	Distância	150	Ano II
Ensino Lúdico	Distância	150	Ano II
Segurança e Políticas Públicas	Distância	150	Ano II
Administração Pública	Distância	150	Ano II
Docência na Educação a Distância	Distância	150	Ano II
Docência no Ensino Superior	Distância	150	Ano II
Neuropsicopedagogia	Distância	150	Ano III
Gestão das Políticas Sociais	Distância	150	Ano III
Atendimento Escolar Especializado	Distância	150	Ano III
Educação Infantil	Distância	150	Ano III
Educação Ambiental	Distância	150	Ano III
Administração e Segurança Pública	Distância	150	Ano IV
Metodologia do Ensino de Arte	Distância	150	Ano IV
Educação Especial e Psicomotricidade	Distância	150	Ano IV
Educação especial com Ênfase em Deficiência Intelectual, Física e Psicomotora	Distância	150	Ano IV
MBA em Gestão Estratégica Empresarial	Distância	150	Ano V
Gestão de Logística e Operações	Distância	150	Ano V
Gestão de Projetos Sociais	Distância	150	Ano V
Educação Especial com Ênfase em Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades	Distância	150	Ano V
Supervisão Escolar	Distância	150	Ano V
Psicopedagogia com Ênfase em Educação Especial	Distância	150	Ano V

### 3. Programas de iniciação científica

A iniciação científica da Escola Superior de Educação e Negócios se articulará com as áreas de conhecimento delineadas pelos cursos de graduação ofertados no decorrer da vigência deste PDI. A contribuição dos docentes com o desenvolvimento da pesquisa é imprescindível para que a comunidade acadêmica, em especial seu corpo discente, possa inserir-se ao contexto da pesquisa e da investigação científica.

A política de iniciação científica da ESN incorpora ações e objetivos definidos visando sensibilizar e introduzir os alunos na área de investigação científica, apoiando-os por meio do programa de iniciação científica e incentivando sua participação em projetos de pesquisa junto aos professores, desenvolvendo principalmente a pesquisa social, em interação com a extensão e o ensino.

Para maior estímulo à produção científica, pedagógica, técnica e cultural do corpo docente e discente no período de vigência deste PDI, a ESN pretende constituir um programa de iniciação científica como um canal adequado de auxílio para a formação de uma cultura acadêmica de trabalho a qual integre, por um lado, o ensinamento de seus professores em suas diversas disciplinas e, por outro, a aplicação deste conhecimento pelos estudantes, visando em última instância à utilização pela comunidade de todo conhecimento produzido no âmbito dos projetos desenvolvidos.

A iniciação científica terá regulamento próprio, que considerará a excelência do rendimento nos estudos e o potencial de talento investigativo dos alunos que a ela se candidatarem, viabilizando a participação dos mesmos em projetos de pesquisa/iniciação científica, em consonância com as atividades dos cursos, mediante aprovação pelos colegiados de curso.

## 4. Programas de extensão

A Extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a Instituição, em suas atividades de ensino e iniciação científica com as demandas da sociedade, reafirmando o compromisso social como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, possibilitando a formação do profissional cidadão.

A extensão universitária é um processo educativo cultural e científico, articulado aos cursos viabilizando a integração entre a sociedade, estudantes e profissionais. Desta forma, a ESN pretende estabelecer um bom relacionamento com a região de Marília e entorno visando manter a qualidade nos serviços oferecidos à população local e regional seleciona programas de extensão voltados ao atendimento das necessidades dessa população.

Os programas de extensão visarão promover a articulação de diferentes áreas do conhecimento com os diversos segmentos da sociedade, sempre com o objetivo de assegurar o respeito às diferenças culturais e a realidade socioeconômica da população.

A política de apoio às ações de desenvolvimento comunitário, a ser viabilizada em programas permanentes, projetos e atividades, fundamentar-se-á em um diagnóstico dos problemas regionais, nas áreas de educação, administrativa, tecnológica, meio ambiente, bem como nos aspectos sociopolíticos e econômicos. Esse diagnóstico tem caráter permanente e será periodicamente atualizado.

São considerados como extensão universitária os seguintes tipos de atividades:

- Atendimento à comunidade de sua área de influência, diretamente ou por meio de instituições públicas ou privadas.
- Participação em iniciativa de natureza cultural, artística e científica na área de influência da ESN.
- Promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas junto às comunidades pertencentes à área de alcance da instituição.

## 5. Atividades Articuladas ao Ensino

A Escola Superior de Educação e Negócios acredita que o desenvolvimento de competências e habilidades exige a vivência de atividades articuladas ao ensino as quais permitam ao aluno a criação de um campo de experiências de aprendizagem prática.

### 5.1. Atividades Complementares – AC

A vivência em Atividades Complementares – AC é uma forma de estabelecer relação entre a teoria e prática, uma vez que promove a integração, a cooperação, a solidariedade, a criatividade e a livre expressão.

As Atividades Complementares observam as diretrizes curriculares nacionais e integram o currículo dos cursos ofertados, nos termos de seus projetos pedagógicos, enriquecendo a qualificação acadêmica e profissional por meio da flexibilização curricular.

No âmbito dos cursos de graduação, as AC compreendem os eixos do ensino, da iniciação científica/pesquisa e da extensão.

Para o planejamento e a execução, são consideradas Atividades Complementares no eixo do Ensino:

- Monitoria, em disciplinas dos cursos de graduação.
- Estágios não obrigatórios, realizados em instituições parceiras.
- Disciplinas aderentes pertencentes a outros cursos superiores oferecidos pela Instituição ou por outra IES, com participação comprovada quanto à frequência e aprovação, desde que não tenham sido objeto de aproveitamento de estudos.
- Participação, como ouvinte, em Bancas Examinadoras de Trabalho de Conclusão de Curso, Monografias, Dissertações e Teses realizadas.
- Participação em visitas técnicas monitoradas por docente da Instituição.
- Participação em programas de intercâmbio nacional ou internacional.

No eixo Iniciação científica/pesquisa são consideradas Atividades Complementares:

- Trabalhos desenvolvidos com orientação docente, apresentados em eventos ou seminários internos e externos, como exemplo semana acadêmica, jornada, congresso, simpósio, fórum, entre outros.
- Trabalhos desenvolvidos com orientação docente, apresentados em eventos ou seminários e publicados em anais.
- Trabalhos publicados em revista de circulação regional e nacional.
- Trabalhos publicados em periódicos científicos.
- Livros ou capítulos de livros publicados.
- Participação em eventos científicos promovidos pela instituição.
- Participação em atividades de eventos científicos externos à instituição.
- Participação em atividades de iniciação científica/pesquisa como bolsista ou voluntário.
- Participação em programas de intercâmbio nacional ou internacional.

Por fim, no eixo de extensão são consideradas Atividades Complementares:

- Participação em eventos de extensão promovidos pela Instituição ou por outras IES, como por exemplo seminários, simpósios, congressos, conferências, cursos, desde que não componha a carga horária anual do curso de graduação.
- Organização, coordenação, realização de cursos e/ou eventos internos ou externos, de interesse da IES ou da comunidade.
- Participação ou trabalho na organização de ligas atléticas, diretório acadêmico, jornal do curso e/ou da IES, intercâmbios, entre outros.
- Participação voluntária em programas sociais.
- Participação em eventos culturais promovidos pela IES ou organizações afins.
- Cursos de idiomas, de informática e outros que sejam relevantes para o desenvolvimento acadêmico e profissional do aluno.
- Participação, ainda que na condição de ouvinte, em eventos de interesse do curso, desde que não tenham sido aproveitados como atividades de ensino.

O regramento das Atividades Complementares é estabelecido em documento específico.

## 5.2. Estágios Curriculares

A Escola Superior de Educação e Negócios - ESN entende o Estágio como um processo educativo supervisionado, desenvolvido em ambiente prático e de trabalho visando à preparação do estudante para a vida profissional.

O Estágio Curricular integra o itinerário formativo do educando, compondo o projeto pedagógico dos cursos que a legislação exige, e compreende a aplicação prática das teorias aprendidas no contexto acadêmico.

O Estágio Curricular é um processo de aproximação e compreensão da atuação profissional que favorece a reflexão sobre a realidade, a aquisição da autonomia intelectual e o desenvolvimento de habilidades conexas à profissão pretendida com a formação acadêmica. É um meio relevante para o desenvolvimento de habilidades, atitudes e competências individuais, que permite ao estudante posicionar-se a partir da fundamentação teórica obtida no âmbito acadêmico, ampliando o senso de responsabilidade, crítica e organicidade na área de atuação profissional.

Nesta perspectiva, a Escola Superior de Educação e Negócios - ESN estabeleceu um conjunto de Direcionadores Institucionais que norteiam esse processo para o cumprimento dos aspectos legais, a integralização da carga horária e o monitoramento sistemático dos custos da operacionalização, nos seguintes termos:

- O Estágio Curricular supervisionado é concebido como fator estratégico do processo ensino aprendizagem, proporcionando o desenvolvimento de competências inerentes à atuação profissional dos estudantes;
- O planejamento e a execução das atividades de estágio seguirão as orientações do Manual Orientador da IES;
- O gerenciamento do Estágio Curricular será realizado por meio de uma estrutura central, com professor responsável em cada curso e professores orientadores, vinculados a um ou mais cursos.
- A mantenedora, pela Coordenação de Educação de Ensino Superior, proverá o suporte técnico acerca dos aspectos legais quanto ao estabelecimento de parcerias e convênios para desenvolvimento do estágio obrigatório e não obrigatório.
- O atendimento às normas institucionais e a coerência com o estabelecido nos projetos pedagógicos de cada curso, fortalecem a interação com o setor produtivo, com as áreas de atuação e a inserção dos discentes na realidade local e regional.
- O equacionamento entre as áreas e as etapas de Estágio Curricular terá como premissa a qualidade acadêmica, a otimização dos custos e a maximização da utilização de recursos humanos e físicos.

## VI. CORPO SOCIAL

### 1. CORPO DOCENTE

#### 1.1. REQUISITOS DE TITULAÇÃO E REGIME DE TRABALHO

Conforme consta em seu Regimento Geral o perfil do corpo docente da ESN será formado por professores titulados e aptos para exercerem todas as funções docentes definidas na proposta pedagógica dos cursos, ou dos programas de iniciação científica e extensão da Instituição.

A Escola Superior de Educação e Negócios - ESN projeta para o desenvolvimento de seus cursos de graduação e pós-graduação manter um corpo docente com perfil que garanta uma atuação profícua, com características que envolvam o conhecimento do conteúdo, avaliação, estratégias didáticas, organização metodológica, interação e mediação pedagógica, como autor de material didático, coordenador de curso e professor responsável por disciplina.

Para o corpo docente responsável pelo desenvolvimento dos conhecimentos necessários à formação dos egressos dos cursos de graduação e pós-graduação da instituição, será dada prioridade à contratação de profissionais com titulação de mestres e doutores, complementados com profissionais graduados nas áreas de conhecimento com títulos de especialistas.

O corpo docente da ESN será composto para atender ao conjunto de componentes curriculares do curso que acompanha seu credenciamento, isto é, o curso de Pedagogia. Inicialmente serão contratados 9 docentes, todos com titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu, dos quais 44,4% são doutores.

Titulação	Quantidade	(%)
Doutor	4	44,4%
Mestre	5	55,6%
Especialista	--	-
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>100%</b>

A carreira docente da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN conta com três categorias de regime de trabalho, a saber:

- Tempo Integral: compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho na mesma instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.
- Tempo Parcial: os docentes são contratados com 12 ou mais horas semanais de trabalho na mesma instituição, reservado pelo menos 25% do tempo às atividades extraclasse no atendimento aos alunos, estudos, planejamento, avaliação, entre outras atividades acadêmicas.



- Horista: docente contratado pela Instituição exclusivamente para ministrar aulas, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadre em outros regimes de trabalho.

A Instituição contará com 9 docentes nos dois primeiros anos do curso, dos quais, 3 (33,3%) no regime de tempo parcial e 6 (66,7%) em regime de tempo integral, conforme demonstrado pelo quadro seguinte.

Regime de Trabalho	Quantidade	(%)
Integral	6	66,7%
Parcial	3	33,3%
Horista	--	--
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>100%</b>

## 1.2. EXPERIÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO ACADÊMICA

O corpo docente da Escola Superior de Educação e Negócios – ESN será formado por professores com experiência acadêmica e profissional amplas, reconhecidas e adequadas às disciplinas que ministrarão, como pode ser observado nos portfólios e projetos pedagógicos dos cursos, que são revisados e atualizados periodicamente.

Tanto a experiência acadêmica como a profissional do corpo docente da ESN é altamente relevante e será caracterizada conjugando a atividade profissional no magistério e as atividades exercidas fora dele, sabidamente fundamentais para a melhor atuação dos professores no exercício das atividades acadêmicas, conforme demonstrado pelos quadros seguintes:

Faixas da Experiência Profissional	Quantidade	(%)
Até (1) ano	2	22,2%
Dois (2) anos	1	11,1%
Três (3) anos	--	--
Quatro (4) anos	1	11,1%
Cinco (5) anos	--	--
Seis (6) a dez (10) anos	3	33,3%
Acima de 10 anos	2	22,2%
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>100,0%</b>

Relativamente à experiência de seu corpo docente no magistério superior, tem-se:

Faixas da Experiência No Magistério Superior	Quantidade	(%)
Até (1) ano	--	--
Dois (2) anos	--	--
Três (3) anos	2	22,2%
Quatro (4) anos	1	11,1%
Cinco (5) anos	1	11,1%
Seis (6) a dez (10) anos	5	55,6%
Acima de 10 anos	--	--
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>100%</b>

## 1.3. PLANO DE GESTÃO E DE CARREIRA DOCENTE

O Plano de Carreira Docente - PCD será o instrumento que regerá as políticas e procedimentos quanto às condições de admissão, direitos e vantagens, bem como deveres e responsabilidades dos professores da ESN, visando à valorização do corpo docente e a qualidade do ensino superior, nos termos legais e regimentais.

O PCD estabelecerá critérios e procedimentos para o desenvolvimento da carreira, por meio de promoções alternadas por antiguidade e merecimento, nos termos da lei. Seu principal objetivo será estabelecer diretrizes e critérios para progressão de carreira docente na ESN estimulando o exercício eficaz das funções pedagógicas. Tem por finalidade estabelecer princípios, diretrizes, normas e mecanismos operacionais com vistas a recrutar, profissionalizar, aperfeiçoar, promover e remunerar adequadamente o corpo docente, propiciando o seu envolvimento com a cultura de trabalho da instituição.

Da mesma forma, procurará valorizar e estimular continuamente o aprimoramento profissional, o crescimento funcional e intelectual dos docentes de modo a assegurar um quadro capacitado em constante atualização, na busca por um mais alto nível de desenvolvimento acadêmico, por meio de incentivos e programas de capacitação.

Do ponto de vista acadêmico, visará assegurar à comunidade um corpo docente integrado, qualificado e comprometido com os objetivos acadêmicos e a qualidade da educação superior, atraindo, retendo e desenvolvendo profissionais de alto nível de desempenho na função docente.

A carreira do pessoal docente da ESN será constituída por três categorias funcionais, com três classes e três níveis, assim apresentados:

- Categoria P1 (Especialista), dividida em classes A, B e C, estas subdivididas em níveis de I a III.
- Categoria P2 (Mestre), dividida em classes A, B e C, estas subdivididas em níveis de I a III.
- Categoria P3 (Doutor), dividida em classes A, B e C, estas subdivididas em níveis de I a III.

Quanto aos requisitos mínimos para ingresso nas categorias docentes, definem-se os seguintes critérios:

- Professor P1: ser portador de Certificado de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização ou aperfeiçoamento na área em que irá atuar conferido por cursos regulares nos termos da legislação específica.
- Professor P2: ser portador do diploma de Mestrado, conferido por cursos autorizados e instituições de credenciadas pelo órgão governamental competente.
- Professor P3: ser portador de diploma de Doutor ou Pós-doutor, conferido por cursos autorizados e instituições credenciadas pelo órgão governamental competente.

O PCD abrangerá as relações de emprego inerentes às atividades docentes do magistério superior da ESN, regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho, demais leis trabalhistas, pelo Regimento da Mantenedora pelos acordos, convenções e dissídios coletivos de trabalho da base territorial respectiva.

Será de competência do Mantenedor a aprovação do número de vagas, distribuídos pelas diversas classes e subcategorias estabelecidas no plano de carreira, ocorrendo após o encerramento de cada período letivo, tendo em vista o planejamento do período seguinte.

Destaca-se que o plano de carreira da ESN oferecerá as adequadas condições salariais ao corpo docente na área do magistério, comparadas às praticadas pelo mercado de trabalho local, estimulando e facilitando assim uma opção pessoal mais consistente e gratificante. Além dessas atividades o docente terá a oportunidade de prestar serviços de extensão à comunidade local e desenvolver trabalhos de pesquisas que poderão resultar em benefícios significativos à comunidade envolvida sob os aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos.

#### **1.4. OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO**

Os critérios de seleção e contratação da Instituição estão alicerçados nas modernas técnicas de recrutamento e seleção da área de recursos humanos e seguem as regulamentações do Plano de Carreira Docente - PCD e do Regimento Geral.

Os professores são contratados pela Mantenedora, por indicação da Diretoria Geral da Escola, segundo o regime das leis trabalhistas e na forma prevista no Plano de Carreira Docente.

Caberá à coordenação de curso comprovar a necessidade da contratação de docentes, fazendo o exame das credenciais dos interessados e encaminhando-as para análise final da Diretoria Acadêmica.

A título eventual e por tempo estritamente determinado, a Escola pode dispor do concurso de professores visitantes ou colaboradores, aos quais ficam resguardados os direitos e deveres da legislação trabalhista.

Todavia, antes da abertura de processo seletivo externo e, em atenção ao princípio da valorização do corpo docente, a ocupação de vaga eventualmente aberta dar-se-á preferencialmente pela promoção de docentes

integrantes do quadro de carreira do magistério superior da ESN, por ascensão vertical, respeitados os critérios de antiguidade e merecimento, conforme o caso, observados os critérios do PCD.

Não havendo candidatos no quadro de carreira docente que se enquadrem na vaga disponível, far-se-á seleção externa para preenchimento do quadro, sendo que o docente contratado, independentemente da categoria, será lotado em classe nos termos do plano de carreira.

Os candidatos serão avaliados por critérios pré-definidos, sendo fundamentais para ingresso e permanência no quadro de colaboradores da ESN, a idoneidade profissional, a capacidade didática, a integridade moral e uma boa conduta pública e privada.

A admissão de pessoal docente far-se-á mediante contrato de trabalho celebrado com o Mantenedor e aceitação pelo contratado dos termos da política de recursos humanos da ESN, assim como os seguintes critérios:

- Além da idoneidade moral do candidato, são considerados seus títulos acadêmicos, científicos, didáticos e profissionais, relacionados com a disciplina a ser por ele lecionada.
- Constitui requisito básico o diploma de graduação ou pós-graduação, correspondente a curso que inclua, em nível não inferior de complexidade, matéria idêntica ou afim àquela a ser lecionada.
- Demonstração de experiência profissional docente na área da disciplina/componente curricular e não docente na área de formação do candidato.
- Desempenho na aula-demonstrativa ministrada pelo candidato à Comissão de Avaliação Docente - CAD, cabendo ainda, dispensa dessa formalidade, a critério da Diretoria Acadêmica em consonância com a Direção Geral.

Os demais critérios são os constantes do Plano de Carreira Docente e os fixados pelos órgãos competentes nos termos da legislação vigente.

## 1.5. POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO

A instituição, ao fomentar uma Política de Capacitação Docente, compromete-se em facilitar a seus docentes, oportunidades de adquirir conhecimentos e informações e, como consequência desta atitude, fortalecer os pilares da qualidade de Ensino Superior, nos quais a titulação docente é um dos critérios de avaliação direta e indireta dos cursos que oferece.

A capacitação compreende os programas de aperfeiçoamento, pós-graduação e as demais atividades técnicas, científicas e culturais no âmbito da Instituição, ou que venham a ser estabelecidos por força de convênios.

A política que norteia a estruturação de um corpo docente devidamente qualificado tem como base as seguintes diretrizes:

- Aperfeiçoamento técnico, científico e cultural dos docentes, na perspectiva da construção sistêmica de um padrão objetivo de qualidade no exercício pleno e eficiente de suas atividades e que venha a se constituir em um diferencial competitivo.
- Estabelecimento dos princípios pedagógicos que regerão a prática docente da instituição, em consonância com a realidade pedagógica contemporânea, sem prejuízo às individualidades que caracterizam a diversidade humana e que enriquecem a produção do conhecimento.
- Estabelecimento de mecanismos de interação estratégica entre o plano de capacitação e os mecanismos oficiais e institucionais de avaliação, possibilitando intervenções mediadas por relatórios fidedignos.
- Fomento e incentivo à participação dos docentes em atividades internas e externas de formação, capacitação, aprimoramento e ressignificação, desde que os mesmos sejam de interesse institucional.

A Instituição promoverá o incentivo aos professores para se desenvolverem além das competências técnicas específicas, ampliando sua conscientização em relação ao processo de inclusão social das pessoas portadoras de

necessidades especiais, inclusive na reflexão sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais, utilizadas pelos surdos, inseridos em sala de aula comum.

## 1.6. PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL DOS PROFESSORES DO QUADRO

De acordo com o Plano de Carreira, podem ser contratados professores visitantes, colaboradores ou auxiliares, em caráter de substituição eventual ou para o desenvolvimento de programas especiais de ensino, pesquisa e extensão. A contratação de professor visitante ou colaborador será feita nos termos das exigências análogas explicitadas neste regulamento para os professores do Plano de Cargos e Salários dos Docentes e pela Entidade Mantenedora, por período determinado e, os auxiliares, nos termos dos critérios definidos pela Mantenedora.

Nos casos em que houver necessidade de substituição de docentes, serão observados os seguintes procedimentos:

- O docente a ser substituído deverá informar à coordenação o motivo de sua ausência ou afastamento, podendo delegar ao seu substituto, atribuições (trabalhos, relatórios e outras atividades), em conformidade com a disciplina ministrada.
- O professor substituto será contratado pela Instituição em caráter temporário, observando-se as leis trabalhistas vigentes.

O docente substituto será admitido exclusivamente para suprir a falta de docentes integrantes da carreira e sua formação ou especialização deve manter estreita correlação com a área de atuação do docente substituído e atividade a ser desenvolvida.

Em caso de substituição temporária, o docente poderá ser contratado por prazo determinado, nos termos da lei para exercício de atividades cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo.

Também se aplica a contratação por tempo determinado ao docente cujo contrato tenha vigência que dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada, ou ainda aqueles cujas atividades são exercidas durante o contrato de experiência.

O docente contratado por tempo determinado, tão logo cesse o contrato de experiência ou o contrato com prazo determinado se torne indeterminado, será imediatamente enquadrado no plano de carreira, contando o termo inicial do respectivo contrato para efeito de promoção na carreira docente.

O docente substituto será admitido, em caráter transitório, permitida prorrogação nos termos da lei, sendo vedada nova contratação antes de decorridos seis meses do término do contrato anterior.

## 1.7. CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE, CONSIDERANDO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI

O cronograma de expansão do corpo docente da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN está de acordo com o plano de expansão do curso e apresenta como quadro situacional os docentes previstos para o curso que acompanha o credenciamento como processo de autorização, estando previstos docentes para os dois primeiros anos.

Considerando os cursos a serem implantados nos próximos anos, a ESN terá ao término de sua vigência aproximadamente 96 docentes, conforme pode ser observado no quadro na sequência:

Titulação	Regime de Trabalho	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Graduação	--	0	0	0	0	0
Especialista	CLT	2	3	5	5	5
Mestre	CLT	4	9	15	15	15
Doutor	CLT	2	4	4	4	4
<b>TOTAL</b>		<b>8</b>	<b>16</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>24</b>

## 2. Tutores

### 2.1. REQUISITOS DE TITULAÇÃO

O corpo de Tutores que dará suporte as atividades docentes será constituído por profissionais que exercem atividades de ensino e buscam capacitação e atualização constantes. Serão graduados na área da disciplina pelas quais serão responsáveis e possuirão graduação lato sensu e/ou stricto sensu adequadas para a condução da aprendizagem dos alunos.

### 2.2. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

A contratação de tutores na Escola Superior de Educação e Negócios – ESN efetua-se a partir de parâmetros definidos pela Mantenedora, os quais traduzem a qualidade desejada tanto em relação aos resultados esperados à aprendizagem dos alunos quanto pela capacidade para o desempenho das funções que lhes são pertinentes.

Para a ESN, esses profissionais terão grande visibilidade por serem responsáveis pelo acompanhamento e monitoramento dos alunos, bem como serem mediadores do processo de interação entre os diversos atores da operação pedagógica. Com formação de graduação na área específica dos cursos que atuarão e/ou em curso de especialização, a partir de sua experiência acadêmica e do mundo do trabalho, tais profissionais vêm contribuir de maneira prospectiva ao processo de ensino aprendizagem delineado pela instituição.

Os tutores serão enquadrados no plano de carreira institucional, garantindo-lhes as mesmas políticas de capacitação, auxílio à participação em eventos, cursos, seminários etc. além de constante estímulo à formação continuada.

De forma geral, os tutores contratados para os cursos e turmas na modalidade a distância, serão submetidos a um processo de demonstração de conhecimento de recursos tecnológicos, visando detectar lacunas e/ou oportunidades de melhoria, a fim de capacitá-los a lidar com excelência em relação aos recursos tecnológicos com os quais farão a interlocução alunos – docentes durante os períodos letivos.

A Instituição também manterá estrita aderência de seu processo seletivo de tutores em relação aos indicadores de avaliação contidos nos instrumentos de avaliação de curso, publicados pelo MEC/INEP quanto aos requisitos de titulação e experiência na educação a distância de no mínimo dois anos de experiência em tutoria.

### 2.3. QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

A Política de Qualificação e Capacitação Profissional da ESN tem por objetivo definir critérios para as ações de aquisição e aprimoramento de conhecimento, habilidades e atitudes de forma sistêmica e contínua, privilegiando o desenvolvimento do potencial humano e sua aplicabilidade, visando garantir o alcance dos resultados esperados pela instituição. A Escola contará com uma política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância, de modo a incentivar sua constante participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais.

Para atender aos critérios do Ministério da Educação e às exigências do mercado de trabalho, a ESN contará com uma política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância, incentivando-os ao aperfeiçoamento acadêmico e profissional de forma permanente. Assim a capacitação ao corpo de tutores estará sempre disponível a todos os seus colaboradores.

De maneira geral, os treinamentos poderão ser internos (realizados com recursos próprios) ou externos (através de terceiros), tendo como objetivo agregar valor à atuação do colaborador ou visando prepará-lo para assumir novas responsabilidades.

Para a ESN a identificação de uma necessidade de treinamento e desenvolvimento poderá ser oriunda de:

- Necessidade de melhoria dos processos e otimização dos recursos institucionais.

- Qualidade e agilidade no atendimento e resolução de problemas.
- Satisfação do público interno e externo.
- Motivação dos colaboradores.
- Ascensão profissional.
- Desenvolvimento de competências.
- Eficácia na comunicação.
- Inovação tecnológica.
- Desenvolvimento do perfil reflexivo e crítico.
- Atendimento à legislação, regulamentos e normas técnicas.
- Atendimento às estratégias do negócio.
- Necessidades institucionais específicas.

O objetivo da capacitação também será o aperfeiçoamento técnico, científico e sociocultural dos tutores na perspectiva da construção sistêmica de um padrão unitário de qualidade, que se constitui em um diferencial competitivo da Instituição, colocando à disposição um conjunto de incentivos e práticas que têm em seu escopo melhorar as competências e habilidades, viabilizando a formação de um perfil mais adequado ao desempenho de suas funções.

A Instituição ofertará bolsas de incentivo de até 100% na mensalidade de cursos, oficinas, programas de pós-graduação próprios ou conveniados, considerados de interesse do setor ou área de atuação do colaborador e/ou bolsa parcial ou integral para aperfeiçoamento, nacional ou internacional.

Especificamente ao incentivo aos cursos de pós-graduação stricto-sensu, o colaborador contemplado assume o compromisso de prestação de serviços na Instituição por, no mínimo, um período equivalente ao do benefício recebido. Para participação em tais cursos, a ESN tem por parâmetros as seguintes premissas para aprovação dos cursos:

- Interesse da instituição e ser extremamente necessária para o alcance dos objetivos estratégicos da mesma.
- Parecer favorável de acordo com a avaliação e aprovação das coordenações responsáveis e da Diretoria Geral.
- Se houver explícita correlação entre os cursos de formação e as competências exigidas para exercício da função.
- Se o orçamento para a qualificação tiver sido previsto no plano anual institucional.
- Se o colaborador tiver concluído o período de experiência do contrato de trabalho, cuja duração é de 90 dias.
- Se o colaborador não possuir em sua ficha funcional registros desabonadores no último ano (advertência, suspensão etc.)

Será realizada a Semana Pedagógica que acontecerá no início de cada ano letivo e visa capacitar e oportunizar uma formação continuada aos profissionais do corpo docente e tutorial, com temáticas inovadoras que possam contribuir para o desempenho acadêmico dos profissionais, o que, conseqüentemente, resulta em avanços no desenvolvimento pedagógico dos discentes.

## 2.4. PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO

O Plano da Carreira do Tutor (Corpo Técnico-Administrativo) é um instrumento que disciplina os procedimentos operacionais e normativos da política de pessoal assim como os critérios e formas de admissão, promoção, qualificação, desempenho, avaliação, incentivo e valorização do profissional técnico administrativo.

A exigência para atuar no EAD é possuir nível superior completo e experiência mínima de seis meses na área de atuação ou área correlata. Os empregados da instituição serão remunerados de acordo com a classe, cargo, nível, referência e o regime de trabalho, observados os valores expressos na Tabela Salarial e de Referência para Promoção, presentes no Plano de Carreira e, aprovadas pela Mantenedora. O regime de trabalho será de 44 horas semanais conforme a CLT.

## 2.5. CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DE TUTORES, CONSIDERANDO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI

Com base no curso em processo de autorização juntamente com o Credenciamento e também na projeção de novos cursos, o quadro a seguir demonstra a evolução do corpo de tutores durante a vigência deste PDI.

Titulação	Regime de Trabalho	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Graduação	CLT	8	12	58	81	89
Especialista	CLT	12	34	45	60	62
Mestre	CLT	0	4	7	9	9
Doutor	--	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>20</b>	<b>50</b>	<b>110</b>	<b>150</b>	<b>160</b>

## 3. CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO

O desempenho e funcionamento da Instituição, do seu curso e programas dependem em muito, da atuação de seu corpo técnico-administrativo, que tem sob sua responsabilidade dar apoio ao desenvolvimento das atividades de ensino, iniciação científica e extensão.

Com base nos direcionamentos do seu Regimento, o corpo técnico-administrativo da Instituição será constituído por todos os colaboradores não docentes, vinculados à Mantenedora por meio de contrato de trabalho sob regime jurídico da CLT.

A ESN pretende constituir uma equipe de trabalho de técnico-administrativos competente, eficaz e tecnicamente preparada para cumprir com excelência seu papel junto a comunidade acadêmica.

Elabora, portanto, em consonância com sua política de gestão de pessoas, o Plano de Cargos e Salários dos Colaboradores Técnico-administrativos, tendo por objetivos valorizar e profissionalizar os colaboradores, inserindo-os no contexto de seus princípios, valores e objetivos institucionais.

### 3.1. OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

O corpo técnico-administrativo, constituído por todos os servidores não docentes, tem sob sua responsabilidade os serviços administrativos e técnicos de apoio necessários ao normal funcionamento da ESN.

Os funcionários técnico-administrativos serão contratados sob o regime da legislação trabalhista, estando sujeitos, ainda, ao disposto no Estatuto da instituição, em seu Plano de Cargos e Salários dos Colaboradores Técnico-Administrativos bem como demais normas expedidas pelos órgãos da administração superior da ESN. Desta forma, a Mantenedora procura garantir a máxima transparência quanto as definições, regras e demais orientações relacionadas ao desenvolvimento da carreira profissional de seu quadro de colaboradores e, principalmente, sem prejuízos aos interessados.

A Escola Superior de Educação e Negócios - ESN zelar pela manutenção de padrões de recrutamento e condições de trabalho condizentes com sua natureza, bem como por oferecer oportunidades de aperfeiçoamento técnico-profissional a seus empregados.

O Plano de Cargos e Salários dos Colaboradores Técnico-Administrativos da ESN reúne o conjunto de normas necessárias à realização das atividades de suporte técnico, operacional e de gestão, essenciais à realização dos objetivos da Instituição, tendo como principais finalidades:

- Regular as condições de ingresso, promoção, sistemática de avaliação funcional e desligamento de pessoal, enfocando direitos, deveres e responsabilidades do pessoal técnico-administrativo.
- Definir os aspectos inerentes a:
  - Número de vagas e ingresso de pessoal nas carreiras funcionais.
  - Ascensão e promoção funcional.
  - Regime de trabalho.
  - Licenças e afastamentos.
  - Direitos e vantagens.
  - Deveres e responsabilidades.
  - Remuneração.
  - Aposentadoria.

O PCS será constituído de cargos de provimento de caráter permanente, organizados em carreiras, e de funções de confiança, de direção, supervisão, coordenação, chefia, assessoramento, secretariado e de natureza especializada.

Em função das atividades exercidas e para efeito de fixação de salários, os empregados estão enquadrados em categorias funcionais, que se desdobram em Grupos Ocupacionais, segundo a natureza das respectivas áreas de competência.

### **3.2. POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO**

A Escola Superior de Educação e Negócios estimulará a capacitação educacional e profissional de seus colaboradores técnico-administrativos por meio de políticas de incentivo disciplinadas no PCCS e nas políticas definidas para gestão de pessoas, principalmente por meio da educação continuada, destinando anualmente investimentos para participação em eventos e cursos.

Deste modo, a política de qualificação, em consonância com o plano de carreira e regime de trabalho do corpo técnico-administrativo, inclui o incentivo à continuidade dos estudos dos colaboradores, ou seja, a finalização da educação básica quando necessária; treinamento/acesso ao nível superior e pós-graduação e atualização técnico-profissional de modo geral a todos os colaboradores.

As diretrizes básicas da política de qualificação do corpo técnico-administrativo na Instituição são:

- Criação de um programa especial e intensivo de qualificação, capacitação e desenvolvimento gerencial, em todos os níveis, tendo em vista seu caráter determinante para o desempenho da atividade universitária, buscando padrões compatíveis com as exigências de uma Instituição inovadora e participante.
- Capacitação e formação de talentos humanos, em níveis técnico, administrativo e gerencial, promovendo o aperfeiçoamento e a reciclagem de conhecimentos.
- Elaboração da matriz de capacitação e treinamento do pessoal administrativo do nível técnico e operacional, revisando-a para cada ano.
- Seleção de profissionais já titulados e disponíveis no mercado, mediante chamada, concurso ou outro expediente.
- Incentivos à formação continuada do corpo técnico-administrativo.
- Promoção de cursos voltados à atuação específica.
- Promoção de cursos de relações interpessoais para o bom desempenho profissional.



- Estímulos à participação em eventos sociais, culturais e científicos promovidos pela instituição e em outras entidades.

A promoção do pessoal técnico-administrativo se fará mediante:

- Ascensão funcional, que corresponde à passagem do empregado de um Grupo para o imediatamente superior, de maior exigência de titulação;
- Progressão funcional, que corresponde à passagem do empregado de nível para o outro, dentro do mesmo Grupo funcional.
- O critério de desempate é feito através da antiguidade de tempo de serviço.

A Instituição oferecerá ao colaborador capacitação funcional, como também possibilidades de formação por meio de bolsas de estudo para matrículas em seu portfólio de cursos. Mediante estudos poderá também oferecer bolsas de estudos em outras instituições ou órgãos.

### 3.3. PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO

Os colaboradores não docentes que farão parte do corpo técnico-administrativo, à exceção dos serviços terceirizados, serão contratados pela Mantenedora no regime jurídico da CLT. A carreira desses profissionais será regida pelas leis trabalhistas, convenções, acordos e dissídios coletivos, pelo Regimento Geral, bem como pelo Plano de Carreira de Cargos e Salários – PCCS da ESN.

Este plano tem como principal objetivo a valorização e profissionalização dos técnicos administrativos contratados pela Mantenedora da Escola Superior de Educação e Negócios, e abrange um conjunto de princípios, conceitos, normas e procedimentos que se constituem em instrumentos essenciais para a organização, estruturação e desenvolvimento dos colaboradores da Instituição.

O regime de trabalho do corpo técnico-administrativo obedece à legislação vigente e se estabelece como cumprimento da jornada de trabalho fixada no contrato individual de trabalho, que reserva para cada categoria, classe ou cargo, peculiaridades inerentes às funções e as horas dispensadas.

### 3.4. CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Com base no curso em processo de autorização, nas necessidades de cada setor para a realização dos trabalhos e do atendimento ao corpo diretivo, docente e discente e também na projeção de novos cursos durante o período de vigência deste PDI, o quadro a seguir demonstra a evolução do pessoal técnico-administrativo para o período de cinco anos.

Titulação	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Sem Graduação	4	6	9	12	14
Graduação	4	8	16	26	34
Especialista	2	3	4	7	11
Mestre	1	1	3	5	6
Doutor	0	1	1	2	2
<b>SOMA</b>	<b>11</b>	<b>19</b>	<b>33</b>	<b>52</b>	<b>67</b>

## 4. CORPO DISCENTE

### 4.1. FORMAS DE ACESSO

A Escola Superior de Educação e Negócios - ESN ao definir a política de acesso aos seus cursos de graduação buscou integrá-la à necessidade de implementar ações para ampliar o acesso de estudantes aos cursos oferecidos,

assim como garantir sua permanência a fim de assegurar-lhes o uso dos resultados do seu processo educativo e dos benefícios derivados desta escolaridade.

Democratização da permanência dos alunos implica em ter clareza do perfil de profissionais que a Instituição deseja formar a fim de identificar e minimizar as lacunas que os alunos trazem de sua formação anterior e os problemas de ordem emocional ou psicopedagógica que interferem na sua aprendizagem. Implica, também, na busca de alternativas aos problemas de ordem financeira que impossibilitam, muitas vezes, a referida permanência nos cursos em que lograram obter acesso.

As Diretrizes que a ESN define para o acesso, seleção e permanência do alunado da Instituição são:

- Democratizar as formas de acesso ao ensino de graduação, oferecendo oportunidades de permanência e de melhoria do desempenho acadêmico do estudante matriculado na Instituição.
- Promover programas de recepção ao ingressante, com atividades acadêmicas e culturais com o objetivo de socializar o estudante na vida universitária.
- Criar condições de acesso dos estudantes às novas tecnologias da informação.
- Estimular a participação estudantil nas atividades de ensino, extensão e iniciação científica.
- Garantir o apoio necessário à plena realização do estudante como universitário (acadêmico, cultural, social e político).
- Identificar, junto ao estudante, os problemas que o levariam à desistência do curso e, ainda, a possibilidade de descontentamento com os diversos níveis de relacionamento, visando manter ou superar as expectativas discentes.
- Desenvolver para os estudantes de baixa renda, mecanismos que promovam condições socioeconômicas que viabilizem a permanência e o sucesso dos mesmos na Instituição.
- Realizar pesquisas, estudos e análises para identificar em detalhes os dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação docente/estudante para tentar reduzir ou diminuir estes índices e, também, acelerar os processos de preenchimento das vagas, tendo em vista a melhoria das atividades educativas.
- Buscar por meio do desenvolvimento de mecanismos pertinentes, formas que viabilizem o resgate do alunado.

A admissão aos cursos superiores da ESN ocorre por meio de um processo seletivo on line, aberto a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio, visando a selecionar e classificar os alunos de acordo com os requisitos básicos para os cursos oferecidos.

Sua divulgação é realizada por edital, conforme rege a legislação vigente, dentro do limite das vagas oferecidas, que são as autorizadas pelo Ministério da Educação.

A ESN, na forma das normativas em vigor, tornará disponível aos interessados as seguintes informações:

- A qualificação do seu corpo docente em efetivo exercício nos cursos de graduação.
- A descrição dos recursos materiais à disposição dos alunos, tais como laboratórios, computadores, acessos às redes de informação e acervo das bibliotecas.
- O elenco dos cursos reconhecidos e dos cursos em processo de reconhecimento, assim como dos resultados das avaliações realizadas pelo órgão federal competente, conforme esses mecanismos reguladores forem ocorrendo.
- O valor dos encargos financeiros a serem assumidos pelos alunos e as normas de reajuste aplicáveis ao período letivo a que se refere o processo seletivo.

Outra forma de acesso é a concessão de matrícula a aluno graduado ou transferido de curso superior de instituição congênera, nacional ou estrangeira, para prosseguimento dos estudos no mesmo curso ou em curso afim, respeitadas a legislação em vigor e a classificação no processo seletivo.

As políticas de permanência e fidelização do aluno incluem programas de apoio pedagógico e financeiro, incluindo bolsas, bem como a participação em programas governamentais como FIES e PROUNI.

## **4.2. PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO**

Em consonância com o compromisso social da Escola Superior de Educação e Negócios, a Instituição adotará uma política de estímulo à permanência dos alunos de seus cursos de graduação, mediante estruturação de um conjunto consolidado de ações as quais terão por objetivo prestar assistência pedagógica e financeira aos alunos, principalmente àqueles que apresentarem dificuldades de aprendizagem ou estarem em situação mais crítica de vulnerabilidade financeira.

A Instituição oferecerá atendimento diário à comunidade acadêmica por diversos meios, com o objetivo de subsidiá-la em relação às características e benefícios dos serviços educacionais prestados, bem como propiciar aos alunos o apoio necessário para sua adaptação no meio universitário e ao pleno desenvolvimento de suas competências ao longo de sua formação.

Serão disponibilizados aos alunos diversos tipos de atendimentos, tais como:

- O corpo diretivo e as coordenações dos cursos estarão presentes na Instituição em horários simultâneos ou intercalados para atendimentos aos discentes com cobertura semanal, de segunda a sexta-feira, nos períodos da manhã, tarde e principalmente à noite, e aos sábados nos períodos da manhã e tarde e, excepcionalmente, aos domingos, conforme cronograma de eventos.
- A Secretaria Geral prestará serviços de atendimento aos acadêmicos de segunda a sexta-feira das 8 horas às 22 horas e aos sábados das 8 horas às 16 horas. O atendimento se estenderá também por meio virtual, no portal da ESN, disponibilizando orientações e favorecendo solicitações quanto à rotina e registros acadêmicos, contato e orientações dos docentes, informações gerais, dentre outros.
- A Biblioteca atenderá à comunidade acadêmica de segunda a sexta-feira, das 13h30min às 22h, e aos sábados das 9h às 13h, disponibilizando consultas, empréstimos, orientação aos trabalhos acadêmicos, COMUT e outros serviços. Também disponibilizará por meio do portal da ESN o catálogo online, serviços de consulta ao acervo, reservas, periódicos digitais, bases de dados, e outras obras para auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades.

As políticas de permanência e fidelização do aluno preveem programas de apoio financeiro, incluindo bolsas de trabalho, financiamento próprio para alunos, bolsa para funcionários, descontos nas mensalidades para irmãos, filhos e cônjuges de colaboradores. Além disso, a ESN participará de programas governamentais como FIES e PROUNI.

## **4.3. ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA**

### **4.3.1. APOIO PSICOPEDAGÓGICO E PSICOLÓGICO AO DISCENTE**

Considerando a necessidade de propiciar orientação e acompanhamento psicopedagógico e psicológico aos estudantes no processo de aprender a aprender, a ESN criará o Núcleo de Apoio Psicológico e Psicopedagógico – NUAPP, que buscará atender aos discentes em suas dificuldades emocionais e psicopedagógicas e colaborar positiva e efetivamente para o desenvolvimento das competências dos estudantes, por meio do melhoramento do seu desempenho acadêmico e da aquisição do bem-estar pessoal e social.

O Núcleo de Apoio Psicológico e Psicopedagógico – NUAPP, da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN, será pautado por um conjunto de princípios e diretrizes que o nortearão nas perspectivas da inclusão, do aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem, do trabalho dos docentes e funcionários.

O Núcleo será um espaço por excelência de contato e debate, sempre se atendo aos princípios da segurança e confidencialidade quanto aos atendimentos a serem prestados.

O serviço será mantido gratuitamente pela Instituição e, a partir do acolhimento e queixa inicial do aluno ou do professor, o profissional responsável pelo atendimento promoverá a orientação de acordo com a necessidade do usuário e/ou encaminhará aos demais órgãos institucionais envolvidos com a solução do problema.

O estudante que chega ao ensino universitário traz consigo sua história pessoal, suas experiências e sua forma de se relacionar socialmente e, ao se deparar com o ambiente universitário, muitas vezes sente necessidade de orientações sobre como deverá conduzir sua vida acadêmica de forma a obter os melhores resultados em sua futura vida profissional. Portanto, é fundamental estreitar as relações e a comunicação entre alunos e Instituição.

O NUAPP será composto por Psicólogos e/ou Pedagogos e terá como principal atribuição desenvolver o elo entre alunos e a Instituição, no intuito de estimular competências, de resolver conflitos, buscando dirimir possível desmotivação e o insucesso acadêmico.

Conforme o planejamento de gestão da ESN, o NUAPP dimensionará sua estrutura para abranger também o atendimento dos alunos de forma on line.

Poderão participar quando convidados ou convocados, Coordenadores de Cursos, Docentes e Tutores que possam contribuir/esclarecer situações relativas aos discentes.

São objetivos do NUAPP:

- Promover e desenvolver uma política de assistência psicológica e psicopedagógica, na perspectiva de inclusão, fundamentada nos princípios da diversidade, da solidariedade, da justiça social, buscando o convívio harmônico, saudável e produtivo entre os discentes da Instituição.
- Melhorar o processo ensino-aprendizagem de forma a atender os discentes em suas necessidades individuais e coletivas, emocionais e cognitivas, sociais e científicas, vocacionais e profissionais, com o intuito de fortalecer o discente e o espaço universitário.
- Desenvolver ações que incentivem os discentes à continuidade e permanência no ensino superior.
- Realizar orientação através de palestras e reuniões para conhecimento dos mecanismos cerebrais importantes para o aprendizado, em temas como atenção, memória, concentração, raciocínio e motivação, propiciando reflexão para um posicionamento pessoal e entendimento de como o aprendizado acontece, quais caminhos neurais são utilizados, e que existem processos facilitadores para que o mesmo aconteça.
- Colaborar/assessorar os coordenadores de curso na programação de palestras e cursos, buscando o desenvolvimento biopsicossocial dos discentes.
- Trabalhar temas transversais em sala de aula, buscando refletir sobre o mercado de trabalho.
- Assessorar docentes na elaboração de estratégias que atendam às necessidades dos discentes.
- Acompanhar acadêmicos que apresentem dificuldades de aprendizagem, visando o desenvolvimento de competências e habilidades acadêmicas, observando o desempenho acadêmico, a evasão escolar, índices de aproveitamento e de frequência às aulas e demais atividades acadêmicas.
- Desenvolver/aplicar anualmente aos ingressantes, questionário buscando conhecer o perfil dos discentes, facilitando o planejamento das atividades a serem desenvolvidas.
- Colaborar em programas de formação de professores.
- Encaminhar o discente a um profissional especializado, quando necessário.
- Orientar acadêmicos dos últimos semestre dos cursos sobre elaboração de currículo, entrevistas, participação de trabalho em grupo, dentre outros.
- Colaborar com a Direção, Administração e Gestão da instituição, na sua área de especialidade.

- Prestar suporte à Ouvidoria, recebendo, analisando e respondendo as demandas, por meio de atendimento pessoal ou e-mail conforme a situação.
- Incentivar a Formação Continuada dos docentes.
- Promover ações de inclusão a alunos portadores de deficiências físicas ou pessoas com mobilidade reduzida, a alunos portadores de espectro autista, de transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de modo a garantir métodos, técnicas, cursos educativos específicos, para atender às suas necessidades.
- Propor ações de melhoria em relação aos recursos de acessibilidade e adaptações nos espaços físicos institucionais, garantindo o cumprimento da legislação específica.
- Estimular a integração das dimensões ensino-pesquisa-extensão nos cursos de graduação.
- Participar com os demais membros da comunidade acadêmica, e em consonância com os Núcleos Docentes Estruturantes, de encontros de discussão, grupos de estudos e outros.
- Contribuir com a CPA nos processos avaliativos institucionais referentes às funções didático-pedagógicas.

#### **4.4. PROGRAMA DE NIVELAMENTO**

Programa de Nivelamento da ESN tem por objetivo disponibilizar recursos pedagógicos para os alunos que necessitem preencher lacunas de formação básica, bem como reforço para o desenvolvimento de conhecimentos teóricos presentes nas unidades curriculares de seu curso de graduação.

Serão objetivos específicos do Programa de Nivelamento:

- Auxiliar os alunos de graduação da instituição no preenchimento de lacunas de formação básica que impactam na construção dos saberes propostos pelos respectivos cursos superiores.
- Proporcionar aos alunos experiências educacionais em ambientes virtuais de aprendizagem.
- Avaliar o nível de conhecimentos básicos, nos campos de conhecimento definidos anteriormente, dos ingressantes do curso de graduação da IES.
- Realizar o levantamento dos conceitos básicos dos referidos campos de conhecimentos, nos quais os alunos ingressantes apresentarem maiores fragilidades.
- Realizar o levantamento das competências e habilidades necessárias para a construção do perfil dos egressos do curso relacionado.
- Desenvolver materiais didáticos para trabalhar os conteúdos que possibilitarão o desenvolvimento das habilidades e competências levantadas.
- Ampliar a oferta de módulos de nivelamento, de modo a assegurar a abordagem de todos os conteúdos contidos na matriz de referência do ENADE.
- Produzir material didático para mídia impressa e eletrônica.
- Avaliar a qualidade do material produzido e da estrutura de funcionamento dos módulos, considerando o nível de satisfação e de aproveitamento acadêmico dos concluintes do curso.
- Contribuir para a integralização das horas de Atividades Complementares.

Em linhas gerais, o Programa de Nivelamento tem por objetivo atender às demandas quanto à identificação de pontos frágeis no processo de ensino-aprendizagem, a partir da avaliação do estudante em processo.

O foco do programa se dará em três áreas distintas, que são básicas para o futuro profissional e que muitos ingressantes apresentam dificuldades, visto a deficiência do ensino de base no Brasil: Matemática; Português; Informática.

Os cursos serão totalmente online, ministrados através de uma plataforma virtual, com acompanhamento de um tutor por disciplina, especialista na área. Serão compostos por vídeos gravados; apostilas e atividades de autoestudo

(avaliativas). Ao ingressar o aluno receberá um login (registro acadêmico) e uma senha, podendo iniciar imediatamente o seu curso de nivelamento. O curso ficará disponível durante todo o primeiro semestre para que o aluno tenha tempo hábil para a conclusão.

#### **4.5. ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA E INSTRUMENTAL**

A ESN, em atendimento à Portaria MEC nº 3.284, de 7/11/2003 (dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências) bem como ao Decreto nº 5.296, de 2/12/2004 (estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida), adotará um conjunto de ações institucionais como forma de promover a acessibilidade metodológica e instrumental em seus cursos e espaços físicos.

Com relação aos alunos portadores de deficiência física, as instalações da instituição atenderão aos seguintes requisitos:

- Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo.
- Reserva de vagas prioritárias no estacionamento próximo às entradas principais da instituição.
- Instalação de rampas e/ou elevador, facilitando a circulação de cadeira de rodas.
- Adequação dos banheiros para atendimento à NBR9050:2004.
- Instalação de barras de apoio nas paredes dos banheiros.
- Instalação de lavabos, bebedouros em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.
- Instalação de piso tátil de alerta (modulação de piso) de acordo com Norma Técnica NBR 9050-2004.

No que concerne a alunos portadores de deficiência visual, a instituição instalará os softwares DOS VOX e NVDA (leitor de tela) nos computadores da biblioteca e dos laboratórios didáticos, para que atendam plenamente a finalidade de apoio (aviso da tecla digitada; aviso da janela em uso; leitura do texto digitado; leitura de textos em geral etc.). Os softwares são gratuitos e estão disponíveis na internet por meio dos seguintes links:

- DOX VOX: <http://www.baixaki.com.br/download/dosvox.htm>
- NVDA: <http://www.baixaki.com.br/download/nvda.htm>

A Escola Superior de Educação e Negócios assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso de:

- Manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado ao computador;
- Adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático.
- Quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, a instituição assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso, de:
  - Propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno.
  - Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdo-cegas, prestado por guias intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento.
  - Adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico.

- Estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado.
- Proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

A respeito do tratamento diferenciado, a instituição estará comprometida em disponibilizar, sempre que for necessário:

- Assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis.
- Mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.
- Contratar profissionais devidamente capacitados para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas.
- Sinalização ambiental para orientação.
- Divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador em locais e edificações de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal.
- Ofertar a disciplina optativa de libras em seu portfólio de cursos, em atendimento à disposição legal Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

#### **4.6. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL (ESPAÇO PARA PARTICIPAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESTUDANTIL)**

A organização estudantil e sua representatividade junto às instâncias de decisão estão previstas no Regimento Geral da Instituição, e pretende ser um mecanismo de participação do corpo discente quanto às decisões que possam interferir diretamente na vida acadêmica.

A participação da classe estudantil dentro da Instituição é idealizada para ser uma prática ativa e compromissada, de forma que estabelece diretrizes favoráveis e incentivadoras para que os alunos organizem a representação acadêmica dos cursos.

A Instituição disponibilizará no polo sede um espaço adequado para que os estudantes tenham um ambiente propício às atividades de acompanhamento das decisões acadêmicas. Oportunizará aos alunos a participação em reuniões para orientação e discussão de temas pertinentes aos interesses estudantis, ou seja, mensalmente com o coordenador; semestralmente com a Direção e, sempre que necessário, com os professores.

Serão estimuladas as participações dos alunos em atividades culturais, tais como noite cultural, grupo de teatro, eventos científicos (jornadas, seminários, congressos, palestras e visitas técnicas) e em atividades de intercâmbio, com divulgação, preparação e apoio. Os cursos serão estimulados a promover fóruns e jornadas de estudos, mostra de painéis e aulas especiais, contribuindo para o desenvolvimento das competências e habilidades delineadas para a formação do estudante.

Os discentes contarão com espaços internos de participação e convivência, os quais oferecerão locais para lazer, alimentação e atividades esportivas, oportunizando maior relacionamento e troca de experiências entre as diferentes áreas do conhecimento.

#### **4.7. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS**

O Programa de Acompanhamento de Ex-alunos a ser implantado pela ESN possibilitará a avaliação continuada da Instituição por meio do desempenho profissional dos ex-alunos. Será um importante passo no sentido de incorporar ao processo de ensino-aprendizagem elementos da realidade externa à instituição que apenas o diplomado está em

condições de oferecer, já que é ele quem experimentará pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação.

Sendo assim, a IES estabelecerá os seguintes objetivos:

- Identificar o perfil do egresso e criar mecanismos para avaliação de seu desempenho nos diversos postos de trabalho.
- Construir, a partir de diversos instrumentos e recursos, um conjunto de informações que possibilitem manter com o egresso uma relação de comunicação permanente e de estreito vínculo institucional.
- Integrar os egressos à comunidade acadêmica visando ao aperfeiçoamento das ações institucionais concernentes à implementação de novos cursos e programas no âmbito da educação superior.
- Estimular e criar condições para a educação continuada de egressos, identificando demandas para cursos de graduação, pós-graduação e extensão.
- Promover a realização de atividades extracurriculares de cunho técnico-profissional, buscando a valorização do egresso.
- Utilizar os meios tecnológicos atuais como recurso para a manutenção do contato direto e imediato entre a instituição e seus egressos.
- Estimular o corpo docente a manter contato com o egresso e orientá-lo, sempre que necessário, em oportunidades profissionais e em aspectos diversos de seu planejamento de carreira.

O ex-aluno receberá descontos em cursos de extensão e pós-graduação, convite para encontro de turmas, acesso às bibliotecas com empréstimo de livros e recebimento de notícias sobre a instituição etc. Através desse processo, os alunos avaliam os serviços oferecidos e a Instituição pode avaliar a aceitação dos egressos pelo mercado de trabalho.

O Programa disponibilizará ao egresso, através do site da IES, informações sobre mercado de trabalho, capacitação profissional, pós-graduação, extensão e alguns benefícios etc. Também será disponibilizado um formulário para os egressos dos cursos de graduação. São questões objetivas formuladas por meio de alternativas e de questão aberta subjetiva com descrição ou opinião dos respondentes.

A coleta periódica de informações junto aos egressos permitirá a criação de uma importante base de dados a qual permitirá a avaliação da eficácia dos serviços educacionais promovidos pela Instituição, a adequação das matrizes curriculares oferecidas às demandas sociais e econômicas, a identificação do perfil profissional de seus egressos e a análise da inserção dos ex-alunos no mundo do trabalho.

## 4.8. OUVIDORIA

A Ouvidoria será um canal de comunicação, ético e democrático, que promoverá o acolhimento e a escuta das comunidades acadêmicas e escolares da Instituição e da sociedade, visando a promoção da defesa dos direitos dos envolvidos nas relações institucionais, a correção e a melhoria dos processos acadêmicos, administrativos e pedagógicos, a prevenção e a mediação de conflitos, a orientação e, sobretudo, o fortalecimento dos vínculos institucionais.

A Ouvidoria atuará com as seguintes atribuições e competências:

- Orientar alunos, docentes, técnico-administrativos, pais/mães/responsáveis e a comunidade externa a respeito da melhor forma de encaminhar suas dúvidas, reclamações e denúncias, de instruí-las e de acompanhar a tramitação de suas demandas.
- Receber e analisar os registros, atuando no sentido de apurar a veracidade das demandas, esclarecer dúvidas e orientar os usuários, bem como solicitar às áreas competentes, a análise e ou correção de processos ou procedimentos que possam causar prejuízo ou lesar direitos.
- Propor às áreas competentes a correção de processos ou procedimentos que possam resultar em falha na prestação do serviço educacional e ou prejuízo aos estudantes.



- Propor às áreas competentes a correção de processos ou procedimentos que estejam em desconformidade com a legislação vigente e possam causar prejuízo a direitos individuais ou coletivos.
- Receber e encaminhar aos órgãos diretivos da IES denúncias a respeito de quaisquer violações de direitos individuais ou coletivos, bem como de atos ilegais praticados por quaisquer integrantes da comunidade escolar/acadêmica.
- Promover as ações necessárias à apuração das reclamações e denúncias junto às áreas competentes, solicitando as providências necessárias ao saneamento das irregularidades e/ou ilegalidades constatadas.
- Promover, junto às instâncias acadêmicas e administrativas, os direitos de grupos vulneráveis ou discriminados.
- Recomendar às instâncias acadêmicas e administrativas a adoção de medidas que visem à melhoria das atividades desenvolvidas pela Instituição, a partir da sistematização de dados obtidos pela escuta.
- Interagir com os usuários que encaminharam seus registros, com resposta acerca do atendimento da demanda pautada.

Serão de competências do Ouvidor:

- Realizar a escuta e o encaminhamento das demandas, sem qualquer discriminação ou pré-julgamento.
- Responder aos usuários, com informações e ou orientações assertivas, claras e objetivas, no prazo estabelecido pela instituição.
- Acompanhar o andamento das demandas, os prazos estabelecidos e as soluções implementadas.
- Interagir com as instâncias e áreas institucionais, para solicitar esclarecimentos, soluções, esclarecimentos sobre processos e procedimentos acadêmicos, escolares e administrativos, apontar deficiências e recomendar a adoção de medidas preventivas e ou corretivas de falhas na prestação do serviço.
- Encaminhar as denúncias recebidas aos órgãos diretivos da ESN.
- Manter arquivo das demandas recebidas e apresentar, bimestralmente, aos órgãos diretivos da ESN e aos órgãos fiscalizadores relatórios circunstanciados das ocorrências e demandas recebidas.

As demandas recebidas pela Ouvidoria terão os seguintes encaminhamentos:

- Dúvidas e solicitações de competência relativas a assuntos a respeito de educação, secretaria acadêmica, recursos humanos, departamento pessoal, financeiro, tecnologia da informação/sistemas, compras, tributos/fiscal, jurídico e contabilidade, serão encaminhadas aos Supervisores da Mantenedora e ou Equipe Técnica da Instituição, conforme o caso, para análise, apuração, encaminhamento, e retorno à Ouvidoria.
- Dúvidas, críticas ou reclamações referentes à estrutura, prática pedagógica, atendimento, docentes e equipe técnico-pedagógica serão encaminhadas ao Diretor Geral, para análise, apuração, encaminhamento, e retorno à Ouvidoria.
- Denúncias e reclamações referentes à Diretoria Geral serão encaminhadas à Mantenedora, para análise, apuração e retorno à Ouvidoria.
- Elogios, sugestões e solicitação de informações serão encaminhados às áreas ou instâncias referidas e os retornos aos usuários serão realizados, exclusivamente, pela Ouvidoria.

A Ouvidoria possuirá um prazo de até 7 (sete) dias úteis, a contar do recebimento do registro, para retorno ao usuário, com os esclarecimentos, informações e orientações decorrentes da demanda.

Os Canais da Ouvidoria estarão disponíveis no site da Instituição, na INTRANET ou por e-mail.

#### 4.9. REGISTROS ACADÊMICOS

A organização do controle acadêmico seguirá as normas estabelecidas pela instituição, sendo que todo processo de matrícula, trancamento, frequência, notas, aprovação e reprovação, bem como os demais procedimentos de secretaria contarão com pessoal qualificado e com um sistema de informação apropriado.

A Secretaria Geral será responsável pela operacionalização e controle dos registros acadêmicos. Será instalado um Sistema de controle acadêmico com o objetivo de manter a organização das informações referentes aos conteúdos curriculares oferecidos aos alunos, bem como a sistematização dos dados referentes ao horário e cronograma de atividades, incluindo a elaboração de toda a documentação pertinente à vida acadêmica, tendo presente a legislação educacional em vigor. Por meio do Portal da Instituição, alunos e docentes terão acesso para promover a inserção e o recebimento de informações. Assim, serão informados os conceitos finais das avaliações, programas e conteúdos providenciados pelos docentes, dentre outros. A gestão acadêmica da EAD integrará o sistema geral, plenamente informatizado, que comporta a inserção de todas as atividades necessárias no que diz respeito à vida acadêmica dos estudantes. O sistema de controle acadêmico primará pela organização das informações referentes ao conteúdo curricular oferecido aos alunos, bem como a sistematização dos dados referentes ao horário e cronograma de atividades, incluindo a elaboração de toda a documentação pertinente à vida acadêmica, tendo presente à legislação educacional em vigor.

A documentação de alunos e os registros acadêmicos serão administrados pela Secretaria da instituição. Os documentos e as informações serão fornecidos continuamente pela Secretaria e/ou buscados pelo próprio aluno pela intranet, atendendo à solicitação de toda comunidade acadêmica. Os requerimentos de solicitação dos documentos não disponíveis na intranet serão protocolados na própria Secretaria.

A Secretaria Acadêmica será responsável pelos registros de todos os atos acadêmicos, e será gerida por um (a) Secretário (a), designado pela Direção.

Serão atribuições da Secretaria Acadêmica:

- Redigir e subscrever os editais de processos seletivos e procedimentos deles decorrentes, os quais serão publicados por ordem da direção.
- Zelar para que o procedimento de ingresso dos discentes observe a legislação vigente.
- Dar publicidade a todos os atos que devam ser divulgados, especialmente atos autorizativos de cursos, identificação de dirigentes e de Coordenador de Curso em exercício, relação de professores que integram o corpo docente de cursos, matriz curricular de cursos, resultados obtidos em avaliações realizadas pelo MEC e valor corrente dos encargos financeiros a serem assumidos pelos discentes.
- Organizar e manter os prontuários dos discentes atualizados.
- Providenciar e manter os diários de classe e listas de frequência atualizados.
- Apurar os resultados de aproveitamento dos discentes, à vista das notas lançadas no diário de classe, assim como os percentuais de frequências.
- Alimentar os bancos de dados e sistemas de gestão acadêmica da instituição com as informações atualizadas dos discentes e das práticas pedagógicas.
- Manter organizados os serviços pertinentes ao setor.
- Manter atualizado e conferido o expediente referente ao registro acadêmico.
- Cumprir e fazer cumprir, no que lhe couber, os despachos e determinações da direção.
- Redigir e expedir correspondência pertinente.
- Comunicar, mensalmente, a direção, para fins de registro, as alterações porventura ocorridas no quadro geral de matrículas dos cursos, em decorrência de trancamentos, cancelamentos ou transferências.

## VII. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A organização administrativa planejada pela Escola Superior de Educação e Negócios será participativa e moderna, voltada para as tomadas de decisões calcadas nos anseios e necessidades da comunidade e na integração com os colegiados.

Conforme detalhado pelos tópicos seguintes ela será composta pela estrutura organizacional, instâncias de decisão e organograma; órgãos colegiados deliberativos e executivos; órgãos de apoio acadêmico; autonomia da instituição e relações e parceria com a sociedade civil organizada.

### 1. Estrutura organizacional com as instâncias de decisão

A organização e gestão da Escola Superior de Educação e Negócios (representadas conforme organograma seguinte) são formadas pelos setores e instâncias de gestão e operacionalização. As sistemáticas de reuniões e avaliações periódicas estarão consolidadas, de modo a constituir uma cultura de planejamento e avaliação.

A ESN incentivará a participação discente e as instâncias representativas da política estudantil e manterá uma prática de regularidade de encontros com representantes discentes. O modelo de gestão que moverá os processos pedagógicos e administrativos da ESN terá como princípio mobilizar coletivamente o corpo social, tendo como objetivo maior atingir satisfatoriamente as metas que emergirem, igualmente, do coletivo.

Todo o processo estará pautado em planejamento estratégico institucional, coletivamente construído, vindo complementar-se pelas normatizações do Ministério da Educação, do PPI, deste PDI, dos PPCs dos cursos, das regulamentações complementares e do regimento interno. Serão esses referenciais o eixo orientador e condutor das ações.

A grande meta institucional será construir caminhos para aproximar o idealizado no planejamento às ações práticas. Para tanto, oportunizar-se-ão periodicamente momentos de formação e reflexão para o corpo social, além de disseminar nos diferentes órgãos institucionais, as aproximações e distanciamentos entre o realizado e planejado.

A partir de ações planejadas coletivamente, em atendimento ao PDI, PPI e PPCs dos cursos e à luz da legislação do MEC, definem-se os objetivos e metas por setor e por curso. A proposta da administração pauta-se pelo compromisso com uma IES inclusiva, democrática, capaz de fomentar a investigação na formação de profissionais.

A administração da Escola será exercida através dos órgãos deliberativos e normativos, órgãos executivos e assessorias e órgãos de apoio.

São órgãos deliberativos e normativos da instituição:

- Conselho Superior - CONSUP

- Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CONSEPE

- Conselho de Curso.

- Núcleo Docente Estruturante.

São órgãos executivos da instituição:

- Diretoria Geral.

- Diretoria Acadêmica.

- Diretoria Administrativo-Financeira.

- Núcleo Pedagógico – NUPED.

- Núcleo de Educação a Distância – NEAD.

- Coordenação de Curso.

- Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.

São órgãos de apoio da instituição:

- Secretaria Geral.

- Biblioteca.

- Tesouraria.

- Contabilidade.

- Núcleo de Apoio Psicológico e Psicopedagógico.

- Setor de Tecnologia da Informação.

- Setor de Gestão de Pessoas.

São assessorias da instituição:

- Comissão Própria de Avaliação.

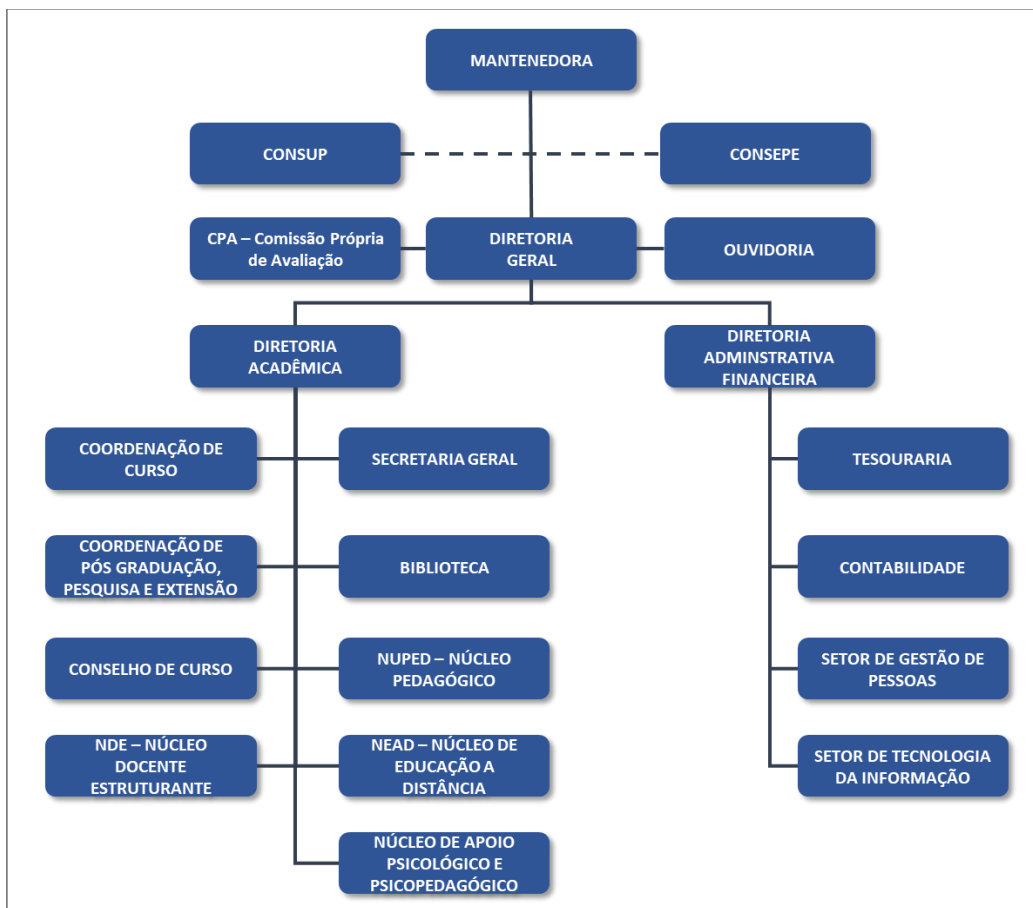
- Ouvidoria.

A Escola Superior de Educação e Negócios disporá de unidades suplementares destinadas a subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, cabendo ao Conselho Superior – CONSUP a sua criação e regulação.

Conforme a necessidade poderão ser criados, com aprovação do CONSUP, novos órgãos internos os quais serão regidos por regulamento próprio.

## 2. Organograma Institucional e Acadêmico

O organograma institucional da Escola Superior de Educação e Negócios está assim apresentado em conformidade com seu Regimento:



### 3. Órgãos colegiados: competências e composição

Aos Conselhos da Administração Superior aplicam-se as seguintes disposições comuns, conforme disposição transcrita no Regimento:

- I - Os colegiados funcionam com a presença da maioria absoluta de seus membros e decidem por maioria simples dos presentes, salvo em casos de quórum especial.
- II - A presidência participa das votações e havendo empate, tem o voto de qualidade.
- III - Nenhum membro dos colegiados poderá participar de seções em que se aprecie matéria de seu interesse particular.
- IV - As reuniões serão realizadas em datas pré-fixadas no calendário acadêmico-administrativo, aprovado pela Diretoria Geral e havendo necessidade de reuniões extraordinárias, estas serão convocadas com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas), salvo em caso de urgência, constando da convocação a pauta dos assuntos.
- V - A ausência de membro representativo de determinada categoria não impede o funcionamento do Colegiado nem lhe invalida as decisões.
- VI - Salvo nos casos dos representantes da Mantenedora, a ausência de qualquer membro representativo a duas reuniões consecutivas, no mesmo período letivo, acarreta a perda do mandato, salvo impedimento devidamente justificado, aceito pelo presidente do respectivo colegiado.
- VII - Na ausência ou impedimento do presidente do colegiado, a presidência das reuniões será exercida por seu substituto nos termos do Regimento Geral.

VIII - Não serão admitidas representações, procurações ou outras substituições de membros ausentes.

IX - Em todas as reuniões dos órgãos colegiados serão lavradas atas, as quais serão lidas e assinadas por todos os presentes, na mesma reunião ou na seguinte.

O Conselho Superior - CONSUP, órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN, tem como principal atribuição zelar pelo alcance dos objetivos institucionais, aprovando suas diretrizes e políticas bem como supervisionar sua execução, exercendo, no âmbito da Instituição, como órgão consultivo e deliberativo, a jurisdição superior da mesma, sendo constituído pelos seguintes membros:

- O Diretor Geral, seu Presidente.
- O Diretor Acadêmico.
- O Diretor Administrativo-Financeiro.
- O Coordenador de Pós-Graduação e Extensão.
- O Coordenador do Núcleo Pedagógico – NUPED.
- O Coordenador do Núcleo de Educação a Distância – NEAD.
- Um representante dos Coordenadores de Curso, escolhido pelo Diretor Geral, e indicado por seus pares, em lista tríplice.
- Um representante do corpo docente e tutores, escolhido pelo Diretor Geral, e indicado por seus pares, em lista tríplice.
- Um representante dos órgãos de apoio, escolhido pelo Diretor Geral.
- Um representante da Comunidade escolhido pelo Diretor Geral entre as entidades por ele indicadas.
- Um representante da Mantenedora, por ela indicado.
- Um representante do corpo discente, indicado na forma da legislação vigente.

O representante da Comunidade terá mandato de um ano, podendo ser renovado. O representante do corpo docente será eleito por seus pares, para mandato de um ano, podendo ser renovado. Os representantes da Mantenedora, dos órgãos de apoio e do corpo discente terão mandato de 01 (um) ano, podendo ser renovado.

Compete ao Conselho Superior:

- Aprovar, na sua instância, o Regimento da Escola Superior de Educação e Negócios com seus respectivos anexos e alterações, submetendo-o à aprovação do Órgão Competente de acordo com a legislação e normas gerais aplicáveis.
- Formular, como órgão de deliberação superior, as políticas institucionais da Instituição.
- Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, deliberando sobre plano de expansão e desenvolvimento institucional.
- Aprovar o horário de funcionamento dos cursos da Escola, de acordo com a legislação e normas gerais aplicáveis.
- Deliberar sobre a criação, suspensão ou extinção de cursos de graduação, pós-graduação, sequenciais, da educação técnica profissionalizante, nas modalidades presencial e a distância, suas vagas, planos curriculares e questões sobre sua aplicabilidade, na forma da lei.
- Aprovar, na sua instância a criação, modificação, desmembramento, fusão ou extinção de órgãos e comissões, administrativas ou suplementares, propostos pela direção geral.
- Aprovar regulamentos dos órgãos de apoio e de assessorias da instituição, no que for de sua competência.

- Decidir os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos, em matéria didático-científica e disciplinar.
- Deliberar sobre planos de carreira, de cargos e salários, de capacitação e aperfeiçoamento docentes e do pessoal técnico-administrativo, submetendo-os à aprovação da Mantenedora.
- Manifestar-se sobre acordos e convênios de caráter científico e cultural, para a apreciação da Mantenedora, quando envolverem aplicação de recursos e investimentos.
- Superintender e coordenar em nível superior todas as atividades acadêmicas desenvolvidas pela instituição.
- Fixar, no âmbito do Regimento institucional, normas gerais e complementares sobre processo seletivo de ingresso aos cursos, currículos, planos de ensino, programas de pesquisa/iniciação científica e extensão, matrículas, transferências, adaptações, aproveitamento de estudos, avaliação escolar e de curso, planos de estudos especiais, e outros que se incluam no âmbito de suas competências.
- Criar normas e procedimentos para avaliação de alunos com aproveitamento extraordinário.
- Decidir sobre a concessão de dignidades acadêmicas.
- Deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva e individual.
- Deliberar quanto à paralisação total das atividades da instituição.
- Exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em lei e no Regimento.

O Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CONSEPE, órgão central de coordenação e assessoramento em matéria de ensino, pesquisa e extensão, possui atribuições deliberativas, normativas e consultivas, sendo constituído pelos seguintes membros:

- O Diretor Geral, seu Presidente.
- O Diretor Acadêmico.
- O Diretor Administrativo-Financeiro.
- Os Coordenadores dos cursos de Graduação.
- O Coordenador de Pós-Graduação e Extensão.
- O Coordenador do Núcleo Pedagógico – NUPED.
- O Coordenador do Núcleo de Educação a Distância – NEAD.
- Por quatro representantes do corpo docente e tutores, indicados por seus pares, em lista tríplice.
- Por um representante do corpo discente, indicado na forma da legislação vigente.

O mandato dos representantes dos docentes é de dois anos, podendo ser reconduzidos. O mandato do representante dos discentes é de um ano, com direito a uma recondução.

Compete ao CONSEPE:

- Deliberar sobre o Projeto Pedagógico-Institucional da instituição e o Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Aprovar o calendário acadêmico e administrativo.
- Aprovar propostas de alterações dos projetos pedagógicos dos cursos, relativas à organização curricular e às atividades articuladas ao ensino, deliberadas pelos respectivos conselhos dos cursos e núcleos docentes estruturantes.
- Propor a criação e extinção de cursos e programas submetendo à deliberação do CONSUP e aprovação da Mantenedora, obedecidas às exigências legais.

- Regular o funcionamento dos cursos sequenciais, de graduação, pós-graduação, de extensão e da educação técnica profissionalizante, para aprovação do CONSUP, obedecendo as exigências legais.
- Emitir parecer sobre toda matéria didático-científica, além de aprovar medidas para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa/iniciação científica e da extensão.
- Propor normas para ingresso, promoção, aplicação de penalidades, premiação, suspensão ou dispensa de professor, submetendo à deliberação do CONSUP e aprovação da mantenedora.
- Regular o desenvolvimento de estágios supervisionados, trabalhos de graduação, atividades complementares e demais normativas de atividades articuladas ao ensino.
- Opinar sobre normas ou instruções para avaliação institucional e pedagógica da instituição e de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Disciplinar a realização do processo seletivo, para ingresso nos cursos sequenciais, de graduação, de pós-graduação e da educação técnica profissionalizante.
- Aprovar projetos referentes a cursos sequenciais, de graduação, pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância, programas de pesquisa/iniciação científica e extensão, para homologação do Conselho Superior - CONSUP, observadas as a legislação e normas gerais aplicáveis.
- Deliberar sobre normas complementares ao Regimento e a legislação em vigor, relativas ao ingresso do aluno, ao seu desenvolvimento e diplomação, matrículas, transferências, trancamento de matrículas, avaliação de desempenho, aproveitamento de estudos e regime especial, além de normas e procedimentos para a pós-graduação, a pesquisa/iniciação científica e a extensão, de acordo com a legislação e normas gerais aplicáveis.
- Deliberar sobre regimes especiais de recuperação, de reprovadas e dependências.
- Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no Regimento ou emitir parecer nos assuntos que lhe sejam submetidos pelo Diretor Geral.

O Conselho de Curso é órgão deliberativo, normativo e coletivo, cuja finalidade é promover assessoria didática e administrativa no âmbito de cada curso da instituição, tendo a seguinte composição:

- Coordenador do Curso, membro nato com mandato vinculado ao cargo.
- Três representantes do corpo docente.
- Um representante técnico-administrativo.
- Um representante do corpo discente, indicado na forma da Lei, para mandato de um ano.

Os representantes do corpo docente e técnico-administrativo são indicados pela Diretoria Acadêmica, para mandato de dois anos, permitida a recondução. O Conselho de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes a cada período letivo e, extraordinariamente, quando convocado pelo coordenador do curso.

As decisões do Conselho de Curso que refletirem em questões econômico-financeiras deverão ser homologadas pelo CONSUP.

Compete ao Conselho de Curso:

- Contribuir na definição do perfil de egresso do curso respectivo.
- Sugerir ao CONSEPE alterações curriculares, com parecer prévio do Núcleo Docente Estruturante.
- Promover a supervisão didático-pedagógica do curso.
- Aprovar os programas de disciplinas, planos de aulas, planejamento das atividades articuladas ao ensino, bem como colaborar com a coordenação do curso, tendo em vista a operacionalização do projeto pedagógico, a integralização da carga horária e desenvolvimento dos componentes curriculares do curso.



- Contribuir para o desenvolvimento e regulamentação das atividades complementares, dos estágios curriculares e demais atividades articuladas ao ensino.
- Acompanhar as atividades desenvolvidas no âmbito dos cursos e, quando necessário, propor a substituição de docentes.
- Avaliar e emitir parecer sobre os pedidos de transferências e aproveitamento de estudos.
- Colaborar com os demais órgãos da Instituição na esfera de sua competência.
- Propor medidas de natureza acadêmica que visem à melhoria do processo ensino-aprendizagem.
- Acompanhar os indicadores de resultados obtidos pelos cursos ofertados.
- Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no Regimento.

## 4. Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas

Os órgãos suplementares têm como função oferecer apoio acadêmico e administrativo necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino, iniciação científica e extensão da Escola Superior de Educação e Negócios, sendo vinculados à Diretoria Geral, conforme o caso. Serão profissionais com competência técnica para dar suporte acadêmico e administrativo para essas atividades.

Os órgãos suplementares terão suas atribuições regidas por regulamentos e normas próprias, submetidas à aprovação da Diretoria Geral.

- São órgãos de apoio da ESN:
  - Secretaria Geral.
  - Biblioteca.
  - Tesouraria.
  - Contabilidade.
  - Núcleo de Apoio Psicológico e Psicopedagógico.
  - Setor de Tecnologia da Informação.
  - Setor de Gestão de Pessoas.

São assessorias da Instituição:

- Comissão Própria de Avaliação.
- Ouvidoria.

A ESN dispõe de unidades suplementares destinadas a subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, cabendo ao Conselho Superior – CONSUP a criação e regulação.

Conforme a necessidade poderão ser criados, com aprovação do CONSUP, novos órgãos internos os quais serão regidos por regulamento próprio.

## 5. Autonomia da IES em relação à mantenedora

A Mantenedora será responsável pela Escola Superior de Educação e Negócios - ESN, perante as autoridades públicas e o público em geral, lhe incumbido tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitados os limites da lei e de seu Regimento, a liberdade acadêmica dos corpos docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos e a sua autonomia didático-científica.

Para a ESN, o papel da Mantenedora é o de definir as diretrizes, os princípios e as orientações para atendimento dos seus objetivos. Porém, os objetivos da mantenedora devem estar intimamente interligados aos objetivos de sua mantida, pois é a partir de cada ação desenvolvida por ela que a mantenedora realiza o seu papel institucional e atinge as metas definidas em seu planejamento estratégico.

Por esta razão, a Escola Superior de Educação e Negócios terá participação garantida na construção do planejamento estratégico e na definição dos princípios, metas e objetivos da mantenedora. A partir dessa integração, a ISN poderá elaborar seu PDI de forma autônoma e independente, à luz das diretrizes que ela mesma ajudará a desenvolver. Desta forma, todas as políticas institucionais são legitimadas pela mantida e inseridas em suas rotinas operacionais.

Na ISN, cada instância de decisão possuirá autonomia dentro de sua área e nível de competência. Porém, dentro da filosofia da gestão colaborativa, partes dessas decisões serão levadas à discussão pelos respectivos órgãos colegiados, sejam este de curso ou o Conselho Superior.

A dinâmica desenvolvida dentro da IES reproduz o modelo definido para o estabelecimento das relações entre Mantenedora e Mantidas. A gestão colaborativa fortalece a estrutura da ESN, possibilitando a construção de uma cultura institucional e a apropriação de seus valores e princípios, sem que se percam as referências e características regionais.

Compete precipuamente à Mantenedora promover adequadas condições de funcionamento da ESN, colocando-lhe à disposição os bens imóveis e móveis necessários e assegurando-lhe os suficientes fatores humanos e recursos financeiros.

À Mantenedora reserva-se a administração financeira, contábil e patrimonial da Escola. Dependerão de aprovação da Mantenedora:

- A aprovação do orçamento anual da ESN.
- A assinatura de convênios, contratos ou acordos.
- As decisões dos órgãos colegiados que importem em aumento de despesa ou redução de receita.
- A admissão e dispensa de pessoal.
- A criação ou extinção de cursos e o aumento, redistribuição ou redução de suas vagas iniciais.

Compete à Mantenedora designar, na forma do Regimento, o Diretor Geral, competindo-lhe, ainda, a contratação do pessoal docente e técnico-administrativo da instituição. Cabe ao Diretor Geral a designação dos ocupantes dos demais cargos ou funções de direção, chefia, coordenação ou assessoramento da ESN.

## **6. Relações e Parcerias com a Comunidade, Instituições e Empresas**

O estabelecimento de parcerias com a comunidade, instituições e empresas a nível local e regional é uma das estratégias da Instituição para oportunizar aos seus alunos uma integração com esses seguimentos durante sua formação Acadêmica.

Para o alcance desse objetivo, no âmbito dos cursos, serão estabelecidos canais de comunicação e parcerias com empresas e outras instituições para o aprimoramento e realização das atividades de estágios complementares e outras atividades acadêmicas que tenham como foco a aproximação com a área profissional em questão.

As atividades de extensão possuem viés de aproximação com a comunidade local, sobretudo com a parcela da população mais carente. Os cursos serão estimulados a participarem dessas atividades dentro de suas especialidades, contribuindo com o desenvolvimento da comunidade e integrando os profissionais e com os alunos em formação.

## 7. Autoavaliação Institucional

O Projeto de Avaliação Institucional da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN, desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, pauta-se na Lei n.º 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, bem como as diretrizes estabelecidas pela CONAES.

A Autoavaliação Institucional da ESN foi concebida como um processo coletivo, cooperativo e democrático de reflexão sobre a sua prática, os compromissos com a comunidade acadêmica e com a sociedade e o desenvolvimento de suas diferentes atividades, em uma busca permanente e sistemática em torno da melhoria acadêmica. Assim, o foco estará em desencadear ações avaliativas que permitam conhecer e compreender, criticamente, as estruturas e as relações existentes na Instituição.

Com base nas orientações da Lei dos SINAES, a ESN constituirá uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) para iniciar o processo de avaliação interna ou autoavaliação, tendo a representatividade de todos os setores que a compõe. Essa comissão estará incumbida de realizar a avaliação institucional anualmente no âmbito das 10 dimensões e emitirá ao término das análises um relatório com os resultados da autoavaliação institucional. Esse relatório será devidamente enviado ao Ministério da Educação no tempo oportuno e servirá de instrumento para a ESN melhorar seus processos, serviços e setores.

Da mesma forma, segundo ações pautadas em questionamentos sistemáticos, a autoavaliação tenderá a evidenciar aspectos importantes relacionados à missão, aos valores, à finalidade, aos objetivos, às metas e às políticas, ao ensino, à pesquisa/iniciação científica e à extensão, bem como à gestão, à infraestrutura e às condições gerais de trabalho, a fim de que sejam propostas alternativas viáveis ao aprimoramento institucional.

A esse respeito, a Escola Superior de Educação e Negócios - ESN considera, portanto, a tese de que, realmente, avaliar não é medir. “A medida pode ser um momento inicial de uma avaliação, mas não é condição essencial para que se tenha uma avaliação, que se concretiza quando ocorre um julgamento de valor”<sup>17</sup>. Na avaliação, interação diferentes variáveis. Assim, ao receber, tabular, organizar, consolidar e sistematizar os dados coletados, a ESN descortina na avaliação um instrumento capaz de intervir qualitativamente na melhoria dos serviços ofertados, favorecendo a conquista de maior autonomia e respeito à identidade institucional.

O processo de autoavaliação na ESNU terá como objetivo geral assegurar que os processos institucionais sejam permanentemente cotejados aos padrões de desempenho estabelecidos pelo SINAES – identificando, assim, fragilidades e potencialidades – e que os desvios diagnosticados sirvam para reorientar o planejamento e as ações acadêmicas e administrativas, oportunizando a permanente melhoria no processo de ensino-aprendizagem, a partir de uma cultura de avaliação participativa, transparente e democrática.

Assim, a autoavaliação institucional que será conduzida pela ESN não deverá conter o caráter de instrumento punitivo e puramente quantitativo; antes, encerrará um processo de reflexão-orientação-ação da eficácia institucional e da efetividade acadêmica e social.

Estão definidos como objetivos específicos do processo de autoavaliação institucional:

- Sensibilizar a comunidade acadêmica da Instituição para o processo de avaliação, como parte da construção de um processo permanente e participativo de tomada de decisão para a Instituição.
- Sistematizar e divulgar informações e atividades, dentre outros aspectos inerentes à Escola.
- Promover maior integração, fortalecendo as relações de cooperação entre os atores institucionais.
- Tornar mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade externa.
- Elaborar metodologias de coleta e interpretação dos dados resultantes da aplicação dos instrumentos de avaliação, de modo que possam contribuir para o planejamento das ações e dos rumos da Instituição.

<sup>17</sup> VIANNA, Heraldo Marelim. Avaliação: considerações teóricas e posicionamentos. In: **Revista Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, FCC, no. 16, jul-dez, 1997, p. 5-35.

- Identificar pontos fortes e fracos da Escola e seus fatores determinantes.
- Estimular, nas diversas etapas da avaliação, o diálogo e a integração social bem como a finalidade emancipatória do processo, de tal modo a reafirmar a função social da Instituição como formadora de cidadãos.

As dimensões serão organizadas em cinco tópicos, correspondentes aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões anteriormente mencionadas, dispostas no art. 3º da Lei N° 10.861, que institui o SINAES:

- Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional.
- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional.
- Eixo 3: Políticas Acadêmicas.
- Eixo 4: Políticas de Gestão.
- Eixo 5: Infraestrutura Física.

Por fim a ESN pretende que a avaliação interna se transforme em processo envolvente que toda a comunidade acadêmica a compreenda e participe contribuindo para uma análise verdadeira e sem lacunas. Desta forma, os professores, alunos, colaboradores e a própria comunidade externas serão chamados à reflexão e análise que nortearão os direcionamentos da Instituição por meio dos planos de ação.

## **7.1. METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO**

A autoavaliação consiste em verificar a situação atual da Instituição junto a sua comunidade interna, como está sendo aplicada sua missão, objetivos, e políticas institucionais. A metodologia da autoavaliação pretende englobar as dimensões estabelecidas pela Lei dos SINAES, sendo integrativa e participativa a toda a comunidade acadêmica e externa.

A metodologia de avaliação integra quatro etapas, que implicam na sensibilização, preparação, desenvolvimento e consolidação dos resultados. Tal processo será contínuo permitindo seu aperfeiçoamento na medida em que a Instituição for se desenvolvendo e, portanto, criando novos mecanismos para coleta e apuração dos dados.

Para atingir os objetivos propostos pela Autoavaliação institucional, serão executados os seguintes procedimentos metodológicos:

1. Análise de documentos da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN, dentre eles, sobretudo, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
2. Coleta de dados resultante da aplicação dos questionários de avaliação.
3. Análise dos dados provenientes dos instrumentos avaliativos.
4. Elaboração do relatório anual para envio ao INEP, bem como divulgação do processo de autoavaliação à comunidade acadêmica.

Ademais, a metodologia que será empregada pretende também atuar no sentido de se pensar a avaliação como ponto de partida para a proposição de adequações nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) em relação às Diretrizes Curriculares, às exigências e aos desafios da Educação Superior, proporcionando também a ampliação do diálogo quanto a prioridades para o ensino, a pesquisa e a extensão universitária no âmbito da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN.

O processo de autoavaliação será descritivo-exploratório, do tipo quali/quantitativo, mediante a aplicação de instrumentos sob a forma de questionários eletrônicos. Para a coleta de dados, haverá a participação da comunidade acadêmica – corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo, sendo que todos responderão a perguntas (abertas e fechadas) abrangendo:

- Autoavaliação.
- Avaliação Institucional.

Ainda em relação à abordagem metodológica, os aspectos quantitativos serão parte do processo maior, ao substanciarem informações importantes, mesmo que, muitas vezes, secundárias, mas, não menos capazes de confirmar as conclusões obtidas na abordagem qualitativa, atribuindo-lhes significados e funcionalidade.

Nessas condições, aliás, Gatti<sup>18</sup> é, inclusive, capaz de ampliar a própria compreensão em torno da autoavaliação, aduzindo que *“esta parte de perspectivas que dizem respeito ao sentido e significado da IES em seu entorno, considerando, ainda, aspectos transversais do seu planejamento e dos seus projetos de trabalho, ensino e pesquisa, bem como da efetiva implementação destes, associando uma expectativa de valor adicional ao trabalho institucional desenvolvido”*

A abordagem qualitativa pressupõe, assim, a utilização de técnicas e instrumentos que dão informações mais profundas e úteis à avaliação, valorizando a participação dos atores envolvidos, tornando a ação de avaliar um momento de potencialização dos recursos humanos e materiais da IES.

Em igual volume, os resultados apontarão para a avaliação como um instrumento facilitador do processo decisório, provendo informações que permitam identificar os pontos fortes e fracos da IES e melhorar a qualidade das decisões estratégicas.

Em síntese o processo de autoavaliação institucional da ESN será participativo e coerente com sua proposta pedagógica, que sustentada por princípios filosóficos e metodológicos permite a participação e integração da comunidade acadêmica no processo avaliativo.

Esquemáticamente, as etapas do processo de autoavaliação se darão da seguinte forma:

Etapas		Responsável	Dimensões
<b>Preparação</b>	Preparação	CPA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sensibilização da comunidade acadêmica para a aplicação dos questionários de autoavaliação</li> </ul>
	Concepção		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração dos instrumentos avaliativos</li> <li>• Análise dos documentos institucionais (PDI, dentre outros)</li> </ul>
<b>Desenvolvimento</b>	Coleta de dados	CPA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicação dos instrumentos de autoavaliação</li> <li>• Análise de dados</li> <li>• Levantamento dos pontos fortes e fracos</li> <li>• Construção de quadros de desempenho</li> </ul>
	Leitura / Interpretação dos dados		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise e discussão em torno dos pontos fortes e fracos</li> </ul>
	Diagnóstico		
	Implementação	CPA/ Direção/Órgãos Colegiados/Órgãos Administrativos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecimento do plano de metas e ação</li> <li>• Alocação de recursos</li> <li>• Viabilização das metas estabelecidas</li> </ul>
<b>Consolidação</b>	Divulgação dos resultados	CPA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração do relatório final</li> <li>• Análise do relatório por setor: avaliação e integração de propostas</li> <li>• Divulgação do relatório final</li> </ul>
	Retroalimentação do processo		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reflexões sobre a autoavaliação</li> <li>• Avaliação de medidas corretivas ou de aperfeiçoamento</li> <li>• Permanente continuidade do processo</li> </ul>

Assim:

<sup>18</sup> GATTI, Bernardete A. Avaliação Institucional de Universidade. In: STEINER, João E.; MALNIC, Gerhard (Orgs.). **Ensino superior: conceito e dinâmica**. São Paulo: EDUSP, 2006.

## Ciclo Avaliativo



### 7.2. FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA

As formas de participação da comunidade acadêmica (docentes, discentes e colaboradores) se darão por meio da CPA que representa todos os segmentos da comunidade acadêmica da ESN e pelo próprio processo avaliativo da instituição, que convidará toda a comunidade acadêmica a participar do processo respondendo os questionários elaborados pela comissão avaliativa.

Caberá à CPA coordenar e articular o processo de autoavaliação, sendo responsável por todas as etapas, planejando e organizando todas as atividades da autoavaliação e sensibilização junto à comunidade acadêmica. Terá por compromissos estabelecer os objetivos, metodologias, procedimentos, estratégias, recursos e o cronograma para a realização do processo.

Com a finalização do processo e conhecendo os resultados da autoavaliação a CPA irá desenvolver as análises que subsidiarão a direção acadêmica e administrativa a novos direcionamentos no âmbito das políticas institucionais, cabendo-lhe também emitir o Relatório Final que deverá ser postado, oportunamente, junto ao Ministério da Educação.

Conforme determinado pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, cada Instituição de Educação Superior deve constituir a sua Comissão Própria de Avaliação (CPA) obedecendo as seguintes diretrizes:

- Constituição por ato do dirigente máximo da IES, ou por previsão no seu próprio Regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos.
- Atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na IES.

Portanto, compreende o planejamento e a sensibilização dos atores institucionais que irão participar da avaliação. Aqui, também, é a fase em que ocorre a elaboração do Projeto de Avaliação Institucional Interna, bem como a nomeação dos componentes da comissão (aqueles que, inclusive juridicamente, irão responder pelas ações avaliativas da IES).

Na Etapa de Desenvolvimento, tem-se o planejamento e execução das seguintes atividades/

- Realização de reuniões para sensibilização dos participantes.
- Sistematização de manifestações/ideias/sugestões nascidas nessas reuniões.
- Realização de seminários internos para apresentação do SINAES e deste Projeto; definição dos grupos de trabalho e distribuição das tarefas, atendendo aos principais segmentos da comunidade acadêmica.
- Elaboração/reformulação dos instrumentos diagnósticos para coleta de dados, sobretudo, os questionários.

- Aplicação dos questionários.
- Definição da metodologia de análise e interpretação dos dados.
- Definição das condições materiais para o desenvolvimento do trabalho: espaço físico, docentes e técnico-administrativos com horas de trabalho dedicadas a esta tarefa dentre outras atribuições.
- Definição de formato de relatório de autoavaliação.
- definição de reuniões sistemáticas de trabalho.

### **7.3. FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES**

A etapa de consolidação refere-se à elaboração, divulgação e análise do Relatório Final, contemplando também o processo de comunicação e a realização de um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados, em termos de melhoria da qualidade da Instituição.

O relatório de Autoavaliação Institucional será elaborado anualmente de forma coletiva com a participação de todos os membros integrantes da Comissão Própria de Avaliação. A redação inicia-se no final do ano letivo dentro do calendário de reuniões da CPA. Sequencialmente, serão desenvolvidas as seguintes etapas:

- Os dados são tabulados com o auxílio de um software.
- Os resultados são transformados em gráficos e/ou quadros sinópticos.
- São emitidos pareceres os quais são encaminhados para as instâncias competentes.
- As instâncias competentes analisam os resultados recebidos e, quando for o caso, apontam as mudanças/alterações necessárias.
- Após finalização das análises pelas instâncias competentes, os relatórios e resultados são divulgados para a comunidade acadêmica, pelos meios de comunicação usuais da ESN.

Os dados e as informações apresentadas no relatório de autoavaliação atendem à nota técnica 65 CONAES-DAES-INEP.

## **8. Projeto de Acervo Acadêmico em Meio Digital**

Em conformidade com a Portaria MEC nº 315/2018 considera-se acervo acadêmico o conjunto de documentos produzidos e recebidos por instituições públicas ou privadas que ofertam educação superior, pertencentes ao sistema federal de ensino, referentes à vida acadêmica dos estudantes e necessários para comprovar seus estudos.

A Escola Superior de Educação e Negócios - ESN obedecerá aos prazos de guarda, destinações finais e observações neles previstos. O dirigente da Instituição e o representante legal da mantenedora serão pessoalmente responsáveis pela guarda e manutenção do respectivo acervo acadêmico.

Ainda de acordo com a Portaria MEC 315/2018 alterada pela Portaria nº 332, de 13 de março de 2020, a ESN providenciará a digitalização do acervo conforme as diretrizes instituídas.

## ***VIII. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS***

### **1. Infraestrutura Física**

O prédio no qual a ISN se instalará possui sólida edificação e encontra-se localizado na Avenida Pernambuco, nº 1025, Bairro Banzato, Marília/SP, favorecendo sua acessibilidade à comunidade acadêmica em decorrência das diversas linhas de transporte público do município como também pontos de roteiros de ônibus intermunicipais e de transportes de alunos de municípios da região de entorno.

Construído especificamente para abrigar estabelecimento de ensino, possui espaço físico com perfeita disponibilidade para todos os ambientes necessários ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas, com acústica, iluminação e ventilação adequadas, bem como, instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias e de proteção contra incêndio.

A concepção e elaboração dos ambientes internos e externos são norteadas pelo estudo prévio das atividades a serem desenvolvidas pelo seu corpo social (alunos, professores e colaboradores) e a comunidade externa.

No contexto da política institucional para a infraestrutura destacam-se as seguintes diretrizes:

- Melhorar e expandir o espaço físico em geral de acordo com a demanda.
- Implementar um processo de modernização da infraestrutura organizacional, com vistas à melhoria da qualidade de vida e do trabalho no âmbito interno, incluindo o atendimento a portadores de necessidades especiais.
- Criar e assegurar as condições de infraestrutura física, de equipamentos, laboratórios, biblioteca especializada, serviços informacionais que assegurem e garantam o desenvolvimento sistemático, harmônico e permanente dos programas de pós-graduação.
- Dimensionar o espaço físico adequadamente considerando-se o número de usuários e o tipo de atividade desenvolvida.
- Garantir o isolamento de ruídos externos e boa audição interna com o uso de equipamentos proporcionando condições acústicas adequadas.
- Implementar melhorias nas condições de luminosidade e ventilação adequadas às necessidades climáticas locais.
- Adquirir e manter mobiliário e aparelhagem específica para proporcionar condições ergonômicas adequadas e suficientes aos usuários.
- Manter todo o espaço físico limpo e arejado em todas as unidades garantindo para isso pessoal habilitado.



- Assegurar uma boa infraestrutura de segurança de pessoal e de propriedade contando com pessoal habilitado.
- Manter recursos audiovisuais e de multimídia em quantidade adequada às necessidades.
- Garantir a manutenção permanente das instalações físicas e dos equipamentos.

Cumpra-se destacar que a infraestrutura disponibilizada aos cursos em seu plano de expansão atende ao número de vagas solicitadas.

## 1.1. INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS

O quadro a seguir apresenta as instalações físicas atuais da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN e também sua projeção de crescimento físico durante a vigência deste PDI.

	Quantidade	Área (M <sup>2</sup> )	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Auditório	1	600	1	1	1	1	1
Banheiros	9	230	12	12	12	12	12
Banheiro Familiar	1	12	1	1	1	1	1
Banheiro com Fraldário	1	20	1	1	1	1	1
Biblioteca e Reprografia	1	380	1	1	1	1	1
Brinquedoteca	1	30	1	1	1	1	1
Campo de Futebol	1	2100	1	1	1	1	1
Diretoria Geral	1	20	1	1	1	1	1
Espaço de Convivência e Alimentação	1	1350	1	1	1	1	1
Estúdio de Gravação	1	70	1	1	2	3	3
Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral	1	90	1	1	1	1	1
Ginásio de Esportes	2	6400	2	2	2	2	2
Laboratório de Informática	1	60	1	1	2	3	4
Ouvidoria	1	12	1	1	1	1	1
Salas de aula	26	2.205	26	26	26	26	26
Salas de Coordenação	5	90	3	3	3	4	4
Salas Coletivas de Docentes	2	180	2	2	2	2	2
Sala da CPA	1	25	1	1	1	1	1
Sala de Atendimento Individual	1	18	1	1	1	1	1
Sala de Estudos Individual	4	90	4	4	4	4	4
Sala de Tutoria e de Docentes para Atendimento Virtual	1	60	1	1	1	1	1
Sala do NDE	1	20	1	1	1	1	1
Sala de Estudo Coletiva	1	160	1	1	1	1	1
Sala de Recreação e Fraldário	1	40	1	1	1	1	1
Sala de TI	1	24	1	1	1	1	1
Secretaria	1	28	1	1	1	1	1
Tesouraria	1	28	1	1	1	1	1

## 1.2. INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA

As instalações são dotadas de infraestrutura de segurança de acordo com as normas reguladoras, ambientes com layout e mobiliários específicos para o uso a que se destinam, especialmente preparados para oferecer todo o conforto ambiental e ergonomia necessários.

A Segurança Patrimonial é feita por alarme e equipe de auxiliares que promovem a vigilância em pontos estratégicos.

Os prédios contam com uma provisão de extintores de incêndio em todos os seus blocos de acordo com a normatização brasileira.

### **1.3. MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS**

A manutenção e a conservação das instalações físicas serão executadas por funcionários da Instituição ou através de contratos com empresas especializadas, conforme a necessidade.

Os serviços de limpeza e manutenção são realizados por equipes da própria instituição, que possui também equipe de funcionários preparados para pequenos reparos e de jardinagem. Serviços de grande porte são terceirizados.

As políticas de manutenção e conservação definidas consistem em:

- Manter instalações limpas, higienizadas e adequadas ao uso da comunidade acadêmica.
- Preceder a reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições dos espaços e instalações próprias para o uso.
- Executar procedimentos de revisão periódica nas áreas elétrica, hidráulica e de construção da Instituição.

A ESN informará a mantenedora, anualmente, quanto às necessidades de ampliações de infraestrutura, assim como equipamentos e laboratórios com o objetivo de propiciar o provisionamento em tempo hábil dos recursos necessários.

### **1.4. MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO E EXPANSÃO DOS EQUIPAMENTOS**

As ações voltadas para a manutenção, conservação, utilização e atualização de equipamentos e materiais disponibilizados à comunidade acadêmica da ESN serão administrados e supervisionados pela Direção, com o apoio de técnicos com formação e experiência pertinentes e docentes.

A aquisição e atualização dos equipamentos e materiais utilizados nos laboratórios e espaços especializados ocorrerão a partir de solicitações justificadas da Diretoria, coordenadores de cursos e professores, sempre no semestre que antecede o previsto para sua utilização ou a qualquer tempo nos casos emergenciais. Os recursos para efetivação de manutenção, aquisição e regulagem de materiais e equipamentos estão previstos no Planejamento Econômico-financeiro.

### **1.5. PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO DE POLOS**

A Política Institucional da Mantenedora planeja para a vigência do PDI apenas o Polo da Sede na cidade de Marília.

## **2. Infraestrutura acadêmica**

### **2.1. BIBLIOTECA**

A Biblioteca universitária surge com a finalidade promover o acesso a materiais bibliográficos e audiovisuais, contribuindo para a geração da informação e constituindo-se numa unidade de informação que atua diretamente no apoio às atividades do ensino, pesquisa e extensão.

A Biblioteca da ESN terá como missão *“Organizar, preservar e disseminar a informação na produção do conhecimento, dando suporte a toda comunidade acadêmica mediante prestação de serviços de excelência”*. Instalada na Unidade Sede que será o único polo de apoio presencial aos cursos, a Biblioteca da ESN comporta o atendimento da comunidade acadêmica das modalidades presencial e a distância.

Dentre os objetivos centrais da Biblioteca está à oferta de ambientes propícios ao desenvolvimento das atividades de pesquisa e leitura, bem como a integração de grupos e capacitação dos alunos quanto ao uso de bases de dados e normalização dos trabalhos acadêmicos.

É de suma importância que a biblioteca ofereça ambiente agradável, tenha uma boa coleção e garanta recursos para a recuperação da informação. Assim sendo, a ESN promoverá a dinamização do espaço investindo na satisfação informacional do usuário para fins de estudo bem como fará com que docentes, bibliotecário e auxiliares contribuam como mediadores na formação e no desenvolvimento do aluno leitor, crítico e criativo. Portanto, o acervo da biblioteca contemplará as áreas pertinentes aos cursos ministrados pela instituição, em diferentes suportes.

A composição, desenvolvimento e expansão do acervo estão condicionados a proposta pedagógica e metodológica dos cursos, bem como ao acompanhamento do desenvolvimento científico das áreas de conhecimento dos cursos ofertados pela Instituição. A cobertura temática do acervo atende além das áreas de ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão dos cursos oferecidos pela ESN, a formação sociocultural da comunidade usuária, que se constitui pelos discentes, docentes, funcionários. Ciente de sua importância social, a Biblioteca da ESN está à disposição da comunidade de Marília, a qual pode usufruir dos seus serviços e realizar consultas locais nas obras.

A Biblioteca atuará na oferta de serviços e produtos informacionais desenvolvidos por profissionais habilitados em Biblioteconomia e Documentação, e funciona em horários ininterruptos sem prejuízo das atividades realizadas em sala de aula.

A Biblioteca está subordinada à Direção Acadêmica e atua em conformidade com as normativas estabelecidas em seu Regulamento interno.

O acervo físico da Biblioteca será organizado obedecendo às normas técnicas internacionais da Biblioteconomia e Documentação. A descrição bibliográfica do acervo segue o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2), a classificação do acervo pelas áreas do conhecimento segue a Classificação Decimal de Dewey (CDD), e a dotação de autoria é pela Tabela Cutter Sanborn. Essa descrição permite aos usuários a localização das obras no acervo.

O sistema de informatização e automação da Biblioteca será gerenciado pelo software Pergamum, que reúne os processos técnicos de catalogação do acervo e a disponibilização dos serviços de circulação, de forma padronizada. Os acervos virtuais, inicialmente composto pela assinatura da “Minha Biblioteca” estará disponibilizado no portal da Biblioteca em acesso irrestrito à comunidade acadêmica, com a utilização de senhas.

No balcão de atendimento como também no Portal da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN está disponibilizado o Regulamento de uso do acervo e serviços da Biblioteca. Os terminais de consulta ao acervo estão disponibilizados junto à entrada principal e em pontos estratégicos dentro da Biblioteca. Os usuários são orientados na busca e localização das obras, no catálogo on line pelos terminais de consulta.

## **2.2. ACERVO GERAL**

### **2.2.1. SERVIÇO DE ACESSO AO ACERVO**

O serviço de acesso ao acervo da Biblioteca é composto por sistema de automação dos processos técnicos e gerenciais da unidade de informação. A realização do cadastro dos itens bibliográficos e a sua circulação são gerenciados pelo software Pergamum, o qual permite que o controle e o acesso ao acervo ocorram de forma rápida e eficaz.

### **2.2.2. SERVIÇO DE REFERÊNCIA**

O Setor de Referência disponibilizará à comunidade acadêmica os serviços de levantamento bibliográfico, normalização e catalogação na fonte. O trabalho é realizado pelo Bibliotecário e seus auxiliares, que orientam os discentes na realização das pesquisas nas bases de dados locais (sistema da biblioteca e referências), e fornece apoio necessário para a realização da normalização e busca seletiva da informação dos trabalhos acadêmicos.

O setor operará como um canal de comunicação entre a biblioteca e seus usuários, utilizando os recursos internos da biblioteca, como sala de atendimento, computadores e materiais bibliográficos.

O acesso ao serviço também pode ser realizado via página da Biblioteca, no site da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN, que permite aos usuários, preencherem um formulário, com as informações básicas sobre o tema a ser pesquisado, sendo os resultados e orientações encaminhados via e-mail aos usuários.

O setor também será responsável por disseminar a informação junto à comunidade acadêmica em relação às novas aquisições, emitindo sumários correntes, tanto das obras físicas, quanto das obras disponíveis em meio eletrônico.

O setor também será responsável pelo Programa de Visita Orientada à Biblioteca oferecendo no início de cada semestre letivo, uma programação voltada à apresentação do acervo, serviços, produtos e recursos aos estudantes, por meio de apresentação em sala de aula e recebimento dos estudantes nas instalações da Biblioteca.

A catalogação na fonte também é um serviço de apoio à comunidade acadêmica, permitindo aos docentes e alunos solicitarem este tipo de serviço mediante preenchimentos de formulários específicos.

A Biblioteca auxiliará na obtenção de ISBN junto à Agência Brasileira do ISBN, por meio da Biblioteca Nacional, e também na obtenção do ISSN junto ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, realizando as orientações cabíveis a esses processos aos acadêmicos e setores da Instituição.

O Setor de Referência será responsável pela administração das bases de dados referenciais e de texto completo que a Biblioteca mantém acesso, por meio gratuito ou por assinatura. São realizados cursos de capacitação de uso das bases de dados, conforme a necessidade.

### **2.2.2.1. APOIO NA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS**

O serviço de referência realizará os procedimentos de atendimento e apoio aos estudantes quanto à elaboração e a normalização dos trabalhos acadêmicos e de conclusão de curso. Para tanto, é disponibilizada uma coleção atualizada das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), relativas à produção de trabalhos acadêmicos. A biblioteca da USN também mantém atualizado o Manual de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da Instituição.

### **2.2.2.2. FILIAÇÃO INSTITUCIONAL À ENTIDADE DE NATUREZA CIENTÍFICA**

A Biblioteca tem como projeto, a participação em redes cooperativas, com o objetivo de disponibilizar e compartilhar dados e informações com a comunidade científica. A disseminação das descobertas científicas nas áreas de conhecimento dos cursos de graduação e pós-graduação ofertados pela Instituição é essencial para a geração de novos conhecimentos ou aprimoramento dos existentes.

A Biblioteca também participa como biblioteca solicitante do Programa de Computação Bibliográfica (COMUT) do IBICT.

### **2.2.3. POLÍTICA DE AQUISIÇÃO, EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO**

A Instituição, atendendo às diretrizes pedagógicas de cursos de nível superior, adotará uma política permanente de aquisição e atualização de materiais para o acervo, visando manter uma biblioteca dinâmica e sempre atualizada, respondendo às necessidades acadêmico-pedagógicas de estudo e pesquisa dos cursos implantados e dos que venham a ser implantados.

No planejamento econômico-financeiro há previsão de receita destinada à aquisição, expansão e atualização do acervo bibliográfico.

Numa época em que o volume de conhecimentos e de informações passa por um crescimento exponencial com enorme velocidade, espera-se que as bibliotecas satisfaçam as necessidades educativas de um público cada vez mais exigente e variado.

Assim a Escola Superior de Educação e Negócios - ESN resguarda o direito para eventual substituição das obras indicadas inicialmente em seu projeto pedagógico, protocolado junto ao sistema e-MEC, por outras mais atualizadas/disponíveis, até o momento da visita (in loco) dos avaliadores designados pelo INEP, sempre respeitando a proposta do curso, seus objetivos, perfil de formação e as diretrizes curriculares.

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo bibliográfico da Biblioteca tem como principal objetivo atender à proposta pedagógica dos cursos. Para tanto se constitui em documento norteador para o desenvolvimento da biblioteca enquanto desenvolvimento de uma coleção de materiais impressos e virtuais condizentes com os objetivos institucionais da instituição.

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo bibliográfico, estará adequada às exigências do Ministério da Educação, com os manuais de avaliação de cursos e com as normas regimentais da ESN.

As formas de aquisição dos itens bibliográficos se darão de três formas:

- Compra – realização de levantamento juntos às editoras e distribuidores do material bibliográfico, submetendo a aprovação da Direção.
- Doação – recebimento e incorporação ao acervo os itens bibliográficos doados pela comunidade acadêmica ou comunidade externa, desde que sua temática atenda ao perfil e aos objetivos da Instituição.
- Permuta – estabelecimento de parcerias com outras Instituições de Ensino para permutar as obras institucionais, como livros, anais, periódicos e outras, sempre observando se a temática corresponde às características dos cursos.

O cronograma de expansão e atualização do acervo bibliográfico seguirá os processos de autorização de novos cursos, e pelos processos reconhecimento e renovação. Semestralmente a Biblioteca realizará levantamentos sobre a utilização do acervo e a necessidade de aquisição dos títulos mais procurados para viabilizar os empréstimos.

As solicitações das coordenações, professores e alunos serão analisadas e encaminhadas ao setor competente para a realização da aquisição quando esse for o parecer da Biblioteca.

#### 2.2.4. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

A Biblioteca estará aberta à comunidade usuária, permitindo acesso a todos os seus recursos e serviços durante a semana e também aos sábados, conforme está demonstrado no quadro a seguir:

Horário De Funcionamento						
Dias da Semana	Manhã		Tarde		Noite	
	Início	Fim	Início	Fim	Início	Fim
Segunda a sexta-feira			13h	-	-	20h
Sábado	9h	13h				

#### 2.2.5. ESPAÇO FÍSICO

A biblioteca ocupa uma área de 380m<sup>2</sup>, com dependências específicas para cada atividade docente, discente e funcionais da equipe técnica.

Os ambientes são arejados e climatizados, contemplando todas as áreas para a realização das atividades de estudo e pesquisa dos discentes, organização e armazenamento do acervo e realização dos trabalhos técnicos e de gestão. Os ambientes são climatizados e contam com mobília confortável e moderna.

A Biblioteca é um organismo em constante desenvolvimento, portanto, as instalações da Biblioteca da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN objetivam atender esta característica de forma que a expansão do acervo para os próximos anos será plenamente adequada.

As condições físicas obedecerão aos padrões arquitetônicos recomendados quanto à ventilação, iluminação, dimensão, acústica e destinação específica. Atenderão, portanto, de maneira excelente às necessidades institucionais,

considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação, bem como quanto ao estado de conservação dos mobiliários e equipamentos e a comodidade dos envolvidos às atividades planejadas.

As instalações da biblioteca serão limpas diariamente e estarão coerentes com a quantidade de alunos existentes, atendendo de maneira excelente sua comunidade acadêmica.

### 2.2.6. PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A Biblioteca disponibilizará recursos humanos habilitados para exercerem as funções técnicas e administrativas durante todo o horário de funcionamento, para viabilizar aos discentes o acesso a informação sem prejuízo de interferir nos horários de aula ou das atividades laboratoriais. A responsável pela Biblioteca será a Bibliotecária Aline de Deus Ferreira Cateli, CRB nº 8/10195.

Com o crescimento do número de matrículas e aumento do número de vagas em função da criação de novos cursos, o quadro de colaboradores da Biblioteca também sofrerá alterações, em função da qualidade dos serviços prestados e da organização do acervo que também será ampliado.

A projeção da evolução do quadro de colaboradores para os próximos anos está apresentada no quadro a seguir:

Cargo	Qtde.	Formação			
		PG	G	EM	EF
Bibliotecário	1		X		
Auxiliar de Biblioteca	3			X	
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>				

#### 2.2.6.1. INSTALAÇÕES PARA ESTUDOS INDIVIDUAIS

A biblioteca possuirá espaços para a realização dos estudos individuais, atendendo aos elementos de acústica, iluminação, ventilação e acomodação, possuindo mobiliários e equipamentos adequados e suficientes para atender às necessidades dos usuários.

#### 2.2.6.2. INSTALAÇÕES PARA ESTUDOS EM GRUPOS

O ambiente para a realização dos estudos em grupos possuirá instalações adequadas preparado com mobiliário específico para estudos e conversações.

#### 2.2.6.3. ACERVO GERAL

A biblioteca contará com um acervo que segue plenamente os padrões de qualidade exigidos, composto por ampla quantidade de material informacional atualizado tanto para o uso do corpo docente quanto para uso do corpo discente, ao mesmo tempo em que busca sempre a melhor estruturação de seu espaço visando a satisfação e, conseqüentemente, o melhor desempenho de seus usuários em suas atividades de pesquisa.

A composição, desenvolvimento e expansão do acervo estão condicionados a proposta pedagógica e metodológica dos cursos, bem como ao acompanhamento do desenvolvimento científico das áreas às quais se integram os cursos ofertados.

O acervo digital, destinados aos cursos na modalidade a distância, encontram-se disponíveis na página da Biblioteca.

#### 2.2.6.4. ACERVO ESPECÍFICO PARA OS CURSOS

A biblioteca contará com um acervo que segue plenamente os padrões de qualidade exigidos, composto por ampla quantidade de material informacional atualizado tanto para o uso do corpo docente quanto para uso do corpo discente.

### **2.3. SALA PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL**

Os docentes em regime de trabalho de tempo integral da Instituição possuirão espaços disponíveis para o desempenho de suas atividades, contando com mobiliários individuais, notebooks, internet Wi-Fi, que oferecem todo o conforto em termos de ergonomia, e ambiente com iluminação, acústica, climatização, limpeza, adequados. As instalações serão limpas diariamente e estarão coerentes com a quantidade de alunos existentes, atendendo de maneira excelente sua comunidade acadêmica.

### **2.4. SALA DA COORDENAÇÃO DO CURSO**

A coordenação do curso contará com sala própria, para desempenho das funções de gestão, sala para atendimento individual e compartilham a sala de reuniões quando da necessidade de atendimento a quantidade maior de pessoas. Todas essas salas são dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade e acessibilidade.

### **2.5. SALAS DE PROFESSORES**

A sala de professores estará dotada de iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade.

Além deste ambiente, os docentes do curso contam com outros espaços que podem ser utilizados de acordo com suas conveniências, para atender os alunos em orientações gerais ou específicas ou promover reuniões breves com outros docentes, quando em processos de planejamento de atividades do curso.

### **2.6. SALA DE TUTORIA**

A sala destinada aos tutores para o atendimento aos alunos por meio eletrônico possuirá um espaço amplo, com espaços de trabalho e computadores com internet. Estará dotada de iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade.

### **2.7. SALAS DE AULA**

Todas as salas de aula estão equipadas, segundo a finalidade, dotadas de mobiliário e carteiras confortáveis, recursos de multimídia, notebooks, lousas digitais e aparelhos de som, de forma a propiciar as melhores condições de desenvolvimento das atividades acadêmicas, se necessário. Possuem isolamento acústico, iluminação, ventilação e climatização, atendendo a todas as condições de salubridade, havendo inclusive, uma política de manutenção permanente de todo o mobiliário e equipamentos existentes nas salas.

Nos ambientes estão contemplados os critérios legais de acessibilidade. As instalações serão limpas diariamente e estarão coerentes com a quantidade de alunos existentes, atendendo de maneira excelente sua comunidade acadêmica.

### **2.8. SALA DA CPA**

O espaço de trabalho para os membros da CPA destinada para o desempenho de suas atividades contará mobiliários, notebooks, internet e oferecerá todo o conforto em termos de ergonomia, e ambiente com iluminação, acústica, climatização, limpeza adequados.

### **2.9. ESPAÇO PARA ATENDIMENTO AOS DISCENTES**

Na Escola Superior de Educação e Negócios - ESN os espaços de atendimento ao aluno iniciam na recepção que serve para orientações gerais aos discentes. Com a secretaria acadêmica o discente pode se orientar quanto a documentação escolar, solicitação e retiradas de documentos além de atualização de dados cadastrais. Na biblioteca o atendimento é por parte da bibliotecária e seus auxiliares dando suporte ao aluno que pode permanecer para

momentos de estudos, pesquisas, fazer reservas de livros e retirada dos mesmos. No financeiro o atendimento é para a realização de pagamentos de mensalidades, emissão de boletos e taxas afins. Na coordenação resolvem as questões pedagógicas.

Considerando a necessidade de propiciar orientação e acompanhamento psicopedagógico e psicológico aos estudantes no processo de aprender a aprender, a ESN criou o Núcleo de Apoio Psicológico e Psicopedagógico – NUAPP, que busca atender aos discentes em suas dificuldades emocionais e psicopedagógicas e colaborar positiva e efetivamente para o desenvolvimento das competências dos estudantes, por meio do melhoramento do seu desempenho acadêmico e da aquisição do bem-estar pessoal e social. A Escola disponibiliza um espaço específico para esse atendimento individualizado.

Esses espaços estarão disponíveis caso o aluno tenha interesse de atendimento presencial, mas serão oferecidos tais atendimentos via on line.

## **2.10. AUDITÓRIO**

A instituição possui um auditório amplo que oferece visibilidade total para o palco, mesas cadeiras confortáveis e capacidade máxima de 200 pessoas. O auditório contempla os critérios legais de acessibilidade, conforto, isolamento e qualidade acústica disponibilizando acesso à internet com equipamentos para Videoconferência.

## **2.11. ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO**

O Estúdio destina-se às gravações de aula, palestras, revisões de conteúdos realizadas pelos professores dos cursos. As gravações são integradas ao AVA. As gravações são realizadas a partir de prévio calendário e agendamento. Atende de forma excelente aos aspectos de ergonomia, acessibilidade, iluminação, limpeza e climatização.

## **2.12. ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E ALIMENTAÇÃO**

A Escola Superior de Educação e Negócios – ESN possui uma área ampla, mobiliada com mesas e cadeiras confortáveis, possui dimensão necessária para integração entre os membros da comunidade acadêmica com a oferta de serviços variados e adequados, atendendo plenamente as necessidades institucionais.

## **2.13. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS**

A ESN conta com 9 (nove) banheiros (masculino/ feminino), com 28 sanitários individuais. Estes sanitários atenderão de maneira excelente nossa comunidade acadêmica, todos estão identificados e adequados às pessoas com necessidades especiais de acordo com a legislação vigente.

As instalações sanitárias atenderão de forma excelente aos aspectos de ergonomia, acessibilidade, iluminação, limpeza e climatização. Conta com um espaço (fraldário) especialmente preparado para o cuidado de bebês e crianças.

## **2.14. LABORATÓRIOS**

A proposta pedagógica da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN para os cursos em implantação obedecem aos princípios de unicidade da teoria e da prática imprescindíveis para a formação profissional. Desta maneira, os laboratórios e ambientes específicos devem atender às necessidades das atividades de ensino, iniciação científica e de extensão.

Os laboratórios e ambientes específicos se caracterizam como estruturas necessárias para efetivo desenvolvimento da proposta pedagógica dos cursos e programas e requerem acompanhamento, supervisão e orientação de docentes e técnicos habilitados para manusear os equipamentos e insumos.

Assim, ressalta-se que as Diretrizes Políticas para os laboratórios e ambientes específicos definirão:



- A adoção de regulamentos, planejamento e regras para utilização dos laboratórios e ambientes específicos equipados e em funcionamento considerando sua finalidade e adequação aos objetivos, diretrizes e finalidades dos programas acadêmicos.
- Atendimento à formação profissional e específica e ao desenvolvimento da prática profissional e atendimento à comunidade por meio da prestação de serviços.
- Atenção na definição da infraestrutura observando as normas arquitetônicas, de engenharia civil e normas de segurança para cada modalidade e destinação dos ambientes específicos e multidisciplinares.
- Manutenção da correta utilização observando o número de alunos, os equipamentos e mobiliários, recursos de segurança, contemplando a prevenção contra incêndios, instalação e manutenção de extintores e observância da tipologia dos materiais a serem utilizados.
- Adoção de cronograma para utilização dinâmica, controles para solicitação dos equipamentos, aplicativos e softwares específicos e definição da responsabilidade dos professores registrada no plano de ensino.
- Definição das responsabilidades e atribuições dos técnicos de laboratórios, quanto à supervisão técnica, manutenção, higiene e controle dos equipamentos e recursos colocados à disposição dos docentes e discentes.
- Atendimento às diretrizes curriculares nacionais dos cursos oferecidos em cumprimento à manutenção e conservação de ambientes adequados para desenvolvimento das atividades de prática profissional.
- Manutenção e reposição dos equipamentos e mobiliários em conformidade com os objetivos e o planejamento institucional.
- Preparação e contribuição com experimentos científicos selecionados pelos docentes para exercício da prática profissional pelos discentes.
- Atendimento aos alunos e docentes que apresentarem necessidades especiais em cumprimento às orientações do Decreto nº 5.296/2004 quanto à acessibilidade a esses ambientes e a sua segurança.

### **2.14.1. LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA**

Os laboratórios de informática serão recursos que propiciarão aos cursos o desenvolvimento de atividades de pesquisa, utilização de ferramentas que permitirão aos alunos exercer a prática profissional como softwares e aplicativos.

Exigidos pelas diretrizes curriculares nacionais em todos os cursos como um mecanismo didático para incorporar o uso de tecnologias ao processo de ensino-aprendizagem, esse recurso acadêmico se caracterizará pelas muitas possibilidades de integração das atividades teóricas com as práticas profissionais.

O Laboratório de Informática atenderá de forma excelente aos aspectos de ergonomia, acessibilidade, iluminação, limpeza e climatização. Nos equipamentos serão instalados os softwares indicados pelos docentes para as disciplinas e são atualizados periodicamente e conforme a necessidade. Além das aulas práticas, os alunos têm acesso também em horários para estudos, em prévia solicitação ao responsável. O laboratório de informática possui 30 computadores.

### **2.14.2. LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS**

O desenvolvimento do conhecimento científico ao longo dos tempos em muito se deve as pesquisas e aos experimentos, desenvolvidas muitas vezes em laboratórios que, no sentido amplo da palavra significa “lugar de trabalho”, ou seja, exercício da prática após compreensão da teoria.

Sendo esses ambientes imprescindíveis para o desenvolvimento da prática profissional e a realização de novos experimentos e em contribuição com o desenvolvimento do conhecimento e da ciência no âmbito dos seus cursos, a Escola Superior de Educação e Negócios - ESN elege as diretrizes políticas voltadas para os laboratórios específicos:

- Garantir a conservação e expansão dos laboratórios específicos de cada curso.
- Colocar em prática o cronograma de implantação dos laboratórios, mediante aprovação dos cursos.

#### **2.14.2.1. BRINQUEDOTECA**

Para o curso de Pedagogia solicitado juntamente com o processo de Credenciamento da Escola Superior de Educação e Negócios – ESN, estará disponível a Brinquedoteca que se destina às práticas pedagógicas, como oficinas, pesquisas, projetos didáticos, sob a supervisão dos docentes do Curso, direcionadas ao processo de ensino-aprendizagem de crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

#### **2.14.3. ESTRUTURA DE POLOS - EAD**

A Escola Superior de Educação e Negócios - ESN possui um único polo que se localiza na sede. Neste polo, a estrutura física, tecnológica e de pessoal atendem as necessidades institucionais viabilizando a realização das atividades presenciais, apresenta acessibilidade, é adequada ao projeto pedagógico dos cursos vinculados, propicia interação entre docentes, tutores e discentes e possui modelos tecnológicos e digitais aplicados aos processos de ensino e aprendizagem.

#### **2.14.4. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA**

O parque tecnológico da ESN contará com equipamentos diversos para utilização dos colaboradores: desktops, notebooks, tablets, scanners, impressoras multifuncionais, equipamentos de videoconferência, smartphones, etc. Contará ainda uma estrutura própria de acesso à internet banda larga e servidores para armazenamento de dados.

A Infraestrutura tecnológica contará com um plano de contingência com condições de funcionamento de 24 horas por dia, 7 dias da semana considerando também os aspectos: capacidade e estabilidade de energia elétrica, rede lógica, contrato/acordo de nível de serviço do TI com o contratante, segurança da informação.

#### **2.14.5. RELAÇÃO EQUIPAMENTOS/ALUNOS/CURSO**

A relação de equipamentos por número de alunos e cursos reflete como a Instituição trata e compreende o uso da tecnologia no âmbito educacional. Essa relação, quase sempre associada aos parâmetros legais do MEC, vem se difundido no meio acadêmico como um importante mecanismo para que a gestão acadêmica e pedagógica possa inovar a metodologia de ensino.

Com o objetivo de atender plenamente às Diretrizes Curriculares Nacionais de seus cursos, a Escola Superior de Educação e Negócios - ESN terá por diretriz política em relação à infraestrutura, dotar os laboratórios com recursos e equipamentos condizentes com sua proposta pedagógica.

Neste sentido, reservará diretrizes que nortearão os processos de aquisição, distribuição, conservação e manutenção dos equipamentos para os laboratórios, visando adequar a quantidade com a qualidade, atendendo ao número de vagas, e principalmente às necessidades específicas de cada curso ou componente curricular.

Dentre os equipamentos se destacarão aqueles voltados a garantir a acessibilidade dos alunos aos recursos tecnológicos dos cursos. No caso dos laboratórios de informática, a portabilidade, atualização dos computadores, sua capacidade de memória e armazenamento e as condições efetivas de acesso à internet serão alguns dos objetivos específicos de suas diretrizes.

A Biblioteca desempenhará importante papel no desenvolvimento acadêmico dos estudantes, sendo um lugar onde as experiências de pesquisa e o conhecimento de novos espaços para a aquisição do conhecimento e de informações sobre diversos temas. Assim, essa unidade receberá especial atenção da Instituição quanto a:

- Disponibilidade de computadores com acesso a rede mundial de computadores.

- Desenvolvimento de um trabalho de orientação aos alunos quanto ao uso racional dos recursos e equipamentos da Biblioteca.
- Aplicabilidade de técnicas de aproximação das interfaces do aluno com o catálogo da biblioteca, facilitando a localização e a acessibilidade do acervo físico e remoto.

Nesta perspectiva a Biblioteca bem como os ambientes e recursos que a compõem se desenvolverão com base no aumento do número de alunos, no plano de expansão e no amadurecimento das atividades de pesquisa e extensão da Instituição.

#### **2.14.6. INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS SIGNIFICATIVAS**

As inovações tecnológicas têm contribuído com o desenvolvimento da educação e principalmente com as várias formas de acesso à informação. A tecnologia do ponto de vista do acadêmico possibilita aos docentes incrementar suas práticas e aos discentes o acesso facilitado à informação, direcionado a sua formação.

O uso da tecnologia na oferta da educação em nível superior é entendido pela Escola Superior de Educação e Negócios - ESN como uma das estratégias para não ficar defasada na oferta de educação superior de qualidade. Assim, pensando-se nas mudanças dos próprios projetos pedagógicos dos cursos, atualizará, permanentemente, a estrutura laboratorial mediante incorporação de novos equipamentos e softwares, na medida em que for necessário.

A ESN pretende garantir acesso à rede de computadores por (wireless) em todas as suas instalações, permitindo que a comunidade acadêmica tenha acesso facilitado à informação em qualquer lugar e em qualquer momento. Também reservará recursos para aquisição de programas e softwares voltados a dar apoio às atividades de gestão e novas tecnologias, conforme especificação dos setores e do público atendido.

#### **2.14.7. INFRAESTRUTURA E EXECUÇÃO E SUPORTE**

O setor de Tecnologia da Informação contará com profissionais divididos por nível de especialização e papéis distintos. A Infraestrutura e Execução e Suporte da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN atenderá as necessidades institucionais que juntamente com os serviços de apoio (gestão de hardware, software e de serviços) garantirá plenamente a operação e funcionamento, garantindo excelência nos serviços disponíveis para os usuários.

A Infraestrutura tecnológica contará com um plano de contingência.

#### **2.14.8. PLANO DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS**

A Escola Superior de Educação e Negócios - ESN possuirá um Plano de aquisição, manutenção e atualização de equipamentos que visa assegurar aos alunos, docentes e colaboradores condições de desempenharem suas funções e o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão e administrativas.

As ações voltadas para a manutenção, conservação, utilização, expansão e atualização de equipamentos e materiais que serão disponibilizados à comunidade acadêmica da Escola serão administrados e supervisionados pela Direção, com o apoio de técnicos com formação e experiência pertinentes e docentes.

A aquisição e atualização dos equipamentos e materiais utilizados nos laboratórios e espaços especializados ocorrerão a partir dos relatórios de autoavaliação Institucional, produzidos pela CPA e de solicitações justificadas da Diretoria, coordenadores de cursos e professores, sempre no semestre que antecede o previsto para sua utilização ou a qualquer tempo nos casos emergenciais.

Os recursos para efetivação de manutenção, aquisição e regulação de materiais e equipamentos estarão previstos no Planejamento Econômico-financeiro.

### 3. Atendimento às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida

#### 3.1. PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

O projeto de criação da Escola Superior de Educação e Negócios - ESN foi fundamentado nos princípios do direito à cidadania e à integração ao mundo do trabalho, da concepção arquitetônica ao desenvolvimento dos projetos e processos internos, objetivando promover o acesso e a inclusão das pessoas com necessidades especiais.

Para tanto, as instalações físicas atenderão aos seguintes dispositivos normativos:

- Decreto n. 5.296/2004: que regulamenta a Lei n. 10.048/2000 (prioridade de atendimento às pessoas que específica) e Lei n. 10.098/2000 (estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida)
- Norma Brasileira ABNT NBR 9050:2004, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências às Edificações, Espaços, Mobiliários e Equipamentos Urbanos;
- Portaria MEC n. 3.284/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
- Norma Técnica 385/2013/CGLNRS/DPR/SERES/MEC.

Visando viabilizar as diretrizes normativas referidas, a IES se compromete a:

- Criação de vagas de estacionamento de uso exclusivo dos portadores de deficiência física, devidamente sinalizadas e indicadas segundo norma ABNT 9050; ainda, em atendimento assistivo, o pessoal responsável pela vigilância e segurança está treinado para oferecer assistência e havendo necessidade, ajudar a retirar cadeira de rodas ou muletas dos veículos, acomodando-os e, sendo solicitado, conduzir até o local desejado.
- Rampas de inclinação suaves com corrimãos de altura adequada aos portadores de necessidades especiais: as calçadas possuem rampas de acesso nos padrões estabelecidos, permitindo que alunos ou visitantes portadores de necessidades especiais se locomovam.
- Adequação da altura de equipamentos destinados aos estudantes e funcionários portadores de necessidades especiais (telefones públicos, estantes de livros, bebedouros e interruptores de luz, etc.).
- Utilização de programação visual adequada, indicando de maneira clara os pontos adequados ao uso dos portadores de necessidades especiais.
- Garantia de espaçamentos adequados (mínimo de 1,50m) em corredores e ambientes de uso coletivo como salões de exposição e auditórios.
- Manutenção dos corredores e acessos, livres de obstáculos (cestos de lixo, painéis de propaganda e bancadas) que possam impedir ou prejudicar a circulação de pessoas.
- Portas com larguras superiores a 80cm; portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas.
- Existência de barras de apoio nas paredes dos banheiros.
- Elevadores com espaço suficiente para cadeirantes.
- Equipamento específico para o transporte de portadores de necessidades especiais (Garaventa Escada - stair trak).
- Contratação ou qualificação de docentes e funcionários para o atendimento aos portadores de deficiência físico-motora, em iguais condições de tratamento dispensado aos estudantes não portadores de deficiência.
- Adaptação para consulta ao acervo: mesas na sala de consulta e pesquisa de acervo que permitem a utilização tanto para cadeirantes quanto para crianças e adolescentes, com notebooks.

**Acessibilidade Virtual:**

Para estudantes com deficiência visual a Instituição já mantém ferramentas de Acessibilidade instaladas no seu Portal.

Na página da Biblioteca, tanto o aluno como a comunidade de usuários acessam o Manual de Acessibilidade, bem como o programa NVDA, que é um programa disponível gratuitamente que auxilia nos estudos no computador pessoal.

As assinaturas das bibliotecas online, que integram as bibliografias dos cursos possuem sistemática própria de acessibilidade, como pode ser observado quando de seus usos.

**Estudantes com deficiência visual:**

Para estudantes com deficiência visual, conforme orientação da Portaria MEC 3.284/2003, compromete-se formalmente, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso, proporcionar desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

- Máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz. Gravador e fotocopidora que amplie textos.
- Software de ampliação de tela.
- Equipamento para ampliação de textos para atendimento a estudante com visão subnormal.
- Lupas, réguas de leitura.
- Scanner acoplado ao computador.
- Aquisição gradual de acervo bibliográfico em Braille e de fitas sonoras, para uso didático.

**Estudantes com deficiência auditiva:**

Para os estudantes com deficiência auditiva, conforme orientação da Portaria MEC 3.284/2003, compromete-se formalmente, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso proporcionar:

- Intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este, não tenha expressado o real conhecimento do estudante.
- Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico.
- Aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às disciplinas do curso em que o estudante estiver matriculado.
- Acesso aos professores de literatura e materiais de informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

No caso da garantia do aprendizado aos portadores de necessidades especiais auditivas, a Instituição oferecerá intérpretes, em horário integral, para os estudantes solucionarem suas dúvidas com os professores. Também oferecerá quando necessário, capacitação em LIBRAS para funcionários da secretaria e biblioteca, visando o melhor atendimento aos estudantes. O mesmo acontece nos processos seletivos, quando é disponibilizado um intérprete por candidato, se houver necessidade.

O Núcleo de Apoio Psicológico e Psicopedagógico, ao ser apontada e/ou identificada no ato da matrícula, fará as entrevistas para levantar as necessidades dos alunos e tomar providências como, por exemplo: carteiras especiais ou intérprete da Língua Brasileira de Sinais.

**Decreto nº 5626/2005:**

Em atendimento ao Decreto nº 5626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a Instituição proporcionará:

- Atendimento ao art.3º, §2º, constituindo Libras em disciplina curricular optativa nos cursos de graduação bacharelado e tecnólogo.
- Compromisso formal quanto ao atendimento aos alunos surdos quando se matricularem nos cursos da Instituição, quanto à inclusão em seu quadro funcional de profissionais com formação adequado, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação, conforme especificado no Decreto em questão.

**Lei nº 12.764/2012:**

Em atendimento à Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990), a Instituição compromete-se formalmente a cumprir os requisitos definidos na legislação, quanto à matrícula, acompanhamento da aprendizagem e proteção e orientações necessárias.

Também, em casos de comprovada necessidade, propiciará à pessoa com transtorno do espectro autista, incluída em suas classes comuns de ensino superior, um acompanhante especializado, nos termos da lei.

## ***IX. PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO***

O planejamento financeiro e orçamentário da Instituição visa ao bom emprego dos recursos nas atividades e objetivos da Escola Superior de Educação e Negócios, dispostos no plano de desenvolvimento institucional.

No planejamento são definidas as diretrizes e políticas previstas no PDI, no que diz respeito ao patrimônio, gestão de pessoas e projetos de desenvolvimento da Instituição, elaborando-se planilha de custos de cada operação para manutenção e implementação de ações acadêmicas e administrativas.

### **1. Política Financeira e Orçamentária**

A sustentabilidade financeira pauta-se na relação compatível entre o curso, programas e serviços a serem ofertados e os recursos necessários para viabilizá-los, assegurando o padrão de qualidade proposto nos documentos institucionais, a congruência entre planos de desenvolvimento de pessoal, incluindo obrigações trabalhistas, atualização de infraestrutura e apoio e as condições para operacionalização e implementação, bem como o controle demonstrado das despesas efetivas (correntes, de custeio, de pessoal e investimentos) e cumprimento das obrigações legais.

A Mantenedora, representada pela Associação Educacional Latino Americana - AELA, por meio de estratégias orçamentárias e de investimentos, colocará à disposição da Escola Superior de Educação e Negócios – ESN os bens moveis e imóveis, equipamentos e demais recursos para efetivo funcionamento dos cursos e programas a serem implementados no período de vigência deste PDI.

Para viabilidade do planejamento, a Associação Educacional Latino Americana terá como política estabelecer estratégias de gestão para o desenvolvimento econômico-financeiro da ESN. Nessa política, têm-se como prioridade as atividades de ensino, pesquisa e extensão assegurando-se os recursos financeiros cabíveis e necessários para prestação de um serviço educacional de excelência, pondo-se à disposição da Instituição os recursos financeiros destinados ao efetivo funcionamento da ESN como instituição

Serão diretrizes da política financeira e orçamentária:

- Desenvolver o planejamento financeiro e orçamentário resultante de um processo participativo da Direção e Gestores, incluindo plano semestral, anual e para um horizonte de cinco anos, atualizado periodicamente.
- Analisar os preços dos serviços educacionais no setor educacional da região.
- Levantar os custos operacionais para a manutenção de cursos e programas.
- Ampliar o quadro de colaboradores em atendimento às demandas institucionais bem como o cronograma de expansão de cursos e programas.
- Ampliar a infraestrutura conforme cronograma de expansão da Instituição.

- Desenvolver programas e projetos institucionais.

A gestão orçamentária, patrimonial e financeira da Instituição caberá aos membros da Direção, que receberão as requisições dos demais órgãos da Instituição para procederem à aprovação, mediante análises das receitas e despesas, previstas ou não, no plano orçamentário.

## 2. Estratégia de Gestão Econômico-Financeira

A mantenedora da ESN promoverá adequadas condições de funcionamento das atividades, prioritariamente aquelas que dizem respeito ao ensino, colocando à disposição os bens imóveis, móveis e equipamentos necessários, assegurando os suficientes recursos financeiros de custeio.

Com o objetivo de viabilizar as ações acadêmicas, a Instituição adotará como estratégia de gestão o planejamento econômico-financeiro a partir dos seguintes indicadores:

- Análise do desempenho econômico-financeiro da Instituição para os próximos 5 (cinco) anos.
- Análise do comportamento do mercado financeiro.
- Análise dos preços dos serviços educacionais de outras instituições de ensino presentes em sua área de influência.
- Levantamento dos custos operacionais e dos investimentos necessários ao cumprimento do plano de expansão, melhoria e consolidação dos cursos de graduação e programas de pós-graduação, das atividades de pesquisa/iniciação científica e extensão, com ênfase para os seguintes aspectos:
  - Contratação e capacitação dos recursos humanos (professores e pessoal não-docente), além da estruturação de um plano de carreira para todos os colaboradores.
  - Aquisição do acervo da biblioteca específico para os cursos a serem implantados.
  - Aquisição de equipamentos e aparelhos para os laboratórios e serviços técnicos, sobretudo, recursos de computação e informática.
  - Adequação e ampliação da infraestrutura física e de apoio e adequação aos requisitos de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais.
  - Implementação e consolidação do processo de avaliação institucional.

A Mantenedora realizará a gestão orçamentária, patrimonial e financeira da Instituição a ser credenciada, delegando-as, no todo ou em parte, aos membros da Diretoria e aprovando as decisões dos Órgãos Colegiados que importem em aumento de despesas ou custos, previstos ou não, no plano orçamentário, conforme diretrizes normativas.

## 3. Previsão orçamentária e cronograma de execução

O plano de previsão orçamentária estabelecerá que o total de recursos destinados para investimentos serão distribuídos da seguinte forma:

- Infraestrutura (salas de aula, laboratórios, acervo de biblioteca).
- Atividades de extensão.
- Programas iniciação científica.
- Capacitação docente.
- Avaliação institucional.
- Treinamento de pessoal técnico administrativo.



- Apoio às atividades acadêmicas internas e externas, na participação de congressos e seminários à comunidade acadêmica.

Para tais programas e projetos serão investidos recursos com pagamento de salários dos docentes e de pessoal técnico de apoio, equipamentos e aparelhos para laboratórios e serviços e acervo da biblioteca.

A previsão orçamentária para os próximos cinco anos foi projetada com base na receita principal, que são as mensalidades dos cursos de graduação. Nesta previsão orçamentária foram contemplados os percentuais de despesas com investimentos em infraestrutura física, biblioteca, laboratórios e equipamentos, pessoal docente e técnico administrativo, entre outros conforme serão apresentados a seguir.

Projeção das Receitas e Despesas para o período de vigência deste PDI					
	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
<b>Receitas</b>					
Anuidades/Mensalidades +	R\$ 233.364,00	R\$ 592.644,00	R\$ 1.400.664,00	R\$ 2.818.836,00	R\$ 3.627.336,00
Bolsas -	R\$ 4.852,43	R\$ 12.323,07	R\$ 29.124,53	R\$ 58.613,12	R\$ 75.424,56
Diversos +	R\$ 57.959,47	R\$ 147.192,09	R\$ 347.876,06	R\$ 700.100,50	R\$ 900.903,68
Financiamentos +	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Inadimplência -	R\$ 5.510,53	R\$ 13.994,36	R\$ 33.074,50	R\$ 66.562,42	R\$ 85.653,89
Serviços +	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Taxas +	R\$ 478,55	R\$ 1.215,30	R\$ 2.872,27	R\$ 5.780,44	R\$ 7.438,39
<b>Sub Total - Receitas</b>	<b>R\$ 291.802,02</b>	<b>R\$ 741.051,39</b>	<b>R\$ 1.751.412,33</b>	<b>R\$ 3.524.716,93</b>	<b>R\$ 4.535.678,07</b>
<b>Despesas</b>					
Acervo Bibliográfico	R\$ 14.867,94	R\$ 37.758,16	R\$ 89.238,21	R\$ 179.591,88	R\$ 231.102,51
Aluguel	R\$ 25.000,00	R\$ 65.000,00	R\$ 87.000,00	R\$ 123.000,00	R\$ 159.000,00
Despesas Administrativas	R\$ 676,10	R\$ 1.717,00	R\$ 4.057,99	R\$ 8.166,70	R\$ 10.509,08
Encargos	R\$ 16.350,32	R\$ 41.522,78	R\$ 98.135,58	R\$ 197.497,83	R\$ 254.144,26
Equipamentos	R\$ 8.243,10	R\$ 20.933,93	R\$ 49.475,58	R\$ 99.569,60	R\$ 128.128,20
Eventos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Investimentos compras de imóvel	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Manutenção	R\$ 1.565,05	R\$ 3.974,54	R\$ 9.393,50	R\$ 18.904,41	R\$ 24.326,58
Mobiliário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pagamento Pessoal Administrativo	R\$ 22.768,19	R\$ 57.821,39	R\$ 136.655,97	R\$ 275.020,12	R\$ 353.901,53
Pagamento Professor	R\$ 20.701,30	R\$ 52.572,37	R\$ 124.250,36	R\$ 250.053,82	R\$ 321.774,39
Pesquisa e Extensão	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Treinamento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Sub Total - Despesas</b>	<b>R\$ 110.172,00</b>	<b>R\$ 281.300,18</b>	<b>R\$ 598.207,18</b>	<b>R\$ 1.151.804,35</b>	<b>R\$ 1.482.886,54</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>R\$ 181.630,02</b>	<b>R\$ 459.751,22</b>	<b>R\$ 1.153.205,14</b>	<b>R\$ 2.372.912,59</b>	<b>R\$ 3.052.791,53</b>

## **X. VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DO PDI**

Ao término da elaboração do projeto, a Instituição tem o grande desafio de colocá-lo em prática, delineando as etapas para sua implementação, ou seja, transformar a visão e as ideias em ações concretas e palpáveis.

As etapas necessárias à adequada implantação deste PDI encontram-se detalhadas no quadro seguinte:

Descrição dos Passos	Responsável	Prazo
<b>1. Designar uma Comissão para implantação do PDI.</b>	Diretor	Ano I
<b>2. Divulgar os objetivos, metas e ações estabelecidas no PDI a toda comunidade acadêmica com objetivo de sensibilização e arregimentação de colaboradores.</b>	CPA	Ano I
<b>3. Definir responsáveis pelas ações já estabelecidas no PDI.</b>	Diretor/CPA	Ano I
<b>4. Identificar a necessidade de treinamento por parte dos responsáveis pelas ações.</b>	CPA	Ano I
<b>5. Liberar Recursos para Treinamento.</b>	Mantenedora	Ano I
<b>6. Identificar recursos necessários e estabelecimento de prazos para a execução das ações.</b>	Mantenedora/Direção/CPA	Ano I
<b>7. Executar/Monitorar o processo.</b>	CPA	Até Ano V
<b>8. Garantir o alcance das metas.</b>	Mantenedora/Direção/CPA	Até Ano V

Para a Escola Superior de Educação e Negócios, a implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional previsto para os próximos cinco anos é marcadamente caracterizada por ser gradativa, contínua, flexível e, sobretudo participativa. Em outras palavras, tem-se:

- É gradativa porque a evolução dos procedimentos repousa sobre os recursos disponíveis ao longo das fases de implantação e, por decorrência, condiciona a ampliação e/ou o aprofundamento das ações planejadas.
- É contínua porque cada nova fase englobará os resultados das ações precedentes, dando ao plano de desenvolvimento uma coerência temporal. Dito de outro modo, em cada nova fase o esforço institucional buscará a minimização/eliminação de seus pontos fracos e, concomitantemente, a maximização/potencialização de seus pontos fortes.
- É flexível porque, de fato, trata-se de um instrumento de gestão dinâmico, isto é, sua estrutura permite que se agregue no decorrer do processo de implantação, sempre que necessários, novos procedimentos

e eventuais correções. As ações de reavaliação efetuadas durante a implantação do Plano indicarão a necessidade de se fazer, ou não, tais correções.

- Por fim, é participativa visto que, não somente sua construção é coletiva, mas, principalmente, sua implantação exige o esforço de toda a comunidade acadêmica envolvida nos planos de ação decorrentes dos objetivos, metas e ações estabelecidos quando de sua elaboração.

---

## ***XI. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA***

---

- BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, DF, 2017.
- BRASIL. Lei nº 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. Lei nº 10.861/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.
- BRASIL. Lei nº 11.788/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF, 2008.
- BRASIL. Dec. 5.296/2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Instrumento de avaliação para credenciamento de instituição de educação superior (Faculdade). Brasília, DF, 2017.

- BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de educação (2014-2024). Brasília, DF, 2010.
- BRASIL. Referenciais de qualidade para educação superior a distância. Brasília: Ministério da Educação e Cultura - Secretaria de Educação a Distância, 2007.
- BRASIL. Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação — Câmara de Educação Superior.
- BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Superior.
- DEMO, Pedro. Educação e qualidade. São Paulo: Papyrus, 2012 (virtual Pearson).
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Extensão universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte: COOPMED, 2007.
- IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeção da população.
- MICRODADOS INEP. Censo da Educação Superior — 2018. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 2011. (virtual Pearson).